SILVIA IBIRACI DE SOUZA LEITE

OS ITALIANOS NO PODER, CIDADÃOS CATANDUVENSES DE VIRTUDE E FORTUNA: 1918- 1964

Araraquara - SP
2007

Livros Grátis

http://www.livrosgratis.com.br

Milhares de livros grátis para download.

SILVIA IBIRACI DE SOUZA LEITE

OS ITALIANOS NO PODER, CIDADÃOS CATANDUVENSES DE VIRTUDE E FORTUNA: 1918- 1964

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Araraquara da Universidade Paulista Julio de Mesquita Filho – UNESP – para obtenção do título de Doutoramento em Sociologia.
Orientadora: Dra Maria Teresa Micelli Kerbauy

Araraquara - SP
2007

SILVIA IBIRACI DE SOUZA LEITE

OS ITALIANOS NO PODER, CIDADÃOS CATANDUVENSES DE VIRTUDE E FORTUNA: 1918- 1964

Tese submetida à Comissão Examinadora designada pelo colegiado do curso de Pós Graduação em Sociologia como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Sociologia pela Universidade Paulista Julio de Mesquita Filho – UNESP. Aprovada em

_____
Prof. Dra. Maria Teresa Micelli Kerbauy (Unesp Araraquara)

_____
Prof. Dr. José Antonio Segatto (Unesp Araraquara)

_____
Prof. Dr. Oswaldo Truzzi (Universidade Federal de São Carlos)

_____
Prof. Dr. José Renato Araújo de Campos (Universidade de São Paulo)

_____
Prof. Dr. Alysson Leandro Barbatte Mascaro (Universidade Mackenzie)

Nenhum aprendizado conclui-se na solidão. Da mesma forma, nenhum trabalho. De modo especial dedico este, produto de meu aprendizado, a todos que apoiaram incondicionalmente, em todos os momentos, do início ao final, enquanto construía o conhecimento e agora, quando este se concretiza.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho foi realizado com a colaboração e apoio de inúmeras pessoas. Todos, direta ou indiretamente, contribuíram enormemente, e seria injustiça com alguns não relacioná-los neste momento.

Aos tabeliães e funcionários dos Cartórios de Registro de Imóveis de Araraquara, Jaboticabal, Santa Adélia, São José do Rio Preto e Catanduva, em especial ao João e Afonso.

Aos amigos que acreditaram na realização deste trabalho e às amigas e eternas alunas Stefânia e Andréia pelos empréstimos de livros.

A todos os professores dos cursos durante a obtenção dos créditos, agradeço o privilégio compartilhar de seu saber. Aos professores, Laiz Sampaio Pereira Tognella, eterna mestra; Dra. Maria do Rosário R. Salles, pela oportunidade e Sérgio Luiz de Paiva Bollinelli, pela colaboração inestimável nas pesquisas.

Aos professores Dr. Oswaldo Truzzi e Dr. José Antonio Segatto, pelas observações e sugestões ao texto apresentado à Qualificação, foram preciosas.

À Dra Maria Teresa Micelli Kerbauy, minha eterna gratidão pela acolhida em momento tão difícil, pela orientação conduzida com inteligência e segurança, pela amizade e compreensão.

Às minhas filhas Flávia e Marília e aos meus pais, Aparecido e Maria, pelos momentos que lhes roubei, minhas desculpas.

Ao Amaury, meu cúmplice de todas as horas e marido nas horas possíveis, sem você nada teria acontecido.

E a todos, inclusive aos não relacionados, muito obrigada.

EPÍFRAFE

“Aquele que esteja convencido de que não se abaterá mesmo que o mundo, julgado de seu ponto de vista, se revele demasiado estúpido ou demasiado mesquinho para merecer o que ele pretende oferecer-lhe, aquele que permaneça capaz de dizer ‘a despeito de tudo!’ aquele e só aquele tem a ‘vocação da política.”

Max Weber

RESUMO

O propósito deste trabalho é analisar a atuação do grupo de italianos e/ou seus descendentes que compuseram o que se convencionou chamar de elite política da cidade paulista de Catanduva, região de predomínio agrícola, durante o período de 1918 até 1964. A participação dos imigrantes na política brasileira é questão pouco esclarecida, principalmente no que se refere à forma de recrutamento dos seus membros, que só chegaram a integrá-la graças ao processo de mobilidade social — processo que depende fundamentalmente de fatores estruturais como a urbanização, a industrialização e a ampliação da oferta educacional. Para realizar a análise sob a ótica da questão catanduvense fez-se necessário investigar as razões que propiciaram aos italianos a ascensão ao grupo da elite governante, uma vez que o ingresso de imigrantes e/ou seus descendentes na arena política pressupunha um alto grau de inserção na sociedade. Todos os autores pesquisados para o estudo ora apresentado concordam com a existência, na sociedade capitalista, de um grupo de indivíduos que, estando acima das massas, decidem por esta e pela sua possibilidade de ascensão — isto é, apesar da desigualdade entre as classes, as sociedades democráticas ofereceriam reais condições para a ascensão social. Tal fato tornaria facultativo ao indivíduo circular entre as classes sociais e, por meio desta mobilidade, provocar a renovação da elite. No Brasil a ascensão política se mostrava uma possibilidade remota para os imigrantes, uma vez que o campo da administração e do Estado eram dominados por brasileiros. No período da República Oligárquica, do coronelismo, do clientelismo, do controle eleitoral, aos imigrantes faltavam praticamente todos os requisitos necessários a um político: instrução, domínio do idioma e direitos políticos. Mas o principal fator que os impedia de ascender politicamente era não ser proprietário de terra. Era ao redor dos interesses dos proprietários de terra que o campo político se organizava e a classe governante se unia. Para os imigrantes, portanto, tornar-se proprietário, além da vantagem da naturalização, propiciaria a possibilidade de ingressar em um campo dominado pelos nacionais, o da política. No presente trabalho, procurou-se relacionar a mobilidade social e inserção dos italianos e/ou seus descendentes entre os membros da elite governante no município de Catanduva à estrutura econômica e sistema político locais.

ABSTRACT

This research aims at analyzing the action of the Italian group and/or their decendants, who composed what was conventionally called the political elite in the city of Catanduva-SP, a region which was predominantly agricultural from 1918 through 1964. The participation of immigration within the Brazilian politcs is not an issue fully clarified, mainly for the form of recruting of their members, who, thanks to the process of social mobility, were able to integrate it – process which basically depends on several factors such as the urbanization, the industrialization and the increase of educational opportunities. In order to carry out the analyses from the perspective of Catanduva, it was necessary to investigate the reasons that propitiated the Italians to ascend to the governing elite group, once the access of immigrants and/or their decendants to the political arena presumed an important degree of insertion in the society. All searching authors of the research presented here, agree that within the capitalist society, there is a group of individuals, which is above the popular masses, that decide for these and for the possibility of ascension – that is, in spite of the inequalities among classes, the democrate societies offers real conditions to social ascension. This fact would then be facultative to anyone to move throughtout the social classes and, through this mobility, causes a renewal of the elite. The possibility of political ascension in Brazil was remote for the immigrants, in view of the fact that the fields such as general management and state ruling were dominate by Brazilians. During the period of Oligarchic Replubic, "coronelismo, and clientelismo" **(two subsystem of political relation similar to that of the Suzerain and Vassl in the Feudal system)**, and of electoral maneuvering, the immigrants lacked practically all requirements necessary for a politician; schooling, mastering of the language, and political rights. The main factor that prevented them from political ascension was that they were not land owners. The organization of the rulling class was based upon the land owner's interests and in the same way the governing classes joined themselves. For the immigrants, therefore, to become a land owner, beyond the advantage of naturalization, it would propitiate the possibility to join a field dominated by the national people: the politic field. The current research amis at relating the social mobility that allowed Italians and their descendants to insert among the members of the political elite in Catanduva, as well as to the economic structure and to the political system.

Keywords: immigrants, Italians, political elite, Catanduva, social mobility, insertion.

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Exportação brasileira de café em arrobas 38

Tabela 2 – Exportação brasileira de café e açúcar em arrobas 1862/1866..... 54

Tabela 3 – Produção Agrícola no Oeste Pioneiro 1931/1939 (% em relação ao estado)... 69

Tabela 4 – Agricultura na DIRA de São José do Rio Preto 1936/39 a 1969/71.....70

Tabela 5 – Produção agrícola em São Paulo em hectares 1894/1915.....70

Tabela 6 – Produção agrícola em São Paulo – 1931/1933.....71

Tabela 7 – Número de cafeeiros em Catanduva - 1908/1943.....72

Tabela 8 – Produção agrícola em Catanduva – 1940 a 1970..... 73

Tabela 9 – Agricultura em São Paulo 1936/38 a 1969/71..... ..73

Tabela 10 – Exportação brasileira de açúcar 1960 a 1973 83

Tabela 11 – Primeiros vereadores e suplentes em Catanduva- 1918.....93

Tabela 12 – Composição Ocupacional de Presid. e Vice do Legislativo 1918 a 1930..... 97

Tabela 13 – Distribuição de propriedades por zonas paulistas 101

Tabela 14 – Distribuição de propriedades no município de Catanduva.....101

Tabela 15 – Os 10 maiores produtores de café de Catanduva..... 103

Tabela 16 – Vereadores em Catanduva 1918 a 1924 115

Tabela 17 – Prefeitos nomeados em Catanduva 1930 a 1936.....125

Tabela 18 – Vereadores em Catanduva 1936-37..... 129

Tabela 19 – Prefeitos em Catanduva - 1936-194..... 132

Tabela 20 – Eleições presidenciais 1945..... 137

Tabela 21– Vereadores 1948 a 1951 em Catanduva.....141

Tabela 22 – Composição da Câmara em Catanduva 1952 a 1955..... 149

Tabela 23 – Vereadores em Catanduva 1956 a 1959..... 154

Tabela 24 – Composição da Câmara Municipal de Catanduva 1960 a 1964 164

Tabela 25 – Prefeitos em Catanduva 1918 a 1947..... 171

Tabela 26 – Vereadores de origem italiana 1918 a 1937..... 172

Tabela 27 – Prefeitos em Catanduva 1948 a 1964.....173

Tabela 28 – Vereadores de origem italiana 1948 a 1964 175

Tabela 29 – Profissões exercidas por vereadores de origem não italiana 1918-1964 176

Tabela 30 – Profissões exercidas por vereadores de origem italiana de 1918 a 1964.....177

Tabela 31 – Composição da Câmara de Catanduva 1969 a 1972.....185

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 11

CAPÍTULO I. EXPANSÃO CAFEEIRA E OS PROBLEMAS RELACIONADOS À MÃO- DE- OBRA 23
1 OS BRAÇOS PARA A LAVOURA 28
2 AS CONDIÇÕES DA IMIGRAÇÃO: INTERNAS E EXTERNAS 35
3 A PROPRIEDADE DA TERRA E A EXPANSÃO CAFEEIRA 37
4 OS TRABALHADORES NACIONAIS E O MITO DO PREGUIÇOSO 42
5 DA REALIDADE AO SONHO: DE COLONO A PROPRIETÁRIO DE TERRAS 44
6 A ASCENSÃO SOCIAL DE IMIGRANTES E A POSSE DA TERRA, O DEBATE HISTORIOGRÁFICO 48

CAPÍTULO II EVOLUÇÃO, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E A PARTICIPAÇÃO DE ITALIANOS EM CATANDUVA-SP 52
1 O DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE AGRÍCOLA EM SÃO PAULO 52
2 O NASCIMENTO DE POVOADOS, VILAS E MUNICÍPIOS NO OESTE DISTANTE 56
2.1 O SURGIMENTO DO NÚCLEO URBANO, VILA ADOLFO E CATANDUVA 58
3 ESTRANGEIROS EM VILA ADOLFO 63
4 O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO ESTADUAL, REFLEXOS EM CATANDUVA 67
5 OS ITALIANOS E SEU PAPEL NO DESENVOLVIMENTO CATANDUVENSE 74

CAPÍTULO III A POLÍTICA EM CATANDUVA DE 1918 A 1930 85
1 O PODER LOCAL NA I REPÚBLICA: O CORONELISMO, FENÔMENO DE UMA ÉPOCA 85
2 OS CHEFES POLÍTICOS EM CATANDUVA E SUAS RIVALIDADES: DE 1918 A 1930 90
3 OS ITALIANOS EM CATANDUVA, FAZENDEIROS E POLÍTICOS: APROPRIAÇÃO E DOMINAÇÃO 97
3.1. ITALIANOS COMO FAZENDEIROS: APROPRIAÇÃO 99
3.2. A ASCENSÃO E INSERÇÃO DE ITALIANOS E AS POSSÍVEIS VIAS DE DOMINAÇÃO 104
4 A *SOCIEDADE ITALIANA DE MUTUO SOCORSO GABRIELLE D'ANUNZZIO* E SUAS VINCULAÇÕES POLÍTICAS 107
4.1 O INTEGRALISMO E A PARTCIPAÇÃO DOS ITALIANOS E/OU SEUS DESCENDENTES EM CATANDUVA 109
5 A INSERÇÃO E A PARTICIPAÇÃO EFETIVA DE ITALIANOS COMO MEMBROS DA ELITE NA VIDA POLÍTICA DE CATANDUVA – 1918 A 1930 114

CAPÍTULO IV TRANSFORMAÇÕES POLÍTICAS EM CATANDUVA, GETÚLIO NO PODER 121
1 A NOVA ESTRUTURA REGIONAL DE PODER PÓS 1930 121
1.1 O GOVERNO PROVISÓRIO DE 1930 A 1936, REFLEXOS EM CATANDUVA 124
2 AS ELEIÇÕES DE 1936 128
3 O GOLPE DE 1937 E A CONSTITUIÇÃO DA ELITE POLÍTICA EM CATANDUVA 130

CAPÍTULO V O CENÁRIO POLÍTICO LOCAL NO PERÍODO DA REDEMOCRATIZAÇÃO 135
1 NOVOS MOMENTOS E DIFERENTES CONTORNOS DA ELITE POLÍTICA DE 1945 A 1954 136
2 AS NOVAS CORRENTES PARTIDÁRIAS E A ELITE POLÍTICA CATANDUVENSE 143
3 O CLIMA POLÍTICO E AS ELEIÇÕES DE 1959 155
4 O FINAL DA II REPÚBLICA, AS ÚLTIMAS ELEIÇÕES DEMOCRÁTICAS E O GOLPE DE 1964 157
4.1 CATANDUVA 1963 – AS ELEIÇÕES LOCAIS 161
4.2 AS REPERCUSSÕES DO GOLPE DE 1964 NA CIDADE 162
5 VEREADORES CATANDUVENSES DE 1959 A 1964 164

CAPÍTULO VI IMIGRANTES NA VIDA POLÍTICA LOCAL 166
1 ESPANHÓIS E LIBANESES, PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DE 1918 A 1964 167
2 ITALIANOS COMO MEMBROS DA ELITE POLÍTICA EM CATANDUVA DE 1918 A 1964 170
2.1 O PAPEL DOS ITALIANOS NO TEMPO DOS CORONÉIS E DA DITADURA GETULISTA 170
3 OS ITALIANOS REPRESENTANTES POLÍTICOS DE 1948 A 1964 172

CONSIDERAÇÕES FINAIS 181
REFERÊNCIAS 188
APÊNDICES 200

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como objetivo analisar os imigrantes italianos e/ou seus descendentes, moradores em Catanduva, município do interior do Estado de São Paulo, e, a partir deste momento, denominados apenas **italianos**. A pesquisa terá como foco um grupo de italianos que teve grande atuação política, ocupando cargos de vereadores, prefeitos, deputados estaduais, federais, senadores, presidentes de partidos, compondo o que se convencionou chamar de **elite política**. A análise compreende o período que se inicia em 1918, data da primeira eleição municipal, e se estende até 1964, ano da posse dos eleitos no último escrutínio democrático anterior ao golpe militar de 31 de março do referido ano.

Justifica-se a escolha do município de Catanduva (vide mapa em Apêndice), em virtude das peculiaridades de sua posição: uma região de fronteira espacial, quando avançavam os cafezais em direção ao norte do Estado de São Paulo, o que transformou Catanduva em destacada região cafeicultora. Tal *status* foi mantido até mesmo quando municípios mais antigos, como Rio Claro, São Carlos e Araraquara perderam esta condição. Pode-se destacar especificamente o caso de São Carlos que se tornou, após a crise do café, um município com economia mais voltada para a produção industrial, enquanto Catanduva manteve-se como região de predomínio agrícola, basicamente canavieiro e importante pólo sucro-alcooleiro.

O início do século XX, período caracterizado por intensas transformações, notadamente de ordem econômica, como o avanço da cafeicultura em direção ao Oeste paulista, marca a chegada e inserção dos imigrantes italianos. Assim, entre os estrangeiros que a Catanduva aportou, tais como espanhóis, libaneses, japoneses, portugueses, destacam-se os italianos e/ou seus descendentes. Descontentes com as condições de vida no país de origem buscavam novos horizontes, especialmente em relação ao trabalho. Com o passar do tempo, esses imigrantes reuniram algum pecúlio e compraram terras na região, de preferência as de baixo preço. Eram terras exauridas pela antiga produção de café, localizadas próximas das regiões mais urbanizadas e desenvolvidas do estado; ou então terras férteis da região do Oeste paulista, mas distantes da chamada “civilização” e que tinham como elo de ligação apenas a ferrovia.

O vilarejo de São Domingos do Cerradinho, mais tarde chamado Vila Adolfo, hoje Catanduva, recebeu os primeiros imigrantes na mesma época em que a organização

política do núcleo urbano dava os primeiros passos. Primeiramente agricultores e posteriormente grandes proprietários de terras (como os Lunardelli, os Zancaner, os Trazzi, os Stocco e os Mastrocolla), os imigrantes italianos também foram pioneiros na formação do perfil urbano local. Atuando no setor de serviços, produção, comércio e agricultura, participaram da fundação de clubes de serviços, associações esportivas e filantrópicas e da política, que era comandada pela elite.

A participação dos italianos e seus descendentes na política brasileira é uma questão pouco esclarecida na literatura sobre imigração no Brasil. Para Kerbauy (1979) o estudo das especificidades locais e regionais é de importância fundamental para uma melhor compreensão do sistema político nacional. Fausto (1995, p.24) destaca a insuficiência de trabalhos sobre o tema.

A leitura da bibliografia pertinente e estudos como os de Kerbauy (1979), Bilac (1995) e Costa (2000), após pesquisas realizadas em São Carlos e Rio Claro, dão como certa a inserção de imigrantes, principalmente italianos, na política nacional a partir de 1930, com atuação mais intensa após 1946. Teria ocorrido o mesmo em Catanduva? No município, haveria apenas brasileiros atuando politicamente ou os italianos já o faziam antes desta data?

A escolha do tema e o foco da análise justificam-se dada a importante atuação dos imigrantes italianos no campo político e no âmbito social, sobretudo em razão da forma de recrutamento dos membros da elite política como conseqüência ou resultado do processo de mobilidade social.

Um estudo de Pastore (1979) aponta que, no Brasil, a organização da sociedade urbano-industrial brasileira ocorrida no século XX esteve acompanhada de intenso processo de mobilidade social ascendente — seja em relação às gerações passadas ou às primeiras posições ocupadas pelos indivíduos ao se inserir no mercado de trabalho. Mas Pastore (1979) evidencia a natureza restrita da mobilidade ocorrida no país, pois na sociedade brasileira muitos ascenderam pouco e poucos ascenderam muito na pirâmide social. O autor também deixa claro que o processo de mobilidade social dependeu muito de fatores estruturais como a urbanização, a industrialização e a ampliação da oferta educacional.

Scalon (1999, p. 14) observa que a preocupação com a aquisição de posições dentro de sociedades estratificadas já estava presente em Platão. Para a autora, embora Marx não discuta de forma explícita o tema da mobilidade, também reconhece a movimentação ascendente às classes privilegiadas como mecanismo de manutenção do

capitalismo, espécie de “válvula de escape, cuja função no sistema capitalista seria a de controlar tensões e pressões por mudanças sociais” (1999, p. 13-14). Sorokin *apud* Scalon (1999, p. 14) identifica canais de mobilidade ascendente ou descendente e os caracteriza como “canais de circulação vertical”, os quais poderiam ser as forças armadas, a Igreja, a escola, as organizações profissionais, o casamento, as organizações políticas.

Mills (1975, p. 72) observa que, nos Estados Unidos e na América Latina, o poder político organizou-se em razão da prevalência e hegemonia do fator econômico sobre a religião, a tradição ou outros princípios. As pessoas, as famílias e os grupos se classificam socialmente em função desse viés, justificando as afirmações do autor de que “em toda cidade média ou pequena da América um grupo superior de famílias paira acima [...] das demais” constituindo a **elite.** Nessas localidades, para decidir questões ou coordenar o apoio dos grupos mais importantes, e fazer a ligação entre estes e o governo do Estado, tornava-se fundamental escolher um representante que fosse membro desse grupo**.** Para Mills, os integrantes do grupo de elite, em sua maioria, possuem consciência de classe, estão em pequeno número e se reconhecem por ser ou ter sido abastados que, ao se associarem, fecham um círculo e se tornam conhecidos como as principais famílias de suas cidades.

Os fatores econômicos também prevalecem para Bottomore (1978, p. 60). De acordo com o autor, nas sociedades industriais, as elites políticas são recrutadas em grande escala na classe alta, unida por objetivos econômicos e culturais comuns.

Em Weber (2002, p. 65-66), cujas afirmações são ponto de partida para qualquer discussão sobre a teoria das elites, principalmente no que se refere à mobilidade social, um dos critérios utilizados para selecionar os integrantes da camada dirigente é o plutocrático, pois seus membros nem sempre solicitam pagamento por serviços prestados ao Estado, diferentemente do indivíduo sem fortuna. A atividade política desenvolvida por cidadãos economicamente independentes ou pelos políticos não-profissionais diferenciaria os praticantes, honrando-os. Entre tais homens estaria o fazendeiro, beneficiado pelo caráter sazonal da agricultura.

Em Catanduva, quantos dos italianos ocupantes de cargos políticos seriam fazendeiros envolvidos em outras atividades? Seria o caráter plutocrático que distinguiria estes italianos como membros da elite política?

Parte do arcabouço da teoria das elites é formulada por Pareto (1976). Com o objetivo de facilitar pesquisas empíricas, ao elaborá-la destaca a existência de dois

extratos na sociedade: um inferior (**não-elite**, integrado por elementos da massa, sem atributos especiais para destacá-los) e um superior (**elite**, grupo minoritário, detentor de dons ou qualidades superiores). O grupo da **elite** (também entendido pelo autor como aristocrático, formado pelos mais ricos) foi classificado em dois subgrupos cujo critério de divisão é o exercício do governo e, embasado neste, o primeiro grupo que governa no momento constitui a **elite governante** e o segundo grupo, a **elite não-governante,** que governará posteriormente. Embora essa teoria reconheça a existência de desigualdades sociais, principalmente devido ao conceito de minoria governante, ela torna-se válida com base em outra proposição de Pareto, segundo a qual, nas democracias modernas, as posições de poder encontram-se abertas e seus ocupantes podem ser recrutados em diferentes extratos sociais com fundamento no mérito pessoal, individual (1976, p. 73-76).

Outro autor a ilustrar a teoria das elites é Mosca (1968). Para ele, em todas as sociedades, modernas ou não, existem duas classes: a dirigente e a dirigida. A primeira, minoritária, ocupa cargos políticos, possui poder e privilégios graças a qualidades pessoais e aptidão para dirigir e organizar-se. Nas proposições de Mosca, a elite, além de ter poder e força, se impõe, também, por representar os interesses do grupo mais importante da sociedade, o grupo denominado **classe política.** A existência de um grupo intermediário entre a classe política e a massa, integrado por funcionários públicos, intelectuais e profissionais liberais, propicia recrutamento dos novos membros da **classe política** (1968, p. 315-318).

Para Mills (1975), Weber (2002), Pareto (1976) e Mosca (1968) integrar o grupo da elite dirigente e governante é privilégio de uma minoria detentora de qualidades superiores, pautada na riqueza, o que destaca a existência de uma desigualdade social. Essas proposições, como apresentadas até então, são elaboradas em oposição à teoria marxista, todavia, discuti-las não é a intenção deste trabalho. Todos os autores concordam com a existência, na sociedade capitalista, de um grupo de indivíduos que, estando acima das massas decidem por esta. Mesmo assim, nessas propostas evidencia-se a possibilidade de ascensão, por se tratarem de sociedades democráticas, as quais, apesar da desigualdade entre as classes, ofereceriam possibilidades de mudança social, ou seja, aos indivíduos seria facultativo circular entre as classes sociais e, graças a essa mobilidade, ocorreria a renovação da elite.

Bottomore (1965) refina as teorias acima trabalhando com os conceitos de classe social e de elite como complementares. Em seus pressupostos, contemporaneamente, o

termo **elite** aplica-se a grupos funcionais, sobretudo ocupacionais, que por razões indefinidas, possuem *status* elevado no interior da sociedade. Por outro lado, o termo **classe política** refere-se a grupos detentores de poder ou de influência política, e entre estes disputa-se a liderança política; por sua vez, esta renova-se a cada embate e, aos vencedores, aqueles que realmente conseguem exercê-la, Bottomore adota o termo **elite política,** na qual estariam os "membros do governo e da alta administração [...] e, em alguns casos famílias politicamente influentes [...] dirigentes de poderosos empreendimentos econômicos". Aos grupos vencidos, porém, envolvidos nas novas disputas, denomina-os **contra-elites** (BOTTOMORE, 1965, p. 11-16).

Bottomore (1965, p. 34), concordando com Pareto (1966), Mosca (1966) e Mills (1975), afirma que " [...] se olharmos para as sociedades modernas sem ilusões, veremos que, por mais democráticas que sejam suas constituições, são de fato dominadas por uma elite, [...] uma elite governante [...] ". Entre as preocupações de Bottomore, está a maneira como circulam as elites. Pareto (1966) considera a renovação das elites baseada em movimentos cíclicos, permitindo a substituição dos membros ou do grupo todo (uma nova elite), oriundos das classes inferiores. Mosca (1966), por seu turno, aponta a formação de novos grupos sociais como conseqüência de mudanças econômicas, tornando-os mais influentes à medida que as atividades praticadas pelos seus membros vão-se intensificando, até tornarem-se vitais.

Para Bottomore (1965, p. 42) as mudanças econômicas provocam alteração no nível de poder dos diferentes grupos, permitindo a alguns ascenderem a grupos da elite ao assumir o controle e concretizar as mudanças responsáveis pela alteração do *status quo*. Para o autor, como o poder de uma classe dominante advém da posse dos meios de produção e, em algumas classes, estes são transmitidos de geração a geração, o arranjo, de certa maneira, permite a perpetuação de certas classes no poder. Entretanto, a entrada de novas famílias, de novos membros, ocorre se uma mudança rápida e significativa alterar o sistema de produção ou a posse dos meios produtivos.

Portanto, identificar a maneira como se dá a mobilidade ou a ascensão de indivíduos ao grupo que governa a elite política, é fundamental. É nessa questão que se detém a presente pesquisa. O objetivo é investigar as razões da ascensão do grupo de italianos catanduvenses à categoria de elite governante, uma vez que o ingresso de imigrantes e seus descendentes na arena política representava um alto grau de inserção na sociedade. A hipótese é de que esta ocorreu através da posse da terra, uma via de

acesso que permitiu à maioria dos italianos atuarem como membros da elite política catanduvense no período que compreende 1918 a 1964.

A bibliografia existente sobre a imigração, principalmente italiana, não questiona o desejo de ascensão social da população imigrante. E deixa claro que a ascensão política era possibilidade ainda mais remota, uma vez que os campos específicos da administração e do Estado eram dominados por brasileiros. Fausto (1995, p. 9) ressalta esse domínio, destacando as ações da elite nacional, mesmo simbólicas, no sentido de impedir a entrada dos imigrantes na política. No período da República Oligárquica, do coronelismo, do clientelismo, do controle eleitoral, aos imigrantes faltavam praticamente todos os requisitos necessários a um político: instrução, domínio do idioma e direitos políticos. Faltava principalmente um bem que lhes abrisse as portas da arena política: a posse da terra. Era em seu entorno que o campo político organizava-se, a classe governante unia-se e seus proprietários reconheciam-se pelo interesse comum.

Como ressalta Barbosa Lima Sobrinho

> A base do poder vem, senão da propriedade, pelo menos da riqueza. Se o potentado local não possui recursos suficientes, não tem como acudir às necessidades de seus amigos e muito menos às despesas eleitorais [...] . Eleições sempre se fizeram com dinheiro (LEAL, 1975, p. IV-XV).

Fausto (1995) aponta a existência de poucos trabalhos sobre a ascensão política dos imigrantes, entre os quais os de Truzzi a respeito da cidade de São Carlos, e os de Abreu sobre Presidente Prudente. Vale ainda destacar as pesquisas de Bilac (1995) em Rio Claro.[1] A respeito da ascensão social dos imigrantes, alguns autores como Holloway (1984) e Font (1982; 1983; 1989) defendem a tese de que a dos italianos ocorreu por meio da propriedade da terra, enquanto Hall (1969), Dean (1977), Love (1982), Monbeig (1984), Stolcke (1986), Alvim (1986), Trento ([s.d]) e Martins (1988), entre outros, não reconhecem ter sido por tal meio. As pesquisas realizadas por esses

86)1995) ntor[(19TDex3 Tia995) e)-5tas

Em 1920, esse número cresceu: do total de 80.921 propriedades, 14,6%, ou 11.825, eram de italianos. A autora lembra que, em 1905, dos italianos residentes no Estado, cerca de 32 mil, ou 7% do total, eram pequenos proprietários; em 1920, o número saltou para 71 mil italianos, ou 17,8% do total de 398.797 italianos no Estado. Ademais, entre os dois censos agrícolas oficiais pesquisados o número total de propriedades no Estado cresceu 42% e as de italianos, 127%. Segundo Alvim, esses dados sustentariam qualquer tese de ascensão social; entretanto, apesar de relevantes, os números apresentados foram confrontados com aqueles divulgados pelo Consulado Italiano na época. Para esse órgão, a população italiana correspondia a 9% do total do Estado de São Paulo e possuía 15% das propriedades existentes. Porém, o percentual de 15% equivalia a apenas 6,5% da área total ocupada e a média das propriedades era de 76 hectares ou 31,67 alqueires.

Quando comparados o valor e a superfície das propriedades em mãos de diferentes nacionalidades, os italianos ocupavam apenas o 19º lugar em valor e o 21º lugar em superfície, correspondendo a apenas 6,5% do total da área do Estado.

Holloway (1984, p. 37-49 e p. 213-216), por sua vez, defende a tese de que a ascensão italiana deu-se em razão das características daqueles que imigraram para São Paulo. Em primeiro lugar, sua origem pobre: a maioria dos imigrados eram *braccianti* ou proletários rurais; em segundo lugar, sua reputação de trabalhadores árduos e de baixos níveis de consumo, pois o objetivo deles era poupar; em terceiro lugar, destaca o grande número de familiares envolvidos no trabalho, o que representava mais possibilidades de ganho e de aumento da poupança; em quarto lugar, a conquista dos colonos nos contratos de trabalho, o que lhes garantiu a cultura intercalar de subsistência e as pastagens para criação de animais, aumentando as possibilidades de rendimentos. Para Holloway (1984), alguns obtiveram maior sucesso e tornaram-se proprietários de grandes fazendas; outros um sucesso menor; outros ainda foram “casos excepcionais” como Geremia Lunardelli e Francisco Schmidt, os “reis do café”, exemplos usados por praticamente todos os estudiosos do tema.[2]

Font (1985, p. 224-226) argumenta que, enquanto para alguns autores, como Martins (1977), as 8.392 propriedades pertencentes a estrangeiros em 1905 não significavam praticamente nada, o fato de aproximadamente 40 mil imigrantes

---

[2] A palavra **fazenda**, tal como é como usada atualmente, refere-se à certa quantidade de terras; propriedade fundiária, porém, significa de fato, conjunto de bens, a riqueza acumulada, bens produzidos pelo trabalho. Mais informações em MARTINS, 1998, p. 23-24.

tornarem-se independentes é significativo. Para os imigrantes, possuir terras representava ser membro do grupo dos fazendeiros, significava ter liberdade, ser respeitado e tornar-se cidadão.

A legislação da época confirma a condição de cidadania. A Constituição de 1891 outorgava cidadania brasileira aos estrangeiros possuidores de bens imóveis no país (artigo 69, parágrafo 5º); aos que fossem casados com brasileiros ou tivessem filhos brasileiros, contanto que por aqui residissem; e aos que comprovassem residência nos municípios há mais de um ano. Cumpridas as condições, o imigrante recebia o título de eleitor, comprovante da naturalização (FAUSTO, 1995, p. 13). Assim, além de se tornarem eleitores, poderiam candidatar-se a cargos políticos tanto do Legislativo quanto do Executivo.

Para os imigrantes, tornar-se proprietário trazia benefícios. Um deles era poder abrir as portas para um mundo dominado pelos nacionais, o da política. Neste trabalho, procura-se relacionar a mobilidade social, que permitiu a inserção dos italianos e seus descendentes entre os membros da elite política no município de Catanduva, com a estrutura econômica e com o sistema político.

A análise neste estudo, no entanto, não se faz apenas no sentido mecanicista. Assim sendo, as observações de Kerbauy vêm ao encontro do nosso objetivo, pois, para a autora o

> Consenso dos estudos realizados caminha para a afirmação de que a mudança político-institucional atua independente das variações na economia. Pode ser que isso ocorra, mas no nível em que os estudos sobre poder político local se encontram, esta generalização é extremamente precária e subjetiva (1979, p. 13).

Para Soares (1973, p. 135), no Brasil, “mudanças na infra-estrutrura socioeconômica são fundamentais para compreender mudanças políticas”. No entanto, o autor concorda com a assertiva de que outros processos também são importantes e atuam modificando as estruturas, tais como a fragmentação da propriedade agrícola, a urbanização e a industrialização, a mobilização e a conscientização política, entre outros.

Soares (1973, p. 132-134) aponta a perda do poder e decadência da oligarquia rural em Araraquara em detrimento da ascensão política das classes médias urbanas, considerando estas uma conseqüência de transformações das “estruturas socioeconômicas”. Em suas pesquisas sobre Araraquara, o autor demonstra como tais mudanças afetaram a composição do Legislativo local. Em 1947, foram eleitos

vereadores no município cinco fazendeiros que integravam o maior grupo ocupacional daquela legislatura; em 1951 e 1955, foram eleitos apenas dois; em 1959, somente um e, em 1963, nenhum fazendeiro foi eleito para a Câmara de Araraquara. Soares relaciona a ausência, ou a redução no número de fazendeiros, com a perda de importância da cafeicultura e com o destaque do setor industrial e comercial, dando início à "república poliárquica". No entanto, afirma que, apesar da perda da importância da cafeicultura na economia da cidade, a política local ainda apresentava "uma base econômica".

Para análise dos dados e comprovação da hipótese de que em Catanduva, no período de 1918 a 1964, a via de acesso para a maioria dos italianos que integrou a elite política foi a posse da terra, dividiu-se a pesquisa de campo em etapas utilizando técnicas documentais e bibliográficas pertinentes.

A primeira etapa foi dedicada ao levantamento da bibliografia. Em seguida, realizou-se uma revisão referente ao processo de desenvolvimento econômico e político ocorrido no período escolhido, na região específica sobre o qual versa este trabalho, visando à compreensão do tema sob novo enfoque. Para o cumprimento e a eficiência dessa etapa, foram utilizadas as seguintes fontes secundárias: livros, teses, dissertações, monografias, revistas, jornais, boletins, estatísticas, mapas e outras publicações.

Na segunda etapa realizou-se a pesquisa documental, quando foi utilizada para a coleta de dados as seguintes fontes primárias:

- arquivos do Museu Padre Albino, da Fundação Padre Albino de Catanduva
- arquivos da *Sociedade Italiana de Mutuo Socorso Gabrielle D'Annunzzio*, atualmente *Sociedade Ítalo- brasileira Gabrielle D'Annunzzio*
- arquivos da imprensa local e estadual
- Secretaria Estadual de Agricultura
- arquivos do 1º e 2º Cartório do Registro Civil
- arquivos do 1º e 2º Cartório do Registro de Imóveis de Catanduva, Araraquara, Jaboticabal, Santa Adélia e São José do Rio Preto
- arquivos particulares de moradores

Nestas fontes, os dados levantados foram:

- documentos diversos
- jornais e revistas publicados na imprensa oficial local e estadual
- fotografias
- boletins estatísticos

- legislação pertinente
- escritura de imóveis
- atestados de óbitos
- atas e relatórios

Nessas fontes, os dados levantados foram: documentos diversos; jornais e revistas publicados na imprensa oficial local e estadual; fotografias; boletins estatísticos; legislação pertinente; escritura de imóveis; atestados de óbito; atas e relatórios.

Entre os arquivos de moradores locais, localizou-se um em especial. Trata-se de uma série de fichas manuscritas originais, contendo dados pessoais e profissionais de vários prefeitos e vereadores da cidade pesquisados pela profa. Ana Maria Homem Marino, durante o ano de 1984, a pedido do prof. José Albertino Rodrigues, da Universidade Federal de São Carlos.

No início da pesquisa empírica, durante o levantamento preliminar de dados eleitorais, verificou-se a impossibilidade de obter dados relativos ao período delimitado neste trabalho, 1918–1964, na Câmara Municipal de Vereadores, Prefeitura Municipal e Cartório Eleitoral de Catanduva, em razão da ocorrência de enchentes que destruíram os arquivos devido à precariedade de conservação destes. Em face desse obstáculo, considerou-se válido recorrer à imprensa local como fonte primária de dados relativos ao número de eleitores, vereadores e prefeitos eleitos.

Para efeito de análise, seria necessário obter informação sobre os partidos políticos organizados localmente. No entanto, não foi encontrada nenhuma documentação sobre estes, recorrendo-se novamente à imprensa local como fonte sobre o assunto; considerou-se o volume de informações encontradas satisfatório.

O grupo sobre o qual versa esta pesquisa, o dos italianos ocupantes de cargos políticos, moradores da cidade de Catanduva, eleitos ou nomeados entre 1918 e 1964, compôs-se de 61 italianos; destes, sete foram eleitos para prefeitos; dois, para vice; e 52 para vereadores. Entre os prefeitos, foram considerados os que exerceram o cargo e no caso de reeleição, os políticos foram contados separadamente para cada exercício. Nos períodos de nomeação de prefeitos, foram relevados apenas aqueles cujos mandatos atingiram, no mínimo, seis meses. No grupo de vereadores, consideraram-se os eleitos a partir de um mandato e para cada legislatura foram contados separadamente.

Como o objeto de pesquisa é composto pelos italianos que ocuparam cargos políticos, entendeu-se como necessária a realização de entrevistas com familiares ou outros indivíduos, personagens da cidade, selecionados pelo seu conhecimento sobre a vida política municipal. Nas entrevistas, buscou-se algumas informações (origem da família, época de chegada e primeiro destino, atividade econômica praticada pela família, grau de instrução do político, profissão) e características pessoais (disponibilidade, prazer e participação em festejos, associações, conversas, benemerência, relacionamento com familiares).

O foco de análise, como foi dito, são imigrantes italianos, todavia, consideramos necessário destacar, mesmo com menor intensidade e caráter mais informal, os imigrantes de outras nacionalidades e sua participação na política local. Para obter informações sobre outras colônias, além dos arquivos apontados acima, também realizou-se entrevistas com membros da comunidade de espanhóis e libaneses.

Após a sistematização total dos dados pesquisados, formulou-se o trabalho em seis capítulos. O primeiro apresenta uma revisão bibliográfica sobre o tema da imigração, instituição do trabalho livre no país e o debate estabelecido a respeito da ascensão social e inserção de imigrantes italianos e/ou seus descendentes. Nesse capítulo, o objetivo geral foi destacar o contexto no qual se inseriu o imigrante italiano como opção de mão-de-obra no Brasil.

No Capítulo II, a análise centra-se no surgimento e desenvolvimento do município de Catanduva, dentro do contexto da expansão agrícola paulista e da chegada dos primeiros imigrantes na região, observando-se as transformações econômicas no Estado e no município no período delimitado.

O terceiro capítulo busca averiguar a emergência das novas bases econômicas e políticas instituídas a partir da revolução de 1930, como transformadoras da política oligárquica, do coronelismo e do clientelismo. Entre as reflexões realizadas no capítulo, busca-se verificar a concretização de novas bases de poder, mudança social e os reflexos deste contexto em Catanduva.

No Capítulo IV, a análise tem como foco principal as mudanças ocorridas nas estruturas econômica e política local após o fim do Estado Novo (1937-1945), as eleições em Catanduva e a atuação política dos descendentes de italianos até 1945. O objetivo específico nesse capítulo é verificar a sua participação na elite política catanduvense e as atividades ocupacionais às quais se dedicavam.

No quinto capítulo, o objetivo é demonstrar as mudanças políticas em Catanduva inerentes às novas condições democráticas pós-Estado Novo, prosseguindo até as últimas eleições (1948 a 1964) e a posse dos eleitos anteriores ao golpe de 1964.

No VI e último capítulo, observa-se a participação de imigrantes espanhóis e libaneses na arena política local e analisa-se a efetiva participação dos italianos como membros da elite política catanduvense durante todo o período estudado (1918-1964). Finalmente, são apresentadas as conclusões e considerações permitidas após a análise dos dados pesquisados.

CAPÍTULO I EXPANSÃO CAFEEIRA E PROBLEMAS RELACIONADOS À MÃO-DE-OBRA

Neste capítulo, dividido em sete seções, o objetivo é verificar algumas transformações sociais e econômicas ocorridas durante grande parte do século XIX em conseqüência da adoção de novas relações de trabalho estabelecidas devido à iminente abolição do trabalho escravo. O novo cenário levou a sociedade e o Estado a recorrerem à importação de mão-de-obra estrangeira, principalmente italiana, para que a cafeicultura — que nesta época se firmava como centro dinâmico da economia brasileira — não fosse prejudicada.

Na primeira seção, o enfoque envolve as experiências iniciais com trabalhadores livres e os problemas delas decorrentes; na segunda seção, o olhar recai sobre as condições verificadas na Europa, especificamente na Itália, que serviram de estímulo à imigração de trabalhadores daquele país para o Brasil; na terceira seção, a análise destaca a legislação brasileira sobre a propriedade da terra e a expansão cafeeira; na quarta seção, destaca-se o papel do trabalhador nacional; na quinta seção, é analisada a chegada dos imigrantes italianos como solução para os problemas nacionais; na sexta seção, o enfoque recai sobre a possibilidade de aquisição de propriedades de terra pelos imigrantes; na sétima e última seção, destaca-se o debate historiográfico sobre a ascensão do imigrante italiano por meio da posse da terra.

No Brasil, o século XIX representou uma época de transformações. Logo no início da segunda década, em 1822, ocorreu a Independência do país e, próximo ao final, em 1889, a proclamação da República. Entre essas datas, além da mudança do regime político, duas outras transformações foram igualmente importantes: a do eixo econômico —– antes centrado no Nordeste e transferido para o Sul em razão da perda de importância da produção canavieira para a cafeeira — e a substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre e assalariado.

O início do século XIX, de acordo com observações de Pinto (1995), Furtado (1997) e Prado (1983), entre outros, foi marcado pela decadência da agricultura tradicional face à nova conjuntura econômica internacional. Pinto destacou que, na primeira metade do século XIX, produtos tradicionais como o açúcar, o algodão e o couro sofreram a concorrência de outros países, apresentando conseqüente queda de preços: o açúcar extraído da cana passou a enfrentar a competição dos novos produtores

cubanos e dos europeus, com o açúcar extraído da beterraba; o algodão brasileiro competia com o dos Estados Unidos, que era produzido em larga escala e contava com mão-de-obra abundante; e o couro enfrentava a concorrência dos países da bacia do Prata (1995, p. 132-133).

Nas primeiras décadas do século XIX, entre 1830 e 1840, durante o período regencial, a essas dificuldades somaram-se as revoltas e a guerra civil.[3] Acrescente-se ainda a pressão da Inglaterra que pretendia impor ao Brasil o fim do tráfico de escravos e que acabou dando origem a um tratado assinado em 13 de março de 1827, estabelecendo um prazo de três anos, 1830, para o fim do tráfico (BEIGUELMAN, 1968, p. 18-21).

O acordo não foi cumprido. Em conseqüência, a Inglaterra, principalmente após abolir o tráfico em suas colônias, aumentou a pressão com o intuito de levar os demais países do mundo a adotarem a mesma medida. Para atingir tal objetivo, utilizou todos os recursos de que dispunha, como a influência política e militar. Em sua obra, Prado Jr. comenta, com certa ironia, essa postura da Inglaterra, que passou de grande traficante de escravos a "paladino internacional da luta contra tal atividade" (1983, p. 145). Para Furtado, a Inglaterra, uma potência no comércio do açúcar, ao imbuir-se de valores morais, na verdade disfarçava seus verdadeiros interesses econômicos, pressionada por um de seus maiores parceiros, os antilhanos, grandes produtores e fornecedores para o mercado internacional. O cenário de então favorecia apenas os brasileiros que, ao utilizar mão-de-obra escrava, diminuíam seus custos de produção e provocavam baixas nos preços do açúcar, o que significava redução dos lucros tanto de ingleses como antilhanos (1997, p. 95). A pressão inglesa resultou, anos mais tarde, em 1850, no fim do tráfico de escravos no Brasil.

Foi em meio às pressões enfrentadas pelo Brasil, durante as primeiras décadas do século XIX, que um novo produto despontou como importante fonte de riqueza: o café. Cultivado desde o início do século XVIII, em 1831, o café transformou-se no principal produto de exportação do país, responsável por 43,8% do total da pauta, seguido pelo açúcar com 24%, o algodão com 10,8% e couros e peles com 7,9% (PINTO, 1995, p. 135).

O Vale do Paraíba delineou-se como o "primeiro grande cenário" da cafeicultura brasileira, uma vez que em suas terras a cultura do produto avançou, fixando um novo

[3] Discussões mais abrangentes em PRADO JR. [s. d.].

eixo econômico próximo à capital federal (PRADO, 1983, p. 160-161). No Vale, a concentração de capitais e de interesses na monocultura cafeeira, aliado ao sucesso alcançado pelo café brasileiro no mercado mundial, possibilitaram a prosperidade local forjando uma nova e influente elite social e política no Brasil.

Diferentemente da elite açucareira, a vanguarda da cafeicultura focou seus interesses na produção, aliada ao comércio — uma nova postura de produtores no cenário econômico do país. Por outro lado, paralelamente à prosperidade e à riqueza, a nova elite enfrentou um conjunto de desafios tais como " [...] a aquisição de terras, recrutamento da mão-de-obra, organização e direção da produção, transporte interno, comercialização nos portos, contatos oficiais, interferência na política financeira e econômica". A percepção da complexidade da situação levou a elite cafeeira a considerar a "enorme importância que podia ter o governo como instrumento de ação econômica" (FURTADO, 1997, p. 115-116).

O recrutamento da mão-de-obra representava um dos maiores desafios para os fazendeiros de café, uma vez que era iminente a extinção do trabalho escravo. Enquanto os cafezais multiplicavam-se, cresciam também as discussões sobre o fim do tráfico e a abolição da escravidão. O governo brasileiro, continuamente pressionado pelos ingleses, como já citado, ficou sem saída e acabou por abolir o tráfico em 1850 e a escravidão em 1888. Tais medidas governamentais, como serão vistas, redundaram em uma série de mudanças, principalmente, nas relações de trabalho adotadas no país (MARTINS, 1998, p. 119-120).

O longo processo que culminou com o fim do tráfico de escravos e a abolição,
enessvm1(extinção do t)3(ráfico d. N 8(5)0 2(rBsileiTJ17.86 30 TD0 Tc0.0029Tw[(mu or)é8 8( )0o
como ob181v0.0390.1652 1(4oelvos e 2e(e, nafoiontisequeTJ19.52710 TD0.0002 Tc0.0144 Tw[(abi

A extinção do tráfico impedia a aquisição de novos escravos e apresentava um novo desafio ao produtor: o de considerar a substituição do escravo pelo trabalhador livre. E coube aos fazendeiros a iniciativa de buscá-lo, uma vez que o governo havia fracassado em tentativas anteriores de trazer do exterior mão-de-obra alternativa, promovendo o assentamento de colônias de imigrantes (as primeiras, de alemães, em São Paulo, datam de 1827). Essa nova realidade gerou embates políticos entre os fazendeiros escravocratas — o partido dos Conservadores, que não apoiava a idéia da abolição, e o partido dos Liberais, desejoso da instauração de uma nova ordem de trabalho.

Linhares e Silva (1981, p. 31-35) destacaram os conflitos verificados entre representantes desses dois partidos durante o período de Regência, até meados do II Império. O cerne da questão era a crise do escravismo aliada à crise econômica, em razão da decadência das exportações do açúcar causada pela queda do preço. Despontava a cafeicultura, o que se evidencia claramente no final da década de 1840, quando o valor das exportações de café atingiu 22:488$000 contos de réis contra os 15:136$000 contos de réis do açúcar. A importância do café, como produto de exportação, pode ser observada pelo salto nas transações verificadas entre 1830 e 1850, quando o volume saltou de 9,7 milhões de sacas de 60 quilos para 17,1 milhões, chegando a 26,2 milhões em 1850.

Os diferentes interesses que marcaram os embates políticos de então tiveram como resultado a adoção de uma política imigrantista por parte do governo. No Congresso, estadistas paulistas aliados a cafeicultores defensores do novo regime resolveram iniciar a importação de trabalhadores diretamente da Europa. Vale dizer, portanto, que, quando o café passou a ocupar definitivamente o lugar de destaque que anteriormente cabia ao açúcar, também passaram a predominar os interesses dos cafeicultores, o que levou São Paulo a assumir a liderança econômica e política do país.

Até 1880, porém, não havia ainda se concretizado o ideal de imigração em massa. Poucos foram os estrangeiros importados — nessa época, contaram-se apenas 18.761 deles, trazidos por esforços de particulares, como o do Senador Vergueiro, ou combinados a iniciativas do governo, tais como a Lei Provincial de 1871, base do sistema de imigração que subsidiava a vinda de imigrantes (CENNI, 1975, p. 163).

Do início da segunda metade do século XIX até alguns anos mais tarde, 1888, a posição assumida entre os parlamentares paulistas foi a de luta constante contra a escravidão e a favor da imigração. Era consenso, entre estes, a necessidade de importar

trabalhadores brancos, europeus, principalmente os italianos, cuja vinda para o Brasil por fim se concretizou.

Segundo Ianni (1963, p. 15-17), a imigração italiana para o Brasil não pode ser considerada um movimento coletivo normal e espontâneo em virtude da proporção em que ocorreu, provocando um grande êxodo no país de origem. Para os italianos foi uma solução extrema, adotada em momento de crise tanto estrutural como conjuntural, quando o país enfrentava distúrbios de ordem política, econômica e social, alguns destes causados pelo processo de unificação política do país na segunda metade do século XIX. A fome e o desemprego assolavam a população italiana, e a saída de um grande contingente populacional aliviou a parcela de responsabilidade do governo, que a usou como parte da política econômica e lhe permitiu o adiamento de reformas essenciais, como a agrária. Vale ressaltar, porém, que a emigração não constituiu uma solução para o problema italiano amenizando apenas a fome dos que ficavam.

Além de Ianni, também Alvim (1986, p. 21-25) aponta a imigração como conseqüência do problema do desemprego vivido pelos italianos. Segundo a autora, a explicação para esse movimento "expulsor" encontra-se no processo de transformações provocado pela introdução ou penetração do capitalismo na agricultura e pela "decolagem" industrial iniciada pelo Norte daquele país. Um dos reflexos deste processo foi, de um lado, a concentração de terras pelos grandes proprietários e, de outro, a transformação do pequeno proprietário em mão-de-obra para as fábricas que surgiam. Sem condição de produzir nos mesmos moldes capitalistas utilizados pelos grandes, os pequenos agricultores usavam sua pequena renda para honrar compromissos, como o do pagamento de empréstimos e de hipotecas, e com a redução contínua de sua renda, viram-se obrigados a vender suas propriedades. Com o passar do tempo, as diferenças entre o Norte italiano, mais industrializado, e o Sul, mais agrícola, foram se acentuando, criando um excedente de mão-de-obra que não era absorvido pelo mercado regional. Diante do desequilíbrio econômico, a emigração parecia ser a única solução para aqueles que não encontravam trabalho. O número de imigrantes, de acordo com Alvim, impressionam: entre 1861 e 1940, estavam em torno de "vinte milhões de indivíduos"; desses, "dezessete milhões" saíram entre 1861 e 1920.[4]

A falta de trabalho refletia-se nas condições de pobreza em que viviam parte dos italianos em seu país, o que os colocava na condição de potenciais imigrantes. Tal

[4] A autora observou que estes números não são os mais próximos das saídas definitivas. ALVIM, 1986, p. 24.

situação é destacada por Ianni (1963, p. 15-31), ao se referir a um *leilão* de necessitados por oportunidades no exterior. Por estar impedidos ou impossibilitados do direito ao trabalho, apesar de este ser garantido pela Constituição italiana (artigo 4º), esses italianos buscavam viver dignamente numa terra que não era a sua. De acordo com o autor, a indignação era manifestada até em versos: " [...] por que se vai para fora do reino? Por infortúnio se vai!"; ou ainda: "[...] *qual madre è mai, que gli uni sazia, ed altri, a tanti, ai piu, non pensa?*" — em português: " [...] qual é a mãe que a uns filhos sacia e em outros, em tantos, nos mais, não pensa?". Nas praças locais, havia sempre uma lápide lembrando os mortos em guerra, porém nada para lembrar os que partiram, os que emigraram (IANNI, 1963, p. 15-31).[5] Na aparência, era uma luta entre italianos**:** de um lado os desejáveis e de outro, os indesejáveis que se viam obrigados a se aventurar fora do país, na tentativa de ***Fare l'América ... .***

1 Os braços para a lavoura ...

No Brasil, a introdução do trabalho livre, em particular, relacionado à imigração, integrou o processo que visava a garantir, naquele momento, a continuidade do modelo de economia agrária, monocultora, voltada à exportação.[6]

Segundo Martins (1998, p. 16- 19), a abolição no Brasil representou mais que transformação na condição jurídica do trabalhador, vindo a transformar o próprio trabalhador. Essa nova condição, porém, não definiu um regime de trabalho assalariado. E as relações de trabalho entre fazendeiro e camponês não foram exatamente relações capitalistas de produção, expressas em salário monetário (única forma de remuneração da força de trabalho no processo capitalista). Ao adotar o trabalho imigrante e livre, foi criado um regime de trabalho específico, estabelecido em contratos como *o colonato*, que combinou três características, a saber: " [...] pagamento fixo pelo trato do cafezal, um pagamento proporcional pela quantidade de café colhido e produção direta dos alimentos como meios de vida e como excedentes comercializáveis pelo trabalhador". Nesse caso, prossegue o autor, como o trabalhador produzia por si parte dos meios indispensáveis à sobrevivência, caía por terra o caráter salarial, quando este entregava

---

[5] Sobre as condições de imigração vale consultar: SAYAD, A. O retorno, elemento constitutivo da condição do imigrante. *Travesssia Revista do Imigrante.* Numero Especial, ano XIII, jan. 2000.

[6] De acordo com autores como ALVIM (1986), CANO (1985), DEAN (1977), HALL (1969), DIEGUES (1964), MARTINS (1998) e outros, os imigrantes garantiram essa reprodução e fizeram mais ainda, pois também se dedicaram ao comércio e a atividades culturais.

ao capitalista parte do excedente de seu trabalho. Enfim, o trabalhador era livre, porém, as relações de trabalho não eram estabelecidas em moldes capitalistas.

Nessas novas relações, o fazendeiro estabeleceu mecanismos de coerção com o intuito de legitimar a exploração do trabalhador e de sujeitá-lo à sua dependência. O novo ator desejável deveria reconhecer o trabalho e a submissão como uma virtude. No entanto, era difícil mantê-los dependentes mesmo com o esforço dos fazendeiros empregadores que tentavam efetivar essa sujeição criando alguns mecanismos inerentes aos contratos de trabalho, como os débitos relativos a adiantamentos para viagens, manutenção da família até os primeiros pagamentos e que os mantinham presos à fazenda até saldarem a dívida totalmente. A preocupação maior era a de impedir o abandono das tarefas em qualquer circunstância, pois os trabalhadores, quando insatisfeitos, mudavam-se inúmeras vezes, indo de uma fazenda à outra, em busca de melhores condições de vida e de trabalho (MARTINS, 1988, p. 123-125).

Os primeiros contratos entre proprietários e trabalhadores livres no Estado de São Paulo foram elaborados, ao menos em aparência, de forma idêntica aos de meação já utilizados na Europa. Todavia, esse tipo de acordo, denominado *parceria,* mostrou-se desvantajoso tanto para os trabalhadores contratados quanto para os fazendeiros contratantes. O documento previa adiantamento para as despesas de viagem, para alimentação no primeiro ano de trabalho e ferramentas necessárias. Também estabelecia juros de 6% ao ano para pagamento da dívida contraída com os adiantamentos. Além do trabalho realizado nos cafezais, os trabalhadores cultivariam gêneros em lotes pré-destinados para esse fim, e o lucro da venda de ambos seria dividido entre proprietários e trabalhadores parceiros, cabendo a cada um, respectivamente, 60% e 40% (TRENTO,[s.d], p. 20-23).[7]

As primeiras experiências com a adoção desse tipo de contrato foram inúmeras e conflituosas. O sistema de parceria introduzido penalizava o parceiro.[8]

A natureza do documento estabelecido entre os fazendeiros e os referidos imigrantes, não se coadunava com os desejos de aqui encontrarem uma vida digna, um tratamento profissional adequado, uma alimentação e habitação decentes, as assistências religiosa, médica e jurídica, além de escola para os filhos, tudo o que não fora possível

---

[7] Stolcke aponta juros de até 12% anuais, com a dívida vinculada à família caso ocorresse a morte do chefe. Em alguns casos, estas poderiam ser pagas em média após 4 anos, caso houvesse empenho nas tarefas, de acordo com alguns estudos. STOLCKE, 1986, p. 20-1.

[8] Nessa época, uma provável causa seria a falta de experiência dos trabalhadores contratados para a lida no campo.

realizar na Itália. Esse sonho não foi compreendido nem aceito pelos fazendeiros. Ao contrário, os imigrantes depararam-se com condições miseráveis de tratamento e alojamento, semelhante aos destinados a escravos — o que se devia, principalmente, a um costume herdado da cultura escravista, como revelam as propagandas divulgadas no início da década de 1870, que descreviam o perfil dos italianos como o de um "... trabalhador frugal, dócil, pobre, econômico, católico, manejado com facilidade, sem perigo de insurreições ...

também destacou estudos da época que mencionavam os nacionais como mais habilidosos e aptos para as tarefas citadas, porém inaptos para o trabalho sistemático devido à sua preguiça. O segundo problema citado por Gnacarinni (1980) era o sistema de parceria e o de jornal (por jornada, geralmente por dias de serviço prestado) que vigoraram até 1880, ambas as práticas consideradas precárias, pois conforme o exposto, criavam tensões entre patrões e empregados assim como a constante mobilidade dos trabalhadores.

Tais problemas agravaram-se à medida que os cafezais avançavam, desta feita, rumo ao Oeste, que exigia um contingente de mão-de-obra mais eficaz, até então insuficiente, e mais "sedentarizado" para manter estável a produção nas novas fazendas cafeeiras.

O crescimento da cafeicultura poderia então, esbarrar na falta de braços para tal lavoura. A situação tornou-se preocupante. Segundo Beiguelman "[...] como mobilizar força de trabalho humana suficiente para, com seu emprego, valorizar as vultosas quantias de capital-dinheiro acumuladas nas mãos de fazendeiros capitalistas?" (1968, p. 58-59).

Como se vê, a questão da mão-de-obra exigia soluções, uma vez que era condição essencial para garantir o avanço da economia cafeicultora. Nos meses iniciais oa5 Tw1, antes da assinatura da Lei do VentreLivre, os fazendeiros paulistas, com apoio oficial do presidente da Província e do Império, deram início a uma série de ações voltadas para a solução desta questão. Uma dessas foi a criação da Associação Auxiliadora da Colonização e Imigração, outra foi a elaboração de leis, entre os meses oa5março e abril daquele ano de Tw1, aprovando o crédito financiado de 900:000$000 (novecentos contos de réis) para importação de trabalhadores, proporcionando a chegada de 10.455 imigrantes à província de São Paulo (HOLLOWAY, 1984, p. 62). Para Gnaccarini (1980, p. 53), as entradas subsidiadas pelo Governo imperial ou provincial eram uma iniciativa de mudança, ou um "movimento liberador de germes de novas relações de produção, mas, ainda, um movimento novo [...] ", quando ainda convivia-se com a escravidão e os imigrantes trabalhavam ao lado dos escravos.

Uma outra ação que visou solucionar o problema foi desenvolvida em T83. Conforme destaca Holloway (1984, p. 65), naqu

instalada a Hospedaria dos Imigrantes, com capacidade para abrigar cerca de 4 mil pessoas e concluída em 1888. Tanto o projeto como a construção do novo prédio e os financiamentos faziam parte de uma iniciativa conjunta do governo e dos fazendeiros, mais do que nunca interessados em solucionar o problema da mão-de-obra em face do crescente movimento abolicionista. O final da escravidão, pela abolição, era iminente e inevitável.

O autor destaca, ainda, as ações da Sociedade Auxiliadora, considerada eficiente no seu trabalho de recrutamento, transporte e distribuição da mão-de-obra imigrante. Parte do sucesso deveu-se ao seu diretor Martinho Prado Júnior, representante da região servida pela Estrada de Ferro Mogiana e considerado um dos maiores responsáveis pela transição bem-sucedida do regime do trabalho escravo para o do trabalho assalariado (HOLLOWAY, 1984, p. 65).

Tais fatores mudaram de forma significativa a questão da importação de trabalhadores imigrantes. Aliviada a carga das despesas com viagens, por meio dos subsídios concedidos pelo Estado e através da Sociedade Auxiliadora, restava, então, resolver a questão dos contratos de trabalho. De tal necessidade surgiu um sistema misto, uma combinação de trabalho assalariado e parceria, o *colonato*, responsável por criar um mercado de trabalho no interior da propriedade cafeeira, formado por grande quantidade de trabalhadores de todas as idades e com todas as habilidades exigidas na fazenda.

Esse tipo de contrato de trabalho foi descrito por alguns autores, entre os quais, Trento [s.d.]. A cada família eram atribuídos certo número de pés de café contra um salário fixo. Além deste, pagava-se, uma vez ao ano, uma quantia proporcional pelo café colhido e limpo. Os colonos também teriam direito a um pequeno pasto e ao cultivo de gêneros entre os cafeeiros ou áreas reservadas para tal prática ([s.d], p. 23). Os excedentes poderiam ser comercializados no mercado.[9]

Observações de Stolcke (1986, p. 47) apontam que, desde o início, as novas relações de trabalho provocaram tensões, embora, em alguns momentos, houvesse uma aparente submissão por parte dos colonos. A causa da tensão entre trabalhadores e fazendeiros residia na divisão do lucro após a colheita do cafezal. Os colonos, em face do comportamento explorador dos patrões, adotavam uma forma s1n.e ho

excedentes comercializáveis — prática prevista e permitida nos contratos de colonato. A autora considera a adoção do sistema misto de remuneração por tarefa e produção, como um "processo de exploração cada vez mais sistemática do trabalho, auxiliado pela importação maciça de imigrantes após meados da década de 1880". Como resultado, prossegue a autora, criou-se o mercado de trabalho em moldes capitalistas, porém, atrelado a este, negando o caráter de liberdade do trabalhador, tentou-se impedir sua luta contra o sistema constituído. O trabalhador que assim o fizesse, sofreria sanções disciplinares rígidas e redução ao mínimo do direito de plantio, o que impossibilitava a formação de um pecúlio. Tal procedimento permitia a exploração e sujeição no plano individual, no entanto não impedia uma reação coletiva — como greves dos trabalhadores. Outra conseqüência, reflexo do *colonato*, foi a intensificação da mobilidade espacial entre os colonos em busca de melhores oportunidades fosse em fazendas, cidades ou até mesmo em outros países como a Argentina (1986, p. 48).

Como apontado anteriormente, Martins (1998, p.19) não considerou este tipo de contrato como um instrumento efetivo de mudança das relações de trabalho pré-capitalistas para as capitalistas. O autor argumenta que, primeiro, não existia venda de força de trabalho individual e, sim, de toda a família; segundo, para efetivar-se o caráter capitalista, o salário deveria ser todo monetário de forma a permitir a aquisição no mercado dos meios necessários à produção e reprodução da força de trabalho, o que não ocorria; haja vista que parte dos meios necessários à sobrevivência era obtido, pelo trabalhador, diretamente da terra sem intermediação do mercado.[10]

Com as mudanças ocorridas a partir de 1885, a imigração deixou de ser circunstancial, beneficiando grande parte dos italianos mais pobres, os *braccianti,* como os denominou Alvim (1986, p. 45-9), uma vez que poderiam emigrar sem arcar com as despesas de viagem. Esses trabalhadores representavam a mão-de-obra barata e farta, almejada até então pelos fazendeiros.[11] A autora considera esta a segunda imigração

---

[10] O cotidiano das famílias de colonos foi descrito por autores como Bassanezi, em seu trabalho sobre a Fazenda Santa Gertudes. BASSANEZI, 1973.

[11] Os *braccianti* eram trabalhadores itinerantes. Sua única opção de trabalho estava nas grandes fazendas. Muitos deles eram especializados em serviços de vaqueiro, tecelão, produtor de queijo e encarregado da plantação, trabalhos pelos quais conseguiam contratos anuais. Outros, menos especializados, se empregavam com ceifadores, carpidores, carroceiros, tosadores e recebiam por tarefa. ALVIM, 1986, p. 87-88.

italiana. Na primeira, vieram os italianos do Norte, os setentrionais, enquanto na segunda, os do Sul, os meridionais, representados por grupos de famílias mais pobres. Segundo Alvim, até a promulgação da Lei de 1894 — que estabelecia o reembolso das despesas das famílias italianas vindas para o Brasil, quer fossem para colônias, quer para as fazendas —, as primeiras levas de imigrantes eram compostas, em sua maioria, de pequenos proprietários, arrendatários e meeiros. Para os fazendeiros interessavam muito mais os desprovidos de recursos e sem condições de reunir pecúlio, ou seja, os que teriam menor possibilidade de abandonar o trabalho.[12]

Alguns anos depois, mesmo com a proclamação da República em 1889 e vitória do grupo político dos imigrantistas ou defensores da imigração, a situação piorou. Naquele momento, havia uma conjuntura de crise econômica provocada por quedas de preço do café no mercado internacional e excessivos compromissos a atender provocaram suspensão nos subsídios e não foi possível manter as mesmas facilidades para a imigração. Reflexos da crise econômica atingiram fazendeiros e até mesmo os colonos já instalados, pois, com a falta de recursos dos cafeicultores para a contratação de novos trabalhadores, estes penalizaram os mais antigos com redução de salários e multas acrescidas às existentes (ALVIM, 1986, p. 50).

Foi ainda em 1889 que o governo italiano, por meio do Ministério Crispi, interrompeu o fluxo imigratório devido a uma epidemia de febre amarela disseminada no Brasil no ano anterior e que atingiu os estrangeiros abrigados na Hospedaria dos Imigrantes. Dois anos mais tarde, em 1901, a importação de mão-de-obra da Itália sofreu nova interferência, quando o governo daquele país, por meio do Ministério Affari Esteri, enviou um agente para averiguar as condições de trabalho dos compatriotas, em razão de denúncias de exploração e maus-tratos como as descritas por Davatz (1972). O resultado foi o Decreto Prinetti, nome que homenageou o então ministro do Exterior da Itália. Tal decreto era, na realidade, uma portaria do Comissariado de Imigração, datada de 26/02/1902 e assinada pelo comissário Luigi Bodio. O documento determinava restrições à arregimentação e posterior embarque de imigrantes italianos para o Brasil (CENNI, 1975, p. 185). Apesar das novas restrições, de acordo com Alvim, 408.6 a um

eram vênetos e lombardos e 47,4%, ou 193.697, meridionais da Campânia, Calábria, Basilicata entre outras cidades (1986, p. 53-54).

Apesar dos desafios apresentados pela importação da mão-de-obra e do baixo preço do café no mercado internacional, a produção cafeeira continuava aumentando. De 200.000.000 milhões de cafeeiros cultivados em 1890-91, no início do século XX mais que triplicou, saltando para 688.845.420 milhões de pés entre 1904-05 (ALVIM, 1986, p. 50-51).

Os cafezais avançavam em direção ao interior do estado de São Paulo. A natureza dessa expansão, exigia investimentos na força de trabalho e muitos imigrantes italianos foram contratados. Um grande número deles aventurou-se pelo sertão paulista, buscando, além de trabalho, uma oportunidade para se tornar proprietário de terras. Para alguns, o sonho realizou-se.

No início de século XX, em 1908, foram plantados os primeiros 40.000 cafeeiros em Vila Adolfo, região do Oeste Pioneiro, que mais tarde, em 1918, tornar-se-ia o município de Catanduva. Nessa cidade, foram cultivados milhões de cafeeiros, inclusive por muitos italianos, alguns pequenos proprietários, outros de grandes fazendas, tais como: Geremia, Ricardo e João Lunardelli, Irmãos Zancaner, Ângelo Paulatti, Firmino Bellintani, Credo Malavazzi, Gaspare Longhini, Gaspare Trazzi, Ângelo Moretin, Pedro Celli, Pernolasco Bottura, Antonio Patriani, José Pinotti, Theodoro Rosa entre outros. Alguns destes vieram da região setentrional da Itália como Annone, Veneto, Magnacavallo, Mantova e Treviso. Outros imigraram da região meridional da Itália como Allano di Piave e de Belluno.

2 As condições da imigração: internas e externas

De meados do século XIX ao início do século XX, a imigração configurou-se como solução para o problema da mão-de-obra. Para o Brasil, devido à falta de trabalhadores após a desagregação das relações de trabalho escravistas e, para a Itália, como solução para uma crise de desemprego. O movimento migratório italiano desse período ocorreu em condições internas específicas, de transformações econômicas e políticas, quando o capitalismo se inseria no campo, no momento da unificação. Na Itália, conforme observações de alguns autores como Alvim (1986), Cenni (1975), Trento [s.d], entre outros, existiam algumas condições que tornavam a imigração uma possibilidade para mudança de vida. Alguns autores, como Alvim, descreveram as

péssimas condições de moradia e de relações de trabalho, principalmente entre os *braccianti* e seus patrões, italianos da região Sul. Ao conhecê-las é possível entender melhor o desejo manifesto de muitos em deixar o país rumo à América, ou como diziam os próprios imigrantes, de *fare l'América!*

Na Itália, a estrutura fundiária era praticamente única para todo o território, com a predominância da pequena e média propriedade, embora nas áreas mais férteis e propícias à prática da agricultura também houvesse grandes propriedades.

No Sul da Itália, "mais do que em outras regiões" predominavam costumes feudais e práticas agrícolas primitivas. Os campos agricultáveis eram divididos pelo proprietário em áreas ínfimas, insuficientes para produzir gêneros para a sobrevivência de uma família e de prover rendimentos para o pagamento de tributos, que era feito parte em produtos, parte em moeda. Assim, o trabalhador ficava impossibilitado de cumprir seu contrato, tornando-se devedor. O resultado desse arranjo desigual, provocou a baixa produtividade da agricultura que, por sua vez, prejudicou o comércio (parte deste era abastecido por meio de trocas com o excedente produzido pelos trabalhadores). Em razão das dívidas, os trabalhadores eram dispensados e não conseguiam trabalho na indústria, cuja produção era ainda incipiente, empregando poucos operários. Não havia como absorver a mão-de-obra excedente da agricultura e nem mesmo a de iniciantes urbanos — um quadro que agravava ainda mais a situação dos trabalhadores, propiciando a exploração dos efetivamente empregados a ponto de alguns terem que suplicar e passar por humilhações para receberem seus salários (ALVIM, 1986, p. 55- 56).

No Norte da Itália predominavam as culturas do trigo, do milho e das vinhas e, no Sul, cultivavam-se frutas, oliveiras e amêndoas. Em troca de trabalho, os homens do campo recebiam salários aviltantes e em razão da produção insuficiente, sua alimentação era precária. A essas condições de exploração e miséria somavam-se, ainda, habitações sem conforto e a quase total ausência de instalações sanitárias resultando em péssimas condições de higiene. Era "... miséria e imundície ..." (ALVIM, 1986, p. 62-63). Foi em meio a este cenário que surgiram as propagandas e promessas realizadas pelos brasileiros arregimentadores de mão-de-obra. Nelas o italiano vislumbrava a solução para todos seus problemas. Afinal, pobres, famintos e desempregados, eles não tinham praticamente nada a perder e muitos, milhares, vieram para o Brasil. De acordo com Alvim (1986, p. 62-63), entre 1886 e 1920 foi registrada pelo *Commissariato Generale dell'Imigrazione* a saída de 1.243.633 italianos: 30%, ou 365.710, eram

vênetos; 13,3%, ou 166.080, eram da Campânia; 10,5%, ou 113.155, eram da Calábria; 8,5%, ou 105.973, da Lombardia; e os demais de várias outras regiões.

Chegando ao Brasil, a origem geográfica dos imigrantes teve grande influência na escolha do trabalho ou profissão, quando foi possível escolher. A grande maioria seguiu para as fazendas de café porque vieram com as despesas pagas para realizar as tarefas nos cafezais. Muitos, porém, dedicaram-se a um grande número de outros ofícios, conforme apontam autores como Dean (1977), Truzzi (1993), Diegues (1964), Martins (1998), Carelli (1985) e outros estudiosos do tema. Entre os trabalhadores do campo, vale dizer, era unânime o desejo de tornar-se proprietário de terra, mas seria possível realizá-lo?

3 A propriedade da terra e a expansão cafeeira

Para entender o processo que impossibilitou, em alguns casos, e possibilitou em outros, aos imigrantes, principalmente italianos, tornarem-se proprietários de terra no Brasil, é fundamental considerar a legislação sobre a propriedade e o contexto no qual foi elaborada.

Em 1850, quando o café já se destacava na economia nacional, o Governo elaborou a Lei de Terras para regularizar a propriedade territorial. Para tanto, revalidou as sesmarias concedidas até 1822, ratificou as ocupações e legitimou as aquisições de terra por compra. A condição para a regulamentação era a utilização da área. As terras não ocupadas pelo governo para qualquer uso e as não declaradas como propriedade particular foram consideradas devolutas. Estas, por sua vez, apenas poderiam ser adquiridas por meio de compra (artigo 1º da Lei de 1850) pelo Governo Imperial (artigo 14 da Lei de 1850) e por preços mínimos, superiores aos das propriedades particulares. O ganho com as vendas seria utilizado para a medição de terras devolutas, para custear a importação de colonos (artigo 19) e a formação de colônias, e para o trabalho agrícola (artigo 18). O texto dessa lei de 1850 deixava clara a forma de utilização das terras devolutas, vedando seu acesso por outra forma que não fosse a compra, além de legitimar as terras já apropriadas. Assim, por meios legais, a terra tornava-se mercadoria.

A nova lei beneficiava os proprietários de duas maneiras: primeiro, garantindo a propriedade da terra e, segundo, fornecendo o instrumento legal para a continuidade da exploração do trabalho, mesmo com a abolição da escravidão. A existência de terras

devolutas permitiu a expansão dos cafezais e tornou-se o "objeto de desejo" dos trabalhadores livres, utilizados como mão-de-obra, principalmente na produção cafeeira. De acordo com Martins (1998, p. 60-61), esta foi a fórmula encontrada para atrair imigrantes para os cafezais, uma vez que essas terras possuíam um grande atrativo, representando para eles a possibilidade de aquisição de uma propriedade. O trabalho livre deveria basear-se na vontade do trabalhador, em oposição ao que ocorreu no trabalho escravo. A coerção, segundo Martins, era ideológica: valorizava-se o trabalho como livre escolha ao mesmo tempo em que se acenava com a possibilidade desse trabalhador transformar-se em proprietário. Viotti da Costa (1977, p. 133) também ressalta esse aspecto ideológico como trampolim para o trabalhador atingir o *status* de proprietário. Vangelista, por sua vez, aponta a imigração e o trabalho livre como elementos essenciais para o incremento da produção cafeeira, capazes de ampliar o território cultivado com trabalhadores vindos do exterior sem que fosse preciso modificar as relações de trabalho existentes (1991, p. 72). Vários dos problemas registrados decorreram da relação proprietário-trabalhador da terra, uma relação intermediada por contratos de trabalho inadequados que, aos poucos, foram sendo modificados e adaptados à realidade, como visto anteriormente.

Assim que as relações de trabalho foram sendo definidas, a cafeicultura tornou-se cada vez mais lucrativa e o volume exportado expandiu-se ano a ano. A tabela abaixo permite visualizar esta evolução:

Tabela 1 **Exportação brasileira de café em arrobas**

Anos	**Café**
1862-63	2.413.385
1863-64	1.611.729
1864-65	2.993.151
1865-66	2.242.254
1866-67	2.343.993

Fonte: ELLIS JR, Ellis. *O café e a paulistânea*, p. 301.

Para Camargo, em 50 anos, entre 1836 e 1886, a produção cafeeira expandiu-se em mais de 2.000 %. Das 556.649 arrobas produzidas em 1836, houve um salto para 2.737.639 arrobas em 1854 e em 1886, para 4.795.850 arrobas (1981, v. I, p. 158- 162).

Essa notável expansão está atrelada à incorporação de novas áreas de cultivo. De acordo com a Lei de Terras, os novos cafezais deveriam ocupar áreas consideradas devolutas e devidamente mapeadas pelo Estado. O governo, porém, não fez a sua parte. Tanto que, em 1878, as áreas devolutas não eram inspecionadas, permitindo, em larga

escala, a posse ilegal de terras públicas. De acordo com Monbeig e Holloway, subterfúgios de todos os tipos foram utilizados para a obtenção de títulos de posse em cartórios, pois a partir da nova Lei a terra tornava-se garantia, a principal forma do capital da fazenda e, de acordo com a sua produtividade, possuía maior ou menor valor (1984, p. 143-147 e 1984, p. 173-174). Como o Estado não tinha controle sobre as ocupações indevidas, principalmente no Oeste paulista, e o critério mais utilizado para a obtenção das escrituras era a ocupação **de fato**, muitos ocupantes de terras devolutas utilizadas para subsistência não tiveram conhecimento da lei e as perderam, pois essas áreas eram de grande interesse de outros, uma vez que se localizavam no caminho dos cafezais (1984, p. 175).

Em 1891, a nova Constituição transferiu para os Estados da federação o domínio das áreas devolutas. Em São Paulo, a Lei n. 323, de 22/06/1895, dispunha sobre a legalização de todos os tipos de terra e exigia suas devidas demarcações. Outras leis seguiram-se a esta, uma vez que a intenção era normatizar e legalizar o processo de propriedade da terra (SALLUM, 1982, p. 17). Holloway (1984, p. 176-179), aponta as dificuldades para que este objetivo fosse atingido. Tanto que a questão fundiária foi tema de inúmeros debates até o ano de 1900, quando finalmente houve uma atualização da Lei de 1.850, estabelecendo que qualquer terra cujo título de posse fosse anterior a 1878 tornava-se legítimo. Caso o registro não fosse claro, o ocupante da terra (posseiro) poderia declarar-se proprietário de, pelo menos, o dobro do que possuía, das terras virgens vizinhas até o máximo de 4.000 hectares de áreas de pastagens e 2.000 hectares de áreas cultiváveis, mediante pagamento de uma pequena taxa. Esse princípio do direito de posse de fato, tornou-se o cerne da legislação fundiária paulista. Faltava apenas relacionar oficialmente as terras com dono e as terras sem dono, devolutas, supostamente pertencentes ao Estado.[13] O prazo para legalização, por absoluta falta de registros e declarações, estendeu-se para além da data inicial prevista, 1901, pois ninguém se preocupava muito, confiando na deliberação do Estado, que daria posse mesmo *ex post facto.*

Para efetivar o disposto na lei, de acordo com Silva, o regulamento entrou em vigor em 1900, após a criação dos Registros Públicos de terras instalados nas cidades-sedes das comarcas paulistas. Nos Cartórios, deveriam ser registradas todas as áreas,

---

[13] De acordo com SILVA, em 1898, a Lei nº 545, de 02/08, estabelecia a legitimação automática, independentemente do processo em que se dera, das propriedades cuja posse antecedia o ano de 1878 e, dependentes do processo em que se deu, daquelas ocupadas até a promulgação da lei anterior, de 1895. 1996, p. 283.

devolutas ou não, incluindo-se as reservadas aos municípios e Estados, as já adquiridas e aquelas relativas à legitimação de posses e revalidação de sesmarias (1996, p. 283). Para Silva, o decreto foi "razoavelmente respeitado pelos posseiros paulistas e, obviamente, pelos grileiros, que agora poderiam falsificar títulos [...]. Justamente o medo da grilagem levou os posseiros paulistas a obedecerem à lei" (1996, p. 284).

Mais uma vez o Estado, o não fez a sua parte. Desrespeitou o novo Regulamento e não registrou suas terras "[...] pela forte razão de que nem sabia onde ficavam suas terras [...]" e nem ao menos demonstrou interesse em sabê-lo. Esse desinteresse, anos mais tarde, tornou-se razão de vários litígios entre o Estado e invasores de terra (SILVA, 1996, p. 284).

Essa condição permitiu que ocorresse, cada vez mais, o alargamento das fronteiras, levando o Estado finalmente a agir. Em 1916, iniciou-se o cadastramento das terras paulistas, centrado em Ribeirão Preto, Araraquara e Jaboticabal, além de Taquaritinga e Salesópolis (HOLLOWAY, 1984, p. 180-183). Em 27/12/1921, no governo de Washington Luís, foi promulgada a Lei nº 1.844, regulamentada em agosto de 1822, legalizando todas as posses de terra no período de 1895 até aquela data. Os prazos, posteriormente, foram prorrogados, estendendo-se até 1929 (SILVA, 1996, p. 289-290).

Para a regularização, era absolutamente necessário o registro das terras em livros próprios, sob a responsabilidade dos tabeliães das respectivas comarcas. Das páginas desses livros constavam a data do registro, o nome da paróquia ou freguezia (*sic)* do imóvel, o número de ordem, a descrição do imóvel, incluindo seus limites e outros aspectos que permitissem a identificação, além do valor da transação, nome e endereço do transmitente e do adquirente. Tais dados eram fundamentais para a emissão da devida escritura de posse. Não deixaram de haver, porém, casos de registros de terras cuja descrição era muito vaga. Holloway (1984, p. 184), aponta vários. Pesquisas realizadas nos livros de registro dos cartórios de imóveis revelaram evidências nesse sentido, como as apontadas pelo autor e que serão relatadas a seguir.

Para identificação dos proprietários de terra na região de Catanduva, foram pesquisados cartórios de cinco comarcas, a saber: Araraquara, Jaboticabal, Santa Adélia, São José do Rio Preto e Catanduva. O mais antigo registro de terra em nome das famílias que, possivelmente, fundaram o município de Catanduva, foi encontrado no I Cartório de Registro de Imóveis de Araraquara. José Lourenço Figueiredo efetuava a venda de "uma parte de terras", o sítio São Joaquim da Boa Ventura, a Manoel J. de

Freitas, localizado na freguezia (sic) de Ibitinga em 14/03/1889, sob o n. 4.032, livro 3C, pelo valor de 6:000$000. O segundo registro mais antigo foi localizado no Cartório de Registro de Imóveis de Jaboticabal, criado em 1890, e está relacionado também com a família do provável fundador da cidade. Refere-se à venda, por Antonio Alves Moreira Barboza, em 09/03/1891, sob o nº 7.131, livro 3F, de "300 alqueires num lugar denominado Ribeirão São Domingos", sendo o transmitente de Caconde–MG e o adquirente José Custódio de Oliveira, "desta comarca". O valor da transação foi de 4:000$000 (quatro contos de reis). Pelos valores em mil réis da venda dessas duas primeiras propriedades, infere-se ser a primeira, também, uma grande propriedade, considerando-se que os preços da terra na região de Ibitinga eram praticamente os mesmos que vigoravam em Catanduva.

Encontrou-se no Cartório de Jaboticabal, o registro de terra doada por outro provável fundador da cidade, Antonio Maximiano Rodrigues, para a construção da capela do padroeiro, que se tornou o Patrimônio (sic) de São Domingos. Consta do livro 3H, sob n. 9.452, de 27/02/1901, o registro de "uma gleba de terras contendo dez alqueires divididos judicialmente na Fazenda Barra Grande ou Moreiras, município de São José do Rio Preto", sendo o adquirente São Domingos, o santo padroeiro do município de São José do Rio Preto, e o transmitente Antonio Maximiano Rodrigues e esposa. O valor da transação foi de 100$000 (cem mil réis). Este exemplo pode ilustrar a falta de dados concretos e coerentes para emissão das escrituras de posse e dos litígios a elas conseqüentes — como o ocorrido com esta escritura. Alguns anos após a sua oficialização, o patrimônio do santo, integrante do Bispado de São Carlos, foi requisitado pela Câmara de São José do Rio Preto, durando o litígio até 1922, quando a área foi devolvida à Câmara de Catanduva.

A fragilidade dos dados no descritivo das propriedades envolvidas nas transações de compra e venda de imóveis, segundo Holloway, ocorreu do final do século XIX até meados do século XX e pôde ser comprovada nos registros da transcrição n. 37 do livro 3, do dia 19/02/1920, de venda, no valor de 1:500$000 (um conto e quinhentos mil réis), por parte de Francisca Salles de Jesus, "desta cidade" e adquirida por Dona Alta Bauab, "desta cidade", de "um alqueire de terra separado do todo que a transmitente possue (sic) em sua meação, por falecimento de seu marido Antonio Maximiano Rodrigues". O documento foi encontrado no 1º Cartório de Registro de Imóveis de Catanduva, criado em 14/02/1920.

Com documentos inteligíveis ou não, para o efetivo avanço dos cafezais nestas novas áreas incorporadas, legal ou ilegalmente, era necessário contratar trabalhadores que dessem início às novas plantações. Para realizar tal tarefa foram escolhidos os nacionais, cuja participação nesse processo será explicitada adiante.

4 Os trabalhadores nacionais e o mito do preguiçoso

À medida que a fronteira do café avançava em direção ao interior, mais terras iam sendo incorporadas. Assim, era imprescindível um título de propriedade, mesmo porque parte das terras fronteiriças não havia pertencido legalmente a ninguém, apesar de ocupadas por posseiros ou camponeses. Caso contrário, sempre surgiria a possibilidade de serem declaradas propriedades particulares. Desse modo, restava ao declarante proprietário expulsar os eventuais ocupantes, pois a lei estaria a seu lado.

De acordo com Dean (1977, p. 32-35), a expulsão representava uma vantagem a mais, pois ao ser forçados a abandonar a área, os caboclos (assim eram chamados os trabalhadores nacionais) adentravam mais para o interior e, dessa forma, acabavam mantendo os indígenas, habitantes nativos, afastados das propriedades. Para os caboclos nada restava a não ser trabalhar para o fazendeiro, transformando-se em *camaradas,* contratados para tarefas como limpeza do mato, construção de estradas, guia de carroças e outras atividades.

Os *camaradas* eram de muita utilidade, aceitavam baixos salários e pouco se rebelavam, mesmo havendo coerção física. Eram, segundo Dean (1977, p. 35), "resignados a permanecer sem terras", não tinham raízes nem segurança. Tinham liberdade de sair da propriedade quando desejassem e, devido a essa condição, os fazendeiros, para mantê-los como empregados cativos, impunham-lhes a pecha de vadios e preguiçosos. A favor dos fazendeiros estava a lei que, volta e meia, era acionada para prender os *camaradas* por vadiagem.

Esses caboclos, trabalhadores nacionais, ou *camaradas,* foram considerados durante todo o período em que se discutia a substituição da mão-de-obra escrava (desde a extinção do tráfico, em 1850 até a abolição, em 1888, permeada pelas leis de incentivo à imigração de europeus) como inaptos ou inadaptáveis. Muitos políticos, estudiosos, fazendeiros e contemporâneos defendiam a tese desta inadaptabilidade dos nacionais. Tal postura vinha da inclusão desses trabalhadores na categoria dos escravos libertos e,

mais tarde, de todos os ex-escravos.[14] Vangelista (1977, p. 45) destaca como grande defensor dessa ideologia da mão-de-obra nacional indolente, instável e desleal, o médico francês Louis Couty que, em uma de suas observações, expressou claramente sua posição: "[...] o Brasil não tem povo: ou melhor, o povo que se formou através da mistura de raças e da libertação da escravaria não desempenha um papel ativo e útil".

Nessa mesma linha, Beiguelman (1968, p. 122) analisa a postura de parlamentares em relação aos trabalhadores nacionais, apontando sempre sua preguiça e seus hábitos refratários ao trabalho sistêmico da lavoura cafeeira, além de não apresentarem ambição ou desejarem possuir mais do que o básico para a sua sobrevivência. A autora ressalta, ainda, a opinião do Inspetor Geral da Imigração em São Paulo, Frederico José C. de Araújo Abranches, manifestada em 1887, quando este relatou ao Barão de Parnaíba — na época, presidente da província — a condição de exploração dos trabalhadores nacionais pelos fazendeiros. Isso ocorria, porque, desconhecedores do conforto, os caboclos resignavam-se em habitar choupanas miseráveis, lavrarem as piores terras, uma vez que precisavam de pouco para atender às suas parcas necessidades.

Para Sallum (1982, p. 25), esse papel, representado pelos proprietários de terra, influenciou a constituição do modo de produção capitalista na agricultura, pois, para este o importante é que a terra, como condição objetiva de produção, permanecesse como propriedade alheia aos trabalhadores, que eram mantidos assalariados e tornados exploráveis pelo capital.

Para Beiguelman (1968, p. 137), o trabalhador nacional era um especialista em regiões mais novas, um *camarada* ou *jornaleiro* que "abria" o caminho para a instalação da família do colono imigrante. Os nacionais inseriam-se no sistema de grande lavoura com o diferencial de serem os únicos trabalhadores realmente livres, porém, eram marginalizados, não só pela cor de sua pele ou mistura de raças, como também pela sua pecha de preguiçosos. Eram "estranhos no ninho", em um país de escravocratas latifundiários.

No final do século XIX e início do XX, na expansão cafeeira para o Oeste, os trabalhadores dos cafezais dividiam-se entre nacionais e imigrantes, estes na sua maioria italianos. Os primeiros eram muito utilizados para a limpeza do terreno e outros trabalhos pesados, enquanto que os colonos imigrantes cuidavam do cultivo do cafezal

---

[14] Obras como as de AZEVEDO (1987), BEIGUELMAN (1968) destacam os grandes debates do período.

em si e da colheita.[15] Enquanto a remuneração dos nacionais era principalmente monetária, a dos colonos imigrantes era estabelecida por contratos, como já foi mencionado e será visto detalhadamente adiante. Tais contratos possibilitariam a constituição, com muita dificuldade, de um pecúlio suficiente para transformar o trabalhador imigrante em proprietário de terra.

5 Da realidade ao sonho: de colono a proprietário de terras

Até as primeiras décadas do século XX, durante o período em que a imigração era estimulada, tornar-se proprietário, como já exposto, era uma árdua tarefa. A terra valorizava-se constantemente devido à sua utilização e a concessão gratuita não era permitida de acordo com os termos da Lei de Terras de 1850**.** Para Martins, "... num regime de terras livres, o trabalho tinha que ser cativo, num regime de trabalho livre a terra tinha que ser cativa" (1998, p. 32). Também Viotti da Costa ressalta a importância, para os fazendeiros, de obstáculos à posse da propriedade rural, "de modo que o trabalhador livre, incapaz de adquirir terras, fosse forçado a trabalhar nas fazendas" (1977, p. 133). Silva também atribuiu a expansão cafeeira e a relativa abundância de terras como características do capitalismo instalado

> da transformação do capitalismo e da constituição da economia capitalista que resulta a abundância de terras [...] é da divisão internacional do trabalho e do desenvolvimento internacional do capitalismo que impõe a produção em larga escala e a exploração de enorme quantidade de terras, permitindo a ocupação e especialização de regiões inteiras em monoculturas, provocando o rompimento da fronteira (1976, p. 75).

O autor aponta a especulação como causa da constituição da estrutura fundiária nas áreas de expansão da cafeicultura, "a terra em si não tem valor, ela possui um preço na medida em que representa um meio que permite a apropriação da mais-valia" (SILVA, 1976. p. 72). Na mesma linha de pensamento, Martins (1998, p. 74) ressalta que a propriedade capitalista da terra assegurava ao fazendeiro a sujeição do trabalho.

A terra tornou-se, como já citado, o grande atrativo para os trabalhadores imigrantes. E havia o conceito de que esta terra não precisava necessariamente ser de boa qualidade, poderia ser parte de uma fazenda abandonada, até mesmo após o esgotamento do solo. Milliet (1938, p. 31) ressalta o abandono de terras mais antigas, de

---

[15] ALVIM destacou a participação dos italianos meridionais também na formação de fazendas, no desmatamento, nas plantações de café, na preparação de pastos, em estradas e no encanamento de água. Para a autora, a maioria destes meridionais, não tinha a posse da terra, como era sua maior ambição. 1986, p. 67-70.

fazendas impróprias, pelos seus proprietários, em busca de terras mais férteis, pois, esgotadas para o cultivo de cafezais, poderiam ser divididas em pequenos sítios e destinadas aos imigrantes. Tal "fenômeno", segundo o autor, salvou as regiões onde ocorreu.

Petrone (1982, p. 46-47) também destaca o crescimento das pequenas propriedades. Segundo a autora, em 1904-1905 do total de propriedades, 37% tinham áreas até 10 alqueires. Em 1930-1931, o percentual elevou-se para 52%. Também para as propriedades até 25 alqueires houve crescimento: de 20% em 1904-05 para 23% em 1930-31. No entanto, enquanto as propriedades com áreas menores expandiam-se, as propriedades com áreas entre 100 e 200 alqueires apresentaram queda: de 8,3% em 1904-1905 para 3,7% em 1930-1931. No mesmo período, o número de proprietários estrangeiros registrou crescimento: em 1904-05 eles representavam 15,7% do total. E em 1930-1931 o percentual foi para 32,5%. Segundo a autora, esses novos proprietários adquiriram, provavelmente, "pequenas propriedades."

Dessa forma, as pequenas propriedades passaram a representar para os imigrantes a realização de um sonho, como destacam vários autores, entre os quais Holloway (1984, p. 187). Essas pequenas propriedades surgidas, como citado, de terras improdutivas, nas regiões cafeeiras mais antigas, ou da frente pioneira que avançava nas fronteiras, contemplariam três objetivos diferentes: forneceriam gêneros, principalmente, para as cidades desenvolvidas no entorno dos cafezais; mão-de-obra para as grandes fazendas, especialmente no período de maior demanda, isto é, na época da colheita do café; e, ao ser negociadas com os colonos, permitiriam aos seus proprietários obter o capital monetário para compra de novas terras férteis. De qualquer forma, a terra valorizava-se quanto mais era utilizada. A prática do fracionamento de terras, segundo Holloway, ocorreu a partir do final do século XIX. Em seus estudos, o autor descreve várias experiências nesse sentido (1984, p. 187-209).

Ao imigrante desejoso de se tornar proprietário restava trabalhar e economizar. Os contratos de trabalho adotados, de colonato, entre 1880 e 1930, na região Oeste, variavam pouco. A maioria deles estabelecia que os rendimentos do colono envolveriam ganhos monetários e gratificações não-monetárias (HOLLOWAY, 1984, p. 117).[16] Segundo Holloway, os ganhos monetários provinham de três fontes. A primeira era o pagamento pelo cuidado com cafeeiros pelo talhão — ou a parte que cabia a cada

[16] Autores como SALLUM (1982) e STOLCKE (1986), entre outros, descreveram esses contratos.

família com aproximadamente 5 mil pés de café cada um. O cuidado representava 2/3 do salário do colono, dependia do número de cafeeiros, era pago quinzenalmente e descontados no final do ano do total. A segunda fonte vinha da colheita de todo o cafezal e variava de acordo com a produção. A terceira fonte provinha de tarefas ocasionais, geralmente realizadas pelos *camaradas*, trabalhadores semi-permanentes. Entre os ganhos não-monetários estavam a moradia e a concessão de áreas com permissão para cultivo de gêneros para subsistência, principalmente milho e feijão, mas também arroz, batata e outros. Era-lhes permitido ainda criar alguns animais, principalmente porcos e galinhas. O excedente poderia ser comercializado e a renda, obtida de sua venda, possibilitava a compra de itens não produzidos nas fazendas.

Para os colonos existia mais uma possibilidade, a de *formar* fazendas. Após a abertura do terreno por trabalhadores nacionais, o colono imigrante assumia a tarefa de plantar e cuidar do novo cafezal que, no final de seis anos, era entregue ao fazendeiro. Pelo trabalho combinado recebia soma em dinheiro, licença para plantar entre os cafeeiros e criar animais. Esta nova possibilidade, aliada à contrariedade da exploração do trabalho e ao descontentamento generalizado, estimulou ainda mais a grande mobilidade existente entre os colonos, para formar fazendas, avançando em direção à fronteira (1984, p. 123).

O avanço dos cafezais nessa época pode ser explicado pelo aumento da demanda de mercado externo e pela atração por mais trabalhadores. Tal avanço reforça a característica de mobilidade e instabilidade dos colonos, sempre em busca de melhores condições de trabalho, conseqüência tanto do tratamento rude que os fazendeiros dispensavam a eles quanto da exploração sofrida, obrigando-os, de certa forma, a partir em busca de melhores condições em outras fazendas.

Para reunir um pecúlio, as famílias economizavam durante anos. Dean ressalta serem necessários 12 anos de trabalho para um colono tornar-se proprietário (1976, p. 488). Candido (1964, p. 126), ao estudar o "caipira" de Bofete, aponta seus parcos gastos monetários e sua dieta pobre, provavelmente parecida com a da maioria das famílias de colonos de outras regiões do interior do Estado de São Paulo, considerando a grande quantidade de italianos nessa cidade pesquisada pelo autor. A dieta alimentar do caipira era mal balanceada, sendo a maior quantidade dos alimentos composta por carboidratos, pobres em proteínas e em vitaminas em geral. Praticamente todas as refeições eram compostas de arroz, feijão e farinha, produzidos no local.

Truzzi (1986, p. 72) também relata as despesas de alimentação de uma família de colonos residentes na Fazenda Palmital, em São Carlos: cerca de 50$000 (cinqüenta mil réis) incluindo-se, entre os gastos, os realizados com médico e remédios. As despesas, segundo o autor, permaneceram praticamente as mesmas entre 1889 e 1914. Holloway (1984) aponta despesas e receitas de colonos em algumas regiões do Estado, entre as quais São Carlos e São Simão. Uma família constituída por um homem, mulher e um filho, trabalhando em tempo integral, poderia obter uma receita de 890$000 (oitocentos e noventa mil réis) com uma despesa de 547$000 (quinhentos e quarenta e sete mil réis). Sua renda líquida seria de 342$500 (trezentos e quarenta e dois mil e quinhentos réis), o que, no câmbio de 1901, representaria uma economia de US$ 78,78. Em 1903, na região da Mogiana, uma família com quatro *enxadas* (trabalhadores adultos) auferia uma receita de 2:320$000 (dois contos e trezentos e vinte mil réis). Tendo uma despesa estimada em 912$000 (novecentos e doze mil réis) obteria uma renda líquida de 1:407$500 (um conto e quatrocentos e sete mil e quinhentos réis) ou US$ 337,80 no câmbio da época (HOLLOWAY, 1984, p. 126-133). Reunir pecúlio era possível apenas com muito trabalho e economia, principalmente pela questão do preço das terras.

De acordo com Dean (1976, p. 491), no censo de 1905, áreas de 40 hectares (16,67 alqueires) custavam, em média, aproximadamente 6:000$000 (seis contos de réis) em regiões desenvolvidas como Rio Claro, sendo que, na região de fronteira, o preço era menor.

No início dos anos de 1890 já era possível encontrar alguns italianos proprietários de fazendas. Mas devido aos salários tornou-se difícil, para muitos imigrantes, reunir pecúlio suficiente para a compra de grandes extensões de terra e estes tiveram que se conformar com as pequenas propriedades que, além de custar menos, poderiam ser trabalhadas por famílias menores (TRENTO, [s.d], p. 11).

Para melhorar de vida e tornar-se proprietário era necessário ter renda. Para obtê-la, os colonos valiam-se de todas as oportunidades de trabalho, ou seja, não rejeitavam nenhuma que possibilitasse aumentar sua poupança. Para Petrone, tal disposição relaciona-se com o dinamismo de São Paulo. O autor atribui ao imigrante a responsabilidade pelo progresso paulista e pela criação de um mito: “a São Paulo estaria reservado um futuro no qual existe apenas o progresso” (1990, p. 334).

Há duas corrente distintas quando o tema discutido é a ascensão de imigrantes italianos por meio da posse da terra. Uma tendência, num primeiro grupo, é defendida

por autores como Trento [s.d.], Hall (1969), Alvim (1986), Love (1982), Monbeig (1984), Prado Jr. (183) e Martins (1998), outra, oposta, num segundo grupo, é defendida por Font (1981 e 1989), Holloway (1984), Milliet (1938), Camargo (1981) e Klein (1989). Stolcke (1986, p. 80-85) classifica os dois grupos: o primeiro como "pessimistas" e o segundo como "otimistas". Todos eles, porém, concordam com o fato de ser desejo de todos os imigrantes deixar as fazendas como trabalhadores para tornarem-se proprietários. Os pessimistas defendem a saída dos imigrantes em razão das condições de exploração, miserabilidade e impossibilidade de reunirem o suficiente para a compra da terra, negando ou minimizando as suas conquistas; os otimistas defendem não serem tão ruins as suas condições de vida e valorizam as conquistas dos imigrantes.

6 Ascensão social de imigrantes e a posse da terra, o debate historiográfico

No grupo dos pessimistas, assim denominados por Stolcke (1969, p. 186), está Hall. Entre as suas observações, aponta a redução da renda real dos colonos entre 1884 e 1914 devido à queda dos salários. No final do século XIX, os salários por colheita baixaram de 700$000 (setecentos mil réis) para 600$000 (seiscentos mil réis) e da carpa de 90$000 (noventa mil réis) para 85$000 (oitenta e cinco mil réis). Até 1910, os salários se mantiveram por volta de 500$000 (quinhentos mil réis) por colheita e de 50 a 80$000 (oitenta mil réis) pela carpa. O autor enfatizou os obstáculos que impediam a aquisição de terras e afirmou ser muito provável que, em 1905, apenas 6% ou menos da terra cultivável pertencessem a italianos.

Outro integrante desse grupo, Dean (1977, p. 180-181), declara não ser possível afirmar, como fazem vários autores, que muitos imigrantes tenham se tornado proprietários de terra "[...] em Rio Claro, poucos conseguiram [...] " apesar de obterem padrão de vida melhor do que na Europa. Love (1982, p. 116) é outro que crê no fracasso da maior parte dos imigrantes, pois, segundo suas pesquisas, apenas um em cada oito imigrantes de primeira geração teria se tornado proprietário. Trento ([s.d], p. 117-120) também ressaltou a dificuldade dos camponeses em reunir pecúlio, haja vista, por volta de 1911, haver baixa nos salários, reduzindo a possibilidade de ascensão dos imigrantes por meio da aquisição de terras e quando a conseguiam, tinham que contentar-se com pequenas propriedades.

Para Monbeig (1984, p. 163), na região de fronteira, do Oeste novo, "... não é raro encontrar um fazendeiro que, alguns anos atrás era um simples colono. Deve seu

enriquecimento muito mais a um pequeno comércio, ... do que às economia feitas em seu salário" Alvim e Ramos (1996, p. 113), destacaram a presença de proprietários italianos em percentual e peso muito maior na região de Bauru e São José do Rio Preto.

De acordo com Cenni (1975, p. 182), em 1901, existiam no Estado de São Paulo 1.057 "fazendeiros" italianos. Em 1906, havia 5.197 proprietários agrícolas italianos, em contrapartida existiam 1.607 portugueses, 675 alemães, 470 espanhóis, 117 austríacos, 76 franceses, 25 ingleses, e 255 eram de nacionalidades diferentes. Em 1920, havia 15.000 proprietários "pensinsulares". Para Holloway (1984, p. 226), a "pequena propriedade em mãos de estrangeiros, em 1905, era menos importante pelo valor monetário do que pelo número de imóveis".

Alvim (1986, p. 152-155), após pesquisas, concorda com outros autores que afirmam ter havido apenas uma minoria de agricultores proprietários de terra. Segundo a autora, a propriedade da terra não se generalizou entre os italianos, ainda que, para alguns, tenha representado um meio de ascensão social. De acordo com suas pesquisas, em 1905, existiam 56.931 propriedades rurais em São Paulo, sendo que 9,1% destas (5.197) pertenciam a italianos; em 1920, das 80.921 propriedades, 14,6% (11.825) eram de italianos. A autora lembra que havia, na época, aproximadamente 32 mil italianos ligados à pequena propriedade ou 7% do total residente no Estado. Em 1920, o número saltou para 71 mil italianos ou 17,8% do total da população italiana do estado (398.797). Entre os dois censos agrícolas, o número de propriedades cresceu 42% e as pertencentes a italianos em 127%, o que, para a autora, sustenta qualquer tese de ascensão social.

Por outro lado, Alvim destaca também os dados divulgados na época pelo cônsul italiano no Brasil. De acordo com esses números, a população italiana correspondia a 9% do total do Estado e possuía 15% do total de propriedades. Todavia, esses 15% correspondiam a apenas 6,5% da área total ocupada, e a média das propriedades era de 76 hectares ou 31,67 alqueires. Quando comparados, o valor e a superfície das propriedades em mãos de diferentes nacionalidades com as dos italianos, estas colocavam-se apenas em 19º lugar em valor e 21º lugar em superfície, ocupando apenas 6,5% do total da área do Estado. Alvim afirma que, na Itália, em 1901, havia 101 proprietários para cada mil habitantes enquanto em São Paulo, em 1905, para cada mil italianos havia 10,7 proprietários. A proporção aumentou em 1920, quando havia 26 proprietários italianos para cada mil. De acordo com a autora, a terra conquistada representava melhores condições econômicas, sociais, assistenciais e permitia deixar o

trabalho nas fazendas. Entretanto, Alvim lembra "que as estatísticas brasileiras não consideravam italianos os filhos de italianos nascidos no Brasil" (1986, p. 152-155).

Por outro lado, no grupo dos otimistas, Holloway (1984, p. 37-49) concorda com os pessimistas sobre a exploração e o desejo dos colonos em abandonar as fazendas, embora discorde sobre as possibilidades que os colonos tinham de tornar-se proprietários, graças ao sistema de colonato. O autor afirma que a estrutura do complexo cafeeiro sofreu mudanças quantitativas e qualitativas, entre estas a estrutura fundiária e a estrutura social rural, apresentando ao lado de grandes fazendas um crescente número de sítios pequenos e médios de propriedade de imigrantes italianos de primeira geração. Holloway concorda com a assertiva de que a compra de terras ocorreu com pecúlio obtido por meio de outras atividades como o comércio e a indústria, e não como colono, embora muitos dos imigrantes proprietários tenham trabalhado na terra.

O autor aponta as razões de suas afirmações. Em primeiro lugar, está a origem pobre dos que imigraram para São Paulo. Pesquisas como as de Alvim (1986) confirmam essa colocação, já que a maioria dos imigrantes italianos foram *braccianti*, proletários rurais, a partir de 1885**,** quando para a imigração adotou-se uma política sistemática, subvencionada pela Sociedade Promotora da Imigração. Os números apontados sustentam a afirmação de Holloway, pois entre 1886 e 1895, dos 353.139 italianos vindos para São Paulo, 220.000 foram trazidos pela Sociedade (1984, p. 37-49).

Em segundo lugar, Holloway (1984, p. 213-216) aponta a reputação, adquirida pelos italianos, de trabalhadores árduos com baixos níveis de consumo, pois, para a maioria, o objetivo era poupar. Em terceiro lugar, destaca o trabalho familiar. Quanto maior o número de familiares envolvidos no trabalho, maiores possibilidades de ganho e de aumento da poupança. Em quarto lugar, a conquista pelos colonos nos contratos de trabalho, garantiu a cultura intercalar de subsistência e as pastagens para criação de animais, aumentando as possibilidades de seus ganhos. O autor denomina "casos excepcionais" e utiliza seguidas vezes os exemplos de Geremia Lunardelli e Francisco Schmidt, os "reis do café". Tais exemplos, aliás, são usados praticamente por todos os autores sobre o tema, embora houvesse outros imigrantes também proprietários de grandes fazendas — menores, contudo, que as de Lunardelli ou Schmidt.

Também Klein (1989, p. 106) é otimista em relação ao desempenho dos italianos e os aponta, em 1923, como detentores de 18,3% do total de cafeeiros em estágio de produção, nas terras denominadas por ele como "zona cafeeira mais rica do Brasil, as

férteis planícies do Oeste Paulista". Já o Censo Agrícola de 1934 aponta os referidos imigrantes como proprietários, à época, de 24% de todas as fazendas e 21% do café produzido no Estado, como detentores do melhor desempenho estadual, num período em que representavam apenas 4,7% da população.

Ainda na linha dos otimistas, Font (1985, p. 224-226), argumenta que, enquanto para Martins (1977), em 1905 as 8.392 propriedades pertencentes a estrangeiros não significavam praticamente nada, o fato de, aproximadamente, 40.000 imigrantes tornarem-se independentes não é insignificante. Nas afirmações de Dean (1977), em Rio Claro houve poucos imigrantes proprietários. Contudo, reconhece que a possível insignificância seria explicada pelo fato de que muitos deles não teriam registrado suas terras até os anos de 1930. Font (1985) entende que, no período de 1910 a 1920 e 1930 a 1936, em razão de condições mais favoráveis aos colonos, foi-lhes possível reunir pecúlio e ter acesso às pequenas propriedades. Tornar-se proprietário era um sonho. Significava ser livre, ter contato com outros proprietários e ser respeitado; significava ser aceito, e permitia a efetivação da condição de cidadão.

A discussão sobre ascensão social dos imigrantes italianos é um debate de longa data que conta, além da via da propriedade de terra, com a via casamento. A ascensão social, como vimos, foi tarefa muito difícil para alguns e muitos não a obtiveram. Tarefa mais difícil ainda pode ter sido a ascensão e a inclusão dos imigrantes e seus descendentes na elite política — tema que será discutido no terceiro capítulo deste trabalho.

CAPÍTULO II EVOLUÇÃO, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E A PARTICIPAÇÃO DE ITALIANOS EM CATANDUVA

Neste capítulo analisa-se o surgimento do município de Catanduva e seu desenvolvimento, assim como a participação de italianos e seus descendentes nesse processo. Os imigrantes italianos foram pioneiros em inúmeras atividades, tanto econômicas, atuando nos setores primário, secundário e terciário, como sociais, fundando clubes de serviços e associações de diversos tipos, muitas delas de cunho filantrópico e esportivo, além de atuar em outras atividades, políticas inclusive.

Para realizar tal análise, o texto está dividido em cinco seções. Na primeira, o objetivo foi rever momentos da atividade agrícola em São Paulo; na segunda, contempla-se a formação do núcleo que deu origem ao futuro município de Catanduva e na atuação dos pioneiros habitantes; na terceira seção analisa-se a chegada à vila dos primeiros italianos e/ou seus descendentes e o progresso local que a levou a conquistar o *status* de município em 1918; na quarta seção mostra-se a evolução da população e da economia cafeicultora do município e região, além do surgimento de um novo cenário agrícola nos anos iniciais de 1970 dentro do contexto de mudanças observadas no Estado de São Paulo e na região de São José do Rio Preto na qual se insere o município pesquisado; na quinta e última seção, são averiguadas as atividades desenvolvidas pelos italianos e/ou seus descendentes desde a criação do município até o final dos anos de 1960, quando esta pesquisa foi encerrada.

1 O desenvolvimento da atividade agrícola em São Paulo

A colonização portuguesa no Brasil, teve como característica a estruturação de uma sociedade basicamente rural. De acordo com Hollanda (2002, p.73), se “ [...] não foi uma civilização agrícola a que os portugueses instalaram no Brasil, foi, sem dúvida, uma civilização de raízes rurais.” Os reflexos dessa condição podem ser percebidos até recentemente. A força conquistada pelos proprietários rurais no país chegou a ponto de lhes garantir, por longo período, o monopólio político e dos cargos públicos. Suas conseqüências serão tema de discussão em outro momento desta pesquisa.

A história de São Paulo confunde-se com a da agricultura brasileira. De acordo com Szmrecsányi (1990, p.15), a atividade agrícola diferenciou-se como setor auto-

sustentado da economia com o desenvolvimento e a formação do mercado interno após a independência política do País.

Até os primórdios da independência os cultivos tinham caráter "nômade e extrativista", de subsistência e voltados para a produção de alguns gêneros alimentares destinados ao consumo local, tais como a mandioca, o milho e o arroz. Essa prática ocorria tanto nas grandes fazendas monocultoras escravistas como em pequenas áreas cedidas pelos fazendeiros a agregados, homens livres e seus familiares, em troca da "capangagem". A produção obtida nesses casos destinava-se ao consumo próprio e dos mercados locais, principalmente na região de São Paulo.[17]

A história da agricultura paulista teve início com a fundação de São Vicente, quando foi introduzido o cultivo da cana-de-açúcar e instalados os primeiros engenhos para a produção de açúcar e de aguardente. Mal-sucedido na região, o cultivo do produto encontrou melhor base para o seu desenvolvimento quando "subiu a serra" em direção à Campinas e Itu. Naquela região, ao lado de outros gêneros e trabalhado de forma mais intensiva pelos produtores locais, a cultura da cana trouxe resultados rápidos para a agricultura do Estado, registrando as primeiras transações para a exportação do "assucar de Itu, agoas aguardentes, arrozes, algodões e também madeira". (PETRONE, 1968, p. 8-18)

O açúcar tornou-se o principal produto paulista de exportação e a sua expansão, ocorrida mais tarde, iria fornecer as bases para os primeiros investimentos na cultura cafeeira. O número de unidades produtoras saltou de 483, em 1798, para 574 em 1799. O rápido crescimento mudou a posição de São Paulo no cenário agrícola colonial e despertou, ou confirmou, a vocação do Estado pelo cultivo da terra, banindo de vez a pecha de "preguiçosos e vadios" atribuída aos seus habitantes.[18]

No início da segunda metade do século XVIII, em 1750, a região de Itu despontou como pioneira na produção de cana e de açúcar, seguida por Campinas em 1770, por Piracicaba em 1810 e, em 1822 já havia oito engenhos em Rio Claro. (LEITE, 2003, p. 32-33). Uma parte da região, composta por Sorocaba, Piracicaba, Mogi Guaçu

---

[17] As vilas ofereciam fraca demanda por produtos agrícolas, pois, as propriedades rurais eram praticamente auto-suficientes. DEAN, 1977, p. 39.

[18] Em 1802, além de açúcar e subprodutos, havia arroz, milho, feijão, mandioca, batata, frutas, fumo, café, mandioca, algodão, além da criação de porcos, bois, cavalos e muares. Em 1810, não se falava mais em falta de vontade de trabalhar e sim em excesso de tributos e outros obstáculos ao desenvolvimento da agricultura paulista. PETRONE, 1968, p. 15-19.

e Porto Feliz, foi denominada “quadrilátero do açúcar” (PETRONE, 1968, p. 24-35 e 52).

De acordo com Dean (1977, p.39-41), apesar da expansão alcançada, não havia muita expectativa de sucesso, a longo prazo, para este tipo de produção. Condições propícias, tais como solo fértil, madeira para queimar nas caldeiras dos engenhos, além das pastagens para o gado utilizado como força-motriz, conviviam ao lado do desgaste do solo provocado pela cultura canavieira e geralmente abandonado após 20 anos de uso contínuo. Ressalte-se, ainda, a necessidade de grande investimento para a manutenção dos engenhos, entre os quais o custo com a mão-de-obra escrava e a necessidade de novas extensões de terra para o aumento da produção da cana-de-açúcar de forma a garantir a sustentabilidade das propriedades, uma vez que, segundo o autor, não havia se estruturado ainda uma classe de fornecedores de matéria-prima.

Para Dean (1977), as circunstâncias acima descritas foram responsáveis pela queda da produção açucareira na região, que deixou o patamar de 522 TM (toneladas métricas) em 1853, até registrar 264 TM em 1862 — uma redução de 50,7% — e não parou mais de cair.

Em Rio Claro, os canaviais logo foram substituídos pelos cafezais, menos onerosos, uma vez que ocupavam menor número de trabalhadores, e o café apresentava maior demanda mundial naquele momento (DEAN, 1977, p.42).

Tabela 2 Exportação brasileira de café e açúcar em arrobas – 1862 a 1866

Ano	Café	Açúcar
1862-3	2.413.385	11.144
1863-4	1.611.729	8.831
1864-5	2.993.151	6.005
1865-6	2.242.254	1.735
1866-7	2.343.993	111

Fonte: ELLIS JR, A. *O café e a paulistânea*, 1934, p. 301

Na Tabela 2 pode-se constatar a involução da exportação açucareira e a evolução da cafeeira, justificando-se, portanto, a afirmativa de Dean.

A demanda mundial, os custos menores e as expectativas maiores de lucros impulsionaram o cultivo de cafezais a partir do Rio de Janeiro, expandindo-se para o Vale do Paraíba, Campinas e Rio Claro.

A nova realidade econômica representada pelo mercado do café permitiu aos latifundiários cafeicultores se transformarem, a partir do século XIX, na nova elite nacional — tal como ocorrera no período colonial com os produtores de açúcar. Tal

elite, porém, dominaria um cenário bastante diverso daquele dos senhores-de-engenho do Nordeste.

Com o amento da demanda externa pelo café, tornava-se necessário não somente aumentar a produção, como também melhorar as condições de transporte da fazenda até o porto e daí ao destino. De acordo com Holloway (1984, p. 21), dois "avanços tecnológicos" surgidos na Europa viriam solucionar o problema de transporte: a ferrovia, permitindo o avanço dos cafezais para regiões distantes da área portuária; e os cargueiros a vapor, reduzindo o tempo de viagem.

Por essa época, São Paulo já apresentava várias transformações, principalmente sob o ponto de vista de crescimento demográfico. Tal vocação de crescimento, ali iniciada, seria destacada por Love (1982, p.15-18), considerando como "espetacular" o salto verificado no Estado, que teve sua população ampliada no período de aproximadamente um século de 840.000 habitantes, em 1872, para 18.000.000 em 1970.[19]

Para Monbeig (1984, p. 21-23), naquele primeiro período, a maior parte do Estado constituía-se numa vasta região despovoada, e o avanço dos cafezais em direção ao chamado sertão paulista, possibilitou a ampliação do território por meio da ocupação efetiva e seu conseqüente, crescimento populacional.

Rio Claro representava a "boca do sertão" e, pela frente, o "ermo", o sertão de Araraquara (DEAN, 1977, p. 21).

Entretanto, a "civilização" e o "sertão", ou a capital e o interior, eram ligados por uma rede de caminhos de terra batida. No período que antecedeu à construção das ferrovias, havia uma precária rede de estradas ligando a capital São Paulo a vários destinos: uma em direção ao porto de Santos, para o embarque do açúcar de "serra acima" e caminho para tropas; outra, de Bananal ao porto de Santos; outra, ainda, ligando a capital à região de Campinas, Piracicaba e demais municípios do quadrilátero do açúcar; outra ligava Sorocaba a Minas Gerais e daí a seguia até à região mineradora de Mato Grosso. Ao longo deste último caminho, foram surgindo outras vilas. Entre elas, em 1817, Araraquara, freguesia de Piracicaba até 1832, quando se tornou município, e que era a fronteira entre a civilização e a mais longínqua "boca do sertão". Em 1827, surgiria Rio Claro; em 1828, foi a vez de Jaboticabal; em 1852, a "boca do

[19] Em 1811 havia 165.468 habitantes, em 1836 saltou para 284.012, em 1852 saltou novamente para 468.839, em 1872 havia 837.534 habitantes, em 1890 eram 1.384.753, em 1900 havia 2.282.279, em 1920 eram 4.592.188 e em 1940 atingiu 7.239.711 habitantes. Entre 1811 e 1872 cresceu 506% e entre 1872 e 1940 foram 864,5% de aumento populacional. MONBEIG, 1984, p.24.

sertão" avançou até São José do Rio Preto. No caminho entre Araraquara e Rio Claro nasceu, em 1856, a vila de São Carlos que, nessa época, de acordo com Truzzi "[...] não passava de ponto de pousada para viajantes vindos de Rio Claro com destino a Araraquara" (1993, p.16-19). Entre São José do Rio Preto e Jaboticabal, ligadas pela mesma estrada, surgiu o povoado que mais tarde deu origem ao município de Catanduva.

2 O nascimento de povoados, vilas e municípios no Oeste distante

De acordo com Holloway (1984, p. 32-33), a constituição de municípios foi fundamental para a organização do Estado de São Paulo. Até os primeiros anos da década de 1930, as cidades surgidas, fronteiras entre as mais antigas e povoadas, as "bocas do sertão" eram ponto de referência, e à medida que cresciam, surgia uma nova "boca" em direção aos rios a Oeste e a Norte do território paulista. As vilas mais novas ficavam sob jurisdição administrativa do município mais antigo e conforme se desenvolviam obtinham sua independência política. Assim, o número de vilas saltou de 46, em 1850, para 121, em 1886, e para 206 em 1920, atingindo 261, em 1934.

Para melhor entender o desenvolvimento paulista, o território foi dividido segundo critérios muito discutíveis, concordam autores como Truzzi (1993) e Monbeig (1984). Uma das divisões foi realizada a partir de bases históricas, considerando-se a construção das ferrovias. Desse modo, para Holloway (1984, p. 34-44), a **zona 1** compreendia cinco municípios, abrangiam a capital de onde saíam e chegavam todas as rotas de transporte e era o centro comercial e financeiro; a **zona 2** estendia-se do Vale do Paraíba à região vizinha; a **zona 3** compreendia os municípios antigos do entorno de Sorocaba; a **zona 4** denominada Central tinha como referência o município de Campinas; a **zona 5**, Mogiana, era formada pela região de Ribeirão Preto; a **zona 6** englobava, entre outros municípios vizinhos, Rio Claro e São Carlos; a **zona 7** era a Araraquarense; a **zona 8,** a Noroeste, abrangia a região de Bauru; a **zona 9,** Alta Sorocabana, abrangia a região de Botucatu e São Manoel; a **zona 10, a** Baixa Sorocabana e finalmente a **zona 11**, compreendendo as proximidades de Santos**.** Holloway denomina as zonas **8** e **9** como o "novo oeste" e afirma ser essa divisão um benefício por proporcionar aos seus habitantes o sentimento comunitário, e aos proprietários de terras uma razão para se organizarem politicamente, além de significar recurso metodológico, permitindo melhor compreensão de suas especificidades.

Na fase anterior à construção das ferrovias, no final do primeiro quartel do século XIX, quando nos mapas ainda era considerada *Região Desconhecida,* a Araraquarense, principalmente a Alta Araraquarense, veio a ser habitada pelos seus mais antigos exploradores. Como será visto adiante neste estudo, o plantio dos primeiros cafezais e a chegada da estrada de ferro acabaria com a fase do pioneirismo, para dar início ao desenvolvimento.

Para aquelas paragens distantes, o chamado "novo oeste", seguiram os pioneiros, em sua maioria mineiros, de acordo com autores como Monbeig (1984) e Almeida (1943). Tal pioneiro foi descrito como homem doméstico, de sociabilidade restrita, vivendo a sós com sua família, seu gado, seus porcos e da lavoura de subsistência. Segundo Almeida (1943, p.19-25), esse pioneiro tinha um sentimento de natureza, de comunicação com a terra, vinha para fixar-se e não trazia escravos. Essas as características marcantes daqueles que povoaram a região.

A princípio, tudo era tradicionalmente mineiro, como os nomes, de origem de santos populares trazidos pelos portugueses. Os homens chamavam-se José, João, Sebastião, Antônio, Pedro; as mulheres eram Maria — nos registros as exceções eram raríssimas. Comia-se o trivial, lombo de porco, torresmo e virado de feijão, e a vida religiosa era uma mistura de fé e divertimento, sendo o ritual do terço "tirado por um rezador", o mais comum. Nos ajuntamentos de mineiros, surgiam os povoados, muitos eram pousos para tropas em viagem para Mato Grosso ou Jaboticabal.

Na região denominada Alta Araraquarense, o povoado mais importante era São José do Rio Preto, fundado por José Bernardino de Seixas, em 1852, elevado a distrito em 1879, a município em 1894 e à comarca em 1903 (*O Século,*16 abr.1952). A paróquia de São José do Rio Preto integrava o município de Jaboticabal e abrangia as áreas das atuais comarcas de São José do Rio Preto, Catanduva, Monte Aprazível, José Bonifácio, Nova Granada e parte de Araçatuba. Em 1888 contava com 5.333 habitantes, entre os quais nenhum imigrante; em 1889 a população era de 6.586 habitantes entre os quais, segundo o autor, 4.340 brancos (65,89%), 497 pretos (7,53%), 407 caboclos (6,20%) e 1.342 mestiços (20,38%). Do total de 6.586 habitantes apenas oito seriam estrangeiros, todos do sexo masculino. (ALMEIDA, 1943, p. 27-28)

2.1 O surgimento do núcleo urbano, Vila Adolfo e Catanduva

O topônimo Catanduva, segundo arquivos do Museu Padre Albino, de Catanduva, deriva do tupi **caá tá dyba**, mato ralo, áspero, rijo, duro, ou **catanduba,** o mesmo que **catanduva,** terreno seco, argiloso e pouco fértil. A história desse município confunde-se com a de outros municípios paulistas, todos dentro do contexto da abertura de novas fronteiras para a futura ocupação econômica da terra, que foi marcada por dois fatores igualmente importantes: a valorização do café no mercado internacional, incentivando o movimento da população para novas fronteiras; e a realidade imposta pelo novo projeto, a Lei de Terras, único instrumento legitimador da posse da terra, antes concedida através da concessão de sesmaria. Como vimos no Capítulo I, o projeto aprovado em 1850, legitimava as sesmarias e as posses por ocupação, sob pena de os intrusos serem punidos por ocupar o solo sem o devido pagamento. (LINHARES E TEIXEIRA, 1981, p. 31-34)

Nas regiões fronteiriças, o chamado "sertão", ocupar a terra significava a sobrevivência das famílias proprietárias. E estas, para recuperar ou incorporar áreas, muitas vezes expulsavam ocupantes antigos, atitude justificada pela mudança do caráter da terra, que adquiriu "teor econômico". A terra (juntamente com os escravos) deixava, assim, de ser estática para tornar-se dinâmica, condição imposta, segundo Oliveira (set88/fev89, p. 66-7) pelo novo momento econômico advindo do acentuado desenvolvimento da cafeicultura.[20] De acordo com as pesquisas da autora, grande parte das famílias pioneiras se estabeleceram na região em momentos diversos, oriundas de dois lugares diferentes. Uma origem seria paulista, de municípios como Itu, Porto Feliz, Capivari e Tietê; e a segunda, da região mais ao sul de Minas Gerais como Muzambinho, Guaxupé e Campanha . O "sertão caracterizava-se por uma tênue integração à parte mais civilizada do território paulista, [...] sob constante ameaça dos indígenas [...] e por servir de abrigo a fugitivos e malfeitores em busca de terras sem lei." (TRUZZI, 1993, p.17)

Oliveira (set88/fev89, p. 67-68) ressalta ser uma característica comum entre os primeiros proprietários, ocupantes de fato, dedicarem-se à criação de suínos, garantindo a sua integração ao circuito comercial, uma vez que parte da propriedade já era utilizada para o plantio de milho, que era destinado em parte à alimentação dos animais criados

[20] Entre outros autores, Martins, também discutiu essa questão com brilhantismo. (1998, p. 32)

soltos, o que dispensava a utilização de um grande contingente de mão-de-obra. Era só plantar, reunir os animais e comercializar a carne e a banha. De acordo com Truzzi (1993, p.11 e 20), na região de São Carlos e Araraquara, por volta de 1856, antes da ocupação das fazendas com cana-de-açúcar e café, toda a terra era ocupada pelo gado bovino e suíno, cujo destino era Piracicaba.

Uma outra característica de vários municípios paulistas era a existência de uma "boca de sertão" entre uma área mais velha e outra mais nova e aonde iam surgindo as povoações. No caso de Catanduva não foi diferente. O sítio onde surgiu a povoação que lhe deu origem, era cercado pela Serra de Jaboticabal e pela Cordilheira de Itaimbé, ficava mais ou menos no meio do caminho entre a vila mais antiga, Jaboticabal, e a mais nova, São José do Rio Preto. Para chegar ao novo povoado, havia duas alternativas: uma fluvial, pelo rio São Domingos ou pelo rio Turvo, e uma terrestre, a Estrada do Taboado, caminho de boiadeiros que ligava Aparecida do Taboado no Mato Grosso à Araraquara, passando por São José do Rio Preto, Borboleta (mais tarde Bady Bassit), Santo Antonio do Monte Belo, Nova Aliança, Bicas (Termas de Ibirá), Caputira, Cerradinho (Catanduva), Cordão Escuro (Palmares Paulista), Aparecida de Monte Alto, Campinho (Cândido Rodrigues), Ribeirãozinho (Taquaritinga) e Jaboticabal, daí chegando a Araraquara, onde já existiam matadouros, seguindo depois a carne para outros locais (*A Feiticeira*, mar. 1985).[21]

Por essa estrada circulavam muitas tropas de animais transportando cargas, e para abrigá-las foram surgindo vários pousos de tropas. Foi em um deles, então denominado "cercado" ou "cerrado do porco", que se estabeleceu a povoação que deu origem a Catanduva. É possível que parte do primeiro nome da povoação, tenha vindo da Paróquia de São Domingos do Cerradinho. O santo foi o padroeiro da primeira capela construída à margem esquerda de um rio cujo nome primitivo era Japurá, substituído mais tarde pelos geógrafos do Instituto Geográfico do Estado de São Paulo quando realizaram trabalho de reconhecimento e nomeação de acidentes geográficos, rios, corredeiras. Como a capela de São Domingos era próxima ao rio, este recebeu o seu nome (*A Feiticeira*, mar.1985). Monbeig (1984, p.184) cita as viagens de uma Comissão Geográfica em 1905, que realizou um trabalho de demarcação na região que sofria com a intensa prática de grilagem, o

dos pioneiros mineiros que usavam “topônimos [...] extremamente incertos ou repetidos”. Naquela época ignoravam-se os nomes e até mesmo o traçado dos rios.

O rio São Domingos dividia o núcleo: do lado esquerdo, o povoado de Cerradinho e do lado direito, Catanduva e São Francisco de Paula. Essa divisão tornou-se um problema e revertê-la foi fundamental para a região, como demonstrado em outra seção deste capítulo.

A região de São Domingos do Cerradinho integrava uma área denominada Fazenda Barra Grande ou Moreira. Segundo o costume local e relatos encontrados nos arquivos do Museu Padre Albino e Museu da Imagem e do Som de Catanduva, o provável proprietário da área de 13 mil alqueires recebida como doação pelo Governo Imperial, era Joaquim Alves Moreira, coletor na cidade mineira de Caconde, segundo depoimento de Maria Rita de Figueiredo, descendente da 3ª geração desta família de pioneiros.

Não foi possível localizar o registro da propriedade em nome deste coletor em nenhum Cartório de Registro de Imóveis de Araraquara, Jaboticabal, Santa Adélia, Catanduva ou São José do Rio Preto. Ainda segundo o costume, partes destas terras foram recebidas em herança por Joaquim Lourenço Figueiredo, genro de Joaquim Alves Moreira, morador da Paróquia de Conceição da Boa Vista, do município mineiro de Alfenas. Joaquim Lourenço, juntamente com seu filho Joaquim Alves Figueiredo, tomaram posse da herança em 1886, trazendo suas famílias para morar numa cabana simples, à margem direita do rio; um ano depois lá haviam construído um engenho (*O Século*, 1949). Em nome de José Lourenço, há escrituras lavradas no Cartório de Registro de Imóveis de Jaboticabal, não há, porém, mesmo com as vendas realizadas pelos seus descendentes, condições de se estabelecer qual seria a área da propriedade.

Apesar de proprietários das terras e, provavelmente, os mais antigos moradores, não é atribuída unicamente aos Figueiredo a condição de fundadores da cidade. São citados também mais dois prováveis fundadores. Um deles seria Antonio Maximiano Rodrigues, da cidade mineira de Campanha, o mais antigo proprietário de terras registradas nesta região (data de 1891 o primeiro registro de terras da Fazenda Barra Grande ou Moreiras) e doador da área onde se ergueria a capela em homenagem à São Domingos, em 1893. Na escritura, registrada em Jaboticabal em 1902, consta que o santo é o adquirente das terras. O último provável fundador seria Domingos Borges da Costa, conhecido como Minguta, um rezador de terços que adquiriu terras de Antonio

Maximiano Rodrigues, que já vivia na região muito tempo antes de registrar a compra e supostamente teria escolhido o santo padroeiro do lugar. (*O Século*, jan. 1954).

Para Deffontaines apud Truzzi (1993, p.12), a origem dos núcleos ocorria pela doação de territórios à Igreja ou a um santo. De acordo com Truzzi, em São Carlos pairam a respeito do verdadeiro fundador da cidade, causando desavenças entre as famílias dos prováveis fundadores. Para o autor "o que era fundar uma cidade? Erigir uma capela ou doar um terreno para o patrimônio público, erigir as primeiras casas de telha ou [...] **então o que seria?** (grifo nosso) [...]". Como exposto neste trabalho, a questão persiste.

As perguntas de Truzzi podem ser as mesmas em relação à fundação de Catanduva e a outros municípios. Esta pesquisa também faz as mesmas perguntas. É inegável o grau de importância que seria reconhecimento histórico — e as desavenças a respeito o comprovam — do fundador ou fundadores da cidade, pois para as famílias dos pioneiros significa ter o sobrenome imortalizado na lembrança dos habitantes. Ressaltem-se as observações de Truzzi (1993, p. 21) e Hollanda (2002, p. 37), ao referir-se à natureza da verdadeira nobreza, que não pode ser herdada.

Para os moradores e nascidos em Catanduva, essa questão, certamente, não era relevante. Relevante na época, por volta de 1890, era não haver um cemitério para enterrar os mortos. Seus corpos foram transportados nos ombros de habitantes caridosos e enterrados em um cemitério distante cerca de 40 quilômetros, para os lados onde atualmente se localiza a cidade de Cajobi e existia uma capela em homenagem a São Bento. O último corpo transportado para este cemitério foi de uma mulher pesando uns 90 quilos, o que fez os homens baquearem pelo caminho, uma picada no meio da mata. Diante da situação, um padre, José Bento que, segundo Almeida (1943, p.169) era pároco de São José do Rio Preto e um "sacerdote desabusado", penalizado com a sorte dos moradores do vilarejo, reuniu os homens mais importantes como José Lourenço Figueiredo, Domingos Borges da Costa, Juca Mineiro e Antonio Maximiano Rodrigues e escolheram um novo local para cemitério, próximo à capela do padroeiro.

Como exposto, o povoado era como tantos outros fundados na região, tendo mineiros como proprietários das terras, um rezador de terços, e possuidores de nomes de santos de origem portuguesa, exatamente como apontado por Almeida para a vila de São José do Rio Preto. Ainda coincide, como destacado pelo mesmo autor, com observações de Truzzi (1993) para São Carlos e Dean (1977) para Rio Claro serem os

pioneiros habitantes dedicados ao cultivo de gêneros alimentares e criadores de animais, principalmente de porcos.

Aos poucos, o povoado de São Domingos do Cerradinho foi crescendo e seus novos contornos justificavam mudanças, inclusive políticas. Uma delas ocorreu em 1905. No início daquele ano, o vilarejo recebeu a visita do Major Emídio de Oliveira Castro, figura importante da região que poderia, autorizar a realização de mudanças almejadas pela população. Os moradores prepararam uma recepção à altura do convidado: um terço, rezado pelo Minguta (como era conhecido Domingos Borges da Costa) na capela de São Domingos e um almoço na casa de Antônio Maximiano Rodrigues, após o qual formularam o seu pedido: a criação de um Distrito Policial. O Major os atendeu, e o distrito foi instalado em setembro do mesmo ano. Seu primeiro subdelegado foi Joaquim Alves Figueiredo, tendo como suplentes João Joaquim de Souza e Costa, José Dias Cavalheiro e Florentino Antonio Clemente, cujas influências familiares na história da cidade se restringem àquele momento (OLIVEIRA, *O Regional*, 21 nov. 1992, Nossa terra, nossa gente, p. 3).

A conquista seguinte dos moradores do vilarejo foi a mudança do *status* de Paróquia para o de Vila Adolfo, homenageando um importante morador de São José do Rio Preto, por meio da Lei n.1186 de dezembro de 1909. Esse período coincide com a chegada dos trilhos da Estrada de Ferro São Paulo Norte, mais tarde denominada Estrada de Ferro Araraquarense (EFA), ligando essa região à de Araraquara. Os trilhos começaram a ser colocados em 1905, atingindo Vila Adolfo em 01/05/1910, quando houve uma grande festa comemorativa a essa nova fase de progresso (LEITE, 2003, p. 27). A instalação da ferrovia, realmente representava progresso. Segundo a literatura, ela foi fundamental para a ampliação da fronteira agrícola com a conseqüente interiorização do desenvolvimento, atingindo regiões distantes do Estado de São Paulo. O cerne deste processo foi a cafeicultura e as vilas privilegiadas pela ferrovia, as chamadas “pontas de trilhos”, transformaram-se em capitais regionais. A estrada de ferro permitiu a ampliação do volume de comércio, facilitando o transporte do café e de outras mercadorias, assim como a chegada de novos habitantes (MONBEIG, 1984, p. 348- 363).

Como cita Milliet, “[...] atrás do café, e por vezes à sua frente, penetram as ferrovias. Com elas os colonos estrangeiros [...]” (1938, p. 23). Esse fenômeno será analisado na seção a seguir.

3 Estrangeiros em Vila Adolfo

Grande parte dos estrangeiros vindos para Vila Adolfo, por volta de1907, eram italianos que haviam trabalhado em outras regiões menos distantes da capital. A mobilidade dos trabalhadores italianos era intensa, como vimos no capítulo anterior, e enquanto alguns saíam à procura de melhores condições de trabalho no campo, outros buscavam se estabelecer como prestadores de serviço nas novas cidades, surgidas na fronteira do café, no Oeste Paulista. Outros, ainda, após conseguirem reunir pecúlio, buscavam terras mais baratas, preferencialmente as mais férteis localizadas nas regiões de fronteira. Esse foi o caso de Catanduva. Os primeiros italianos chegaram à região, quando esta ainda era Paróquia de São Domingos do Cerradinho, no início do século XX e, conforme será visto adiante, tiveram importância fundamental na evolução do núcleo urbano, no progresso e desenvolvimento do futuro município que mais tarde se transformou em comarca de Catanduva.

Pesquisa realizada por membros da Sociedade Italiana, revela que João Spanazzi, seu filho Henrique, sua esposa Adalgisa Prandi Spanazzi, juntamente com Pedro Celli foram alguns dos primeiros italianos a chegarem por estas bandas em 1907. A viagem foi em carro de boi — os Spanazzi vieram de Jaboticabal e Celli, de Taiúva. As duas famílias já se conheciam desde quando viviam na Itália. (Arquivos da Sociedade Italiana Gabrielle D'Annunzzio de Catanduva).

De acordo com revistas locais, nessa época, início do século XX, já estavam estabelecidos em Catanduva (não existe menção à sua data de chegada) os comerciantes Felipe Mouad, Jacob Sarti e Luis Rossini.

Quando João Spanazzi ali se instalou com a família não havia nenhuma casa de tijolos no vilarejo e ele construiu uma olaria, que foi a primeira casa erguida com esse material, e entrou para o ramo das construções. Alguns anos mais tarde, passou a exercer sua antiga profissão de ferreiro e montou uma oficina nos lados de São Francisco e tornou-se proprietário da primeira máquina de beneficiamento de arroz da região. Foi ainda pioneiro do ramo de entretenimento, dono do primeiro cinema da cidade, localizado na Rua da Estação.

Pedro Celli era proprietário das terras na margem esquerda do rio São Domingos. Ao todo, 46 alqueires adquiridos por 4:000$000 (quatro contos de réis), que tinha início na área onde foi construída a estação ferroviária, e se estendia até a região de São Francisco, na saída para Jaboticabal. Nessas terras, foi implantado o loteamento

que deu origem ao atual bairro do São Francisco, parte do Higienópolis e parte da Vila Mota. O bairro São Francisco, um dos mais antigos, foi o escolhido para moradia de muitos dos primeiros italianos que vieram para Catanduva, tais como os Gerosa, Chiodini, Girol, Pellizzon e que, anos mais tarde, se tornaram proprietários de bares, panificadora, restaurantes e pizzaria (*A Feiticeira,* jun. 1976).

Mas o bairro aristocrático, com as mais luxuosas residências, foi o de Higienópolis. Nas décadas de 1930 e 1940, ali residiam famílias ricas, principalmente de origem espanhola. Em diversas revistas dos arquivos pesquisados, encontram-se referências aos "palacetes" e seus jardins, à sede da Sociedade Espanhola e ao Colégio Nossa Senhora do Calvário, de ensino particular. Parte desse bairro pertencia, como vimos, a Pedro Celli e a outra parte ao Coronel José Pedro da Motta, antigo guia de carros de boi, conhecido como "carreiro Zé Pedro" (*O Século,* 09 jul. 1948).

De acordo com Truzzi (1993, p.158), os imigrantes europeus trouxeram consigo conhecimentos técnicos, muitos deles inovadores, além de representar mão-de-obra qualificada para as novas atividades que surgiam, no caso de Catanduva naquele início de século, e integrar o mercado de consumo urbano que começava a se vislumbrar.

Pesquisas realizadas em Catanduva confirmam a importância da presença dos imigrantes italianos na região. Por exemplo, a senhora Maria de Lourdes De Senzi Carvalho, filha de Pedro De Senzi, morador e vereador em São Carlos, e posteriormente em Catanduva, revelou que seus avós, ao chegarem de Gênova, na Itália, dedicaram-se à construção civil em São Carlos, onde parte do grupo familiar ainda reside, são membros da família Marmoratto. Em outra entrevista, Maria José Galli Mortati, filha de Francisco Galli, eminente político catanduvense sobre o qual falaremos em capítulo adiante, informou que os avós, após a chegada da Itália, permaneceram um tempo em São Paulo, mudando-se depois para Piracicaba. Para sobreviver, dedicavam-se às atividades artesanais com o uso de um torno e eram, segundo essa senhora, chamados "artistas".[22]

Portanto, vale dizer que a chegada dos imigrantes italianos em Catanduva, assim como ocorrido em outras cidades, promoveu a melhoria na qualidade de vida dos seus habitantes, dando inicio à crescente produção artesanal e industrial, com o conseqüente desenvolvimento do comércio.

---

[22] As entrevistas foram realizadas nos dias 05/07/2006 às 10 horas na residência de Maria de Lourdes e dia 1/07/2006 às 11horas com Maria José, por telefone.

Foi um italiano quem introduziu o cultivo do café em Vila Adolfo. O pioneiro, José Sartori, plantou, em 1908, os primeiros quarenta mil pés de café. Este senhor era ex-administrador da fazenda de Luiz dos Santos Dumont, pai de Alberto Santos Dumont, em Santa Adélia. Após reunir pecúlio, ele adquiriu 828 alqueires de terras incultas na Fazenda Tenentes, cuja escritura foi lavrada no Cartório do Registro de Imóveis de Jaboticabal, em 1911. Assim teve início a atividade que, posteriormente, manteria o município de Catanduva entre os maiores produtores do Estado, conforme será tratado adiante.

De acordo com diversos autores como Silva (1976), Dean (1977), Cano (1985), entre outros, a cafeicultura foi diretamente responsável pela implantação da infra-estrutura necessária para o desenvolvimento da indústria (um exemplo específico foi o de máquinas e equipamentos utilizados no beneficiamento do café). Também proporcionou, aliado ao crescimento urbano e industrial, o desenvolvimento comercial e financeiro, por meio do estabelecimento das casas bancárias. O primeiro banco fundado em Catanduva foi a Casa Bancária Silvério Minervino, em 1922, do italiano Silvério Minervino, natural de Benevento, que viveu primeiro na Argentina, depois em Araraquara, e só então estabeleceu-se em Catanduva. Um dos autores que destacam a importância e o papel dos bancos de italianos é Carelli (1985, p. 44). De acordo com o autor, entre 1899 e 1905, dos vinte e três bancos criados em São Paulo, vinte e dois pertenciam a italianos.

Aos poucos a vila ia crescendo e mais e mais italianos chegavam para ali se fixarem. Em 1910, foi a vez da família de Hermínio Franzini, um “faz-tudo” vindo de São Martinho, que se tornou o primeiro carroceiro de aluguel da vila (*A Feiticeira,* jun.1977). Também foi um italiano de segunda geração a primeira criança registrada no Cartório de Registro Civil de Vila Adolfo, em 23/05/1910. Foi o filho de João Pirolla, que recebeu o nome de Francisco e nasceu em 21/05/1910 na Fazenda Paula Vieira (*Catanduva Jornal*, 08 jan. 1944, p. 5).

Um marco do progresso local foi a criação, em 15/04/1915, por D. José Marcondes Homem de Mello, do Bispado de São Carlos, da Capelânia Curato de Vila Adolfo, e a nomeação do o primeiro padre, o italiano, Mauricio Caputo.

O setor de serviços incrementava-se. Em 1917, chegava Vitor Della Barba, marceneiro, entalhador, que se tornou o dono da primeira casa de móveis, o “Ninho das Noivas” (*O Regional,* 14 set. 1996 e 30 out. 1994, p. 3). Outro aspecto do desenvolvimento da vila foi a implantação de escolas. Em uma delas, a I Escola

Feminina, em 1915, contava com 55 alunas matriculadas entre as quais 11 (20% delas) tinham sobrenome italiano, e seus pais foram mencionados como proprietários de terra, pedreiros, maquinista, hoteleiro (*O Regional,* 9 ago.1996, p. 3). O progresso também se verificava por meio da criação de jornais. Em 1916, circulou o primeiro deles, *O Município*, um bissemanário que em junho de 1917, publicou a seguinte nota:

> Quem há três anos passados visitou esta zona, e que atualmente aqui chegue, naturalmente se extasiará surpreendido com as transformações por que tem passado e que está se operando em nossa vila. Centenas de elegantes edifícios, inúmeros estabelecimentos comerciais, cinco estabelecimentos industriais considerados os mais importantes desta zona: tudo enfim, que transformou uma pequena vila em uma soberana cidade. (28 jun. 1917)

O jornal destacou o crescimento da vila com razão. Em apenas 13 anos, o número de prédios de tijolos saltou de uma unidade em 1907 para 226 em 1916/17; saltou novamente para 372 em 1918 e, para 750 em 1920. A economia, principalmente a cafeicultura, também crescera. O número de cafeeiros aumentou dos primeiros 40 mil para quase três milhões (2.833.313) em 1920, atingindo em 1930, o número de 9.950.000 mil cafeeiros (LEITE, 2003, p. 49).

Em 1917, toda a pujança local justificou a apresentação, junto às autoridades estaduais, do pedido da criação do município. Em documento elaborado por moradores constam alguns itens ressaltando a importância da vila, tais como:

> a sede conta com 226 prédios, 60 estabelecimentos comerciais, oito industriais, uma usina elétrica, diversas oficinas mecânicas e população superior a 1500 almas [...] sete milhões de cafeeiros, cultura de cereais, cana e fumo [...] 12 mil habitantes na zona rural [...] a renda dos impostos passa de 22:000$000 (vinte e dois contos de réis) [...] 221 nascimentos, 126 óbitos, 83 casamentos e 326 escrituras [...] que a mudança de nome para Catanduva que já era nome tradicional ainda não tinha inconveniente de dois nomes dando margens à extravios nas estradas de ferro e nos correios [...] . (*O Século*, 14 abr. 1954).

Elaborada a solicitação, para conseguirem, de fato, a criação do município foi preciso resolver um problema: o fim da rivalidade entre os moradores. A vila, como vimos anteriormente, era formada por dois núcleos: um, à margem esquerda do rio São Domingos que se denominava Vila Adolfo e pertencia à jurisdição de São José do Rio Preto; e outro à margem direita, Catanduva (compreendendo Higienópolis e São Francisco) sob a jurisdição de Monte Alto. A união entre os dois núcleos surgiu por meio da ação de um italiano (de Rapola), o sapateiro e maestro Antonio Rutta ao criar

uma “corporação musical”, a União de Catanduva, em 12/09/1917, reunindo músicos dos dois lados do rio.

Além dessa, outras ações foram desenvolvidas pelos moradores para transformar a vila em município. Em 4 de março de 1917, no prédio do Ideal Cinema, reuniram-se os mais importantes moradores locais para, de forma conjunta, fundar uma Associação Recreativa, o Clube Sete de Setembro. Sua primeira diretoria foi composta por Henrique Cintra Warne, Francisco de Araújo Pinto (médico), Adalberto Bueno Netto (farmacêutico), José Bauab, Coriolano de Oliveira Mello, Manoel Diez, Nestor de Sampaio Bittencourt (médico) e os italianos Armindo Accorsi (comerciante), Gaspar Trazzi (proprietário de terras) e Domingos Fellippe (Jornal *O Regional,* 28 maio1996, p. 3). Nesse clube, discutia-se o futuro político do provável município de Catanduva.

Como resultado dos esforços realizados após o envio do documento em 6/9/1917, a solicitação de Vila Adolfo foi convertida em Projeto de Lei e, em 14/11 do mesmo ano, quando o presidente do Estado era Francisco de Paula Rodrigues Alves, foi criado o município de Catanduva, através do Decreto n.1564 (LEITE, 2003, p. 28).

4 O desenvolvimento econômico estadual, reflexos em Catanduva

Trabalhadores imigrantes e nacionais desempenharam um papel fundamental no desenvolvimento da região de São José do Rio Preto, onde se insere Catanduva, tanto no que se refere à expansão cafeeira, quanto no crescimento populacional. Camargo (1981, v.1, p. 93-94) apontou o extraordinário crescimento ocorrido em São José do Rio Preto entre 1900, quando contava com 3.221 habitantes, e 1920, quando o número saltou 40 vezes, atingindo 126.796 habitantes. Também ressaltou o crescimento demográfico verificado em Catanduva, de 16 mil habitantes em 1920 para mais de 40 mil em 1940, representando o significativo aumento de 154,7%, enquanto municípios próximos perdiam população como Pirangi, Ariranha e Monte Alto. Em Catanduva, a densidade demográfica saltou de 27 habitantes por quilômetro quadrado, em 1920, para 77 habitantes, em 1940 — um aumento percentual de 285,18%. Também no grupo São José do Rio Preto/Paulo de Faria, o índice de densidade demográfica sai de cinco, em 1920, para 19 habitantes por quilômetro quadrado, em 1940, um representativo aumento de 380%.

De acordo com Camargo (1981, v. 1, p. 128-138), entre 1901 e 1940, a região de São José do Rio Preto recebeu 30.537 imigrantes e nacionais, representando 9,1% de

todos os que chegaram à região no período. Em 1920, os estrangeiros somavam 22.404 habitantes apenas no município de São José do Rio Preto, 38.372 em 1934, e 27.328 em 1940, sendo 2/3 destes estrangeiros italianos e espanhóis. Em Catanduva, segundo o autor, em 1920 havia 1775 italianos, 2060 espanhóis, 589 portugueses, 460 japoneses, 14 alemães e 312 habitantes de origem indeterminada, representando mais de 10% do total da população. Era, ao lado de Monte Aprazível, o terceiro município com mais italianos entre os 43 integrantes da denominada 6ª zona (1981, v. 1, 2 e 3).[23]

Ao lado do crescimento demográfico, em Catanduva a cafeicultura firmava-se como a sua principal atividade econômica. Tanto que acabou sendo causa de um grave acontecimento ocorrido em 1918 e lembrado pelo jornal *A Cidade* (2 mar. 1931). Trata-se da crise surgida entre os agricultores catanduvenses e a administração da Estrada de Ferro em razão da insuficiência de vagões disponíveis para o transporte da produção local às diversas regiões paulistas. Tal desentendimento provocou reação entre os moradores que atearam fogo na estação e em vagões estacionados na ponte da Rua Sete de Setembro. A destruição causada pelo fogo foi tão severa que exigiu a construção de uma nova estação. Logo em seguida, a estrada de ferro foi encampada pelo Governo estadual, vindo a denominar-se Estrada de Ferro Araraquarense.

Nesta época, próximo de 1920, a cidade de Catanduva, segundo Tartaglia (1993, p. 49 e 71-72), integrava a DIRA – Divisão Regional Agrícola – de São José do Rio Preto. No Oeste Pioneiro, havia ainda as DIRAs de Araçatuba, Marília e Presidente Prudente. Nestas áreas agrícolas predominavam os cultivos alimentares, entre eles o arroz ocupava a maior área cultivada — aliás, este produto representava, em termos de volume, a segunda maior produção de todo o Estado. O segundo produto em área cultivada era o feijão; o terceiro, o milho; o quarto, a cana-de-açúcar; o quinto, o algodão; e o sexto, o café.

[23] Em 1940, o número de italianos era de 1714, o de portugueses era de 570, japoneses de 110, espanhóes de 1452, alemães eram 2 e outras nacionalidades atingiam 363. De acordo com Camargo, a 6ª zona era formada por municípios mais antigos como Jaú, Monte Alto, Pirangi, Ariranha, Boa Esperança, Dourado e Dois Córregos e por mais novos como Rio Preto, Cedral, Mirassol, Monte Aprazível, Tanabi, Nova Granada, Potirendaba, Uchoa, José Bonifácio, Ibirá, Catanduva, Paulo de Faria e Palestina. (1981, v. 2 e 3, p.115).

Tabela 3 Produção agrícola no Oeste Pioneiro 1931/1933 (% em relação ao Estado)[24]

Gêneros	Área (ha)	Produção (t)
Café	32,90	29,17
Milho	17,69	28,53
Feijão	27,70	30,80
Arroz em casca	39,30	40,79
Algodão	14,27	14,45
Cana	------	------

Fonte: TARTAGLIA, 1993: IBGE, Censos Agropecuários, I.E.A., D.E.E.E.

Entre 1920 e 1930, na DIRA de São José do Rio Preto a área cultivada com lavouras era de 157.327 hectares (aproximadamente 65.552.916 alqueires), enquanto as pastagens ocupavam 1.350.501 hectares (aproximadamente 562.708,75 alqueires) ou 92,7% da área total de 1.507.828 hectares (aproximadamente 628.261,66 alqueires). Esta região era a quarta em área utilizada com lavouras em todo o Estado, antecedida por Ribeirão Preto, Sorocaba e Campinas (TARTAGLIA, 1993, Anexos).

Além da agricultura, a economia da região dependia da pecuária. Em 1920, São Paulo possuía o terceiro maior rebanho bovino do país, tendo como principais regiões produtoras Ribeirão Preto com 39,4%, Campinas com 20,5%, Sorocaba com 12,9% e São José do Rio Preto com 12,5%, totalizando 2.441.989 cabeças de gado — destas, 1.086.079 eram reses de leite (SEADE, 1988, p.14). Nos anos de 1930, a pecuária cresceu muito em São José do Rio Preto, concentrando 15,8% das reses do Estado; possuía 20% do rebanho de corte, o segundo rebanho leiteiro, 14,9% do total de eqüinos, 21,1% de suínos (o primeiro do Estado) e 15% de aves (TARTAGLIA, 1993, p. 137). Entre 1931 e 1933, esta era uma das maiores regiões de pecuária do Estado, quando o rebanho paulista era composto por 2.908.030 reses. Em 1950, tornou-se a maior bacia leiteira de São Paulo, reunindo 16,43% do total de cabeças; entre 1960 e 1970, concentrava 18,5% das reses de leite e 16,4% das de corte de um total de 11 milhões de reses. Os investimentos em pecuária provocaram um salto na área ocupada por pastagens, de 713.033 hectares, em 1950, para 1.001.724, em 1970, ultrapassando os 927.965 hectares utilizados para a agricultura (TARTAGLIA, 1993, p.137 e 204).

[24] Os dados para as culturas das Tabelas dos triênios e biênios referentes ao Oeste Pioneiro e DIRA de São José do Rio Preto são de Tartaglia, 1993. As comparações dos dados das fontes citadas, quando realizadas terão caráter meramente indicativo ou aproximado para indicar as tendências.

Tabela 4 Agricultura na DIRA de São José do Rio Preto – 1936/38 a 1969/1971

	1936 a 1938		1949 a 1951		1958 a 1959		1969 a 1971	
	Área (ha)	Produção(t)	Área (ha)	Produção (t)	Área (há)	Produção (t)	Área (há)	Produção (t)
Café	30.496	152.314	172.407	59.817	181.580	114.248	201.956	92.280
Algodão	72.492	55.862	137.790	65.695	50.903	54.990	145.272	113.118
Milho	140.881	196.997	86.709	112.542	131.285	151.376	282..811	446.764
Arroz	79.571	103.404	58.982	125.312	111.596	136.794	240.751	172.254
Feijão			26.521	15.102	35.349	11.441	17.844	4.700
Cana	611	9.707	2.131	45.990	7.168	358.838	39.331	1.637.426
Total	367.566	538.579	484.540	424.458	517.881	927.687	927.965	2.466.542

Fonte : TARTAGLIA, 1993: IBGE, Censos Agropecuários, I.E.A, D.E.E.

Conforme se pode observar na tabela, o café continuou durante o período como uma das atividades agrícolas mais praticadas em toda a DIRA de São José do Rio Preto, apesar da tendência de involução, observada em praticamente todas as regiões paulistas, dando origem a uma tese geral de que, em São Paulo, os canaviais substituíram os cafezais. Segundo Leite (2003, p.58), na região de São José do Rio Preto como um todo, essa substituição não ocorreu, enquanto na região específica de Catanduva, a prática foi confirmada.

É importante ressaltar que entre 1894 e 1915, quando ocorreu uma contínua expansão da área cafeicultora em São Paulo, os demais gêneros alimentares não perderam a sua importância. A área cafeeira expandiu-se de 382.103 hectares (aproximadamente 159.209,58 alqueires), em 1894 para 1.023.826 hectares (aproximadamente 426.594,16 alqueires). Destaque-se que não houve redução da área cultivada em nenhuma das seis maiores culturas, a saber: o café, o algodão, a cana-de-açúcar, o arroz e o milho.

Tabela 5 Produção agrícola em São Paulo (em hectares) 1894 a 1915

Produtos	1894/95	1900/01	1904/05	1910/11	1914/15
Café	382.103	751.114	875.004	900.111	1.023.826
Algodão	3.959	8.252	8.378	19.236	12.167
Cana	9.365	25.908	48.719	49.745	61.952
Fumo	6.236	5.023	4.825	5.275	4.397
Arroz	5.227	49.210	66.407	72.503	100.289
Feijão	38.481	99.481	156.796	183.721	228.740
Milho	220.203	220.203	346.989	372.922	508.093
Diversos	14.520	24.200	30.954	36.275	48.400

Fonte: De Carli, Gileno[25]

A produção de café, em 1914/15, era de 9.206.507 sacas de 60 quilos, ocupava 51% da área cultivada; o milho com 10.917.720 sacas e 25% da área; o feijão com 2.599.350 sacas e 11,5% da área e o arroz com 5% da área e 1.007.044 sacas. (DE

[25] Na safra de 1914/1915 produziram-se 540.289 sacos de açúcar. De CARLI, p. 73-4.

CARLI, 1943, p. 73-74). Não havia no Estado nenhuma região de cultura exclusiva, o café, porém, predominava.

Em 1920, a área agrícola paulista era de 1,98 milhões de hectares (aproximadamente 457.500 alqueires), 1.208.675 destes (aproximadamente 503.614,58 alqueires) eram ocupados por 50 milhões de cafeeiros, dos quais foram colhidas 3.474.711 toneladas cujo valor representava 59,9% de toda a produção estadual. São Paulo produzia, nessa época, a maior quantidade de café, arroz e feijão do país, a segunda maior de batata, milho e aves. Muito do desenvolvimento agrícola, deveu-se à construção da rede ferroviária, transportando a produção entre pontos distantes do Estado (TARTAGLIA,1993, p. 14-26).

A cafeicultura continuou a se expandir até atingir 200 milhões de cafeeiros em 1929 (TARTAGLIA, 1993, p. 19-20). Segundo Stolcke (1986, p. 61), esta expansão ocorreu graças à política econômica do Estado, desvalorizando a moeda e adotando prática de recuperação de preços em franca queda no mercado internacional. Todavia, esta atividade fragilizava-se devido à enorme oferta, em razão da crise capitalista internacional de 1929, quando os preços começaram a cair vertiginosamente. Os reflexos dessa crise foram apontados como responsáveis por alterações estruturais na economia brasileira, porém, como afirmou Stolcke (1986, p. 96-8), o preço não foi o único responsável; a crise de 1929 deslocou a cafeicultura do centro dinâmico da economia, porém, não lhe retirou toda a importância. Autores como Tavares (1985), Furtado (1989), Pelaez (1972) entre outros, apontam a crise de 1929, como a razão da ocorrência de uma inflexão no fluxo de desenvolvimento da agricultura brasileira, influenciando novos direcionamentos dos investimentos do setor e acentuando a diversificação da produção agrícola.

Tabela 6 Produção agrícola em São Paulo 1931 a 1933[26]

	Área (ha)	Produção (t)
Café	2.209.068	922.944
Milho	1.060.580	1.419.150
Feijão	405.826	229.795
Arroz em casca	392.132	571,517
Algodão	107.140	73.900
Cana	30.983	1.068.290

Fonte: TARTAGLIA, 1993: IBGE: Censos Agropecuários, I.E.A., DE.E.E.

[26] As fontes utilizadas para os dados das Tabelas dos triênios e biênios para o Estado de São Paulo assim como para a região do Oeste Pioneiro e São José do Rio Preto são de TARTAGLIA, 1993. As comparações dos dados das fontes citadas, quando realizadas terão caráter meramente indicativo ou aproximado para indicar as tendências.

Apesar dos problemas relatados, a cafeicultura continuou ainda por muito tempo, como uma das principais opções de investimento em muitas regiões. Em 1952, São Paulo tornou-se o maior produtor de cana, de açúcar e de álcool do país. De acordo com a Tabela 6, verifica-se uma significativa evolução da cultura de cana-de-açúcar. Em 1931/33 a cultura canavieira ocupava pouco mais de 30.000 hectares (aproximadamente 12,5 mil alqueires), menos de 1% da área total cultivada; entre 1936/38 o percentual saltou para 1,6% do total ou 80.000 hectares (aproximadamente 33.3 mil alqueires) e entre 1949/51 cresceu para 150.000 hectares (aproximadamente 62,5 mil alqueires) utilizando para o cultivo 4,2% da área agrícola paulista. Esse período é considerado o da expansão da agroindústria canavieira (LEITE, 2003, p. 37-41 e SMRECSÁNYI, 1979, p. 236).

O cenário agrícola de Catanduva também sofreu transformações, mas, inicialmente, na contramão daquelas que ocorreram no Estado.

Como exposto anteriormente, os cafezais multiplicaram-se continuadamente até atingir 19 milhões de cafeeiros em 1937; o mesmo foi observado em São Paulo entre 1922 e 1935, quando o número de cafeeiros praticamente dobrou de 872 para 1.561 milhões. A justificativa para esta evolução é que, apesar da conjuntura econômica desfavorável após a crise de 1929 e da proibição de novos plantios pelo Governo nas regiões de fronteira, os investidores não se intimidaram e realizaram novos plantios (TARTAGLIA, 1993, p. 71).

Tabela 7 **Número de cafeeiros em Catanduva – 1908 a 1943**

1908	1920	1930	1934	1936	1937	1940	1943
40.000	2.833.313	9.950.000	11.665.350	18.672.528	19.010.884	18.870.000	18.857.600

Fonte: *Anuário Estatístico* de 1946, p. 14.

Conforme se pode averiguar pelos dados da Tabela 7, em Catanduva, entre 1908 e 1937, os cafezais apresentaram uma evolução contínua, de aproximadamente 50.000% (47.272%). O número de propriedades cafeeiras também ampliou passando de apenas uma, em 1908, para 67 em 1920, 317 em 1930 e 340 em 1937. Mas entre 1940 e 1960, conforme se pode observar na Tabela 8, ocorre uma redução na área de cultivo do café, na ordem de 96,2%. À medida que o tempo foi passando, outras culturas iriam ocupar o seu lugar. Este processo, porém, foi lento.

Em 1950, o município ainda figurava entre os maiores produtores paulistas contando com 449 estabelecimentos cafeeiros, 11 milhões de pés e 560.000 arrobas de

produção, a nona maior do Estado; em 1955, tornou-se o quarto maior produtor, com 725 mil arrobas; em 1957, atingiu a sexta colocação com 580 mil arrobas; em 1959 aumentou a produção para 1,682 milhão de arrobas, obtendo a quinta colocação, além de produzir café de excelente qualidade. (LEITE, 2003, p. 53)

Tabela 8 **Produção agrícola em Catanduva – 1940 a 1970**

Gêneros	1940		1950		1960		1970	
	Área (ha)	Produção (t)	Área (ha)	Produção (t)	Área (há)	Produção (t)	Área (ha)	Produção (t)
Café	21.659	12.127	17.767	16.865	11.024	11.026	5.735	3.293
Milho	3.194	4.356	1.028	3.958	1.372	1.788	2.790	6.217
Arroz	1.198	1.666	----	----	710	562	1062	1070
Algodão	----	4.024	276	114	483	213	130	124
Feijão	1.013	1.055	89	771	107	150	289	123
Cana	---	176	19	218	630	29.910	3.088	144.166

Fonte: IBGE : Censo 1940, 1950, 1960 e 1970

Foi apenas entre 1960 e 1970 que, à semelhança da tendência estadual, a cafeicultura, em Catanduva, passou a involuir com redução de 48% do total da área cultivada no início do decênio anterior. De forma geral, em todo o Estado, as mudanças na atividade agrícola eram visíveis com os agricultores optando por investimentos em outras culturas que se mostravam mais atrativas para aquele momento de crise cafeeira. Desde o início da década de 1950 vinha sendo traçado esse novo cenário para a agricultura paulista, com os cafezais sendo substituídos pelos canaviais.

Tabela 9 **Agricultura em São Paulo 1936/38 a 1969/71**

	1936 a 1938		1949 a 1951		1956 a 1958		1969 a 1971	
	Área (ha)	Produção (t)	Área (ha)	Produção (t)	Área (ha)	Produção (t)	Área (ha)	Produção (t)
Café	2.209.068	922.944	1.054.479	458.722	1.399.999	692.836	784.297	414.000
Milho	1.060.580	1.419.150	1.101.362	559.111	1.050280	1.356.422	1.471.443	2.440.000
Feijão	405.826	229.795	835.356	1.110.986	360.337	133.197	259.747	119.000
Arroz	392.132	571,517	545.625	651.651	571.120	593.985	653.820	558.000
Algodão	107.140	73.900	217.571	141.146	447.700	467.997	584.833	657.665
Cana	30.983	1.068.290	166.546	6.300.010	421.645	20.867.841	737.933	36.066.667
Total	4.205.729	4.285.596	3.920.939	9.221.626	4.251.081	24.112.278	3.020.630	40.255.332

Fonte: TARTAGLIA, 1993: IBGE: Censos Agropecuários, I.E.A., DE.E.E.

Entre 1940 e 1970, a área ocupada em Catanduva pelos cafezais reduziu-se em 3.776,63%, ou seja, de 21.659 para 5735 hectares, enquanto a ocupada pela cana-de-açúcar ampliou-se em 16.252,6% entre 1950 e 1970, passando de 19 hectares para 3.088 com de 81.912,5% de aumento na produção entre 1940 e 1970, significando 176 toneladas para 144.667.

Esse novo perfil agrícola deveu-se ao aumento da demanda de cana-de-açúcar por duas novas unidades sucro-alcooleiras em início de atividade no município, sendo uma delas a Usina São Domingos, fundada por descendentes de espanhóis e italianos, quatro irmãos da família Sanchez e Oswaldo Ambrózio Zancaner; a outra, Usina Catanduva, pelo descendente de italianos, o Comendador Antonio Stocco, famílias a respeito das quais esta investigação deter-se-á adiante.

5 Os italianos e o seu papel no desenvolvimento catanduvense

Como reflexo do desenvolvimento da agricultura surgiu o crescimento demográfico — de 40 mil habitantes, em 1940, para 53 mil em 1964, com aumento da demanda por bens e serviços e o conseqüente progresso do núcleo catanduvense. A cidade crescia; desde 1919 havia conquistado novo *status,* tornando-se sede de comarca instalada em 7/2/1920 através da Lei n.1675-B (*O Regional,* 20 set.1997, p. 9).

Entre 1918 e 1965 o número de prédios urbanos aumentou de 750 para 11.000, como resultado do crescimento populacional. À volta da antiga capela de São Domingos, tudo se transformava, inclusive, o próprio templo.

Entre tantas pessoas que viveram em Catanduva, algumas tiveram papel fundamental no seu desenvolvimento e até mesmo no da região. É o caso do Padre Albino da Cunha e Silva, um português enérgico, substituto do padre Maurício Caputo, que chegou à Vila Adolfo em 28/4/1918. O Padre Albino realizou muitas obras em Catanduva, sendo uma das mais importantes a construção da Igreja Matriz, erguida com a ajuda dos fiéis que contribuíram de acordo com suas posses (*A Feiticeira*, mar. 1976).[27] Essa obra tornou-se parte do acervo cultural e histórico do Brasil, devido à ornamentação de seu interior feita pelo grande artista Benedito Calixto.

A importância da participação dos imigrantes italianos e seus descendentes no progresso de Catanduva são evidentes. Entre as iniciativas, devem ser destacadas a fundação de clubes, associações esportivas, filantrópicas, assistenciais, de classe, comércio, indústria e política. Não se pode dissociar o italiano e seus descendentes da vida deste município. Suas contribuições traduziram-se nos hábitos da sociedade, nas

[27] Eentre os colaboradores citados, encontramos o Coronel Joaquim Delphino R. da Silva, doador de todo o madeiramento, os italianos José Sartori doador da porta principal, João Guzzo doador do pára-raios, entre outros. Muitos foram os trabalhadores na construção da obra, o assentamento de tijolos ficou a cargo de Emílio Mori, Antonio Batistini, João Falarini, Gustavo Allem; a decoração foi realizada por Arnaldo Colocci.

atividades intelectuais e culturais, nos hábitos alimentares, nas casas de moda, na arquitetura, na engenharia, enfim, sua influência fez-se sentir em todas as partes, como ressalta Diegues Junior, "a livraria, a banda de música, as associações artísticas, jornais." (1964, p. 178)

Em 1919, um italiano de Salermo, Vicente Lanzieri, inaugurou a primeira joalheira da cidade, "*A Pérola Oriental".* Nesse mesmo ano, de dez componentes da primeira banda musical, nove eram italianos, incluindo-se o Maestro Antonio Rutta; anos mais tarde (1946) quando surgiu a I Orquestra Sinfônica da cidade, o maestro, entre outros músicos, também tinha sobrenome italiano, Artur Ranzini.

Em 1922, o primeiro conjunto musical o "*Jazz Band"* (cujo nome anterior foi Bico Doce) contava com 11 músicos, quatro de sobrenome italiano. Um deles era Túlio Tricca, sapateiro, morador na Rua Rio de Janeiro em frente à estação de trem e que era denominada de **Piccola Itália**. Desde a sua chegada, em 1915, teve por vizinhos, os italianos Righini (um de seus descendentes foi prefeito em 1968), os Accorsi, os Pedreschi, os Basaglia, os Piatto. Como músico atuou em todos os conjuntos organizados na cidade (*O Século,* 9 jul.1948 e 30 mar.1953). Em 1920, os italianos fundaram a *Societá Italiana de Mutuo Socorsso Gabrielle D'Anunzzio* com objetivos filantrópicos e de assistência entre os associados. Seus fundadores foram Aristide Muscari, (primeiro fotógrafo a instalar ateliê na cidade em 1921), Luigi Maffei Rosa, Ângelo Gerosa, Giovanni Pinotti, Nicola Facci, Carmelo De Grande, Giovanii Borro, Domenico Pasquale, Afonso Meneghelli, Aurélio Righini, Eurico Spanazzi, Vicenzo Lanzieri. A Associação será abordada oportunamente.

É notória a participação de italianos na organização de hospitais e casas de saúde. Em Catanduva não foi diferente. A Santa Casa, cuja construção teve início em 1919, passou a chamar-se Hospital Padre Albino em 1926. O hospital era mantido pela Associação Beneficente de Catanduva, sendo seu idealizador o Padre Albino e primeiro presidente e grande benemérito Ricardo Lunardelli (*O Século,* 17 abr.1946).

Aos poucos, Catanduva foi ganhando ares de cidade grande, realizavam-se muitos eventos sociais, sempre contando com participação dos italianos e seus descendentes. A imprensa local noticiava também estes acontecimentos, como um casamento (João Ramires e Ângela Segura) cuja cobertura foi realizada pelo colunista do jornal, com fotos e nomes dos "importantes" convidados dos noivos. Ressalte-se que entre os 91 nomes de senhores citados havia 26 sobrenomes italianos (*A Comarca de Catanduva,* 2 dez.1926). Em 1922, realizou-se o primeiro dos carnavais de rua da

cidade, ocasião em que se comemorou, simultaneamente, o centenário da Independência política do país, festa da qual participaram muitos cidadãos da terra. Fotos alusivas ao evento, encontradas em arquivos do Museu Padre Albino de Catanduva, dão destaque a membros da família Righini. O evento transformou-se em grande atração. Por muitos anos, o Carnaval de Catanduva foi considerado como o melhor do interior de São Paulo, e em 1948 o "segundo Carnaval" do Brasil, atraindo muitos turistas para a cidade (*O Século,* 29 set. 1948).

Em 1927, para facilitar o transporte da população, foi criada a primeira linha de ônibus urbanos e os primeiros táxis só apareceram em 1928, de propriedade dos italianos Mariano, Silvio e Pedro Rubiano (*O Regional*, 20 set. 1997, p. 9 e 10 jan. 1993, p. 5). Em 10 de agosto de 1930, como reflexo do desenvolvimento dos setores econômicos e para representar os seus interesses, a exemplo do ocorrido em outras cidades, foi criada a Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Catanduva (ACIAC). Conforme apontam Souza, Kerbauy e Truzzi (2003, p. 17-18), a iniciativa foi concomitante à criação de outras associações comerciais como as de Araraquara (1934), São Carlos (1931), São José do Rio Preto (1920) e Bauru (1931), todas fundadas em associações de imigrantes e com a presença de cidadãos de origem imigrante, destacando-se os italianos.

Em Catanduva não foi diferente, o fato ocorreu nas dependências da Sociedade Italiana e dos 73 fundadores, 33 tinham origem italiana. As Associações Comerciais, de acordo com estes autores, serviram para a inserção destes imigrantes na sociedade e na política locais.

Nesta época, 1930, o progresso da cidade era visível. Áreas como as de lazer, de informação e de educação cresciam, destacando também a participação dos cidadãos de origem italiana. Parte desse progresso veio da necessidade de instalação de escolas para a população. Nesta época, o número de alunos em Catanduva era de 1.818 atendidos em 8 escolas, todas de ensino primário, enquanto em São José do Rio Preto havia 3089 atendidos por 19 unidades escolares.[28] Em 1930, os italianos Antônio Záccaro, Mariano Ninno e Fortunato Destito foram os empreiteiros construtores do primeiro Ginásio Municipal.

[28] Em Araraquara havia 4.422 alunos e 19 escolas; em Jaboticabal havia 4517 alunos e 30 escolas; em Piracicaba 10.422 alunos e 29 escolas, todas de ensino primário. Anuário Estatístico do Estado de São Paulo, 1930, p. 144-157.

Em 1929, dos 259 municípios de São Paulo, apenas alguns possuíam teatros e cinemas. Dos 67 teatros e 119 cinemas existentes no Estado, a capital possuía 17 teatros e 21 cinemas. Nas 15 cidades com maior número de ambas as casas deste tipo de espetáculo, 13 delas eram privilegiadas com maior número de teatros, sete possuíam dois, incluindo-se Catanduva, e seis cidades possuíam apenas um. Entre as 14 com maior número de cinemas, são citadas Jundiaí com cinco salas, Sorocaba e Mogi das Cruzes com quatro, Taquaritinga com três; sete cidades tinham duas salas (Batatais, Bauru, Glicério, Guaratinguetá, Lorena, Rio Preto e Tietê); três cidades tinham apenas um cinema, entre elas Cruzeiro, Rio Claro e Catanduva.[29]

Em 1930, o número de salas de cinema em Catanduva saltou de um para três: o Central, o República e o Bandeirante todos de propriedade da família Pelegrino (Jornal *O Regional,* 10 jan.1993, p. 5 e 28 set. 1996, p. 3).

A informação ficava a cargo de quatro jornais *A Comarca de Catanduva, Folha do Povo, A Cidade* e *O Rádio*; no setor de serviços a população contava com 21 médicos, 11 advogados e 10 dentistas. Desde 1923, havia um Consultório Radiológico e Laboratório de Microscopia de propriedade do médico romano, Francesco Graziano (*A Cidade,* 2 mar. 1931, p. 4). Em 1936, Carmo A. Azarite adquiriu de Américo Mortati a Empresa Funerária Pinheiro, a primeira do gênero na cidade (*O Regional,* 4 maio 1997, p. 7).

Conforme ocorria em outras cidades e apontado por autores como Diegues Jr. (1964), em Catanduva confirmava-se a participação italiana em associações de cunho filantrópico, assistencial e esportivo, na fundação de clubes sociais. No segmento de esportes e lazer, em 1929, foi fundado o Clube de Tênis de Catanduva, que era o mais sofisticado — em suas dependências reuniam-se os moradores mais importantes da

> somente as cidade de certa projeção econômica e cultural nos seus respectivos países comportam a fundação de um Rotary Club porque dele fazem parte os elementos mais representativos da comunidade [...] é considerada de importância quando possui tais elementos [...] conclui-se [...] apenas nos núcleos mais populosos e adiantados [...] se consegue instalar um Rotary Club. (*O Século,* ago. 1949)

Entre os membros fundadores, estavam alguns dos "elementos representativos da comunidade" de origem italiana como Alfredo Minervino, Ricardo Lunardelli, Gentil de Ângelo, Ângelo Ninno, Caetano Gentil, Ignácio Stefano, José de Giácomo, Antonio Záccaro. Outra entidade do mesmo segmento, o Lions Club foi fundado em 1956, tendo cinco presidentes de origem italiana até 1966, o primeiro deles, Dr. José Lerro Palamone (*A Feiticeira,* dez/jan/fev. 1966).

Em 1936, alguns senhores de origem italiana fundaram o Cruzeiro Cestobol Clube onde foi montado o primeiro time de basquete que, anos depois, deu à cidade a vitória, em âmbito estadual, nesta modalidade esportiva. A primeira diretoria foi composta por José Antonio Borelli, Augusto de Maio, Orlando Pedrazolli, Ítalo Facci, Antonio Ragazzi, Armando Cacciari. O Livro de Ouro aberto para angariar fundos utilizado na construção da sede foi iniciado por Ricardo Lunardelli com 500$000 e Ângelo Zancaner com 300$000 (*O Século,* 15 jun. 1935). Em 1937, no salão social da Sociedade Italiana, José Gerosa (presidente) e Arthur Dall'Aglio (vice-presidente) fundaram o Catanduva Ping-Pong Clube (*A Cidade,* 13 ago. 1937, p. 4). Catanduva passou a contar com um aeroclube filiado ao Aero Clube (sic), do Brasil, fundado em 1940, sendo seus primeiros presidentes de honra Ricardo Lunardelli, João Lunardelli e José Pedro da Motta Filho, tendo como primeiro diretor da escola para pilotos, Antonio Záccaro (*O Século*, 1 nov. 1947).

No final da década de 1930, as cidades da região não podiam mais ser consideradas pontos distantes, isoladas, o sertão, a fronteira. Em 1937, dos 260 municípios paulistas apenas 56 possuíam mais de 30 mil habitantes. Catanduva ocupava o 41º lugar com 33.854 habitantes. Em 1939, o número de municípios paulistas subiu para 270. Entre os mais populosos, com mais de 35 mil habitantes, havia apenas 39 cidades — Catanduva ocupava o 34º lugar com 38.948 habitantes. Em 1938, as três cidades mais populosas eram Santos e Campinas, com mais de 100 mil habitantes, e Ribeirão Preto com 80 mil habitantes (representavam 1,15 % do total das cidades paulistas); 18 delas tinham entre 80 e 40 mil habitantes (6,92 % do total estadual) e 25

cidades tinham população ente 30 e 40 mil habitantes (9,61 % do total). Essas cidades mais populosas representavam menos de 20% do total estadual. Em 1940, havia 33 (12,69% do total estadual) municípios com mais de 40 mil habitantes e Catanduva com 40.769 ocupava a 30ª posição. (Anuário Estatístico do Brasil, 1937-1948, p. 133-155 e p. 96-98).[30]

Em 1939, na zona denominada Araraquarense, das sete comarcas integrantes, Catanduva ocupava o terceiro lugar com 89.741 habitantes ou 61,81 habitantes por quilômetro quadrado atrás de Araraquara com 97187 habitantes ou 48,63 habitantes por quilômetro quadrado e de São José do Rio Preto com 165.341 habitantes 48,63 por quilômetro quadrado (*Catanduva Jornal,* 28 mar. 1945, p. 05).[31]

A arrecadação municipal também aumentava. Em 1926, Catanduva arrecadou Cr$ 500.000,00, a 26ª arrecadação estadual; em 1936 o valor subiu para Cr$ 1.469.000,00, melhorando a classificação para o 11º lugar (*Catanduva Jornal*, 04 abr. 1945, p. 01). Um outro fato que comprova a importância do município data de 1937, quando a agência do Banco Comercial do Estado de São Paulo, localizada em Catanduva, obteve o primeiro lugar no Estado em movimentação financeira (*O Regional,* 5 abr. 1997, p. 5).

Devido a esse progresso, a cidade "brilhava". Basta lembrar que em 1937 a imprensa local atribuiu-lhe o título de "Manchester Paulista" (LEITE, 2003, p. 31). Nesse mesmo ano, para se encarregar da segurança da população foi criado o Batalhão de Vigilantes da Guarda Noturna, fazendo parte da primeira diretoria muitos homens de origem italiana como Alfredo Minervino, Carlos Merighe, Gentil de Ângelo, José Patriani, Jordano Mestrinelli e João Pinotti (*O Regional,* 11 ago. 2001, p. 3). Na área da saúde, a cidade contava, então, com 20 médicos cadastrados na lista telefônica, sendo quatro com sobrenome italiano, inclusive o de José Záccaro, proprietário da primeira Casa de Saúde. Entre os "grandes e bons farmacêuticos", sete deles tinham origem italiana: Senize, Racconello, Ursaia, Basaglia, Palumbo & Celestine, Cacciari e Quaglia.

Os italianos sobressaíam-se também em outras atividades. Entre os açougueiros havia muitos italianos – "parece que [...] todos calabreses" – os Spina, Greccos, Ferraris, Volpi, Gagliardi, Bevacqua (*O Século,* 15 jun.1935 e *O Regional,*11 jun. e 5 nov. 1995, p. 5).

---

[30] Em 1940 a população urbana de Catanduva era formada por 17.028, a das vilas de 2.293 e rural de 21.448 habitantes.

[31] As comarcas integrantes da região araraquarense eram (além das citadas) Taquaritinga, Santa Adélia, Monte Aprazível e Novo Horizonte..

Italianos também eram os produtores de bebidas, os “gasoseiros” (gasosa era o termo usado para todos os refrigerantes) da região: em Santa Adélia, os Bertolo; em Fernando Prestes e Mundo Novo, os Felipelli; em Taquaritinga os Cocolichio; em Itajobi, os Devito; em Potirendaba, os Ferrari; na capital São Paulo, os Zanotta (fabricantes da Sissi); em Catanduva os Volpon, os Righini e Betti que produziam além da “gasosa”, vinagre, fernet, cachaça, e nos anos 40, “A Maltada”, uma espécie de cerveja (*O Regional,* 16 jun. 1996, p. 5). Parece não ter limite a participação dos cidadãos de origem italiana no progresso e desenvolvimento da cidade de Catanduva. E as pesquisas só reforçam tal realidade. De acordo com o Cadastro Industrial, da Prefeitura do município, entre 1923 a 1945, das 124 empresas cadastradas (comércio e indústria), 71 delas ou 57,20% pertenciam a italianos ou aos seus descendentes.

Dos 14 produtores de pães e doces, 10 (71,4%) tinham origem italiana; as três únicas fábricas de bebidas pertenciam a italianos; havia uma fábrica de macarrão cujo dono também era italiano; na confecção de

mesmo ano de 1940, o município possuía 40.769 habitantes e era o terceiro com maior produção cafeeira da região que integrava 41 municípios (CAMARGO, 1981, p.116).

Alguns anos depois, em 1945, a prefeitura arrecadava Cr$ 2.255.000,00, a 15ª arrecadação do Estado, atrás de cidades como Santos, Campinas, Santo André, Marília, Ribeirão Preto, Sorocaba, Araraquara, São José do Rio Preto, Bauru, Piracicaba, Jundiaí, Presidente Prudente, Lins, Barretos e Taubaté (*Catanduva Jornal,* 4 abr.1945, p.1).

Em março de 1946, o *Diário da Manhã*, da capital, publicou matéria sobre a cidade:

> Catanduva, uma cidade diferente das outras, o carnaval aqui foi bom – promoveram a festa o Coronel José Ribeiro, prefeito municipal, Flavio Moraes, Lucio Cacciari, Ítalo Záccaro, Carlos Merighe, comércio, imprensa e rádio locais. Passado o carnaval a cidade é uma festa para os olhos, um deslumbramento para o espírito, inaugura novo cinema, suntuoso para 2.000 lugares e uma orquestra sinfônica. (19 mar. 1946)

A orquestra à qual se refere o jornal faria a sua estréia em 26/4/1946, sendo seu primeiro presidente Antonio Záccaro e, sem dúvida, colocava Catanduva em destaque, pois poucas cidades tinham uma sinfônica (*Catanduva Jornal,*17 abr. 1946, p. 6).

Durante os anos de 1950, a cidade era servida pela Empresa de Viação Real Transportes Aéreos. Os aviões chegavam e partiam três vezes por semana com destino à São Paulo, Goiânia e Rio de Janeiro. A população atingiu 44.431 habitantes (era composta também pelos distritos de Elisiário e Catiguá), havia 6.000 prédios urbanos, 900 estabelecimentos comerciais, 220 industriais, a Rádio Difusora, dois jornais bissemanários, 126 saídas e chegadas de ônibus na estação rodoviária, três cinemas (*O Século*, 24 dez. 1956).

Em 1954, cafeicultores da cidade lançaram a “Campanha dos Cafés Finos”, que obteve repercussão nacional e reconhecimento internacional ao receber a visita do senador Assis Chateaubriand e enviar amostras do café para a feira realizada na cidade de Bruxelas, em 1958, quando a qualidade do produto catanduvense foi devidamente reconhecida (LEITE, 2003, p. 53). Novamente, foi um indivíduo de origem italiana que se destacou, projetando o nome da cidade. Era Benedito Zancaner, primeiro produtor desta variedade de café especial nas terras da família (*O 14 de Abril*, 1963).

Em 1954, Catanduva contava com 116 estabelecimentos industriais, destacando-se uma fábrica de óleo das Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo, 870 estabelecimentos comerciais, 10 hotéis, 7.085 prédios, 1.332 veículos automotores e

quatro jornais: *A Cidade, O Bandeirante,* o *GERB* e o *GIFA*, os dois últimos editados por grêmios estudantis, além de duas revistas *O Século* e *O Comerciário* (*O Século*, 14 abr. 1954).

Em 1959, dos 243 municípios paulistas, havia apenas 28 (11,52 %) com população superior a 40 mil habitantes e Catanduva estava entre estes. Em relação ao valor da produção, Cr$ 507.917.000,00, ocupava o 13º lugar entre os 16 municípios que mais produziam; a arrecadação municipal foi de Cr$ 70.035.585,00 e estava entre os 26 municípios com arrecadação superior a Cr$ 70.000.000,00; apenas 15 dos 243 municípios possuíam mais de 1.000 telefones, Catanduva tinha 1.105 aparelhos, São José do Rio Preto, 2.552, São Carlos 1.784, Araraquara 3.659. Sem dúvida, Catanduva figurava entre os municípios mais importantes do Estado (Anuário Estatístico do Estado de São Paulo, 1961, p. 96-98.).

Por volta de 1960, a população atingiu 50.749 habitantes, dos quais 38.127 viviam na zona urbana e apenas 11.386 na zona rural. No Estado, neste período, apenas 21 municípios registravam mais de 50 mil habitantes (Anuário Estatístico do Brasil, 1961-1962, p.39-42).

O panorama econômico também ganhara outra feição. A produção agrícola se diversificou e a cidade já contava com três usinas produtoras de açúcar e de álcool, a São Domingos, a Catanduva e a Romão (mais tarde denominada Cerradinho). A produção do setor sucro-alcooleiro, nesta época, foi incentivada por ações do Governo, como a ampliação da produção de cana-de-açúcar em terras até então utilizadas por cafezais improdutivos, muitos dos quais foram erradicados pela campanha do GERCA (Grupo Executivo da Racionalização da Cafeicultura criado pelo Decreto n.79 de 26/10/1961) após convênio firmado entre o IBC (Instituto Brasileiro do Café) e o IAA (Instituto do Açúcar e do Álcool). O objetivo era utilizar a área ocupada por cafezais com os canaviais, preservando os agricultores e garantindo o fornecimento da matéria-prima para as usinas, além de promover a instalação de novas unidades de processamento. Em 1963, havia também uma conjuntura favorável à exportação de açúcar em conseqüência de safras anteriores ruins, o que transformou o cultivo da cana e a produção de açúcar em melhor alternativa os até então cafeicultores, principalmente em Catanduva.

Tabela 10 **Exportação brasileira de açúcar – 1960 a 1973**

Ano	Total(TM)	Ano	Total(TM)	Ano	Total (TM)
1950	400	1958	12930	1966	1.007.354
1951	323	1959	10098	1967	1.000.747
1952	742	1960	854.775	1968	1.078.704
1953	4109	1961	744.864	1969	1.061.203
1954	2509	1962	478.586	1970	1.130.000
1955	9683	1963	486.670	1971	1.226.000
1956	390	1964	265.559	1972	2.640.000
1957	6665	1965	818.488	1973	2.977.000

Fonte: Revista *Brasil Açucareiro,* outubro de 1960 e 1972 - SZMRECSÁNYI, 1979

Os dados da Tabela 10 mostram como o incentivo do Governo para o aumento da produção da cana, em razão do bom momento para a exportação do açúcar, obteve excelentes resultados. A quantidade, relativamente pequena, exportada em 1964 praticamente quadruplicou em 1965.

Esta conjuntura favorável à produção açucareira, em muito beneficiou o município de Catanduva. A nova atividade econômica elevou a receita municipal de 1962 para Cr$ 157.374.850,00 e colocou a cidade entre as 38 (9,62 %) que arrecadavam mais de Cr$ 150.000.000,00 entre os 395 municípios do Estado. A população, no mesmo período, atingiu 50.749 habitantes. São Carlos, na época, registrava 65.312 habitantes (Departamento de Estatística do Estado. Anuário 1962, p. 56-74). Truzzi (1993, p.140-154) descreve uma espécie de lenta agonia vivida pelo município de São Carlos após sucessivas crises na produção cafeeira quando, principalmente a imprensa local, conclamava os habitantes a não deixarem a cidade morrer e através de suas páginas promovia inúmeras campanhas para projetarem o município retirando-o do obscurantismo. Catanduva, uma cidade que surgiu no caminho do café e progrediu graças à base econômica conquistada pelo produto, parece ter tido mais sorte. Talvez pela rapidez com que alguns dos grandes cafeicultores optaram pela mudança, arriscando-se numa nova atividade, desconhecida até então por eles, a produção sucro-alcooleira.

O fato é que no final dos anos de 1960 e início de 1970 já estava estruturado o sexto núcleo canavieiro do Estado de São Paulo. Coincidência ou não, estes pioneiros eram descendentes de imigrantes, alguns espanhóis, outros italianos, constituindo-se numa característica comum apontada para a quase totalidade dos empresários brasileiros do setor.

Em 1964, quando o país iniciava o período de governo militar, Catanduva, contava com 11.000 prédios, 234 estabelecimentos industriais, 892 comerciais, 1403 automóveis, 775 caminhões, 78 ônibus, 127 veículos de outros tipos (havia um veículo

para cada 21 habitantes), 8 associações de classe, 13 estabelecimentos bancários nos quais foram depositados, em 1963, Cr$ 1.400.000,00 representando o 23º lugar em depósitos no Estado. O município possuía 53 mil habitantes dos quais 43 mil viviam na zona urbana (Revista *A Feiticeira*, jun. 1964). Alguns anos depois, em 1968, a população era de 55.992 habitantes, 48 mil vivendo na zona urbana. O perfil econômico da cidade havia mudado, definitivamente, de cafeicultor para canavieiro.

Desde 1917, quando atingiu o status de município, até 1968, momento em que se encerra esta pesquisa, Catanduva elegera quatro deputados, três estaduais e um federal, sendo um para duas legislaturas, 1950-58; três eram italianos de segunda geração, Orlando Gabriel Zancaner, Armindo Mastrocolla e Antonio Mastrocolla. Poucos anos depois, Orlando Gabriel Zancaner tornou-se Senador da República. Em 1968, os catanduvenses elegeram João Righini para prefeito, sendo o primeiro descendente de italianos nascido na cidade a tornar-se chefe do Executivo Municipal.

Analisar a trajetória política dos imigrantes e seus descendentes em Catanduva será objeto do capítulo seguinte.

CAPÍTULO III A POLÍTICA EM CATANDUVA – DE 1918 A 1930

Neste capítulo o objetivo foi analisar a evolução política do município de Catanduva. Em virtude da importante presença italiana nessa região, observou-se, a atuação destes imigrantes na esfera de governo local e outras. O capítulo foi dividido em cinco seções. Nas duas primeiras, discutiu-se a origem e a estrutura do poder local, marcada pela forte presença do coronelismo e do clientelismo no Brasil, e o início da vida política em Catanduva a partir da constituição do município e das rivalidades políticas surgidas entre os líderes locais.

As demais seções mantiveram o foco nos italianos. Na terceira, analisou-se a participação dos imigrantes como proprietários de terras e sua integração na vida local. Na quarta, a análise recaiu sobre os italianos catanduvenses que apoiaram e participaram do movimento brasileiro do Integralismo e a vinculação da *Sociedade Italiana di Mutuo Socorso Gabrielle D'Anunzzio* com as políticas local e regional. A quinta e última seção teve como foco a participação efetiva desses estrangeiros como membros da elite política entre 1918 e 1930.

1 O poder local na I República: o coronelismo, fenômeno de uma época

Foi em abril de 1918, em pleno cenário político da I República (1889-1930), que o município de Catanduva foi instalado após a realização da primeira eleição municipal. Nessa época, a política no Brasil era influenciada pelo coronelismo – fenômeno que caracterizou as décadas iniciais da vida republicana no país.

Nas palavras de Faoro,

> o coronel, antes de ser um líder político, é um líder econômico e, não necessariamente, como se diz sempre, é o fazendeiro que manda em seus agregados, empregados ou dependentes. O vínculo não obedece a um raciocínio tão simples, que se traduziria no mero prolongamento do poder privado na ordem pública. Segundo esse esquema, o homem rico – rico por excelência, pois na sociedade agrária seria o dono da terra – exerce poder político, num mecanismo onde o governo será o reflexo do patrimônio pessoal. Mais um passo lógico: o coronel, economicamente autônomo, formará o primeiro degrau da estrutura política, projetada de baixo para cima. [...] O vínculo que lhe outorga poderes públicos virá, essencialmente, do aliciamento e do preparo das eleições (1997, v. 2, p. 622).

Para Faoro (1997, v. 2, p.122), o coronel e suas posses eram a base da pirâmide Sua riqueza era "substancial e não necessariamente grandiosa", era "impossível" aos pobres e dependentes serem reconhecidos como coronéis.

Na interpretação de Leal, essa pirâmide era

> o resultado de uma superposição de formas desenvolvidas do regime representativo de uma estrutura econômica e social inadequada. Não é, pois, mera sobrevivência do poder privado, cuja hipertrofia constituiu fenômeno típico de nossa história colonial. É, antes de tudo, uma forma peculiar de manifestação do poder privado [...]. [...] é, sobretudo, um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente senhores da terra (1975, p. 20).

A qualidade de proprietário concedia-lhe ascendência sobre seus dependentes, ocupando lugar de destaque. Segundo Leal (1975, p. 21), nem sempre os chefes políticos eram autênticos coronéis. Essa característica também foi observada por Queiroz (1976, p. 84), pois muitos chefes políticos eram bacharéis escolhidos e apoiados pelos verdadeiros coronéis.

Para Leal (1976, p. 43-47), a estrutura agrária brasileira, calcada no latifúndio, permitia relações de dependência pessoal entre os proprietários da terra e seus trabalhadores. O patrão fornecia todo tipo de amparo: assistência médica, jurídica e/ou financeira. Em função disso, os trabalhadores viam o patrão como "rico e poderoso" e, entre ambos, estabelecia-se um vínculo que se estendia à fidelidade partidária.

Para os proprietários de terra, quanto mais eleitores fiéis, maior o poder de eleger os indicados e, conseqüentemente, de mostrar prestígio e obter favores do governo — fenômeno que se prolongou a períodos recentes. Carvalho (2003, p. 27-38) demonstra que, até 1981, 85% dos votantes eram analfabetos — grande parte deles vivia na zona rural. Alguns eram latifundiários enquanto os outros não passavam de meros empregados daqueles, portanto, facilmente influenciáveis.

Além disso, uma cadeia de fraudes garantia as eleições. Uma delas era comprovar a renda do votante de forma verbal, garantida pelo testemunho de alguém pago para jurar que o eleitor possuía a renda necessária, esse papel de fiscalizar a encenação cabia a um dos fraudadores denominado *cabalista*. Assim, quando o eleitor votava, negociava o voto; quando não votava, alguns por terem falecido, outra pessoa votava em seu lugar, esse substituto era denominado *fósforo* e apenas um desses fraudadores votava várias vezes no lugar de diversos eleitores. Havia também os *capan as eleitorais* que usavam de violência para obrigar o voto. Os problemas eram

ignorados e os funcionários redigiam as atas como se as eleições houvessem transcorrido na normalidade. Registrava-se apenas o que interessava.

Para Faoro (1997, v. 2, p. 626-630 e 1976, p. 62), ao ser instalado o regime republicano, o Decreto 200-A, de 08 de fevereiro de 1890 e o Decreto n.511 de 23/06/1890 (o Regulamento Alvim) foram fundamentais na composição da feição político-eleitoral. Esse regulamento atrelou o governo local e seus chefes políticos ao estadual.

Na visão do autor, a definição do sistema político, estabelecida pela Constituição Republicana de 1891, encontrava-se na antiga Lei de 1º de outubro de 1828, que "instituiu o sistema de tutela" — impedindo a autonomia dos municípios e acorrentando-os ao domínio do governo estadual. Por um lado, isso levou ao imobilismo político. Por outro lado, os interesses do governo estadual estariam garantidos na base da pirâmide pelas alianças com os chefes municipais, pelas *eleições a descoberto*, no *voto de cabresto* e no *bico de pena*.

No alto da pirâmide estaria a degola pela Comissão Verificadora de Poderes. A fórmula da política da I República, denominada "*dos overnadores"*, consistia no poder do governador de organizar, validar ou invalidar as eleições municipais. Além disso, ele também controlava os recursos financeiros por meio dos *coronéis* que, por sua vez, controlavam os chefes locais, aliciavam os votos e garantiam a vitória pelo uso da fraude ou da violência.

Com a legislação da I República, o poder dos chefes locais foi cerceado pelo poder regional à medida que as constituintes estaduais mantiveram os municípios estreitamente dependentes — desde o aspecto financeiro até o político-administrativo. Ou seja: a verba, o delegado, o juiz e o controle do processo eleitoral eram decididos pelo governo estadual.

Para Leal (1978, p. 51), "o maior mal que pode acontecer a um chefe político é ter o governo do estado como adversário […] ser governista era a palavra de ordem, […] a ausência de autonomia municipal poderia transformar-se em autonomia extralegal, concedida pelo Executivo estadual." O autor considerou que esse compromisso vigente na I República era "muito menos produto da importância e do vigor dos senhores de terra, do que de sua decadência."

Dessa forma, passaram a conviver, de um lado, o poder dos controladores de voto e, do outro, o Estado controlando os recursos. Caso os coronéis boicotassem uma eleição, poderiam ser facilmente substituídos por outros mais leais ao Estado. Não

restava, portanto, outra alternativa a não ser a união e a lealdade para equilibrar as relações entre os coronéis e o Estado e, conseqüentemente, mantê-los no poder.

Foi com base no compromisso entre o poder local, o estadual e o federal que se constituiu a "engrenagem fundamental para transformar um sistema político formalmente democrático, calcado na política competitiva, num esquema altamente fechado e excludente" (PERISSINOTTO, 2003, v. 2, p. 177). Como reflexo, estabeleceu-se o governismo e, como conseqüência, o monopólio político com a criação do Partido Republicano (PR).

De acordo com Kerbauy,

> a proclamação da República significa, portanto, o fim dos partidos unitários imperiais e sua substituição por partidos estaduais [...] . Assim é que, em 1871, organiza-se o Partido Republicano Mineiro e, em 1873, o Partido Republicano Paulista. Outros surgiram às vésperas da República ou depois de sua proclamação. [...] Na realidade, o partido representava os interesses das diferentes famílias oligárquicas (1979, p. 64-5).

Essa característica de partido único foi observada em quase todos os países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento. Nestes países, os governantes precisavam promover mudanças para atingir maiores níveis de desenvolvimento, como é o caso de alguns da América Latina que, apesar de apresentavam atraso técnico e tecnológico, nas negociações comerciais e financeiras competiam com os mais modernos e democráticos.

Todavia, essas reformas poderiam provocar alterações na estrutura social — o que nem sempre é desejável — que se refletiriam no poder e no prestígio de diferentes grupos na elite. No contexto de mudanças, a população, inexperiente social e politicamente, ressentiu-se da ausência de uma elite e de líderes capazes de realizar, controlar e dirigir o país.

Bottomore observou que, em alguns países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, houve a emergência de uma elite política, formada por líderes nacionalistas e intelectuais revolucionários. Em outros, a "elite dinástica", da qual faziam parte a aristocracia rural ou comercial, se comprometia com ações modernizantes ou reformistas tendo em vista o interesse de manter seu *status quo.* Para promover as reformas necessárias, essas elites deveriam estender benefícios à sociedade, como a educação, o que tornaria a condição de elite mais acessível às camadas inferiores (BOTTOMORE, 1965, p. 84-94).

Países nos qual a aristocracia rural — ou como prefere Bottomore (1965, p. 94), a "elite dinástica" — promoveu mudanças, organizou-se em partido único. Sua existência como elite governante justificava-se em razão de "[...] seus feitos anteriores e da promessa de criação de uma nação moderna no futuro".

Em nosso país, essa característica de partido único foi fundamental na construção e fortalecimento de um aparelho estatal regional na I República, por se tratar de instrumento político do "compromisso coronelista". Perissinoto (2000, v. 2, p. 178), com base na literatura sobre o PRP, dividiu essa trajetória em dois momentos: o primeiro entre 1873 e 1889, quando partido de classe ou classista e sua influência permeou o debate republicano; o segundo, de 1889 a 1930, quando foi instalada a política de governadores e tornou-se um partido de administração.[32]

No Brasil em vias de tornar-se republicano, a luta pela federação foi o grande tema defendido pelos membros do PRP (Partido Republicano Paulista). Somava-se a essa batalha o expansionismo econômico promovido pelos paulistas, principalmente nas zonas novas, como o Oeste, por meio de propostas de modernização, como a instalação de ferrovias, e a reorganização do mercado de trabalho, utilizando mão-de-obra livre.

Os partidários do PRP desejavam a autonomia estadual e o governo a serviço de seus interesses. A partir da implantação do federalismo em 1891 e da política de governadores, cuja base era o compromisso coronelista, o PRP tornou-se "via obrigatória de acesso ao Estado em todas as suas dimensões — seja para obtenção de cargos no funcionalismo público, seja para ter acesso aos cargos eletivos, da vereança do Executivo estadual" (PERISSINOTO, 2000, v. 2, p. 180-183).

Foi o monopólio político e a proximidade do Partido Republicano Paulista com as lideranças regionais que permitiram a continuidade no poder, assegurada pela Comissão Executiva do partido, órgão intermediário entre o governador e os coronéis e responsável pela instrução de como ou em quem deveriam votar (LOVE, 1982, p. 163). Esse compromisso permitiu a permanência da "política de governadores", que alternou na presidência da República representantes paulistas e mineiros.

Entre governo e proprietários rurais, manteve-se a mesma unidade de homogeneidade, observada desde o início do II Império. Foi em defesa desse grupo

[32] O autor aponta três razões consideradas por ele como definidores da conotação classista: a composição social eram cafeicultores do Oeste Paulista, agentes de expansão econômica espetacular; as questões defendidas por estes e as soluções propostas e desejadas pelo partido. PERISSINOTO, 2000, v. 2, p.178.

forte de proprietários mineiros e paulistas que se acautelou o continuísmo de mando no país (QUEIROZ, 1976, p. 131). Para Kerbauy,

> a hegemonia dos Estados da região Centro-Sul estava garantida também através da consagração do sufrágio universal e da proporcionalidade representativa (eleição presidencial direta pela maioria dos votos e proporcionalidade de representação na Câmara Federal, em relação à população de cada estado) garantida pela Constituição Federal de 1891 (1979, p. 68).

No entanto, a força do partido dependia do Estado e sua fraqueza era estar submetida aos seus princípios organizacionais. Apesar de manter os indivíduos dentro dos princípios clientelistas garantidos pelo coronelismo, o controle do partido pelo Estado só ocorreu com o passar do tempo. Aos poucos, o Executivo estadual submeteu-se à Comissão Executiva (PERISSINOTO, 2000, v. 2, p. 187).

A hegemonia do Partido Republicano nunca foi seriamente ameaçada até 1926, quando se organizou o Partido Democrático. Conforme será visto adiante, essa mudança foi resultante da quebra da política de governadores e do compromisso da, assim chamada, política café-com-leite.

2 Os chefes políticos em Catanduva e suas rivalidades: de 1918 a 1930

Nos anos finais da década de 1910, Vila Adolfo progredia a olhos vistos — como descrito no Capítulo II. Conforme o progresso avançava, as terras à sua volta eram valorizadas: no entorno, devido, principalmente, à prática da cafeicultura, e na área mais próxima do núcleo urbano, devido a outras atividades. A vila, como descreveu Queiroz (1976, p. 39), era o centro comercial e industrial. Representava a possibilidade de organização de uma área anteriormente inabitada, onde existiam as Câmaras e demais órgãos públicos, a arena política, o centro do poder local e do confronto entre os senhores de terras, a elite política e os coronéis. O progresso de Vila Adolfo justificava uma mudança de *status* político.

Era necessário torná-la um município. Mudar o *status* e emancipar politicamente uma vila era um desafio possível somente através de grande esforço e do empenho de várias pessoas que, unidas, teriam força suficiente para levar a proposta ao governo estadual. Uma das formas de realizar tal tarefa seria reunir pessoas importantes e interessadas para fundar uma associação. Tal foi o caminho seguido também por outros vilarejos.

A mudança de *status* político em Catanduva foi resultado, principalmente, do esforço de um grupo composto pelos representantes da elite de Vila Adolfo. Foram eles que fundaram uma associação, o Clube Sete de Setembro, em março de 1917 (*O Re ional,* 30 maio1997, p. 5).

A primeira diretoria do Clube Sete foi composta pelo Henrique Cintra Warne, Francisco de Araújo Pinto, Adalberto Bueno Netto, José Bauab, Coriolano de Oliveira Mello, Manoel Diez, Nestor de Sampaio Bittencourt, Armindo Accorsi, Gaspar Trazzi, Domingos Fellippe.[33] Conforme será abordado mais adiante, entre os membros fundadores estiveram os primeiro representantes do Legislativo e Executivo locais.

O Clube Sete de Setembro em Catanduva funcionou como instância de poder local. Em suas dependências os associados discutiam o futuro político do lugar. Foi ali que posteriormente ganhou abrigo uma das facções políticas que teria grande influência na cidade até 1930 (OLIVEIRA. Nossa terra, nossa gente, 1996, p. 3).

Em 14/04/1918, coroando o esforço da elite local, como citado, foi instalado o município de Catanduva, pouco tempo depois de ter ocorrido a primeira eleição (em 02/03/1918).[34] Apesar de contar apenas com um partido político, o Partido Republicano Paulista (PRP), havia no município recém-criado dois grupos disputando o poder. Um deles era liderado pelo major Domingos Fellipe e por Carlos Cruz. Já o segundo — apoiado pelo coronel José Pedro da Motta, grande proprietário de terras — era formado por Adalberto Bueno Netto e por Ernesto Ramalho. Eram os "nettistas", seguidores da família Netto e os "tourinhistas", da família Bittencourt.

De acordo com a legislação federal, nessa época os municípios, por mais que aparentassem ser o núcleo das decisões, não possuíam essa condição, conforme observaram autores como Leal (1975), Faoro (1997) e Queiroz (1976), entre outros. Para Campello (1995, p.186), a existência de facções antagônicas nos municípios representava "emanações dos desejos do poder estadual" e, em nome da oligarquia instaurada no estado, essas lutas políticas entre facções dividiam as comunidades. Não importava qual delas vencesse as eleições, ambas eram partidárias do PRP. A oposição vencida em uma delas poderia ser a vencedora na próxima.

---

[33] Entre os fundadores havia dois médicos, um farmacêutico, um comerciante, um militar. Desses dez, sete eram fazendeiros também; para um deles (Manoel Diez) não constava registro da profissão.

[34] Para disputar, como vereador, uma das oito vagas na Câmara Municipal a legislação da época estabelecia que o candidato, além de ser brasileiro e eleitor, deveria residir no município por um ano, no mínimo; os mandatos de vereança duravam três anos; juntos, os edis elegiam o presidente e o vice-presidente, através do voto secreto, para um ano de trabalho no cargo; elegiam também um dentre eles todos para ocupar o cargo de prefeito em voto de lista.

Nos municípios brasileiros, a disputa entre os grupos era intensa porque estava em jogo o domínio local e não necessariamente a eleição. Segundo Carvalho (2003, p. 33) "[...] a derrota significava desprestígio e perda de controle de cargos públicos, como o de delegado de polícia, de juiz, de coletor de rendas […]." No período em que Catanduva almejava elevar-se à categoria de município e realizar eleições, a formação das mesas dependia do apoio da população — o que garantia uma aparência democrática. No entanto, eram os gritos, a pancadaria e a violência que acabavam decidindo. O grupo ou facção que conseguisse mais barulho, uma claque mais eficiente, fazia a eleição de acordo com seus interesses. As primeiras eleições democráticas no Brasil podiam ser comparadas a "espetáculos tragicômicos, [...] tumultuados e violentos […]" (CARVALHO, 2003, p. 32-34).

O primeiro pleito em Catanduva não fugiu à regra. A despeito de contar com a participação de um número relativamente pequeno de eleitores, houve bastante confusão. Nessa oportunidade participaram 62 votantes, 15 deles com sobrenome de origem italiana.[35]

Em 02/03/1918, na presença dos Delegados das Polícias Regional e Municipal convidados para a ocasião, o major Domingos Fellipe — candidato a vereador que, na possibilidade de ser eleito, poderia vir a ser escolhido pelos pares para o cargo de prefeito, líder de um dos grupos — instalou a primeira mesa.

Naquele momento, no recinto eleitoral, ocorreu um grande tumulto, com gritos e xingamentos, confirmando-se o quadro apontado por Carvalho (2003) — tal era a baderna promovida pelos simpatizantes do grupo da oposição, liderada pelo coletor Ernesto Ramalho. O major, percebendo-se vencido, optou por retirar-se do local, desistindo de sua participação. O fato foi registrado no Livro do Pleito. Em relação ao mesmo fato, vale também lembrar o esclarecimento de Kerbauy sobre o assunto:

> A legislação eleitoral da Primeira República permitia que os coronéis pudessem exercer controle absoluto sobre os mecanismos eleitorais (o 'voto de cabresto', a falsificação das atas eleitorais, o voto a descoberto). A legislação referente à instituição da mesa eleitoral é um exemplo disso. O controle dos coronéis sobre o mecanismo eleitoral era de tal ordem que não lhe reservava surpresa o resultado das eleições [...] . Quando a legislação não resolvia, usava-se a força que se constituía num método freqüente dependendo das circunstâncias locais (1979, p. 70-71).

Após a confusão e o registro no Livro do Pleito, testemunhas contestaram as afirmações do major Domingos Fellipe, apontando-as como falsas, acusando-o de tentar

[35] A lista dos eleitores encontra-se em Apêndice 1.

anular a eleição indevidamente. Entre essas testemunhas estava o coronel Joaquim Delphino Ribeiro da Silva (um dos maiores proprietários de terras no município) e Mariano Ninno, ambos fiscais da mesa eleitoral (apoiavam a corrente vencedora).

Eles atribuíram a retirada do grupo anterior (liderado pelo major) à derrota verificada após a eleição. Pior foi o testemunho do major Antonio Jacintho de Medeiros Junior, presidente da mesa eleitoral, a favor dos vencedores. Ele, que era o organizador da segunda mesa, registrou o incidente em livro (*Revista Multi,* p. 60-61, dez. 2001). Por ordem do Delegado Regional, Antonio Jacintho de Medeiros Junior, nova mesa foi instalada pelos membros do outro grupo. E entre 12 e 15 horas foram eleitos os seguintes vereadores:

Tabela 11 Primeiros vereadores e suplentes em Catanduva – 1918

Nomes	Cargo na Câmara	Profissão	Nº de votos
Coronel Joaquim Delphino de Oliveira	Presidente	Fazendeiro	50
Dr. Francisco de Araújo Pinto	Vice-presidente	Médico/fazendeiro	50
Adalberto Bueno Netto	Vereador	Farmacêutico	32
Ernesto Ramalho	Vereador	Coletor	30
Coronel José Pedro da Motta	Vereador	Fazendeiro	50
Dr. Nestor de Sampaio Bittencourt	Vereador	Médico/fazendeiro	50
João Furquim de Souza Dias	Suplente	Lavrador	desconhecido
Joaquim Silva Ferraz	Suplente	Lavrador	desconhecido
José Alves da Silva	Suplente	Lavrador	desconhecido
José Zancaner	Suplente	Lavrador (Fazendeiro)	desconhecido

Fonte: *Revista Multi*, p. 60-61, dez. 2001.

De acordo com a Tabela 11, entre os dez eleitos havia um único imigrante italiano: José Zancaner, primogênito de Giovani Zancaner, nascido em Alano de Piave, região de Belluno, na Itália. A família obteve o primeiro trabalho como colonos numa fazenda em Descalvado. Após muito esforço reuniu pecúlio para adquirir as primeiras terras (250 alqueires) no município de Catanduva, em 1912 (ZANCANER, 1995, p. 25)

Dentre os vencedores da primeira eleição, conforme a mesma tabela, destacaram-se dois coronéis que eram grandes proprietários de terra e que, muito provavelmente, deveriam ser aliados políticos. E mais dois médicos (também proprietários de terra), um farmacêutico e um coletor, que em período anterior à aquela eleição também havia sido proprietário de terras na região. Entre os suplentes havia um comerciante e os demais foram denominados "lavradores" como era o costume. Ressalte-se que o uso de tal termo podia referir-se ao proprietário e não ao trabalhador braçal, como se verifica no caso de José Zancaner — rico proprietário de terras no município.

O primeiro prefeito foi Ernesto Ramalho (de 14/04/1918 a 13/06/1918), compadre e tio da esposa do coronel José Pedro da Motta, sucedido por Francisco de Araújo Pinto (14/06/1918 a 31/12/1918), médico e proprietário de terra (*A Feiticeira*, jun. 1964).[36]

O fenômeno do médico, do farmacêutico e dos bacharéis como políticos verificou-se no Brasil após a Independência, pois o preparo intelectual que os proprietários rurais reconheciam não possuir proporcionou aos homens cultos a possibilidade de ocupar cargos públicos. No entanto, para chegarem à Assembléia Legislativa, esses "citadinos" colocavam-se sob a proteção dos coronéis. Os políticos profissionais também adotaram o absenteísmo, a exemplo da maioria dos proprietários de terras (QUEIROZ, 1976, p. 71-73 e 84).

Esse bacharel, político profissional e proprietário de terras, também existiu em Catanduva, na figura de Adalberto Bueno Netto. Ele representava os interesses da oligarquia agrária, cujo maior expoente era o coronel José Pedro da Motta. Integrava o Partido Republicano Paulista e liderava a corrente dos "nettistas" contra os "tourinhistas", liderados por Nestor de Sampaio Bittencourt. Conforme noticiado nos jornais locais *A Comarca de Catanduva* de 28/05/1922 e *A Cidade* de 06/04/1971, página 4, de 1918 a 1930, o político Adalberto Bueno Netto alternou-se nos cargos de prefeito (1919-1920 e 1926-1930) e vereador. Elegeu-se ainda deputado estadual nas eleições realizadas em abril de 1922 e foi Secretário da Agricultura do estado no governo de Armando de Salles Oliveira.

Como já observado, desde o período da constituição do município, em 1918, havia correntes políticas opostas em Catanduva. Eram os "nettistas" e os "tourinhistas". Essa rivalidade política estendeu-se durante muitos anos. Mais tarde, como será enfocado em capítulo posterior, seriam os "ademaristas" e os "janistas", entre outros.

Em 1924, os "nettistas" eram partidários do Dr. Altino Arantes e os "tourinhistas" simpatizantes de Washington Luís, conforme noticiou o *Catanduva Jornal,* de 08/03/1944. A origem dessa "oposição" surgiu em 1915, após a convenção perrepista — em vista da indicação de Altino Arantes para o governo do estado pelo então governador Rodrigues Alves. O resultado dessa convenção provocou

[36] Informações sobre Ernesto Ramalho fornecidas em entrevista por telefone em 22/05/2005 por Dulcina da Motta Zancaner, neta de José Pedro da Motta, esposa de Oswaldo Ambrózio Zancaner, irmão de José Zancaner, suplente de vereador na primeira eleição.

descontentamento entre aqueles que apoiavam Washington Luís e as propostas de mudanças estruturais.

Até essa época, as disputas entre facções políticas eram neutralizadas pela continuidade assegurada pela Comissão Executiva — intermediária entre os governos estadual e municipal, eleita pelos diretórios municipais, que poderiam indicar candidatos a cargos estaduais e federais. As eleições para essa comissão eram anuais. Posteriormente, a partir de 1916, a regra mudou, passando a ser realizadas de quatro em quatro, coincidindo com as eleições gerais.

Nesse clima de transformações, de mudanças estatutárias e de interesses partidários diversos, em 1919, a indicação do governador não se concretizou e o indicado foi preterido em favor de Washington Luís. Dessa forma, acirraram-se as rivalidades entre os que apoiavam um e outro à sucessão paulista, até mesmo após as eleições (LOVE, 1982, p. 164-165).

Essa rivalidade ficou bem definida em Catanduva. Entre as duas facções locais, as diferenças de opiniões provocavam situações de violência e o uso de métodos espúrios, tais como um incêndio criminoso nas oficinas de redação do jornal "*A Renascença"*, partidário dos "tourinhistas" (*A Feiticeira,* jun. 1964). O fato confirma observações de LEAL (1976, p. 39-40) para quem a hostilidade entre grupos rivais provocaria atos de violência e sabotagem revelando uma face do *coronelismo* e do *filhotismo.* Responsável pela convocação de "muitos agregados para a 'gamela' municipal" e pela utilização dos recursos municipais nas disputas eleitorais, esse mandonismo resultaria em hostilidade e perseguições declaradas entre adversários.

Em 1925, o Diretório do PRP era constituído pelos seguintes "antigos moradores": Ângelo Tourinho Bittencourt (presidente), Francisco de Araújo Pinto, Pedro Neves da Silva, coronel José Araújo Braga, coronel José de Oliveira Cordeiro, coronel José Pedro da Motta e Antonio Augusto Ribeiro. Entre 1920, quando Washington Luís foi eleito, e 1924, final de seu mandato como governador, os seguintes prefeitos o apoiaram em Catanduva: Francisco de Araújo Pinto, membro do Diretório (de 17/2/1920 a 15/1/1923), Ernesto Ramalho (de 16/1/1923 a 15/1/1924), compadre do coronel José Pedro da Motta, também membro do Diretório, e Nestor de Sampaio Bittencourt (de 16/1/1924 a 15/1/1926), irmão do presidente do Diretório.

Observou-se que sem o apoio e o auxílio financeiro do governo estadual, não seriam realizadas as obras necessárias ao município. E sem essas, nenhum administrador municipal conseguiria manter seu prestígio e o cargo. A composição da

Câmara, fosse qual fosse, não se oporia ao prefeito, pois ele era o elo entre o município e o governo estadual.

Em 1926, foi reeleito o prefeito Adalberto Bueno Netto. Em São Paulo, nessa época, a atuação do PRP como partido de uma classe, foi contestada. Parte de seus integrantes considerou que o Partido, ao aproximar-se demais do Executivo naquele regime político vigente, o partido suprimia qualquer alternância no poder, condenando toda oposição ao "ostracismo". O monopólio do poder provocou confusão entre os interesses da classe partidária e os do Estado. Após a clivagem, surgiu o Partido Democrático (PD). Composto por dissidentes, membros de um poderoso setor cafeicultor, era um partido liberal-burguês (PERISSINOTO, 2000, p. 191).

Em Catanduva, o Diretório local do PD foi organizado em 1927 e elegeu como membros: coronel Joaquim Delphino Ribeiro da Silva, Mayr Cerqueira, Fausto Ismael Pereira e Souza, Leonardo de Campos, Gaspar Berrance e Aristóteles Ferreira Martins. Entre esses membros do PD local, só havia um proprietário de terras, o coronel Joaquim, um dos maiores do município, apesar de Perissinoto afirmar que a formação do PD pôde contar com grandes cafeicultores (*O Re ional,* 16 ago. 1997, p. 6 e *A Feiticeira* jun. 1964).[37]

Em São Carlos, segundo Kerbauy (1979, p. 80), na formação do PD local houve adesão de indivíduos pertencentes a setores diferentes, que não o agrícola. Em sua opinião, isso representava oposição ao revezamento contínuo no poder. Para Catanduva, poderia significar uma mudança a ser considerada.

Na eleição de 1926, ano da criação do PD, apesar de ainda não organizado localmente, surgiram novos nomes, parecendo haver realmente uma espécie de renovação. Foram cinco vereadores eleitos pela primeira vez, apesar de haver entre os novos eleitos três fazendeiros: Mário de Souza Pinto, pequeno proprietário, Alfredo Minervino e Ricardo Lunardelli — os dois últimos, proprietários de milhares de hectares de terra. Os outros dois vereadores eram Aristóteles Martins Ferreira e Átilla de Almeida Leite, um era bacharel em Direito e outro de profissão desconhecida.[38]

Nas eleições de 1929, dois novos nomes de não-proprietários apareceram: Manoel Simeão Rodrigues e Rosalvo Corrêa. Mas também surgiram novos vereadores

---

[37] A eleição ocorreu em 07 de abril de 1927. A afirmação embasa-se em informações colhidas ao longo da pesquisa, pois, os grandes proprietários eram, facilmente identificáveis. Não foram encontrados nem nas fontes e nem os livros de Atas do Partido, para que se identificasse a filiação partidária de cada um dos eleitos para a Câmara entre 1918 e 1930 e após 1926.

[38] Nas pesquisas realizadas nos cinco Cartórios de Registro de Imóveis não foram encontrados registros de terras em nome do vereador.

proprietários de terra — Antonio Stocco e Rufino Benito. No período compreendido entre 1926 e 1930, dos antigos vereadores mantiveram-se apenas o Nestor de Sampaio Bittencourt e Adalberto Bueno Netto

Para Catanduva, de acordo com os fatos apresentados, conclui-se que o surgimento de um novo partido político, o PD, ocorreu num momento de mudança. Mas, apesar de representar possibilidade de maior abertura para a atuação de outros grupos, como de profissionais não-proprietários, esta não foi necessariamente aceita como proposta de revezamento no poder. Mesmo porque os interesses do partido eram semelhantes aos do PRP.

Tal conclusão apóia-se no fato de que, entre 1926 e 1930, a maioria dos vereadores era proprietário de terra e apenas quatro (25%) dos 16 cargos para esse período foram ocupados por catanduvenses que não eram proprietários — apesar de não podermos afirmar serem filiados ao PD. Este percentual embora, afigure-se como representativo da abertura política (até então a Câmara era composta 100% por fazendeiros) não deve ser considerado como tal, pois, nas eleições seguintes não se manteve, e a atuação de vereadores não-fazendeiros, restringiu-se a apenas uma legislatura no período.

Tabela 12 Composição ocupacional de presidentes e vice do Legislativo 1918 a 1930

Presidentes da Câmara e vices	Profissão	Período de mandato
Coronel Joaquim Delphino Ribeiro da Silva	Fazendeiro	1918 a 1925
Coronel José de Oliveira Cordeiro	Fazendeiro	1923 a 1925
Dr. Nestor de Sampaio Bittencourt	Médico/Fazendeiro	1926 a 1931
Ramon Sanchez (espanhol)	Fazendeiro	1925 a 1928
Ricardo Lunarelli	Fazendeiro	1929 a 1931

Fonte: *A Feiticeira*, ano 1, n. 1, jun. 1964 **(*italianos em negrito)**

Como podermos observar pela Tabela 12, os cargos de maior importância, como presidente e vice-presidente do Legislativo local, para as legislaturas de 1926-1930 foram todos, sem exceção, ocupados por fazendeiros — que se alternaram na presidência e vice. A arena política local continuou dominada pelos grandes proprietários de terra.

3 Os italianos em Catanduva, fazendeiros e políticos: apropriação e dominação

Até o final de 1930 foram eleitos para presidente e vice-presidente, em Catanduva, alguns bacharéis, como médicos, por exemplo. Convém mencionar que

alguns tais eleitos eram também proprietários de terra — de médio a grandes proprietários.

Em oito eleições realizadas, de 1918 a 1930, sete delas com vice-presidente para a Câmara Municipal, todos os eleitos, sem exceção, eram proprietários de terra e, certamente cafeicultores — atividade de destaque em Catanduva. Kerbauy (1979) e Fausto (1995, p. 230-232), entre outros, também apontaram esse cenário político hegemônico de cafeicultores durante o período compreendido entre 1900 e 1930. Justificavam esse poder pela inexistência de um grupo oposicionista com interesses opostos, principalmente econômicos. Este, como se vê, também foi o caso de Catanduva. Os cafeicultores podiam estar em grupos oposicionistas, facções rivais, tal como ocorria entre os catanduvenses *nettistas* e *tourinhistas*, porém, esse grupo social poderoso obteve força suficiente para consagrar a autonomia estadual e exercer, ao mesmo tempo, controle sobre os poderes local e federal por meio da "apropriação do considerável excedente econômico gerado pelo café."

Nas observações de Campello (1995, p. 203 e 216), o ponto forte do sistema político federativo estabelecido na Constituição de 1891 foi a sedimentação das oligarquias, que apresentavam como ponto nevrálgico a não-permissão de revezamento dos grupos no poder. Durante a década de 1920, prossegue Campello, o sistema hegemônico estabelecido mostrava sinais visíveis de enfraquecimento, resultado do seu engessamento. Uma das evidências dessa fraqueza foi a revisão da Constituição realizada em 1926 com a intenção de alargar os limites do poder federal sobre os estados.

Portanto, em razão dessas transformações, evidenciadas pelo realinhamento do poder antes mesmo de 1930, percebe-se, segundo estudos como os de Bilac (1995), a tímida ascensão política de novas categorias sociais. Para essa autora, os grupos que alcançaram maior projeção foram os burgueses e os imigrantes. Nas cidades do complexo cafeeiro, analisadas por Bilac, em alguns municípios específicos (Rio Claro, Araraquara, São Carlos, Jaboticabal, Jaú e Catanduva), observou-se a participação mais ativa e freqüente de imigrantes no cargo de vereador, cuja origem a autora não mencionou. Essa participação no Legislativo foi praticamente inexistente ou irrelevante até 1930 e mais comum após aquele ano e até 1946.

Também para Souza, Kerbauy e Truzzi (2003, p. 11-34), a intensidade da participação de imigrantes e descendentes nas esferas de poder político divide-se em dois momentos: o primeiro refere-se ao período que vai até 1930, quando em alguns

municípios paulistas a hegemonia dos coronéis era tão intensa que colocava os descendentes de imigrantes à margem do processo político, sendo sua participação em cargos públicos praticamente nula durante o Governo Provisório (1930-1934).

Após esse período, os autores apontam algumas mudanças. Uma delas, relacionada ao papel das associações de estrangeiros que desestimulavam politicamente a atuação de seus associados num momento em que a existência de vários mecanismos, criados pela Constituição de 1934, permitia o acesso de imigrantes à vida política. No segundo momento, logo após o período de governo de Vargas, verificou-se a substituição dos coronéis por novos grupos com intensa participação de imigrantes e seus descendentes. É importante verificar a inserção dos italianos em Catanduva, primeiro como proprietários de terra e depois como políticos ou como membros da elite.

3.1 Italianos como fazendeiros: apropriação

Como visto no Capítulo II, os italianos destacaram-se no desenvolvimento econômico da cidade de Catanduva atuando em vários setores. Nesta seção, verificamos a participação desses imigrantes também como fazendeiros. De acordo com teorias discutidas neste trabalho, a mobilidade social e o poder político se dão, primordialmente, em decorrência de mudanças na estrutura econômica.

Segundo Soares (1973, p. 107-109), na maior parte dos municípios brasileiros a política municipal era dominada por uma oligarquia de proprietários, em geral, a que concentrava os meios de produção. Nos municípios predominantemente agrícolas, serão os agricultores. Nos centros industriais, a dominação se dará por meio dos proprietários de indústrias. Não se trata, porém, de estabelecer entre ambas as atividades uma relação mecanicista, conforme apontou Kerbauy:

> Da ligação do econômico com o jurídico-político advém as características fundamentais do poder político local. [...] Isto não significa [...] estabelecer uma relação mecanicista entre mudanças econômicas [...] e as mudanças jurídico-políticas. Trata-se de compreender as particularidades desta relação no município, pois cada localidade guarda especificidades próprias (1979, p. 15-16).

No capítulo II, verificou-se como se deu o progresso, o desenvolvimento do município de Catanduva e a atuação dos imigrantes italianos e/ou seus descendentes nesse processo. Enfocamos a importância desses indivíduos no comércio, na indústria e na prestação de serviços. Também ressaltamos sua participação, como pioneiros, na

constituição e na fundação de clubes, de associações esportivas, entidades filantrópicas, entre outras, comprovando sua inserção social no município antes mesmo de sua instalação em 1918. Falta agora verificar sua participação na atividade agrícola como proprietários de terra.

Segundo Camargo (1981, v. 2, p. 39 e 245), Catanduva integrava a 6ª zona, formada por 42 municípios divididos em dois subgrupos. Um de municípios mais antigos e outro de mais novos — neste último estavam São José do Rio Preto e Catanduva. Foi neles que se verificou a participação e a colaboração intensiva do imigrante estrangeiro primeiro na formação da cidade e depois como elemento positivo na expansão da agricultura local.

Nas observações de Camargo, nesse grupo de municípios da 6ª zona, entre 1937 a 1949, havia imigrantes portugueses, espanhóis e italianos, que eram proprietários de terra.[39] Os portugueses eram maioria, seguidos pelos espanhóis e pelos italianos. Esses imigrantes possuíam 44% do total de propriedades agrícolas da região, em 1934, e 37%, em 1940.[40]

Na primeira metade do século XX, o município de Catanduva, experimentou, um crescimento de aproximadamente 300% no número de propriedades agrícolas. De 303 estabelecimentos agrícolas em 1920, o número saltou para 694 unidades em 1934, saltando em 1940 para 883. Desse total, 40% das propriedades pertenciam a estrangeiros (CAMARGO, 1981, v. 1, p.113 e v. 2, p. 246). No entanto, os números apresentados por Camargo diferem daqueles apontados por Ellis Jr (1934, p. 327-39). Esse autor utilizou como critério a divisão das regiões paulistas nas quais houvesse pequenas propriedades, distribuindo-as em quatro grupos. O primeiro era formado pelos municípios das redondezas da capital; o segundo, pelos da fronteira do sul de Minas Gerais; o terceiro, pelos vizinhos de Piracicaba; e o quarto pelos municípios das regiões novas, conforme se observa abaixo na Tabela 13.

---

[39] Os municípios integrantes da 6ª zona eram: Monte Alto, Pirangi, Ariranha, Tabapuã, Jaú, Barra Bonita, Itapuí, Bariri, Boa Esperança, Brotas, Torrinha, Catanduva, S.J.do Rio Preto, Cedral, Mirassol, Monte Aprazível, Tanabi, Nova Granada, Potirendaba, Uchoa, José Bonifácio, Ibirá, Palestina, Paulo de Faria, Dourado, DoisCórregos, Mineiros, Pederneiras, Ibitinga, Tabatinga, Matão, Santa Adélia, Pindorama, Ribeirão Bonito, Bocaína, Taquaritinga, Fernando Prestes, Itápolis, Borborema, Novo Horizonte, Itajobi e Mundo Novo. CAMARGO, v. 1 e 3, 1981, p. 42.

[40] Nesta época, vale lembrar que, muitos proprietários de terra, descendentes de italianos, nascidos no Brasil, eram contados como brasileiros.

Tabela 13 **Distribuição de propriedades por zonas paulistas**

Grupos	Até 10 alq.	Até 25 alq.	Até 50 alq.	Até 100 alq.	Até 250 alq.	Até 500 alq.	+ de mil alq.	Total
Grupo 1	10.786	1.538	490	199	75	21	11	13.120
Grupo 2	4.945	2.077	898	407	239	38	14	8.678
Grupo 3	1.927	769	272	134	95	34	20	3.251
Grupo 4	6.551	3.551	1.633	632	312	96	75	15.850

Fonte: ELLIS JR, 1934, p. 327-339

Catanduva, integrante do quarto grupo, das chamadas "regiões novas", segundo o autor, apresentava em 1934 o seguinte quadro:

Tabela 14 **Distribuição de propriedades no município de Catanduva-SP** [41]

Grupo 4	Até10 alq.	Até 25 alq.	Até 50 alq.	Até 100 alq.	Até 250 alq.	Até 500 alq.	+ de mil alq.	**Total**
Catanduva	160	112	55	19	16	06	00	368

Fonte: ELLIS JR, 1934, p. 339

Enquanto que para Ellis Jr, em 1934 havia 368 propriedades no município, Camargo apontava 694 estabelecimentos agrícolas (*A Cola,* 1 mar.1972, p. 2).[42] Para Pisani (1937, p. 573-4) a comunidade italiana em Catanduva era composta na época por 3.000 italianos e 9.000 filhos (a maior colônia da região, exceto a do município-sede, São José do Rio Preto). A maioria deles atuava na agricultura, poucos no comércio (25) e indústria (27).

Pisani (1937, p. 573-4) também citou nomes de 112 proprietários de terra. Alguns foram omitidos pelo autor, como, por exemplo, o da família Zancaner, grandes fazendeiros. A ausência do nome da referida família, dada a sua importância local, permite admitir a possibilidade de outras terem sido igualmente omitidas, presumindo-se ser maior o número apresentado por Pisani.

Em 1937, de acordo com dados do IBGE, a população total de Catanduva era de 33.854 habitantes. Partindo-se do princípio de que 12.000 eram italianos, conforme informou Pisani, eles representariam 34,42% do total populacional (IBGE. Anuário Estatístico do Brasil, 1936, p. 133-135). Comparando-se a questão da propriedade de

[41] Em 1940, havia 415 propriedades com até 10 alqueires, 309 com até 25 alqueires, 73 com até 50 alqueires, 42 com até 100 alqueires, 27 com até 250 alqueires, 7 com até 500 alqueires e 3 com mais de 500 alqueires. Em 1954 havia 420 propriedades com até 25 alqueires, 350 com até 50 alqueires, 45 com até 100 alqueires, 28 com até 250 alqueires, 5 com até 500 alqueires e 2 com mais de 500 alqueires. Em 1963 havia 135 propriedades com até 10 alqueires, 131 com até 25 alqueires, 182 com até 50 alqueires, 71 com até 100 alqueires, 55 com até 250 alqueires, 25 com até 500 alqueires e 4 com mais de 500 alqueires. Fontes: CAMARGO, 1981, v.1, p. 113; *O Século*, ano XX, n. 21, 14 abr. 1954 e *A Feiticeira,* ano 1, n. 1, jun. 1964.

[42] O município era sede de comarca e reunia os seguintes distritos: Catupiri, Elisário, Palmares Paulista e Novais.

terra e tomando-se por referência os números apresentados por Ellis Jr (1934) e os pesquisados por Pisani (1937), em 1934/35 os italianos seriam proprietários de, no mínimo, 30,43% das propriedades do município.[43] Nessa circunstância, observa-se a existência de uma propriedade para cada 107,14 italianos, enquanto que para os demais catanduvenses era de uma propriedade para cada 85,36 habitantes.

Na mesma linha comparativa, a partir dos dados levantados por Camargo, o percentual de proprietários italianos seria de 16,3% (143 propriedades) ou 83,91 italianos por propriedade, enquanto haveria 83,7% (740 propriedades) ou 29,53 pessoas de outras nacionalidades por propriedade — um número bem diferente do encontrado ao confrontarem-se os dados apresentados por Ellis Jr e Pisani. É reconhecida a existência de problemas sobre alguns dados fornecidos pelos autores, e, de acordo com as pesquisas, ao menos os divulgados por Pisani são incompletos.

De acordo com arquivos consultados em Catanduva, em 1920 havia 303 estabelecimentos agrícolas no município. Desses, 163 pertenciam a imigrantes ou descendentes, 109 aos nacionais e 31 a proprietários cuja origem não foi determinada (BOLLINELLI, 1965, p. 58). O Censo Agrícola Regional, realizado pelo IBGE em 1942 aponta 599 propriedades — 59,2% ou 355 estabelecimentos pertencentes a imigrantes ou descendentes, sendo 131 (21,86%) de italianos.

De acordo com Bollinelli (1965, p. 52-56), em 1920 havia 1.775 italianos em Catanduva e, em 1940, esse número caiu para 1714. A população total do município, naquele ano, era de 40.769 habitantes (IBGE. Anuário Estatístico do Brasil, 1948). Os dados de 1940 indicavam ainda 13,08 italianos para cada propriedade, enquanto para as demais nacionalidades juntas, inclusive nacionais, havia 159,81 pessoas para cada propriedade. Embora não permitam afirmar com exatidão quantos eram os italianos proprietários de terra em Catanduva, os dados não deixam dúvidas quanto à inserção desses imigrantes nessa categoria ocupacional. Alguns deles eram grandes proprietários, fazendeiros de destaque e de influência.

Uma década mais tarde, o número de propriedades na cidade cresceu. Em 1945, a Prefeitura Municipal de Catanduva apresentou um levantamento referente àquele ano: havia 857 propriedades e mais 16 milhões de pés de café cultivados. A informação divulgada pelo órgão municipal foi além, mostrando os dez maiores produtores catanduvenses de café:

---

[43] Nesta publicação, o número de italianos no estado era de 664.000 e seus filhos eram 1.360.000. PISANI, 1937, p. 1044.

Tabela 15 Os 10 Maiores produtores de café de Catanduva 1943 a 1945

Ricardo Lunardellli & Irmão	1.462.000 cafeeiros
Cia Agrícola Irmãos Zancaner	698.000 cafeeiros
José Pedro da Motta	563.000 cafeeiros
Antonio Avelino Gonçalves	450.000 cafeeiros
Gaspar Trazzi	306.000 cafeeiros
Oswaldo Sampaio	250.000 cafeeiros
Faustino Sanchez & Irmãos	239.000 cafeeiros
Rufino Benito	200.000 cafeeiros
Antonio Carlos de Arruda Botelho	200.000 cafeeiros
Amadeu Bellintani	180.000 cafeeiros

Fonte: *O Re ional,* 6 fev. 1993, p. 5

Pelo número de cafeeiros, percebe-se a dimensão das propriedades nas quais eram cultivados. De acordo com o jornal *O Re ional* de 6/2/1993, o cafeicultor Ricardo Lunardelli, maior produtor catanduvense, foi aclamado em 1939 pelo Instituto Agronômico de Campinas (IAC) como "campeão absoluto da agricultura moderna do estado de São Paulo**".** Pela Tabela 15 pode-se observar que entre os dez maiores cafeicultores do município, havia quatro (40%) italianos. Juntos, eles cultivavam 2.646.000 de cafeeiros, enquanto os demais cultivavam 1.902.000 (GL'ITALIANI DELL'ARARAQUARENSE, 1925).[44]

Alguns anos mais tarde, em março de 1951, em Catanduva havia 593 estabelecimentos agrícolas. Em 1963, o número saltou para 610 unidades (*O Século,* jun.1964). Porém, não foram encontrados dados sobre o índice de proprietários de origem italiana.

Segundo Pisani (1937), o número de italianos neste município em 1937 poderia ser de 12.000, enquanto nos dados apontados pelo IBGE eles não ultrapassaram 1.750 em 1920, e 1.714 em 1940. Ainda assim, o grupo de Catanduva representava a maior colônia italiana da região de São José do Rio Preto. Pela estatística de Camargo (1981), dos 8.570 italianos chegados em 1920, restavam apenas 2.326 em 1940. Vale lembrar que filhos de italianos, para as estatísticas, eram considerados brasileiros.

[44] Mais informações sobre Ricardo Lunardelli e a família Zancaner encontram-se mais adiante. Essas famílias imigraram como colonos, reuniram pecúlio e adquiriram grandes propriedades de terra. Gaspar Trazzi nasceu em La Fossa Mirandola, imigrou em 1881 e trabalhou como colono em Jaú, São Carlos e Araraquara - onde trabalharam como formadores de fazenda por cinco anos e daí para Monte Alto, onde comprou sua primeira propriedade com 30 alqueires. Em Catanduva era proprietário (entre outras fazendas) da Fazenda Dalamina, que empregava 56 famílias de colonos (todos italianos). A família Bellintani imigrou de Poggio Rusco (Mantova), trabalhou como colono e após 10 anos comprou as primeiras terras em Catanduva. Em uma das fazendas, a Bella Itália, viviam 14 famílias de colonos italianos. Eles possuíam outras fazendas em Novo Horizonte e, na região da Sorocaba, mais de 500 alqueires.

No parágrafo anterior, quando foram comparados os levantamentos relativos às propriedades agrícolas, não foi feita nenhuma distinção entre os dados utilizados, pois todos os percentuais relativos a italianos eram significativos. Entre os maiores proprietários de terras do município estavam famílias como Lunardelli, Zancaner, Stocco, Trazzi, Paulatti, Pinotti e Mastrocolla. Mais importante ainda tornou-se a participação dos proprietários italianos na produção cafeeira, no período de 1943 a 1945, quando 40% dos maiores produtores eram italianos ou descendentes. Portanto, não se pode negar o destaque obtido no setor econômico em Catanduva por esses imigrantes.

3.2 A ascensão e a inserção de italianos e as possíveis vias de dominação

No final do século XIX, quando se discutia a instituição do sistema de trabalho livre, o preconceito permeou o debate pragmático sobre indivíduos desejáveis e indesejáveis, sobre a qualidade de algumas etnias e defeito de outras. Entre os desejáveis estava o italiano que, nas propagandas, era qualificado como sendo do tipo "manso". De acordo com Petrone (1990, p. 330-331), essa característica reverteu-se, principalmente, a partir do início do século XX.

No início da imigração, em razão das péssimas condições de vida dos italianos nas fazendas, a exploração sobre o trabalho e a miséria em que viviam eram "segredos muito bem guardados" porque os grupos eram pequenos, estabeleciam-se em lugares distantes e de difícil comunicação. Esse cenário mudou a partir do início do século XX, quando eles começaram a reclamar daquelas más condições. Alguns passaram a viver na cidade e ali divulgavam a precariedade da vida nas fazendas. Aos poucos, eles foram conseguindo escapar da repressão, da exploração e da vida ruim a que se viram obrigados a enfrentar.

Com o tempo, a legislação tornou as condições de trabalho mais dignas. Isso permitiu aos italianos a formação de um pecúlio que, somado ao dinamismo e à obstinação de alguns, permitiu que se tornassem proprietários de terras. Petrone observou que

> durante muito tempo o mundo paulista não conseguiu entender aquela verdadeira obsessão do imigrante italiano para conseguir um pedaço de terra. Se o escravo ou o liberto não tinham esse sonho, por que o imigrante haveria de tê-lo? O que se faz num pequeno lote? Além do mais, o imigrante veio para substituir o escravo e nada mais [...]. (1990, p. 332)

Demorou algum tempo para a elite entender e aceitar um trabalhador que não queria submeter-se ao Estado ou a um fazendeiro. Em vista disso, explicam-se as greves e revoltas, a partir do início do século XX, e a conseqüente postura menos dócil dos italianos — antes tidos como "mansos". Sobre essa característica desses imigrantes, as pesquisas realizadas em Catanduva revelaram fatos que confirmam as afirmações de Petrone.[45]

Em 1920, dois anos após a criação e a instalação do município, os catanduvenses conseguiram mais uma vitória: a criação da Comarca, por meio da Lei n. 1.675B, instalada, solenemente, em 07 de fevereiro daquele ano, nas dependências do Clube Sete de Setembro. Pouco tempo depois, em 17 e 18 de maio de 1920, foram realizadas as primeiras sessões do Tribunal do Júri da Comarca. Da lista de 28 jurados, havia cinco italianos.

O juiz deste primeiro julgamento foi o Dr. Raymundo Cândido de Mergulhão Lobo e o promotor o Dr. Luiz da Silva Exel. Os primeiro réus a serem julgados foram Victório de Truri e Antonio Rutta. Na segunda sessão, os réus foram João Diego Haro e Joaquim Bernardino.

Os primeiros réus, os italianos, foram julgados por agressão a um compatriota, Carmelo De Grande, sendo testemunhas Bento Capra, Nicola Baldissera e Otávio Lanza. O referido ilícito ocorreu nas dependências do botequim, do também italiano, Antonio Anastácio, localizado na praça da capela de São Domingos. A vítima e os réus tinham opiniões diferentes sobre os maestros das Corporações Musicais da cidade — um dos réus, Antonio Rutta, era um deles — e discutiram acaloradamente. Ofenderam-se com xingamentos e palavrões (o mais inocente foi "farabuto") para, em seguida, partirem para a briga, que resultou em ferimentos. Após o julgamento, foram absolvidos (OLIVEIRA, Nossa terra, nossa gente, 1994 e 2003, p. 2).[46]

Outro envolvimento de italianos ocorreu em 1923 no julgamento de Álvaro Pigon por haver assassinado José Palotti, após violenta briga. Outro lavrador, Francisco Arlanchi, foi assassinado pelo sorveteiro Firmino Martins também após discussão e violenta briga, em 1926, em Elisiário, distrito de Catanduva. Em 01 de abril, Tobias de Mello matou a esposa Maria Egydia Leite, sendo depois julgado e absolvido. Em 13 de abril foi preso, em flagrante, o criminoso Mario Giacomelli, depois de atirar e ferir

---

[45] Os italianos, não foram os únicos a manifestarem o comportamento apresentado, infringirem as leis, porém, não foi intenção desta pesquisa identificar outras etnias.

[46] Victorio de Truri tinha 34 anos e era proprietário de terra, Carmelo De Grande era construtor, e as testemunhas eram pedreiros e carroceiros.

gravemente a senhora Ottilia Maria de Jesus (*A Comarca de Catanduva,* 08 jul.1923; 25 nov.1926 e 16 dez.1926).

Por meio da análise dos fatos revelados, pode-se afirmar que, em Catanduva, no grupo de imigrantes italianos havia indivíduos que reagiam, de acordo com as circunstâncias, com maior ou menor agressividade. Alguns se envolveram em situações pouco violentas, enquanto outros agiram de forma extremamente oposta — ora como vítimas, ora como assassinos. Na tese de autores como Petrone (1990), inicialmente os italianos eram mais aceitáveis como trabalhadores em vista de sua "mansidão" e da disposição para o trabalho. Essa disposição se opunha à "preguiça" do nacional, entre eles, do grupo de ex-escravos — posteriormente, a força de trabalho do imigrante italiano foi considerada como um dos ingredientes responsáveis por fazer de São Paulo a locomotiva do país. Por participar ativamente do progresso paulista, eles deram origem ao mito do trabalhador incansável e frugal, que tinha como único objetivo ser proprietário de terra.

No Capítulo I, discutiu-se a existência de inúmeras barreiras que foram criadas para impedir ou dificultar o acesso à propriedade da terra, de forma geral, ainda que, parte dos imigrantes tenha adquirido pequenas áreas. A questão fundamental, discutida pela literatura, foi a da ascensão social e da inserção desses italianos e de seus descendentes, seja por meio da propriedade da terra, conforme se observou, seja por meio do trabalho em atividades urbanas ou ainda por meio do casamento.

Através de uma ou outra via, alguns imigrantes conseguiram inserir-se e ascender socialmente. Nas seções seguintes deste capítulo e nas do próximo (IV), procurou-se verificar a veracidade desta inserção social e as vias por meio das quais se deu a ascensão dos italianos, caso tenha realmente ocorrido, além da participação efetiva deles — como membros da elite — na vida política do município de Catanduva, entre 1918 e 1930.

Para Fausto (1991, p. 23), a ascensão e a inserção dos imigrantes italianos na atividade política nacional foram mais difíceis de serem obtidas. Na esfera local, porém, o acesso foi mais fácil, especialmente nas regiões de urbanização mais recente (como Araraquarense, Alta Paulista, Sorocabana) onde, segundo o autor, parece haver uma "permeabilidade maior" pelo fato de seu desenvolvimento coincidir com a chegada dos imigrantes.

A política oficial, definida como aquela realizada nos quadros do sistema social vigente, sem alterações reformistas ou revolucionárias, era "... um indicador profícuo

das relações de resistência/aproximação, para um termo impreciso, entre imigrantes e a elite nacional." O ingresso de imigrantes na "arena política" pode representar duas possibilidades diferentes. A primeira, quando esse ingresso deu-se sem vinculações orgânicas com a colônia, indicando inserção em grau acentuado e, a segunda, quando existe a vinculação, tornando o político representante da mesma. (FAUSTO, 1991, p. 8).

A análise da trajetória política dos italianos em Catanduva partirá da vinculação da *Sociedade Italiana de Mutuo Socorso Gabrielle D'Annunzio,* com os seus associados ou indivíduos de origem italiana, enquanto representantes políticos.

4 A *Sociedade Italiana de Mutuo Socorso Gabrielle D'Annunzzio* e suas vinculações políticas

Em 1920, após esforço realizado por um grupo de italianos, foi fundada a *Sociedade Italiana de Mutuo Socorso Gabrielle D'Annunzzio*, sendo o primeiro presidente da associação Vito Florenzano. A sede social, *il soldalizio,* foi inaugurada em 1922 e localizava-se na Rua Alagoas, 32, há pouco mais de 100 metros da Praça da República, centro comercial e bancário. A construção, planejada inicialmente para apenas um andar, recebeu mais um em 1937, no qual passou a funcionar o *salão de festas.* O prédio construído pelos italianos era muito rico e elegante, palco de muitas comemorações, encenações teatrais, bailes, inclusive de carnaval, jogos de tômbola e festas típicas italianas, como as de São Genaro.

Infelizmente, não foram encontrados todos os livros de registro das atividades da Sociedade Italiana. Foram encontrados dois Livros de Atas da Assembléia Geral, com anotações correspondentes ao período de 1931 a 1942 e de 1953 a 1966 e dois outros Livros de Atas de reuniões do Conselho Diretivo, registrando as atividades de 1926 a 1942 e de 1953 a 1966. Em 1926, de acordo com os primeiros dados registrados no *Livro de Atas do Conselho Diretivo,* o presidente da casa era Aristide Muscari.

Nessa época, nas reuniões do Conselho eram discutidos e decididos inúmeros assuntos: inclusão de novos sócios, providências para as festas, apoio moral e casos de auxílio financeiro aos conacionais em dificuldades. Além disso, pagamento de contas de hospital, médico, funerária, advogados, auxílio financeiro para órfãos de soldados italianos mortos na I Guerra Mundial, menção às datas nacionais importantes para a Itália, aluguel do salão de festas e envio de correspondência a autoridades locais, regionais e até mesmo internacionais, além de outros assuntos.

No período entre 1926 e 1930, entre os vereadores catanduvenses eleitos estavam Alfredo Minervino e Ricardo Lunardelli. Em 1929, o número de italianos eleitos como vereadores aumentou, além dos já citados, que foram reeleitos. Parece-nos lícito presumir que no referido Livro de Atas e Reuniões da citada associação não eram feitas referências políticas, pois figuras importantes como Antonio Stocco, Alfredo Minervino, Ângelo Zancaner, que possuíam destaque na vereança municipal, não foram mencionados como tal.

Cite-se, por exemplo, o caso de Ângelo Zancaner, vereador que, em 1939, foi declarado sócio benemérito da referida associação por generosa doação feita. Mas com relação à sua carreira política nada é mencionado. O nome da associação não foi atrelado, de forma alguma, às questões políticas.

Entretanto, encontramos vários registros demonstrando apoio ao movimento fascista italiano (*Sociedade Italiana de Mútuo Socorso Gabrielle D'Annunzzio*. Livro de Atas da Assembléia Geral, 1931-1942).[47] Em um dos registros, o grupo considerou intransigência do Vaticano não aceitar o governo fascista. Em 02/08/1931 houve uma proposta de reconhecimento desse regime por meio da fusão da Sociedade Italiana catanduvense com o "*Fascio locale"* cujo nome, caso chegassem a um acordo, seria **"***Fascio locale Gabrielle D'Annunzzio***".** O proponente foi Aristide Muscari, secretário da Sociedade Italiana e líder do Fascio local. Os membros pediram um tempo para pensar, pois, alegaram não ver utilidade na mudança.

Em 06/09/1931 a fusão foi rejeitada em assembléia. Seus associados declararam desejar a continuidade daquela "casa" como templo de "*italianitá*", respeitando a Itália, o rei e o *Duce* (Mussolini). Nesta assembléia, o presidente Giuseppe Záccaro pronunciou um *"ma istralle discorso appolo ético della feconda e benéfica ópera dell Fascismo ... fator della rinata randezza della pátria",* lembrando aos associados o aniversário, em 23/03, de 13 anos da fundação do Partido Fascista. Em 28/10/1932, os associados reuniram-se para uma sessão solene comemorativa dos dez anos da Revolução Fascista. Estiveram presentes algumas senhoras da comunidade local e o senhor Vito Modesto Carone, representante do Fascio de São Paulo (*Sociedade Italiana di Mutuo Socorso Gabrielle D'Annunzio*. Livro de Atas da Assembléia Geral, 1931-32).

Em abril de 1935, foi registrada uma proposta de Aristide Muscari, secretário do *Fascio* local, denominado "Giuseppe Dal Ponte", para a realização de um evento

[47] As datas nas quais havia registros sobre o assunto eram 03/01, 05/07, 02/08/1931 e 01/05/1932

comemorativo pelo 20º aniversário da entrada da Itália na I Guerra Mundial, em 1915. O presidente Záccaro encarregou o secretário (o próprio Muscari) de elaborar um manifesto a ser distribuído a todos os italianos da cidade. (*Sociedade Italiana di Mutuo Socorso Gabrielle D'Annunzio*. Livro do Conselho Diretivo, 28 abr.1935)

Em 20/04/1937, a Sociedade Italiana recebeu a visita do Tenente Martini, inspetor geral do *Fascio* no Brasil, cuja intenção era reorganizar e estimular a participação dos italianos de Catanduva no movimento fascista. Entre as atividades de recepção constaram um almoço na residência do presidente Záccaro, uma bênção e a inauguração oficial do *Fascio* local. Nessa reunião, o presidente dirigiu-se aos presentes, primeiramente, elogiando rasgadamente o regime fascista e insistindo que todas as Sociedades Italianas se transformassem em Casa D'Itália, com um único modelo de programa assistencial, instrutivo e esportivo (*Sociedade Italiana di Mutuo Socorso Gabrielle D'Annunzio*. Livro de Atas da Assembléia Geral, 1937).

Tais fatos revelam, no mínimo, o sentimento devotado de alguns dos imigrantes italianos à pátria. Apesar da distância entre o Brasil e a Itália, eles mantinham vivo o seu sentimento patriótico. Em todas as reuniões falava-se apenas italiano e mencionavam a *"pátria lontana",* com respeito, com saudade. Comemoravam todas as datas importantes relativas à história da Itália. A festa maior, festejada em todo o Brasil pelas Sociedades Italianas, era o 20 de setembro: dia da unificação italiana. Muitas reuniões na Sociedade Italiana aconteceram em dias importantes para a história do Brasil, como 7 de setembro, 15 de novembro e, em nenhuma delas, houve um comentário sobre a importância da data para a terra que os acolhia.

Não restam dúvidas sobre o sentimento patriótico que existia entre os italianos. Certamente, muitos deles defendiam o fascismo e não se furtaram a participar do movimento Integralista brasileiro, pautado na ideologia de sua Itália e de seu Duce.

4.1 O Integralismo e a participação dos italianos e/ou de seus descendentes em Catanduva

O fascismo europeu, defendido tão ardorosamente nas reuniões da *Sociedade Italiana Gabrielle D'Annunzzio*, foi decisivo na definição da ideologia nacional integralista em busca das raízes brasileiras e na tentativa da criação de um pensamento nacional autônomo. Aparentemente prenunciando isto, Salgado (1926) escreveu várias vezes, em seu famoso romance *O Estran eiro*, contra o esforço fascista de querer

manter os ítalo-brasileiros ligados à Itália, chegando a criar um de seus personagens como um nacionalista brasileiro que, muito simbolicamente, assassinava os papagaios de um italiano que só cantavam a **Giovinezza** (o hino fascista) em lugar do hino nacional brasileiro.

Um dos estudiosos nacionais que discutiu com propriedade esse movimento foi Trindade. Afirma o autor que, para se compreender a ideologia integralista, é "indispensável penetrar no sentido da mutação das idéias na década de 1920" (1974, p. 27). A consciência do nacional despertou, para inúmeros países, durante a I Guerra Mundial (1914-1918), em vista da emergência de suas fraquezas.

Uma das fraquezas era política e evidenciava a necessidade da valorização de um sentimento de amor pela pátria. Também a necessidade de mudanças econômicas e o nacionalismo que então emergia, seriam fundamentais para reduzir a dependência brasileira em relação aos países mais ricos ou centrais (TRINDADE, 1974, p. 31-32).

Em razão do despertar da consciência cívica organizaram-se alguns grupos defensores nacionalistas, tais como "A Liga Nacionalista", de 1917, integrada por estudantes, principalmente de Direito, que, entre outras idéias, defendiam a soberania nacional e o voto secreto. Todavia, o tripé desse movimento patriótico compunha-se pelo ideal do desenvolvimento da riqueza, pela força e pelo prestígio da nação. Além de lutar pela organização cívica da sociedade, também visava combater a anarquia. Influenciado por essa proposta, surgiu o chefe do Integralismo, Plínio Salgado (Trindade, 1974, p. 34).

Toda a formação do chefe integralista foi marcada pelos sentimentos nacionalista e religioso. Trindade (1974, p. 43-9) destacou dois aspectos importantes do pensamento de Plínio Salgado, que influenciaram a elaboração da ideologia integralista: a exaltação nacionalista e a luta como fonte de energia das nações. Entre as ações de Salgado esteve a tentativa de renovação do Partido Republicano Paulista (PRP) ao qual era filiado e que o acusava de falta de consciência partidária e de ser apenas "máquina eleitoral de fazer senadores e deputados". No entanto, sua intenção de renovação não se concretizou, o que não o fez desistir do PRP no qual permaneceu até 1930.

Na elaboração da ideologia integralista, Plínio Salgado partiu do princípio de que o Brasil era um país em formação, tanto no aspecto físico-geográfico, quanto social. Nas circunstâncias do pós-guerra e da consciência da fraqueza econômica dos países ex-colônias em relação aos industrializados da Europa, a salvação do Brasil seria a afirmação de sua nacionalidade. Em outros termos, o Brasil era jovem e estava em seu

próprio curso de formação. Plínio Salgado vinculou a "angústia européia" às novas ideologias, principalmente o comunismo, ao desenvolvimento urbano e à própria industrialização (CHASIN, 1978, p. 222-223).

A fórmula do Integralismo, a pedra angular, conforme definiu Chasin (1978, p. 224-226), era a identificação do caráter e das relações entre as cidades e o campo. Para Plínio Salgado, a cidade brasileira era influenciada pelo contato com outros povos e outras raças e era fonte de discórdias sociais. Já o campo fora preservado e mantinha características nacionais — o que deveria ser a medida das cidades. Argumentava ainda que em países com grande contingente de imigrantes havia o choque entre culturas, doutrinas e credos, mesclando as ideologias. Portanto, para o Chefe do Integralismo, na cidade, tornava-se impossível o sentimento de nacionalidade.

O ritmo de intensa urbanização verificado em algumas regiões do Brasil no pós I Guerra Mundial, principalmente no início dos anos de 1920, provocaram a intensificação da industrialização e o aparecimento de novas camadas sociais; a luta social e política com o surgimento do Partido Comunista Brasileiro em 1922; e, no mesmo ano, as transformações culturais, como a Semana de Arte Moderna. Esse conjunto de fatores colocou em xeque o sistema político vigente, dominado pela oligarquia cafeeira e pelos latifundiários exportadores. Foi no sentido de romper com a ideologia capitalista dominante e com a fórmula utilizada para mantê-la que surgiu o Integralismo.

Somavam-se a essas convicções de Plínio Salgado, as obtidas durante sua viagem à Europa, o que lhe permitiu entrar em contato com as transformações ideológicas existentes naquele momento, como o fascismo italiano[48]. Em entrevista com o *Duce,* percebeu afinidades entre ambos, como a defesa do nacionalismo e a imposição da ordem através da disciplina. E, antes de qualquer coisa, a mudança de idéias (Trindade, 1974, p. 83).

Em 1930 quando retornou da Europa, o Brasil vivia o clima da Revolução varguista. Salgado considerou-a eficaz no tocante à derrubada da velha fachada e do domínio da oligarquia cafeeira. No entanto, alguns dos revolucionários perceberam que não poderiam implantar o liberalismo pretendido e, descontentes, debateram-se entre o socialismo e o nacionalismo moderno. Para estes, a orientação surgiu através do

---

[48] Naquele momento também ocorria revolução nacionalista na Turquia, ampla propaganda comunista circulando em Paris, anarquia na Espanha, nova ordem em Portugal, imperialismo inglês no Egito. TRINDADE, 1974, p. 82.

Manifesto Integralista, publicado em 07 de outubro, marcando a oficialidade da Ação Integralista Brasileira (AIB) — que fez dele o principal partido de extrema direita "fascinante".

Para o líder da AIB, o povo brasileiro confiava na ditadura e não mais na revolução. Salgado propôs então a extinção dos partidos e a criação de um partido único para poder, finalmente, realizar a transformação do Estado (Trindade, 1974, p. 87-92 e 113).

Para Salgado, o integralismo seria a verdadeira democracia e, assim como Mussolini e Hitler, reconhecia o seu viés socialista, negava o caráter revolucionário e enxergava apenas o perigo que este movimento representava.. No Integralismo, ressaltava-se o cunho brasileiro, cristão e típico de classe média do movimento, contrariamente ao fascismo italiano e alemão — que preconizavam o caráter proletário. O fascismo mascarava sua ideologia, inclusive, com características de socialismo, assumindo em cada país no qual ocorreu características adequadas a cada um.

No Brasil, apesar da negação de Salgado, a AIB adotou todos os caracteres externos do fascismo — tais como a camisa do uniforme (verde nos integralistas, na Romênia e na Hungria; preta na Itália; parda na Alemanha; azul na Irlanda e em Portugal), o

movimento chegou a reunir 600 pessoas. Entre os participantes, foi possível resgatar 43 nomes, dos quais 25 tinham sobrenomes de origem italiana e quase todos eram associados da Sociedade Italiana ou filhos de associados (OLIVEIRA. *O Re ional,* 19 jun. a 18 jul.1993 e 9 abr.1994. Nossa terra, nossa gente, p. 5.).

Trindade (1974, p. 150-151) identificou, entre os integralistas dirigentes locais, membros da média burguesia intelectual composta, entre outros, por professores universitários, jornalistas e estudantes. Outra característica válida para militantes e dirigentes da AIB foi a da mobilidade profissional e da ascensão social. A maioria dos dirigentes foi considerada como elementos em ascensão, com graus de instrução e de ocupação superiores aos de seus pais. Outra característica foi a faixa etária — a maioria dos líderes tinha idade inferior a 25 anos. O ocorrido em Catanduva confirma a tese do autor.

Os dois líderes, Ítalo Záccaro e Antonio Mastrocolla, eram estudantes. O primeiro tinha 21 anos e o segundo de 14 para 15 anos. Záccaro era filho do médico e proprietário de terras. Mastrocolla era filho de Nicola Mastrocolla, ex-colono, proprietário de terras, mas ainda sem instrução de nível superior. Esses dados nos remetem à questão da origem étnica dos dirigentes identificada por Trindade. No geral, aparece em primeiro lugar a luso-brasileira e, em segundo, a italiana. No caso de Catanduva, eram de origem italiana Záccaro, naturalizado, e Mastroccolla, nascido no Brasil, mas da segunda geração de italianos imigrantes**.**

Os militantes aderiam à Ação Integralista Brasileira (AIB), por quatro motivos: o anticomunismo, a simpatia pelo fascismo europeu, o nacionalismo e a oposição ao sistema político. Em Catanduva, de acordo com as pesquisas realizadas, o fascismo italiano era defendido ardorosamente pelos membros da *Sociedade Italiana Gabrielle D'Annunzzio* e a maioria dos integrantes da AIB local eram associados ou filhos deles.[49] No caso do líder municipal, Ítalo Záccaro, filho do presidente da associação naquela época e em vários anos seguintes, tornou-se, como se viu, grande defensor do fascismo.

Em relação ao tema da ascensão política de italianos em Catanduva, como exposto, esta não se deu devido ao apoio formal da colônia. Quando se entende ser essa colônia representada pela *Sociedade Italiana Gabrielle D'Annunzzio,* uma prova formal de seu apoio seriam as atas registradas nos Livros encontrados na sua sede social — o que não ocorreu, nelas nada havia que confirmasse qualquer ação nesse sentido. Dessa

[49] Não foi possível obter mais informações devido à destruição dos arquivos.

forma, a ascensão política desses indivíduos em Catanduva, deu-se, segundo teoria de Fausto, sem vinculações orgânicas com a colônia. Conclui-se, portanto, que elas ocorreram por outras vias, conforme será visto adiante.

5 A inserção e a participação efetiva de italianos como membros da elite na vida política de Catanduva - de 1918 a 1930

O grande objetivo dos imigrantes no Brasil, entre 1880 e 1930, era ascender socialmente. Segundo Fausto (1995, p. 9), para eles a ascensão política era algo distante, pois estava "em mãos dos nacionais" e a distância justificava-se, entre outras razões, pela falta de instrução dos imigrantes, pela dificuldade da língua e pelos obstáculos legais. Havia também alguns artifícios "simbólicos", porém, legais, que impediam a entrada dos imigrantes, principalmente, nos altos cargos. Ao longo do tempo, os obstáculos foram sendo vencidos, fatores restritivos perderam o significado, os descendentes de imigrantes adquiriram direitos políticos e muitos tornaram-se de cabos eleitorais até ocupantes de altos cargos.

Apesar do foco principal dos imigrantes estar na ascensão social, o desejo de fazer parte da elite política também existia. Para alguns, não bastava investir no enriquecimento. O poder econômico apenas não lhes garantia o destaque desejado num contexto nacional no qual a "[...] política e a realidade socioeconômica não estão desvinculadas. Em um país onde a cidadania é, na prática, direito de poucos, surge a necessidade de contar com a proteção dos políticos e, se possível, penetrar no mundo da política, a fim de alcançar vários objetivos [...]." (1995, p. 9). Portanto, fazer parte da elite política significava, além da inserção social, ter voz nas decisões que poderiam mudar o rumo de suas vidas.

Para Rodrigues apud Bilac (1995), a ascensão política da maioria de imigrantes ocorreu num período posterior a 1930, quando Vargas assumiu o poder, supostamente derrotando as oligarquias cafeicultoras paulista e mineira.

Em Catanduva, de acordo com as pesquisas, isso parece ter ocorrido de forma diferente. A ascensão política de imigrantes, ainda que na esfera da vereança e em pequeno número, ocorreu em período anterior a 1930, já na segunda eleição realizada no município, conforme pode ser observado pela Tabela 16:

Tabela 16 **Vereadores em Catanduva 1918 a 1930**

Ano eleição	Membros da Câmara	Cargo no Legislativo	Profissão
1918	Adalberto Bueno Netto	Vereador	Farmacêutico
	Francisco de Araujo Pinto	Vereador	Médico/Fazendeiro
	Ernesto Ramalho	Vereador	Coletor
	Coronel José Pedro da Motta	Vereador	Fazendeiro
	Joaquim Delphino Ribeiro da Silva	Presidente Câmara	Fazendeiro
	Nestor de Sampaio Bittencourt	Vereador	Médico/Fazendeiro
1919	Adalberto Bueno Netto	Vereador	Farmacêutico/fazendeiro
	Benito Sanchez Salazano (espanhol)	Vereador	Fazendeiro
	Francisco de Araujo Pinto	Vereador	Médico/Fazendeiro
	Coronel José Pedro da Motta	Vereador	Fazendeiro
	Joaquim Delphino Ribeiro da Silva	Presidente Câmara	Fazendeiro
	Nestor de Sampaio Bittencourt	Vice- presid Câmara	Médico/Fazendeiro
1920	Adalberto Bueno Netto	Vereador	Farmacêutico/fazendeiro
	Francisco de Araujo Pinto	Vereador	Médico/Fazendeiro
	Coronel José Pedro da Motta	Vereador	Fazendeiro
	Joaquim Delphino Ribeiro da Silva	Presidente Câmara	Fazendeiro
	Nestor de Sampaio Bittencourt	Vice- presid Câmara	Médico/Fazendeiro
	Ramon Sanchez (espanhol)	Vereador	Fazendeiro
1923/24	Ernesto Ramalho	Vereador	Coletor
	Francisco de Araujo Pinto	Vereador	Médico/Fazendeiro
	Joaquim Delphino Ribeiro da Silva	Presidente Câmara	Fazendeiro
	Coronel José de Oliveira Cordeiro	Vice-presid Câmara	Fazendeiro
	Nestor de Sampaio Bittencourt	Vereador	Médico/Fazendeiro
	Ramon Sanchez (espanhol)	Vereador	Fazendeiro
	Renato Bueno Netto	Vereador	Advogado/fazendeiro
1925	Ernesto Ramalho	Vereador	Coletor
	Francisco de Araújo Pinto	Vereador	Médico/fazendeiro
	Coronel Joaquim D. R. da Silva	PresidentedaCâmara	Fazendeiro
	Coronel José de Oliveira Cordeiro	Vice-presid. Câmara	Fazendeiro
	Luis Bassetto	Vereador	Fazendeiro
	Renato Bueno Netto	Vereador	Advogado/faz.
1926/28	Adalberto Bueno Netto	Vereador	Farmacêutico/fazendeiro
	Alfredo Minervino	Vereador	Fazendeiro/Banqueiro
	Aristóteles Martins Ferreira	Vereador	Advogado
	Átilla de Almeida Leite	Vereador	Desconhecida
	Mario de Souza Pinto	Vereador	Fazendeiro
	Nestor de Sampaio Bittencourt	Presidente Câmara	Médico/fazendeiro
	Ramon Sanchez (espanhol)	Vereador	Fazendeiro
	Ricardo Lunardelli	Vice-presid. Câmara	Fazendeiro
1929/31	Adalberto Bueno Netto	Vereador	Farmacêutico/faz.
	Alfredo Minervino	Vereador	Fazendeiro/Banqueiro
	Antonio Stocco	Vereador	Fazendeiro
	Manoel Simeão Rodrigues	Vereador	Desconhecida
	Nestor de Sampaio Bittencourt	Vice-presid Câmara	Médico/fazendeiro
	Rosalvo Corrêa	Vereador	Desconhecida
	Ricardo Lunardelli	Presidente Câmara	Fazendeiro
	Rufino Benito (espanhol)	Vereador	Fazendeiro

Fonte: *A Feiticeira,* ano 01, n. 01, jun. 1964 e ano VI, n. XXVI, set 1970 **(*italianos em negrito)**

Conforme se observa, até 1924 a predominância dos luso-brasileiros é indiscutível. Porém, no período de 1918 a 1924, das 25 vagas disputadas para vereadores, verifica-se a participação de 02 vereadores imigrantes, ocupantes de três vagas (12% do total), cujos sobrenomes são espanhóis: Benito Sanchez Salazano, 1919,

e Ramon Sanchez, 1920 e 1924. Embora seja uma parcela modesta, ao verificar-se a atividade ocupacional dos espanhóis percebe-se que são, como a maioria dos demais vereadores, pertencentes ao grupo dos fazendeiros.

Nos três pleitos seguintes 1925, 1926 e 1929, ligeiras mudanças quanto à origem dos vereadores podem ser observadas na composição do legislativo local. Neste período, foram disputadas 22 cadeiras. Dentre os eleitos 08 vereadores tinham origem estrangeira, 02 eram espanhóis e 06 italianos, representando 36% do total. Percentualmente, a participação dos imigrantes triplicou e a presença de italianos foi ligeiramente mais significativa do que a dos espanhóis.

Em relação à atividade ocupacional, no período de 1918 a 1930 observa-se o predomínio absoluto dos proprietários de terra. Das 47 vagas para a Câmara Municipal, 39 (82,97% do total) foram ocupadas por fazendeiros. As demais foram ocupadas uma vez por um farmacêutico (Adalberto Bueno Netto que, na eleição seguinte, 1919, já se tornara proprietário de terras), uma por um advogado, três por um coletor (Ernesto Ramalho que até pouco tempo antes era proprietário de terras no município) e três por vereadores cujas atividades são desconhecidas.[50]

O total de cargos (47) foi ocupado por 20 vereadores (muitos foram eleitos para mais de uma legislatura), 15 deles fazendeiros, sendo oito (53,33%) luso-brasileiros e sete (46,66%) imigrantes. Quatro deles (26,66% do total) eram italianos (Bassetto, Minervino, Lunardelli e Stocco) e três (20%) espanhóis (Ramon Sanchez, Rufino Benito e Benito Sanchez Salazano). Com exceção de Luis Basseto (eleito em 1925), sobre o qual não foi possível encontrar maiores informações, os demais eram filhos de imigrantes italianos, membros da segunda geração. Caso considere-se na eleição de 1918 a suplência de José Zancaner, seriam então 16 proprietários, sendo cinco italianos, representando 31,25% desse novo total.

É preciso considerar os cargos de presidente e vice-presidente da Câmara. Para esses, apenas quatro pessoas foram eleitas, sendo que uma delas (25%) era Ricardo Lunardelli, italiano e grande proprietário de terras. Vale ressaltar que Lunardelli foi o único imigrante a assumir tal cargo no período. Em razão dos dados apresentados, comprova-se uma mudança, embora modesta no quadro político, com pouco mais de 20% das vagas para vereadores sendo ocupadas por não-proprietários de terra. Apesar

[50] Ernesto Ramalho foi proprietário de terras na região até 1910, era compadre do coronel José Pedro da Motta e tio da esposa do coronel.

disso, os fazendeiros continuavam maioria absoluta entre a elite política — sendo que quatro italianos a integravam.

Alguns estudos procuraram explicar a ausência de imigrantes entre os membros da elite política. Truzzi (1993, p. 249), pesquisando sobre São Carlos, atribuiu essa ausência à "indisposição política" dos indivíduos de origem italiana. Para o autor, a razão seria, entre outros fatores, a hegemonia da aristocracia rural que excluía " [...] imigrantes e/ou seus descendentes, mesmo aqueles privilegiados economicamente, do exercício da atividade política. É provável que esse exclusivismo usufruído pela elite rural fosse alimentado por preconceitos étnicos."

Para Michetti e Parayba (1968), em Araraquara até 1930, predominaram apenas famílias tradicionais nos cargos políticos. A ascensão de outras camadas da população ocorreu só após 1947. Na visão de Costa (2000, p. 52-3), em São Carlos, até 1930, o poder dos proprietários de terra e dos coronéis, pôde ser comprovado pela sua atuação política dominante sobre outras categorias *"inferiores"* (grifo nosso). Em tais categorias a autora inclui os imigrantes, considerando-os integrados ao sistema no qual vigorava a "Lei de Ferro da Oligarquia", onde a propriedade da terra justificava o poder e, quanto maior a extensão da mesma, maior o poder.

No contexto dessa lei, do ponto de vista de Costa, os imigrantes europeus e os caboclos eram dependentes do fazendeiro. Bilac (1995, p.263) assegura que a ascensão de imigrantes aos cargos de vereadores ocorreu principalmente após 1930, sendo os eleitos reconhecidos como pessoas ligadas ao comércio e à indústria.

Considerando-se todas as observações acima e o contexto apresentado para Catanduva, a atuação política dos indivíduos de origem italiana até 1930 ocorreu de forma significativa apenas no cargo de vereador. Os italianos representaram 25% do total de ocupantes para os cargos (ou 31,25% considerando-se a suplência de José Zancaner, em 1918). Atribuiu-se essa significativa participação dos representantes da etnia italiana, primordialmente, ao fato de todos eles, sem exceção, serem proprietários de terra, possuindo juntos cerca de três mil alqueires — uma média de 600 alqueires cada um. Entre esses italianos destacam-se: Luiz Basseto, Ricardo Lunardelli, irmão de Geremia Lunardelli, considerado o "rei do café", Alfredo Minervino, banqueiro e grande proprietário de terras, e José Zancaner, cuja família se tornou mais tarde uma das maiores proprietárias de terra e, conforme veremos adiante, teve grande influência política no estado de São Paulo. Ressalte-se, ainda, Antonio Stocco grande proprietário

de terras que viria a ser, no futuro, líder político em Catanduva.[51] Esses descendentes de italianos eram membros da oligarquia cafeicultora catanduvense e paulista.

Em entrevistas realizadas com familiares, estudiosos e antigos moradores de Catanduva, há informações de que Ricardo Lunardelli foi condecorado comendador. Ele era natural de Rio Claro, nascido no dia 1º/08/1887, filho de Nicola Lunardelli e de Luzia Miotto. A família, ao chegar ao Brasil, dedicou-se ao comércio e comprou, mais tarde, a Fazenda Corumbatahy, em Rio Claro. O filho mais velho do casal, Geremia, iniciou a compra de terras na região de Ribeirão Preto.

Ricardo dirigia as fazendas na região de Olímpia e Catanduva e foi muitas vezes considerado o maior agricultor do estado de São Paulo. Ele também se destacou como um dos maiores beneméritos da cidade — e não apenas em razão das doações que fazia. Nos jornais e revistas da época, verificou-se ser ele sempre o primeiro a "abrir" ou iniciar as doações nos chamados "livros de ouro". Ele atendia a todos os pedidos do Padre Albino e era sempre o primeiro a dispor-se para resolver os problemas do padre em relação à construção da Santa Casa e da casa de repouso, entre outras obras.

Ricardo também contribuiu para a construção dos clubes e associações da cidade. Foi membro da diretoria de todos eles até sua mudança para o norte do Paraná, no início da década de 1940, onde fundou a cidade de Porecatu. Lunardelli tinha espírito empreendedor. Ele introduziu o sistema de curvas de nível na região e, segundo relatos, dividia com outros fazendeiros as informações que recebia. Era uma pessoa simples e não gostava de ostentação. Conta-se que, em determinada oportunidade, a cidade de Porecatu lhe faria uma homenagem, colocando uma estátua sua em praça pública. Mas ele gentilmente recusou, recomendando que o dinheiro fosse gasto com o plantio de árvores.[52]

Alfredo Minervino foi outra importante figura italiana. Nascido em Rio Claro, era filho de um banqueiro, Silvério Minervino, natural de Benevente, na Itália, e de Amélia da Silva Minervino, nascida em Portugal. Alfredo era contador, de nível técnico, formado no Liceu Arquidiocesano de São Paulo. Foi vereador, prefeito, provedor da Santa Casa de Misericórdia, presidente do Clube Sete, da Guarda Municipal, fundador do Clube de Tênis de Catanduva e da Associação Comercial, Industrial e Agrícola (ACIAC) de Catanduva. Foi ainda patrono da Escola Estadual Alfredo Minervino.

---

[51] A respeito de Luiz Bassetto não foram encontradas informações.

[52] Entrevista com o Prof. Sérgio Luiz de Paiva Bollinelli, historiador, antigo morador e diretor do Museu Monsenhor Albino, da Fundação Padre Albino de Catanduva, concedida nas dependências do Museu, no dia 24 de julho de 2006, às 15 horas.

Segundo entrevistas com familiares, ajudava as pessoas que o procuravam e não pretendia ser político. E se ocupava dos negócios da família, o banco, a Agência Ford e a maior serraria da região, todos localizados em Catanduva. A esposa, D. Sinhá Minervino, juntamente com senhoras esposas dos homens mais importantes da cidade, como D. Sinharinha Netto e Ester Bittencourt, organizava as festas beneficentes para o Padre Albino. O marido a acompanhava em todas elas.[53]

A história da família Zancaner começou com o casal de camponeses Giovanni Zancaner e Angela Giovanna Buttol, casados em 19 de dezembro de 1880, na aldeia de Alano di Piave, na Alta Itália, região de Belluno. A região era muito pobre e Ângela, que era de família mais abastada, manifestou o desejo de sair da Itália com seus dois filhos Giuseppe e Antônio. Giovanni, 37 anos e Ângela, 30 anos, embarcaram no navio *Cheribon* e chegaram a Santos em 23 de março de 1888. O primeiro destino da família foi Descalvado, entretanto, mudaram-se várias vezes, indo para Vila Bonfim, Ribeirão Preto, Santa Rita do Passa Quatro, Morro Agudo e Orlândia. Mas sempre trabalhando como camponeses. No Brasil, tiveram mais seis filhos. Seu esforço para sobreviver foi enorme. Na fazenda onde morava em Orlândia, a matriarca criava porcos, galinhas, cuidava da horta, costurava a roupa de todos. Na cidade, só eram comprados itens como querosene, sal, remédios e botinas. Os irmãos Zancaner trabalhavam durante o dia e estudavam à noite com um professor leigo. Aos poucos e, com sacrifício, os irmãos reuniram a importância necessária para a compra das primeiras terras. Giuseppe ou José, como era chamado aqui no Brasil, foi o encarregado de encontrar um sítio. Foi então que adquiriu a propriedade São João, com 250 alqueires, em Catiguá, distrito de Catanduva.

Em 1912, após a mudança da família, iniciaram o plantio de café. Em 1923, o patricarca morreu. Mas foi a fibra da matriarca que estimulou os filhos. Em 1924, eles organizaram a Cia. Agrícola Irmãos Zancaner S/A para a compra e venda de café. Em 1929, organizaram uma casa comissária de café Zancaner, Pagano & Cia, posteriormente transferida para Catanduva e extinta em 1955. Durante todo esse período, foram adquirindo terras em Mirassol, Bálsamo e outras regiões. O primogênito e líder da família, José Zancaner, casou-se com Maria Cordiolli e teve oito filhos (Angelina, Aurélio, Mário, Mafalda, Márcia, Aurora, Emília, Orlando e Oswaldo Ambrózio). José Zancaner era cafeicultor e também proprietário de máquina de

[53] Entrevista com Valdive Aurora Martani Minervino, no dia 06 de julho de 2006, às 11 horas pelo telefone.

beneficiar arroz. Ele ainda possuía armazéns de secos e molhados, além de ter negócios em outros setores no distrito de Catiguá (ZANCANER, 1995, p. 34).[54]

Antonio Stocco ou o comendador Stocco nasceu em Charqueada (São Paulo), em 10 de março de 1899, sendo filho de José e Adelaide Stocco, ambos da Itália. De acordo com informações da família, o pai, José, era comerciante e dono de uma pensão em Charqueada.[55] Na infância, com doze anos, Antonio vendia bananas na rua. Muito esforçado e trabalhador, cursou apenas o primário. Mais tarde, tornou-se caixeiro viajante e, quando juntou pecúlio, escolheu mudar-se para Elisiário (distrito de Catanduva), onde adquiriu uma máquina de beneficiar café e cereais.

Aos poucos, passou a comprar café e levá-lo para vender em Santos. Como era muito esforçado, trabalhador e "muito seguro", comprou terras, enriqueceu como cafeicultor e comerciante de café. Além disso, ocupou vários cargos em Catanduva. Foi presidente da Associação Comercial Industrial e Agrícola de Catanduva (ACIAC) por 12 anos (de 1936 a 1937, de 1941 a 1947 e de 1952 a 1955), membro da diretoria de várias empresas na cidade, como Indústria de Adubos Catanduva e presidente da Construtora Comara (Cia. Melhoramentos da Araraquarense). Foi também um dos fundadores da Usina Catanduva em 1952, além de vereador e prefeito. Por sua atuação recebeu a comenda da Ordem Militar de *Santo Andréa Di Caffa,* concedida pelo Vaticano, em 01/05/1951.

Conforme vimos, a totalidade dos italianos que participou das eleições em Catanduva de 1918 a 1930 era de grandes fazendeiros. De acordo com vários autores, era essa a razão de sua participação entre os membros da elite política. Entre os italianos membros dessa elite, encontramos alguns traços em comum: eram filhos de imigrantes pobres que enriqueceram a custa do próprio esforço. Eram falantes, bem-humorados e caridosos. Gostavam de política, e foram membros das mais importantes associações e clubes. José Zancaner, por exemplo, foi homenageado com seu nome sendo dado a um conjunto habitacional. Já o nome Alfredo Minervino está em uma escola estadual. O comendador Antonio Stocco virou avenida e Ricardo Lunardelli, uma vila em Catanduva e uma rua na cidade de São Paulo.

---

[54] Em 1936, havia um milhão de pés de café na Fazenda São João, segundo entrevista com Mafalfa Zancaner, no dia 24 de julho de 2006, às 20 horas, pelo telefone.

[55] Entrevista concedida por Antonio Stocco Filho, nas dependências de seu escritório localizado na Praça da República em Catanduva, no dia 8 de junho de 2006, às 10 horas.

CAPÍTULO IV TRANSFORMAÇÕES POLÍTICAS EM CATANDUVA, GETÚLIO NO PODER

Neste presente capítulo, o objetivo foi verificar e analisar as mudanças ocorridas na estrutura local de poder e de atuação política, além da participação dos descendentes de italianos nesse processo durante o período de 1930 e 1947. O texto divide-se em três seções. Na primeira, são observadas as mudanças gerais que provocaram a odo dm/o(além)ode italiam a

essa data — os paulistas foram perdendo a certeza e, conseqüentemente, a posição de elite governante.

O fenômeno da alternância de grupos no poder também ocorreu em outros locais e foi apontado como um problema político importante, pois estava em jogo a prosperidade e a sobrevivência da sociedade. Na visão de Bottomore (1965, p. 112-13), apoiado em argumentos de Aron, a composição e a importância da elite política podiam mudar, todavia, seria necessário promover a união entre os grupos representantes da elite governante — que deveriam cooperar e unir-se ao redor de pontos essenciais, os quais favoreceriam a sociedade.

Na visão de Queiroz (1976, p. 154-155), a Revolução de 1930 pretendeu provocar alteração na estrutura política dos estados brasileiros, onde a base de poder estava estabelecida, desde os tempos de colônia, na propriedade da terra e na agricultura. Ambas permitiam que, tanto a ascendência política, como a social, permanecessem nas mãos dos coronéis. O Estado curvava-se aos interesses desta oligarquia rural, sobrepondo-os aos do coletivo. Esse viés ocorria em todos os estados brasileiros nos quais se confundiam a esfera pública e a privada.

Nas palavras da autora, a Revolução de 1930 não foi produto de mudança na estrutura social e, sim, da evolução, do entrelaçamento de tendências, da mais moderna e da mais antiga. E ainda da "solidariedade familiar à solidariedade da dependência, da colaboração mútua. Não foi brusca e não acabou com o coronel, mas se processou graças à gradual adaptação dele às novas condições de vida" (1976, p. 155).

Kerbauy (1979, p. 83-87) considerou o período pós-Revolução de 1930 como o de transferência de lideranças e revezamento do poder. Assim como Queiroz (1976), identifica a persistência de líderes mais antigos, ligados ao PR (Partido Republicano), atuando ao lado das novas facções políticas, surgidas em razão do desaparecimento de mecanismos que garantiam a "política de governadores", tais como o voto a descoberto, as atas falsas e a Verificação de Poderes.

A nova legislação garantiu eleições livres e voto secreto, assegurados pelo Código Eleitoral de 1932 e pelo novo Tribunal Eleitoral, cujos poderes abrangiam fiscalizar eleições, apurar votos e reconhecer eleitores. Skdimore (1996, p. 38-9) denominou a Velha República de "Antigo Regime" e considerou a Constituição de 1934 como um "produto híbrido" que concretizou os ideais do liberalismo político e econômico por meio da manutenção de uma mesma estrutura federal semelhante à do "antigo regime".

A Revolução de 1930 representou a vitória de um grupo heterogêneo, tanto social quanto político, unido contra o mesmo adversário, porém, com perspectivas diversas. Os velhos oligarcas regionais, representantes da classe dominante, desejavam continuar usufruindo das benesses do Estado e, conseqüentemente resistiam às transformações significativas. Os civis, mais jovens, desejavam transformações no sistema político e associaram-se aos tenentes, também jovens, oficiais das Forças Armadas brasileira, cujas propostas de mudanças – defendiam a centralização do poder e as reformas sociais – ameaçavam a posição das patentes mais altas, conservadoras. O Partido Democrático, porta-voz da classe média tradicional, desejava o governo do estado de São Paulo e a adoção do liberalismo para consolidar seu predomínio.

A partir da revolução de 1930, a troca de elites no poder ocorreu, "sem grandes rupturas", de acordo com Fausto (1998, p. 326-27). A oligarquia tradicional foi substituída por "militares, técnicos diplomados, jovens políticos e, um pouco mais tarde, os industriais". O poder tradicional, em mãos das oligarquias regionais, baseado na força dos estados, perdeu fôlego, porém, não desapareceu. Tampouco foram abandonadas as relações sociopolíticas com base na troca de favores.

De acordo com Fausto (1995, p. 254), na realidade, o que mudou foi a direção do poder. O movimento deixou de ser centrípeto (dos estados para o centro) e se tornou centrífugo (irradiado a partir do centro). Apesar das mudanças, o governo continuava dependente das novas oligarquias recém-formadas e dos atuais governantes. Mas elas não tinham a mesma força do grupo oligarca anterior.

Resumindo, os interesses regionais continuaram a existir, apesar da queda da sua autonomia e da perda da sua projeção direta na arena política. O Estado assumiu novos papéis, entre os quais, o de árbitro das questões locais, embora dependesse das "novas oligarquias" em formação.

Na opinião de Love (1989, p. 169-171), para a antiga oligarquia cafeicultora não houve esta perda de poder. O autor justifica seu ponto de vista destacando o acordo político norteador das eleições de 1933 para a Assembléia Constituinte. Nessas eleições, o Partido Democrático (PD) e o Partido Republicano Paulista (PR) uniram suas forças através de uma Chapa Única e derrotaram o partido do governo, ganhando 17 das 22 cadeiras reservadas a São Paulo. Ao contrário de outros estados, São Paulo foi o único, no Brasil, a derrotar o interventor Valdomiro Lima de Castilho, que buscara apoio de fazendeiros arruinados pelo plano econômico de Vargas em troca do cancelamento de suas dívidas.

Fato semelhante ocorreu novamente em 1934, quando o Partido Constitucionalista (PC), reorganizado a partir da dissolução do Partido Democrático (PD), liderado por Armando Sales de Oliveira, e o Partido Republicano Paulista (PR) conquistaram as 34 cadeiras reservadas aos paulistas no Congresso Federal; 21 pelo PC e as 13 restantes pelo PR.

Embora os Estados e os partidos regionais tivessem perdido parte de seu poder devido à nova legislação eleitoral, como ocorrido em 1934 com a promulgação da nova Constituição, os coronéis mantiveram seu poder de barganhar, ainda que, enfraquecido e com novas características (KERBAUY, 1979, p. 83-86). A nova Constituição não conseguiu acabar, definitivamente, com o poder regional. A própria falta de condições para a constituição de partidos nacionais permitiu essa permanência dos partidos regionais. Em São Paulo, o Partido Democrático (PD) sobreviveu à Revolução e o Partido Republicano Paulista (PR) retomou as atividades, ambos revezando-se no poder local, apesar da existência dos partidos da Lavoura, do 25 de Janeiro e do Liberal Paulista.

1.1 O Governo Provisório, de 1930 a 1936, reflexos em Catanduva

Em 28/10/1930, a Câmara Municipal de Catanduva foi dissolvida. Para governar a cidade, foi instalada uma Junta Governativa integrada pelos advogados Odilon César Nogueira, Aristóteles Martins Ferreira, Mayr Cerqueira e pelo delegado de polícia Fernando de Carvalho. Na época, o prefeito era o senhor Adalberto Bueno Netto, eleito em 1926, que foi destituído do cargo em razão da nova legislação — o Decreto Federal n.19.398, de 10/11/1930. A partir daquela data, estabelecia-se que as Câmaras Municipais seriam extintas e os novos prefeitos seriam nomeados pelo interventor estadual, assumindo as funções do Executivo e Legislativo, sendo assistidos por um Conselho Consultivo (LEAL, 1975, p. 85).

Para governar Catanduva, de 1930 a 1936, foram nomeados os seguintes prefeitos:

Tabela 17 Prefeitos nomeados em Catanduva 1930 a 1936

Período de governo	Prefeitos	Profissão
28/10/1930 a 05/11/1930	Dr. Odilon César Nogueira	Advogado
06/11/1930 a 27/12/1930	Dr.Mayr Cerqueira	Advogado
27/12/1930 a 30/09/1932	Dr. Francisco de Araújo Pinto	Medico/fazendeiro
30/09/1932 a 07/10/1932	Antonio Záccaro	Engenheiro
07/10/1932 a 21/08/1933	Dr. Francisco de Araújo Pinto	Médico/fazendeiro
28/08/1933 a 05/09/1933	Quirino Gastaldi	Func. Publ. Mun.
05/09/1933 a 20/05/1936	Coriolano de Oliveira Mello	Cartorário

Fonte: *A Feiticeira,* ano 01, n. 01, jun. 1964

Os prefeitos nomeados eram assistidos por um Conselho Consultivo, estabelecido pelo Decreto n.210348, de 29/08/1931, e regulamentado pelo Decreto estadual n.5406, de 21/05/1932. Em Catanduva, esse Conselho foi instituído em 16/03/1932, permanecendo até 18/03/1936. Eram seus integrantes: Aristóteles Martins Ferreira, Adalberto Bueno Netto, Ricardo Lunardelli, Dr. João Sampaio Dória, Odilon César Nogueira e Fausto Cruz. Conforme se pode perceber, algumas das antigas lideranças continuavam no poder (QUAGLIA, 2003, p. 17-18).

Nessa época, segundo informações da imprensa local, a maioria dos prefeitos foi indicada pela família Netto, na figura de seus dois representantes políticos, Adalberto e Renato Bueno Netto (líderes da corrente dos “nettistas”, oponentes dos “tourinhistas”). Figuras de destaque no cenário social e político local, eles atuavam na política antes mesmo da criação do município. Adalberto foi vereador, prefeito, deputado, secretário do governo estadual. Seu irmão, Renato era advogado e foi vereador e candidato à Assembléia Legislativa, conforme veremos adiante (*A Cidade,* 18 dez. 1932). Neste período, parte do controle exercido pelas oligarquias locais cedeu espaço à nova fase imposta pelo poder federal, nos quais os interesses regionais existiam, porém não eram determinantes nos acontecimentos. Muitos eram os descontentes com as mudanças impostas pelo governo getulista.

Em 1932, no contexto da Revolução de 1930, em São Paulo, iniciou-se a Revolução Constitucionalista. O movimento contou com a participação de paulistas de várias cidades. Em Catanduva, organizou-se um grupo de integrantes do movimento os quais compuseram o *Batalhão Patriótico de Catanduva* que se aquartelavam, enquanto esperavam por determinações de embarque, nas dependências do Liceu Nacional Barão do Rio Branco (atual prédio da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Catanduva, a FAFICA). Os homens do grupo catanduvense uniram-se aos combatentes do denominado *Batalhão General Glicério* e as mulheres, ao *Batalhão Estrella do Sul*, que

ficava na retaguarda. Segundo a imprensa local, morreram dois catanduvenses integrantes do movimento: Antonio Ortega de Haro e Josué Grande (*O Regional,* p. 03, 19 jun.1993). Na cidade, enquanto alguns se envolviam com as reivindicações e a luta dos revolucionários, outros manifestaram o desejo de não posicionar-se, como a *Sociedade Italiana de Mútuo Socorso Gabrielle D'Annunzzio*. Na associação encontram-se referências ao início do movimento revolucionário e à manifestação do firme propósito de seus associados manterem-se neutros. Consideraram que não era problema deles e desejaram o retorno dos momentos de paz para o bem do povo brasileiro. A referida ata foi assinada pelo presidente Giuseppe Záccaro (Livro de Atas da Assembléia Geral*,* 7 ago. 1932).

O Governo getulista enfrentou os revolucionários enquanto dava continuidade na tarefa "gigantesca" de promover as mudanças necessárias para efetivar a centralização política desejada. Era a primeira intenção do Estado, conforme observado na seção anterior, desmontar a máquina política do período anterior, cujas bases estavam calcadas no poder local. A segunda, organizar a administração municipal, até então marcada por uma gestão financeira perdulária, dívidas e fraudes na arrecadação tributária. Para atingir tais objetivos, durante o Governo Provisório foram nomeados (conforme vimos) os prefeitos dos municípios e criados critérios de arrecadação, que seria repassada das prefeituras ao interventor do Estado e daí ao governo federal — que teriam os municípios sob a sua tutela. Tal sistema hierarquizado, porém, deveria ser provisório, mas acabou por tornar-se definitivo com a criação do departamento de municipalidades — órgão estadual, cuja principal atribuição era fiscalizar a utilização dos recursos destinados aos municípios. Para Leal (1975, p. 84-86), nesse aspecto, São Paulo saiu na frente. Nas palavras do autor, não seria necessário

> um exame muito profundo para se ver como conveniência da criação, nos Estados, de uma nova máquina política, a ser comandada, não mais pelos 'carcomidos', mas pelos senhores do dia, se conjugava perfeitamente com o empenho patriótico de aperfeiçoar a administração dos municípios, tornando-a mais econômica e produtiva. Fazendo-se ênfase sobre esta razão de ordem pública, o interesse político da montagem das máquinas partidárias podia aparecer aos olhos de todo o país revestido de uma sólida base doutrinária, capaz de protegê-lo contra os defensores da maior autonomia municipal, tão intimamente associada, na prática, com a insolvência da anarquia de muitos municípios no regime derrubado pela revolução. Ressuscitava-se, portanto, com outras palavras, a velha doutrina imperial da tutela (1975, p. 87).

Entretanto, segundo Leal, tal premissa poderia se transformar em um equívoco, pois, através desse controle administrativo, o governo estadual poderia, sim, influenciar a administração municipal, com o intuito de obter vantagens eleitorais. Aliás, parecia ser este o interesse do governo, numa espécie de "renovação" da política dos coronéis. E significaria a "carta branca no município ao chefe local, em troca do apoio eleitoral aos candidatos bafejados pelo governo do Estado" (LEAL, 1975, p. 88).

Durante o Governo Provisório, no município de Catanduva quase nada pareceu mudar. A cafeicultura seguia como principal atividade econômica. Os fazendeiros cafeicultores continuaram a pertencer à elite política e os antigos líderes permaneciam em destaque. De acordo com Soares (1973, p. 135), "mudanças na infra-estrutura socioeconômica são fundamentais para entender mudanças políticas"; sem mudanças e sem eleições, não haveria muitas novidades.

Até aquele momento, a família Netto continuava na liderança política local. Adalberto Bueno Netto abandonou o PRP e filiou-se ao Partido Constitucionalista. Nas eleições realizadas em outubro de 1934, seu irmão, Renato Bueno Netto, foi eleito deputado estadual pelo mesmo partido, com 4.455 votos (*A Feiticeira,* jun. 1978).

Ainda em 1934, em Catanduva organizaram-se vários outros partidos, tais como o Partido Constitucionalista, o Republicano Paulista, a Federação dos Voluntários, o Socialista, o Democrático, a Aliança Nacional Libertadora, a Ação Integralista e da Lavoura. De todos os partidos organizados na cidade, de acordo com jornal local, apenas três disputaram as eleições: o Integralista, o da Lavoura e o de Chapa Única (*Catanduva Jornal*, 11 mar. 1934, p. 3)

O último contou com o reforço de algumas senhoras da sociedade catanduvense, entre elas, Hermínia Minervino, Elvira Ângulo Dias, Daura Ferreira, Maria Ninno, Mafalda Mônaco, Jupira de Oliveira Ribeiro, Santina Prando e Iracema Bueno de Lima Netto que lançaram na imprensa e na cidade um manifesto conjunto para apoiá-lo.

A Chapa Única surgiu após acordo entre o Partido Constitucionalista e a Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Catanduva, a ACIAC. Em diário local, em março, foi divulgado com grande destaque um comunicado à população, em que era citado como amigável o momento vivido entre Catanduva e o governo paulista, e manifestava o desejo de assim mantê-lo:

> Imperioso, portanto, era nesse momento em que se trata de eleger a primeira Câmara Municipal no novo regimen (sic) que, como seqüência lógica da orientação criteriosa com que tem sido conduzida a política local, fosse ela organizada acima das competições partidárias ou de ressentimentos de qualquer espécie. Com este propósito, a diretoria da Associação

> Commercial (sic) tomou a iniciativa que foi francamente acolhida, de arbitrar a organização de uma chapa de que fizessem parte os elementos ponderáveis de nosso meio [...]. Dos demarches (sic) para tal fim realizadas e orientadas por essa associação de classe que reúne em seu seio a grande maioria dos elementos representativos do commércio (sic), da indústria e da lavoura, e pela direção do PC resultou na indicação dos abaixo assignados (sic) para comporem a Chapa com que Catanduva unida se apresenta ao seu eleitorado, debaixo da legenda do PC "Tudo por São Paulo". [...] uma vez eleitos, levam consigo o compromisso de sufragarem para Prefeito Municipal o nome de Adalberto Bueno Netto (*"A Cidade"*, 8 mar. 1936).

Seguiam-se os nomes de um grupo de candidatos a vereador, apoiados pela ACIAC. No dia 12 de março de 1936, no mesmo diário, havia dois comunicados à população. No primeiro, Antonio Stocco (à época, presidente da ACIAC), declinava do convite para candidatar-se nessa eleição e declarava-se favorável à Chapa Única indicada pela associação. No segundo, a ACIAC divulgava os nomes dos candidatos representantes da entidade: Ângelo Zancaner, Ricardo Lunardelli e Iran Silva, proprietários de terra.

2 As eleições de 1936

No início do mês de março de 1936, a imprensa divulgou o número de eleitores aptos a votar nas eleições que aconteceriam em 15 do mesmo mês. No total, havia 7.716 eleitores — dos quais 2.485 eram de Catanduva e 5.231 residentes nos distritos (*A Cidade,* 12 mar. 1936).[56]

Para aquelas eleições houve mudanças no número de eleitos. O Decreto n. 2.484, assinado pelo interventor Armando Salles de Oliveira, fixava em 13 o número de vereadores para cidades do porte de Catanduva. Após a realização do pleito, a Câmara foi instalada em 23/05/1936. A sugestão e o apoio da ACIAC em torno da formação e da eleição de candidatos em Chapa Única foram coroados de sucesso. Todos os indicados foram eleitos, inclusive, o prefeito e os representantes da associação. A Tabela 18 permite observar a composição do Legislativo catanduvense após a eleição de 1936. Na Tabela destacamos ainda aqueles de origem italiana:

[56] O município era sede da comarca e reunia os seguintes distritos: Catupiri lei n.1746 de 1920 e extinto em 1938; Elisiário lei n. 1936 de 29/11 de 1923; Palmares Paulista decreto n. 7029 de 25/03/1935 e desmembrado em 1944; Novais decreto n. 6997 de 02/03/1935 e desmembrado em 1938 e Catiguá (anteriormente Ybarra e Catupiry) decreto n. 9775 de 30/11/1938 e desmembrado em 1958. BOLLINELLI, 1965, p. 57.

Tabela 18 **Vereadores em Catanduva 1936-37**

Nome	Cargo	Profissão
Adalberto Bueno Netto	Vereador (eleito prefeito)	Farmacêutico/fazendeiro
Alfredo Minervino	**Vice-presid.Câmara 1936**	**Empresário/fazendeiro**
Alvaro de Souza Valle	Vereador	Farmacêutico
Ângelo Zancaner	**Vereador**	**Fazendeiro**
Antonio Marcos dos Santos	Vereador	Desconhecida
Agrício Rodrigues	Vereador	Desconhecida
Coriolano de Oliveira Melo	Vereador	Advogado
Godofredo de Oliveira Rosa	Vereador	Fazendeiro
José Pedro da Motta Filho	Vereador	Fazendeiro
José Otaviano Ribeiro Sobrinho	Vereador	Fazendeiro
José de Ávilla Ribeiro	Vice-presidente Câmara 1937	Desconhecida
Iran Silva	Vereador	Fazendeiro
Dr Nestor de Sampaio Bittencourt	Presidente da Câmara 1937	Médico/Fazendeiro
Ricardo Lunardelli	**Presidente da Câmara 1936**	**Fazendeiro**
Rufino Benito	Vereador	Fazendeiro
Sidney Delcides de Ávilla	Vereador	Advogado

Fonte: *A Feiticeira"*, ano 1, n. 1, jun. 1964 (***italianos em negrito)**

Em novembro, a imprensa convocou os eleitores para votar nas eleições para complemento da Câmara, elegendo três vereadores. Os candidatos eleitos foram: Agrício Rodrigues, José Pedro da Motta Filho e Rufino Benito. Com exceção destes, os demais 13 candidatos haviam sido indicados pela ACIAC (*A Cidade,* 8 nov. 1936).

Nas pesquisas realizadas nos arquivos disponíveis, não foram encontradas referências aos partidos aos quais pertenciam os eleitos, com exceção de Adalberto Bueno Netto, filiado ao Partido Constitucionalista (PC). De acordo com o diário de notícias local, os candidatos nessa eleição eram, na sua maioria, do PC. Apesar de não ser possível identificá-los um a um, e relacioná-los ao seu respectivo partido, sabe-se que mais de um partido e/ou facções políticas disputaram as eleições (*O Regional,* 19 abr. 1997, p. 5).

As rivalidades antigas persistiam, porém, não resta dúvida de que, apesar das diferenças existentes entre os partidos e seus filiados, a ACIAC possuía força política suficiente para uni-los. Estes, por sua vez, usaram de bom senso para não prescindir do apoio da entidade (*O Regional*, 19 abr. 1997, p. 5).[57]

De acordo com Bilac (1995, p.279-80), após 1930 as Associações Comerciais tornaram-se representantes dos interesses da burguesia que, segundo a autora, estava em condições econômicas mais favoráveis e competia com a oligarquia rural. Não parece ter ocorrido o mesmo em Catanduva, talvez pelo fato de que neste município a associação representava, principalmente, os interesses dos agricultores e proprietários de terras — devido a pratica da cafeicultura como principal atividade econômica.

[57] Ítalo Záccaro, líder do Partido Integralista tentou registrar sua candidatura e não conseguiu devido à sua condição de naturalizado.

Durante muito tempo, o apoio aos agricultores foi a grande preocupação da entidade. No entanto, a ACIAC de Catanduva, assim como outras associações comerciais, conforme apontou Bilac em relação a Rio Claro e São Carlos, também esteve ao lado das forças constitucionalistas durante a Revolução de 1932.[58]

Os indicativos da Tabela 18 permitem observar também que, entre os 16 eleitos, quatro (25%) dos vereadores eram imigrantes, três (18,75%) eram italianos e um espanhol. Desse total, dez vereadores (ou 62,5%) eram proprietários de terra ou fazendeiros e cinco (50%) deles possuíam grandes propriedades que, juntas ultrapassavam 5.500 alqueires. Deste grupo de grandes proprietários, a maioria (60%) era italiana (Ângelo Zancaner; Alfredo Minervino; Ricardo Lunardelli), havia ainda um espanhol (Rufino Benito) e um luso-brasileiro (José Pedro da Motta Filho).

Entre 1936 e 1937, foram escolhidos, entre os pares, dois vereadores para exercerem a presidência e outros dois para a vice-presidência da Câmara Municipal. Dos quatro escolhidos, três deles ou 75% (Minervino, Lunardelli e Nestor S. Bittencourt) eram fazendeiros, dois ou 50% deles eram italianos e proprietários de terra, possuindo juntos mais de 2.400 hectares de terra.

A partir do exposto, é lícito ressaltar que, apesar de todo contexto de mudanças apontado pela literatura, os fazendeiros de Catanduva continuavam a representar a maioria do Legislativo, controlando o poder político local. Com o importante detalhe de que uma parcela significativa deles era de italianos proprietários de terra.

3 O golpe de 1937 e a constituição da elite política em Catanduva

Em 10/11/1937, após o golpe do Estado Novo, a Câmara de Vereadores de Catanduva foi fechada. Novos vereadores foram eleitos apenas em 1947. Do início até o final do Estado Novo (1937-1945), o Governo Vargas conseguiu, finalmente, implantar um sistema de administração que lhe garantia um executivo federal mais forte. O processo de fortalecimento constante do governo federal, iniciado a partir da Revolução 1930, consolidava-se à medida que os governos estaduais e municipais enfraqueciam-se. Skidmore (1996, p. 55) atribuiu este fortalecimento do Estado ao desenvolvimento de um processo político e outro administrativo, ambos relacionados.

---

[58] As informações sobre a participação da ACIAC (atual Associação Comercial e Empresarial - ACE) na Revolução de 1932 estão na *Revista Comemorativa dos 75 anos da ACE,* 2005.

Sola (1995, p. 56) destacou a importância do Estado apartidário e dos cinco primeiros anos do novo regime na consolidação do poder do governo federal. A autora, assim como Skidmore (1996), observou, neste processo, as reformas políticas e administrativas, atribuindo o desempenho da economia e as soluções sociais como decorrência dos anos anteriores. Através da nova Constituição, o presidente dispunha de plenos poderes, entre os quais a permissão para demitir funcionários, transferi-los, reformar e afastar militares. Com a declaração do estado de emergência (artigo 166), foi possível promulgar atos arbitrários que não passavam pelo Judiciário, a exemplo da invasão de domicílios, prisões normais e prisões preventivas, exílio e censura aos meios de comunicação.

A reforma administrativa permitiu, no final de 1941, a hegemonia do Estado ao instituir elementos de controle. Com isso, definiu a centralização do poder e a integração nacional. Ao lado do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (1930) e o da Educação e Saúde (1930), o Instituto do Açúcar e Álcool (1933), foram criados depois de 1937 o Instituto do Pinho, do Mate e do Sal, denominados por Skidmore (1996, p. 55-56) como “cartéis”, que representavam o poderio do Governo Federal nessas áreas.

Os elementos de controle estavam na nomeação dos interventores nos estados cujo poder abrangia o Executivo e o Legislativo, no controle policial e na aplicação das prerrogativas do estado de emergência. Segundo Sola (1995, p. 268-71), essa tarefa era complementada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). As funções administrativas eram controladas pelo Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), criado em 1938. Existente em cada Estado era subordinado ao Ministério da Justiça e cujo ministro era nomeado pelo Presidente. Esse departamento era responsável pela aprovação dos atos do interventor.

O crescimento desses órgãos e departamentos como instrumentos de controle, unificou administrativamente o país e capacitaram o presidente a articular alianças políticas. O DIP se encarregava de calar os exaltados por meio da censura e da Polícia Secreta. O Estado apartidário não sofria oposições nem contestações políticas mais graves. O poder centralizou-se definitivamente em detrimento do poder local (SKIDMORE, 1996, p. 58).

Até 1934, a Constituição estabelecia que os prefeitos fossem eleitos pelos vereadores. Mas, a partir do Estado Novo, a carta de 1937 estabeleceu nova forma de nomeação. Logo após o golpe de 10 de novembro, a regra foi escolher para prefeito os

que já vinham exercendo a função em razão das eleições realizadas em 1936. Leal (1975, p.120 e 129) ressaltou a manutenção destes políticos durante todo o período do Estado Novo. Dessa forma, o governo estadual poderia orientar-se por critérios políticos, aproveitando os chefes locais anteriores como prefeitos — em torno dos quais tudo girava nos municípios.

Em Catanduva, os prefeitos escolhidos e nomeados foram:

Tabela 19 **Prefeitos em Catanduva - 1936-1947**

Nome	Período	Profissão
Adalberto Bueno Netto	20/05/1936 a 16/01/1937	Farmacêutico/fazendeiro
Alfredo Minervino	**16/01/1937 a 30/05/1938**	**Empresário/fazendeiro**
Alcides Mazzoni	**30/05/1938 a 10/06/1938**	**Func. público munic.**
Otaviano Gouveia	11/07/1938 a 24/05/1941	Jornalista
JoãoLunardelli	**24/05/1941 a 05/09/1943**	**Fazendeiro**
Gaspar Berrance	05/09/1943 a 12/09/1943	Func. público munic.
Silvio Salles	13/09/1943 a 31/01/1947	Tabelião
Antonio Záccaro	**03/02/1947 a 05/04/1947**	**Engenheiro/fazendeiro**
Gumercindo Saraiva de Campos	05/04/1947 a 28/08/1947	Func. público munic.
Gaspar Berrance	23/08/1947 a 31/12/1947	Func. público munic.

Fonte: *A Feiticeira.* Ano 1, n. 1, jun. 1964 **(*italianos em negrito)**

Entre os prefeitos destacam-se alguns que já haviam composto o poder local, como Adalberto Bueno Netto e Alfredo Minervino que, juntamente com João Lunardelli, filho de Ricardo Lunardelli, compunham o grupo dos fazendeiros. Entre os demais observa-se um jornalista (Otaviano Gouveia) e um tabelião (Silvio Salles), este último, genro do coronel José Pedro da Motta — um dos maiores latifundiários locais. Ressalte-se que o critério adotado na metodologia dessa pesquisa considerou somente os que exerceram mandato por período superior a seis meses. Dos cinco nomeados, dois deles (49%) eram italianos e grandes proprietários de terra.

Observando-se as Tabelas 18 e 19, dos 16 vereadores e cinco prefeitos (incluindo-se Adalberto Bueno Netto, eleito duas vezes, em 1936 e 1937), ocupantes do total de 21 cargos, 12 (57,14%) eram fazendeiros. Dos 12, seis representantes do Legislativo e Executivo, ou 50%, eram descendentes de italianos. Os prefeitos nomeados no período, e que eram funcionários públicos, governaram por período inferior a seis meses, com exceção de Alcides Azzoni.

Portando, vale afirmar que, em Catanduva, no período compreendido entre 1936 e 1947, a maioria (13 dos 21) dos ocupantes dos cargos do Executivo e do Legislativo eram fazendeiros — desses, cinco (38,46%) eram descendentes de italianos. Poderíamos

dizer mais: que esses “italianos” ocupantes de praticamente 1/5 do total de cargos, na realidade foram Ricardo Lunardelli e seu filho João, Ângelo Zancaner e Alfredo Minervino (duas vezes). Quatro fazendeiros eram italianos e todos grandes proprietários. Desses grandes fazendeiros, com exceção de um (João Lunardelli), os demais eram descendentes da primeira geração.

Alguns autores, como Truzzi (1993) e Kerbauy (1979), assim como Rodrigues (1991) apud Bilac (1995, p. 269-273) observaram a ascensão da grande e da pequena burguesia das cidades grandes e médias aos cargos de prefeito e vereadores, em razão de causas conjunturais e estruturais. Entre as estas estaria o preenchimento dos cargos conforme indicação.

Outra justificativa para a ascensão de novas categorias aos cargos (em detrimento da velha oligarquia cafeeira) seria a sua inclusão entre os beneficiários do sistema educacional público, inexistente durante a I República. Essa ascensão poderia ocorrer, ainda, pelos intensos investimentos na industrialização de cidades como Piracicaba, Araraquara, Jaboticabal, São Carlos e Rio Claro, que proporcionavam o surgimento de uma nova categoria social.[59] Bilac aponta os anos de 1930 como os da “diluição do poder coronelístico e ascensão de novos setores sociais”.

De acordo com as pesquisas realizadas em Catanduva, no período após 1930 e até 1945, conforme exposto até este momento, não se confirma a tese apontada por Bilac e outros. Em Catanduva, os proprietários de terra — cafeicultores, representantes da velha e carcomida oligarquia — continuavam a dominar a arena política e a ocupar os cargos públicos, em função, certamente, da predominância da cafeicultura como atividade econômica principal no município.

Bilac (1995, p. 263) destacou a ascensão de imigrantes aos cargos públicos, mas não se referiu a etnias. Em Rio Claro esses estrangeiros ocuparam cargos desde o início da República. Os vereadores eram, na sua maioria, ligados à industria e ao comércio. Em Catanduva, neste trabalho destacamos o número de italianos ocupando cargos de vereadores, 1/5 de um total de 21, todos eles, fazendeiros.

Ainda segundo a autora, (1995, p. 289), em relação ao cargo de prefeito em Rio Claro, o primeiro imigrante a ocupar este posto foi eleito a partir de 1945, provavelmente nas eleições de 1947. Em São Carlos, conforme pesquisas de Truzzi (1986, p. 249), o primeiro imigrante a chegar à prefeitura foi um italiano, em 1952. Em

[59] As pesquisas de TRUZZI (1993) sobre São Carlos é referência para informações sobre este tema.

Catanduva, também foi um italiano, Alfredo Minervino, indicado durante a ditadura Vargas, em 1937, e o segundo foi João Lunardelli, também indicado, em 1941. Ambos eram grandes fazendeiros. Vale aqui ressaltar a afirmação de Queiroz (1976, p. 194), " [...] a posse da fortuna [...] foi o fator que fortemente pesou na ascensão sociopolítica dos indivíduos."

Durante os dois últimos anos do Estado Novo, o presidente Vargas já vislumbrava que o seu governo não sobreviveria ao fim da II Guerra Mundial. E em 28 de fevereiro de 1945 assinou a Lei Constitucional n. 09, modificando a Constituição de 1937 e estipulando o prazo de 90 dias para a publicação do decreto, ao mesmo tempo em que previa a data das futuras eleições. Deduz-se que Vargas entendia que era chegado o momento de novos partidos serem organizados, representando novas forças sociais. Assim, em 28 de maio de 1945, assinou o Decreto n.7.586 estabelecendo as eleições presidenciais e parlamentares para 02 de dezembro de 1945 e as estaduais para 06 de junho de 1946 (SILVA e CARNEIRO, 1975, p. 51-52).

Era o momento. Começava um novo período.

CAPÍTULO V O CENÁRIO POLÍTICO LOCAL NO PERÍODO DA REDEMOCRATIZAÇÃO

Este capítulo foi dividido em cinco seções. Na primeira, verificaram-se os novos contornos da política e a participação de novos atores na arena local, após o Estado Novo. Na segunda, foram observadas as novas correntes partidárias, surgidas no período após o Estado Novo, e seus reflexos na composição do Legislativo e Executivo em Catanduva. Na terceira, o enfoque recaiu sobre o contexto e a realização das eleições de 1959. Na quarta e na última buscou-se analisar a realização das eleições de 1963 em Catanduva e as prováveis repercussões do golpe de 1964.

No fim da década de 1950, o PSD, a UDN e o PR eram apontados como os maiores partidos conservadores do país. Estes se mantiveram fortalecidos até meados de 1962 — quando começou a participação do PCB, do PTB e do PSP, que formavam o conjunto de partidos considerados reformistas e esquerdistas.

De acordo com Soares (1973, p.186-193), na época apontada, o PSD e a UDN dominavam os estados rurais e apresentavam comportamento extremamente conservador, principalmente, no que dizia respeito aos interesses das propriedades e dos proprietários agrícolas — a exemplo da reforma agrária e da legislação trabalhista extensiva aos trabalhadores rurais, entre outros. Sua atuação era majoritária nos Estados onde predominava a agropecuária e minoritária nos mais industrializados, como São Paulo e Rio de Janeiro. O PTB representava dois tipos de interesses: o de eleitores das cidades maiores e das capitais — as massas urbanas operárias, subempregadas e desempregadas, que apresentavam posturas radicais — e, por outro lado, os representantes de cidades menores, alguns deles, antigos coronéis insatisfeitos com os partidos conservadores, que apresentavam posições favoráveis às reformas suaves.

Segundo o autor, nas áreas rurais, tendia-se ao tradicionalismo, cujos valores orientavam e mantinham as condições socioeconômicas vigentes. Em tais localidades, o poder político era conseqüência da posição social, quase sempre associada à propriedade da terra. Nos municípios nos quais predominava esse “tradicionalismo”, as famílias dominantes dividiam-se normalmente em dois grupos de conflito: um ligado à UDN e o outro, ao PSD. Essa particularidade esteve presente em vários municípios do Estado, assim como se verificou em Catanduva.

Em São Paulo, além dos dois partidos tradicionais, também havia o PSP, liderado por Adhemar de Barros Filho — que representava uma força peculiar, populista e clientelista. Era o "partido do governo", pois elegeu três governadores em cinco eleições. O próprio Adhemar foi eleito em 1947 e 1962 e Lucas Nogueira Garcez, em 1950 (BIEGUELMAN, 1995, p. 325).

1 Novos momentos e diferentes contornos da elite política de 1945 a 1954

Devido ao novo contexto de abertura e à permissão para organização de partidos políticos, apareceram várias agremiações ligadas ao governo. Entre as novas propostas, estavam a do Partido Social Democrata (PSD) — representante das classes conservadoras — e a do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), de ideologia situacionista. O primeiro abrigava em seu bojo os situacionistas sociais, organizados pelos interventores e chefes políticos solidários ao presidente. Eles representavam as classes conservadoras. Sua força foi sentida nas primeiras eleições, pois era o partido do governo e da máquina eleitoral — cujo candidato à presidência era o General Eurico Gaspar Dutra. Já o PTB surgiu no Ministério do Trabalho, tendo por base os trabalhadores, liderado por Hugo Borghi. O partido manteve a linha populista de Vargas.

Ambos, PSD e PTB, apoiavam o governo. O PSD era um partido de centro, conservador e governista. O outro, popular (SILVA e CARNEIRO, 1975, p. 53-54). A obrigatoriedade da nacionalização e da organização dos partidos, com posterior regulamentação, aconteceu a partir de maio de 1945 para manter a continuidade do centralismo federal. Todavia, os poderes local e regional continuavam presentes. Tal ocorria a despeito da nova proposta de organização partidária, que visava reduzi-lo, pela obrigatoriedade da representatividade estadual em função do contingente eleitoral, permitindo que os partidos se organizassem ou reorganizassem como representantes legítimos do sistema oligárquico. Esse era o caso do Partido Republicano (PR), do Partido Constitucionalista (PC), do Partido Autonomista (PA), na Bahia, e do Partido Liberal (PL), no Rio Grande do Sul. A legislação eleitoral obrigava todos os candidatos a filiarem-se a algum partido ou a se unirem em alianças para poder concorrer às eleições a partir de então (KERBAUY, 1979).

Os partidos com mais simpatizantes eram a União Democrática Nacional (UDN), o Partido Social Trabalhista (PST) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

Outros, menos influentes, eram o Partido Democrático Cristão (PDC), o Partido Republicano (PR) e o Partido de Representação Popular (PRP). Como força regional apareciam o Partido Social Progressista (PSP), em São Paulo, e o Partido Liberal (PL), no Rio Grande do Sul. Para representar a esquerda socialista existiam o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido Socialista Brasileiro (PSB).

Em Catanduva, em 1945, estavam organizados o Partido Constitucionalista (PC) — cujos filiados eram João Batista de Oliveira, Benedito Machado, Julio Verna, Bonifácio Martin e Leonor Petrarca — e o Partido Social Democrata (PSD), cujos membros eram Sílvio Salles (ex-prefeito), Rufino Benito (ex-vereador), Ângelo Zancaner (ex-vereador), Godofredo de Oliveira Rosa (ex-vereador), José Pedro da Motta Filho (ex-vereador), Nestor de Sampaio Bittencourt (ex-vereador), Serafim Sanchez e Orlando Mastrocolla. Pouco tempo depois, em 31 de agosto de 1946, o partido ganhou novos filiados, entre eles, Antonio Záccaro (ex-prefeito) e Alfredo Minervino, ex-prefeito e ex-vereador (*Catanduva Jornal*, 14 jul.1945, 1 ago. 1945, 20 ago. 1945 e 31 ago.1946). O PSD congregava representantes antigos e de grande influência política na cidade.

Havia ainda a União Democrática Nacional (UDN), cujos filiados ao diretório local eram Jaime Saldanha, Aristide Procópio de Oliveira, Augusto Pereira, Gabriel Cury, Athos Procópio de Oliveira e Sidney Delcides de Ávilla (algum tempo depois mudou de partido e passou a integrar o PSP). Praticamente todos esses membros da UDN eram figuras novas no cenário político (*O Regional,* 10 maio 1997, p. 5). Não há referências a outros diretórios em 1945. Em dezembro daquele ano, a imprensa local publicou o resultado das eleições presidenciais na comarca de Catanduva, cujo resultado por partido foi:

Tabela 20 **Eleições presidenciais 1945**

Partidos	**Votos na Comarca**	**Votos em Catanduva**
Agrário	04	04
Comunista	321	134
Cristão	134	120
Sindicalista	25	22
PSD	3.695	183
Progressista (PRP)	315	1.946
Trabalhista	204	112
UDN-PR	1.362	631

Fonte: *Catanduva Jornal,* 12 dez. 1945, p.1

Observando-se a Tabela 20, percebe-se a força do partido paulista, o PSP, no município de Catanduva. Nessa época, o presidente do diretório local era o advogado

Sidney Delcides de Ávilla, ex-vereador e ex-udenista que se tornou um aliado político do governador récem-eleito Adhemar Pereira de Barros. Pouco tempo depois, como veremos, esse advogado catanduvense, tornou-se deputado e secretário do governo na capital paulista. Em Catanduva exercia uma das lideranças políticas mais fortes, graças ao seu papel junto ao Diretório local. Além dessa atividade, Sidney também integrava diretorias de várias associações como o Clube Sete de Setembro, que desde 1917 reunia as figuras locais de maior destaque no município, a Associação Beneficente de Catanduva, que administrava a Santa Casa de Misericórdia e a Associação Comercial Industrial e Agrícola (ACIA), entre outras (*O Regional*, 26 jun. e 30 ago. 1997, p. 7; *Catanduva Jornal,* 11 jun. 1947, p. 1).

Em 1946, o PTB organizou seu diretório local — cujos filiados eram Orlando Mastrocolla, como presidente, e Antonio Stocco como presidente de honra (*Catanduva Jornal,* 23 nov. 1946 e 7 dez. 1946, p. 6). Nas eleições de 1946, havia três candidatos de Catanduva disputando vagas para a Assembléia Legislativa: Antonio Stocco (PTB), Sidney Delcides de Ávilla (PSP) e Crescêncio Ferreira Lima (PSD).

Por essa época, Antonio Stocco, além de representar o PTB catanduvense, era presidente da Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Catanduva (ACIAC). A cafeicultura ainda era base da economia local e esse candidato, um grande cafeicultor, descendente de italianos de primeira geração, participou de vários eventos nacionais representando a cidade em defesa da agricultura — sobretudo a cultura do café. Um desses eventos, o Congresso dos Lavradores e Comerciantes de Café, foi realizado na cidade de Catanduva em fevereiro de 1945. O evento reuniu cerca de 500 pessoas e o resultado foi uma proposta junto ao Governo para compra do café estocado no porto de Santos.

Durante este congresso, Antonio Stocco foi escolhido como presidente da Associação de Cafeicultores do Interior e se tornou o porta-voz de seus pares. Ele apresentou ao então presidente da República, Getúlio Vargas, as reivindicações elaboradas no Congresso. Em seguida, no mesmo encontro, apresentou um plano de emergência para todo o estado de São Paulo, em discurso no Palácio de Campos Elíseos em audiência concedida pelo interventor Fernando Costa (*Catanduva Jornal,* 17 fev. 1945, p. 2; 7 mar. 1945, p. 5 e 28 mar. 1945, p. 1).

A opção partidária de Antonio Stocco naquele momento parecia refletir sua preocupação com a economia catanduvense. Manchetes nos jornais locais ilustram essa

postura do partido. Em 2 de janeiro de 1947, do qual foram aqui destacados alguns pontos:

> **"Onze Pontos do Programa Trabalhista:**
> 1º) aumento de salário e casa própria para todos os trabalhadores
> 4º) crédito agrícola a prazo de colheita, prorrogável em caso de seca, geadas e outros acidentes naturais
> 8º) fornecimento direto de gêneros às populações, nas épocas de crise para forçar a baixa de preços e extinguir o câmbio negro
> 10º) assistência hospitalar, médica, farmacêutica, dentária, profilática e alimentar a todos os elementos da população
> 11º) [....] .
> O movimento trabalhista é denominador comum dos homens de bom senso." (*Folha do Povo,* 2 jan. 1947)

No C*atanduva Jornal*, destacou-se a seguinte proposta do PTB:

> Lavrador! Votar em Hugo Borghi é votar pela Alta Araraquarense! Hugo Borghi significa a libertação de nossa agricultura, garantia de preços, crédito a praso (sic) de colheita e de melhores cotações para a produção agrícola! Vote em Hugo Borghi, lavrador! (1947, p. 2)

Decorridas as eleições, os candidatos de Catanduva obtiveram o seguinte resultado: Antonio Stocco (PTB) com 2.241 votos, Crescêncio Ferreira Lima (PSD), 2.071 votos, e Sidney Delcides de Ávilla (PSP), 2.401 votos. Logo após a realização das eleições, verificaram-se irregularidades na 7ª secção e os eleitores foram convocados para votar novamente (*A Folha do Povo,* 20 a 23 mar. 1947, p. 1, e *Catanduva Jornal*, 26 mar. 1947). Este contratempo, que causou atraso na apuração final do pleito em Catanduva, revelou-se benéfico, pois, ao término da nova apuração, verificou-se que o único candidato da cidade em condições de ser eleito era Sidney Delcides de Ávilla e, que, para tanto, precisava de 170 votos a mais dos que havia recebido. Como haveria nova eleição na 7ª secção, o PTB e a ACIAC apelaram à população por meio dos jornais, pedindo votos para o candidato do PSP. Os eleitores não decepcionaram: dos 236 inscritos na seção em condições de votar, 218 compareceram. Desses, 170 sufragaram o candidato indicado.

Em fevereiro daquele ano de 1947, Antonio Stocco passou a integrar o Diretório Estadual do PTB. O fato foi considerado pela imprensa local como "prestígio para Catanduva" (*Folha do Povo*, 13 fev. 1947). No entanto, no ano de 1947, houve uma clivagem — cujo resultado foi a organização de um novo partido, o Trabalhista Popular (PTP), formado por dissidentes do PTB, PSB e do extinto PCB. O presidente do diretório nacional do PTP era Hugo Borghi. No diretório estadual, o catanduvense Orlando Mastrocolla, e do local, José Costa. Getúlio Vargas continuou na presidência do diretório nacional do PTB e o diretório catanduvense passou a contar com a

presidência de Francisco Galli, outro descendente de italianos (*A Cidade,* 19 jun. 1946 e 29 jun. 1947, p. 1).

Aos poucos, se formavam em Catanduva as correntes partidárias que dominariam a arena política até 1964. Alguns dos líderes manteriam seu prestígio até o final do governo militar, em 1985. Em 28/6/1947, na primeira página de *"A Folha do Povo",* foi publicada a dissolução do Diretório do PSD local. Alguns membros migraram para o PSP e, em julho, o Partido Progressista se reorganizou, reunindo aos seus antigos filiados antigos membros da UDN, PTB e PSD. Isso significou congregar pessoas politicamente influentes, como Sidney Delcides de Ávilla (presidente de honra), Armindo Mastrocolla, José Puzzo, Antonio Stocco e José Pedro da Motta Filho (vice - presidentes) e Ítalo Záccaro.

Na edição do mesmo jornal, de 31 de agosto de 1947, noticiou-se que Sidney Delcides de Ávilla assumiria a direção estadual do partido e o cargo de deputado por dois meses, até 18 de outubro de 1947, e, em seguida, a Secretaria de Higiene e Cultura da Prefeitura de São Paulo.

Em junho daquele ano, porém, foi a vez do Partido Republicano se reorganizar, tendo Vicente Giglio como presidente do diretório local. O mesmo jornal publicou, em 4/10/1947, à página 6, a realização de uma reunião no escritório da Cia. Agrícola Irmãos Zancaner, com a presença de Ângelo Zancaner, vindo de São Paulo onde administrava a Casa Comissária da família, para reorganizar o diretório local do PSD, extinto em junho do mesmo ano.

Até o final de 1947, outros partidos já haviam definido seus filiados. A UDN tinha como presidente Jaime Saldanha, e o PTN, Antonio Mastrocolla. Nota-se a atuação política de três membros da família Mastrocolla: Orlando (PTP), Antonio (PTN) e Armindo (PSP). Eles eram irmãos, descendentes de italianos e da primeira geração de filhos de fazendeiros. Mais tarde, se uniram em um único partido: a UDN.

Ainda em 1947, haveria eleições para o Executivo e Legislativo municipais. Conforme previsto, os partidos foram lançando seus candidatos. Em várias edições do jornal *A Cidade*, noticiou-se para o cargo de prefeito, pelo PR, Otávio Gouvêa. Mais tarde, ele recebeu o apoio da UDN. O PSP lançou José Pedro da Motta Filho; o PTP indicou Orlando Mastrocolla e o PTB escolheu Francisco Galli (*A Cidade,* 9 set. 1947, p.1; 16 jul. 1947, p. 1; 20 jul. 1947, p. 1 e 24 ago. 1947, p. 1). As campanhas corriam normalmente. As propagandas mais chamativas e publicadas nos jornais eram sempre do PSP. O partido após realiz

Motta Filho e indicou Antonio Stocco como candidato a prefeito. Ressalte-se que, naquela ocasião, vice-prefeito não compunha a chapa.

As eleições ocorreram em 9/11/1947 e dois dias depois a cidade ficou conhecendo o resultado: Francisco Galli (PTB) com 524 votos; Orlando Mastrocolla (PTN) com 1.222 votos; Otávio Gouvêa (UDN/PR) com 1.245 votos e o candidato, eleito, Antonio Stocco (PSP), com 2.281 votos. Para a Câmara de Vereadores foram eleitos:

Tabela 21 **Vereadores 1948 a 1951 em Catanduva**

Nome	Cargo	Partido	Profissão
Antonio Girol	Vereador	PSP	Fazendeiro
Antonio Mastrocolla	Vereador	PTN	Advogado/fazendeiro
Athos Procópio de Oliveira	Vereador	PSP	Médico
Benedito Borges da Silveira	Vereador	PSP	Corretor/Fazendeiro
Carlos Machado	Vereador	PSP	Jornalista
Eduardo Lopes Contreras (espanhol)	Vereador	PSP	Comerciante/fazendeiro
Elzo Calegari	Vereador	PSP	Comerciante/fazendeiro
Galdós Ângulo (espanhol)	Vereador	PSP	Médico
Godofredo de Oliveira Rosa	Vice-presidente	PSP	Fazendeiro
Graciema Ramos da Silva	Vereadora	PSP	Diretora de Escola
Henrique Bayona Peres (espanhol)	Vereador	PSP	Contador
José Antonio Borelli	Vereador	PTN	Comerciante
José A. Norberto Frey	Vereador	PSP	Contador
José Costa	Vereador	PSP	Comerciante
José Serafim	Vereador	PSP	Fazendeiro
Moacyr Lichti	Pres. da Câmara	PSP	Comerciante
Lourenço Betti	Vereador	PSP	Industrial
Mário Biral	Vereador	PSP	Professor
Miguel Benites Peres (espanhol)	Vereador	PSP	Comerciante
Otavio Teixeira Mendes Sobrinho	Vereador	PSP	Desconhecida
Ovídio Damiani	Vereador	PTN	Presid.Sind. Metalurgicos.
Raimundo Lima de Morais	Vereador	PSP	Dentista
Sebastião Pereira	Vereador	PSP	Corretor/Fazendeiro

Fonte: *O Século*, nov. 1947 [60] (*** italianos em negrito)**

O jornal *A Cidade* noticiou o resultado do pleito. Foram eleitos 23 vereadores, dos quais seis tinham sobrenome italiano. Os dois vereadores mais votados foram Antonio Girol (PSP), com 443 votos, e Antonio Mastrocolla (PTN), com 287 votos — ambos eram fazendeiros e descendentes de italianos (1947, p. 1). Os dados da Tabela 21 permitem observar que um vereador exercia atividade desconhecida e não era proprietário de terras. Oito eleitos eram fazendeiros (Antonio Girol, Antonio Mastrocola, Benedito Borges da Silveira, Eduardo Lopes Contreras, Elzo Calegari**,**

[60] O nome correto do vereador era Elcio Calegari, eleito representante do distrito de Elisiário — onde era comerciante, proprietário de uma farmácia. Em entrevista realizada em 04/09/2006, pelo telefone, com Cleonice Golfe Andreazzi Calegari, cunhada do vereador, ela declarou que a família trabalhava com fornecimento de lenha e possuía terras, porém, não soube precisar sua localização.

Godofredo de Oliveira Rosa, José Serafim e Sebastião Pereira) e dois italianos (Girol e Mastrocolla). Desses, 37,5% eram descendentes de italianos. Apesar de estarem representados em número menor do que nas el

politicamente muito ativo, indo ao encontro das pessoas, incentivando-as a tirar o título de eleitor e a exercer o direito do voto.

Segundo Antonio Girol Filho, o pai organizava passeatas, comícios, angariava prendas para as quermesses realizadas pelo Padre Albino e participava ativamente das reuniões da Associação Comercial de Catanduva. Foi sócio-fundador da Associação dos Fornecedores de Cana de Catanduva. Em 1984, recebeu a Medalha de Ouro do Mérito Canavieiro, concedido pela Federação dos Plantadores de Cana do Brasil, sendo assim reconhecido como um dos dez mais destacados canavieiros do país. Estava sempre disposto a auxiliar as pessoas naquilo que precisassem. Era também muito religioso, devoto de Santo Antônio e de São João. Integrou a comissão de construção da Igreja de São Francisco e do seminário.

2 As novas correntes partidárias e a elite política catanduvense

A partir do início dos anos de 1950, verificou-se um conjunto de mudanças no cenário político e social do país. A população rural perdeu sua predominância para a urbana. Nessa década, no caso específico de São Paulo, acentuou-se uma tendência iniciada por volta de 1939. Neste momento, um número significativo de indústrias instalou-se no interior do Estado, região que poderia garantir grande fornecimento de matéria-prima. Alterava-se, aos poucos, a estrutura de toda a economia paulista.

O novo cenário que se delineou foi fruto da diversificação agrícola, da especialização regional em determinados cultivos e da intensificação de investimentos em culturas — cujos produtos eram utilizados, principalmente, pelas novas indústrias alimentícias e têxteis — propiciando o desenvolvimento do complexo agroindustrial paulista. O complexo era formado pelas indústrias de beneficiamento de milho, café, carne, açúcar e também as beneficiadoras de algodão e as fábricas de óleo (TARTAGLIA, 1993, p. 27). Para Szmrecsányi (1979, p. 236), a década de 1950 foi também a da expansão da agroindústria canavieira — época na qual São Paulo se tornou o maior produtor de açúcar e álcool do país. O salto na economia local foi enorme. Para se ter uma idéia, em 1919, São Paulo possuía 4.112 estabelecimentos industriais e empregava 80.782 operários. Em 1939, o número de estabelecimentos aumentou para 14.225 e o de trabalhadores para 329.774, crescendo novamente, em 1949, respectivamente, para 24.057 estabelecimentos e 546.317 operários. Em 30 anos, o setor industrial paulista apresentou uma expansão notável de,

aproximadamente, 600% no número de unidades industriais e de mais de 670% no contingente de trabalhadores empregados. Esse crescimento do setor industrial deveu-se, parcialmente, à expansão verificada no Departamento I, de bens de produção, resultante da política econômica adotada pelo Governo Vargas a partir de 1940. Foi o momento da adoção da segunda fase do Processo Substitutivo de Importação [61] (FUNDAÇÃO SEADE, v. 1, n. 2, 1988, p.75-76).

No interior do Estado, no Oeste paulista — área compreendida pela região de São José do Rio Preto, Araçatuba, Presidente Prudente e Marília — o número de indústrias também cresceu. Entre 1928 e 1938, a região possuía 104 estabelecimentos industriais e 713 operários. De 1939 a 1949, o número de indústrias apresentou uma expansão superior a 3.900%, atingindo 3.980 estabelecimentos. Também foi ampliado o número de trabalhadores, cujo número saltou para 21.858 pessoas, o que significou um aumento próximo a 3.070%. A região do oeste paulista concentrava 8% do valor da produção estadual e o percentual de trabalhadores representava 14% do total do estado.

Já a região de Ribeirão Preto, que compreendia, além do próprio município, as cidades de Araraquara, São Carlos, Franca e Barretos, em 1928, contava com 1.648 estabelecimentos industriais, que empregavam 20.283 trabalhadores ou 6,2% do total estadual e concentrava 6,9% do valor da produção industrial. Em 1949, o número de pessoas ocupadas saltou para 24.511, representando 4,5% do total e sua participação caiu para 5,2% do valor da produção estadual. Observa-se que, nessa região, houve uma involução, em relação ao cenário estadual, quanto ao número de operários e participação no PIB. Na região do oeste paulista e Ribeirão Preto predominava a indústria alimentícia, seguida pela têxtil (FUNDAÇÃO SEADE, 1988, v.1, n. 2, p. 86-87).

Em 1956, no Estado de São Paulo contava com 191.800 indústrias de transformação empregando 191.800 operários. As quatro regiões administrativas mais importantes empregavam 25,9% do total estadual e concentravam 25,9% do valor da produção do setor. A mais importante delas era Campinas (12,7% dos operários e 10,3% do valor da produção), seguida por Sorocaba (5,6% e 3,9% respectivamente), Ribeirão Preto (4,7% e 4,9%) e o Vale do Paraíba (3,3% e 2%). O oeste paulista concentrava 14% das indústrias de alimentos, índice que se manteve até 1970 (FUNDAÇÃO SEADE, 1988, v. 1, n. 2, p. 86).

---

[61] Para mais informações, consulte autores como TAVARES (1983), MELLO (1998), VILELA e SUZIGAN (1973), PELAEZ (1972), DEAN (1971), GNACCARINI (1972), entre outros.

Na pesquisa realizada pela Fundação SEADE, nos anos de 1930, a região do oeste, na qual se insere Catanduva, representava uma frente de abertura a novas alternativas econômicas. Não era atrativa para a instalação de indústrias pesadas e não contava com os requisitos para a sua introdução. Nessa região, o custo de produção era maior se comparado às que já contavam com infra-estrutura econômica e social mais modernas. Entre 1930 e 1955, o oeste se apoiou na agricultura. Em função dessa atividade, surgiram inúmeras agroindústrias, principalmente, do grupo de produtoras de alimentos. Nas regiões onde predominou também a pecuária, desenvolveu-se a agroindústria da carne (os frigoríficos). De acordo com a Fundação SEADE (1988, v.1, n.02, p.86-8), a instalação desse tipo de empresa também ocorreu em regiões mais modernas, onde havia rede urbana e infra-estrutura como estradas para escoamento da produção, qualidade do solo para fins agrícolas, serviços, entre outras vantagens com as quais o oeste não contava. As agroindústrias não foram exclusividades do interior, principalmente do oeste.

No contexto de expansão da agroindústria, em 1952, duas usinas produtoras de açúcar e álcool foram instaladas na microrregião de Catanduva: a São Domingos e a Catanduva, ambas com início de produção em 1954. Os proprietários da primeira eram quatro irmãos da família Sanchez (o pai era imigrante espanhol) e Oswaldo Ambrósio Zancaner, representando a sua família. Entre os fundadores da segunda usina estava o comendador Antonio Stocco. As duas usinas enfrentaram, no início, as limitações impostas pela insuficiência de matéria-prima. Seus proprietários, no entanto, encontraram uma forma de solucionar o problema. Na São Domingos, os primeiros fornecedores foram os próprios usineiros, seus parentes e amigos. Aos poucos, outros proprietários de terra resolveram também investir na nova atividade — uma boa alternativa econômica — tornando-se produtores e fornecedores de cana-de-açúcar para as usinas.

Nessa época, início dos anos de 1950, em Catanduva, a terra continuava como base da economia, tendo a cana-de-açúcar substituído o café. De 1950 a 1970, na região agrícola do município, a expansão da área cultivada com cana foi de 16.152,6%, saltando de 19 para 3088 hectares. A redução na área cultivada com café foi de 377,6%, caindo de 21.659 hectares, em 1950, para 5.735 hectares, em 1970. Em 1971, das 21 microrregiões produtoras do estado, Catanduva era a nona maior e, em 1972, a oitava (LEITE, 2003, p. 56-62).

Estudos mostram que, a partir da década de 1950, as mudanças ocorridas com intensidade foram decorrentes da urbanização e da industrialização em grande parte do Estado de São Paulo. Esses processos afetaram as relações no campo, com conseqüente diversificação do perfil humano. O novo perfil econômico que se verificou em Catanduva ao invés de promover mudanças políticas propiciou a continuidade dos mesmos atores no poder. Em setembro, segundo jornal local, Fenômeno semelhante pôde ser observado por Bilac (1995, p. 301) em Rio Claro, onde as alterações na composição da população não promoveram o rompimento ou o desmantelamento da elite rural. Em Catanduva, a partir da eleição de 1947, já poderiam ser vislumbrados os grupos políticos que conduziriam por alguns anos os destinos da cidade, como veremos a seguir:

- o grupo de Antonio Stocco e Ítalo Záccaro (PSP) com apoio de Adhemar Pereira de Barros e Zancaner;
- o grupo de Borelli (PTN), apoiado por Mastrocolla;
- o grupo de Francisco Galli (PTB), que era independente.

Em 1955, ocorreu uma reviravolta política que provocou mudanças na composição das lideranças. Em setembro, o jornal *A Cidade* divulgou a filiação de Francisco Galli ao PSP, aliando-se a Antonio Stocco (06 set. 1955). Em vista dessa decisão, em vez de três correntes passaram a existir apenas duas. De 1948 a 1968, Stocco e Borelli revezaram-se no cargo de prefeito municipal, com um mandato intermediário de Ítalo Záccaro (de 1951 a 1954) que, no entanto, era aliado de Stocco.

De acordo com a pesquisa, as maiores e mais importantes lideranças de 1947 a 1964 foram exercidas por sete descendentes de italianos. Seis deles eram de primeira geração e um (Ítalo Záccaro) era naturalizado. Seis deles eram fazendeiros e cinco, dos sete, eram grandes proprietários de terra. Apenas Borelli não era fazendeiro na época. No entanto, tornou-se um deles um pouco mais tarde.

A partir de 1947, enquanto os grupos políticos e seus líderes se definiam, as disputas eleitorais tornaram-se mais acirradas e as campanhas mais tumultuadas. As primeiras eleições realizadas foram as de 1951 e já se podia perceber o acirramento entre os partidos devido à demora na escolha dos candidatos a prefeito. Em janeiro de 1951, *O Bandeirante* noticiou que, alguns partidos, no ensejo de derrotar o hegemônico PSP, promoveriam uma aliança política, já em fase de negociação entre o PTN, UDN, PSD e PTB. Seria a *"virada"* desses partidos para juntos derrotar os ademaristas do PSP. Mas seria necessário ainda indicar um candidato que pudesse vencer o adversário

pessepista, o que não havia ocorrido até aquele momento. Entre os filiados dos partidos aliados, surgiram vários potenciais candidatos, entre os quais um dos mais cotados era José Antonio Borelli, do PTN, "elemento de grande prestígio junto às massas operárias". Outros poderiam ser Sílvio Salles, do PSD, genro do coronel José Pedro da Motta, e José Rocha, da UDN (*O Bandeirante,* 13 jan., 17 jan., 24 jan. e 17 fev. 1951, p. 1).[62]

O consenso não parecia possível, principalmente após o surgimento de uma proposta do PSP de união entre todos os partidos, lançando um candidato único. Em 23 de janeiro de 1951, na intenção de viabilizar tal proposta, os representantes do PSD, UDN, PTB, PTN, PR, PSB e PSP se reuniram na Associação Comercial (ACIAC). Dias depois, corria na cidade a notícia da falta de um acordo e a impossibilidade de um consenso. A disputa precoce pela prefeitura municipal foi alvo de muitas especulações. Corriam boatos sobre este ou aquele candidato. Em razão do acirramento, a indicação dos mesmos ainda estava indefinida. Naquele momento político, a incerteza era tão palpável quanto a rivalidade entre os diversos grupos catanduvenses — o que veio a atingir até a imprensa local. Na época havia dois jornais, *A Cidade* e *O Bandeirante.* . O primeiro, da situação, era dirigido por Nair de Freitas ao lado de seu líder, o prefeito Antonio Stocco, do PSP, pertencente ao grupo dos ademaristas. O segundo representava a oposição e tinha como diretor Geraldo Corrêa.

De acordo com o jornal oposicionista *O Bandeirante*, o prefeito Stocco não era uma boa opção, pois nem todos os catanduvenses aprovavam a sua gestão. Inclusive, nas páginas do diário, o jornalista e diretor, Geraldo Corrêa, responsabilizava o prefeito pela situação "calamitosa" de abastecimento de água e energia elétrica da cidade. (03 jan. 1951, p. 1). Esses setores, segundo o jornalista, deveriam receber melhorias. Na verdade, urgia empenho dos canais competentes, dizia o jornal. Alguns dias depois, sua manchete destacava duas notícias, uma delas, sobre uma providência tomada pelo prefeito: processar o jornalista por difamação. A segunda divulgava a disposição de vários advogados da cidade, que se ofereciam para defender o suposto réu (*O Bandeirante,* 13 jan. 1951, p. 1).

Em maio, o diário *A Cidade* divulgou "racha" no PSP. Dois grupos pessepistas disputavam a indicação de candidatos pelo partido. De um lado estava o jornalista Carlos Machado; de outro, Antonio Stocco e Ítalo Záccaro. A solução do impasse surgiu

---

[62] O Partido Democrata Cristão (PDC) pretendia lançar Joaquim Ferreira Xavier.

após uma mudança na legislação. Em 17 de julho de 1951, uma reforma na Lei Orgânica dos municípios criou o cargo de vice-prefeito e teve fixado para 17 o número de vereadores, estabelecido de acordo com a densidade demográfica. Catanduva, pertencente ao grupo dos municípios com população entre 40 a 60 mil habitantes, passaria a eleger 17 vereadores na próxima eleição. O fato provocou mudanças em algumas decisões já tomadas entre os diretórios políticos locais (*A Cidade,* 30 maio 1951 e 21 jul.1951, p. 1).

Em setembro, o PSD organizou novo diretório local, sendo presidente Ângelo Zancaner e vice, Bento Geraldo Salles — ambos eram proprietários de terras. O partido reunia antigos políticos, como José Pedro da Motta Filho, Dr. Renato Bueno Netto e Dr. Crescêncio Ferreira Lima. A UDN estava fortalecida e o Dr. Antonio Mastrocolla fora reeleito para o Diretório Estadual (*A Cidade,* 23 maio 1951, 30 maio 1951 e 1 set.1951, p. 1).

Finalmente, em 12/9/1951, foi divulgada a indicação dos candidatos a prefeito. Uma novidade, na época, foi a indicação a vice-prefeito:

PSD/UDN – Silvio Salles e Dr. José Rocha

PSP – Ítalo Záccaro e Carlos Machado

PTB – José Antonio Borelli e Guerino Mestriner.

Em 14/01/1951, foi realizado o pleito. O município contava com o contingente de 8.699 eleitores, distribuídos em 24 seções. A vitória, segundo o jornal *"O Regional"*, de 11/06/1994, página 1, coube a Ítalo Zaccaro, com 2.875 votos. O candidato a vice, Carlos Machado, recebeu 2.818 votos. Seus oponentes, Silvio Salles e José Rocha, tiveram, respectivamente, 1.215 e 1.652 votos, enquanto José Antonio Borelli, 1.774, e Guerino Mestriner, 1.316 votos. A prefeitura continuava nas mãos de PSP. Stocco entregaria o cargo ao aliado Ítalo Záccaro, em 1952. Portanto, em Catanduva a força do PSP era inegável.

Os vereadores eleitos nesta ocasião foram:

Tabela 22 Composição da Câmara em Catanduva 1952 a 1955

Nomes	Cargos	Partidos	Profissão
Dr. Orlando G. Zancaner	Presid. da Câmara	PSD	Advogado/fazendeiro
Dr. Crescêncio Ferreira Lima	Vereador	PSD	Advogado
Sebastião Pereira	Vereador	PSD	Corretor/fazendeiro
Dr. Augusto Pereira	Vereador	PSP	Advogado
Benedito Borges da Silveira	Vereador	PSP	fazendeiro
Felício Batista	Vereador	PSP	Comerciante
Dr. Galdós Ãngulo	Vereador	PSP	Médico
Geraldo Irineu Trazzi	Vereador	PSP	Fazendeiro
Dr. Gerson Sodré	Vereador	PSP	Advogado
Godofredo de Oliveira Rosa	Vereador	PSP	Fazendeiro
Graciema Ramos da Silva	Vereador	PSP	Diretora escola
Henrique Bayona Peres (espanhol)	Vereador	PSP	Fazendeiro
Túlio Tornatore	Vereador	PSP	Advogado/fiscal de renda
Luizino Tarsitano	Vereador	PTB	Comerciante
Roque De Maio	Vereador	PTB	Comerciante
Dr. Antonio Mastrocolla	Vereador	UDN	Advogado/fazendeiro
Dr. Armindo Mastrocolla	Vereador	UDN	Médico/fazendeiro
José Olympio Gonçalves	Vereador	UDN	Fazendeiro

Fonte: *A Cidade,* 10 jan. 1952, p. 4 **(* italianos em negrito)**

Os três vereadores mais votados foram: Dr. Orlando Gabriel Zancaner, com 233 votos, Benedito Borges da Silveira, 258 votos, representante do Distrito de Elisiário, e Antonio Mastrocolla, com 211 votos. Os demais obtiveram menos de 200 votos. E o menos votado foi Túlio Tornatore, com 89 votos. Dos quatro partidos que indicaram candidatos à Câmara, o PSP elegeu a maioria absoluta dos vereadores. O segundo mais votado foi o PSD (22,22%) e o terceiro, a UDN (16,66%). Como essas duas últimas legendas haviam acordado uma coligação, obtiveram um total de 38,88% dos votos. Em último lugar ficou o PTB (11,11%).

O PSP, no dizer da imprensa catanduvense, fez “barba e cabelo”, elegendo o prefeito, o vice e a maioria da Câmara. Só não conseguiu eleger o Presidente da Câmara, que pertencia ao PSD. A vitória de Orlando Gabriel Zancaner foi a primeira de uma longa carreira política, conforme veremos adiante.

Verificando os dados da Tabela 22 observa-se ainda a composição ocupacional dos 18 representantes da Câmara de 1952/55 que atuavam em sete categorias. Entre os vereadores eleitos, nove deles tinham formação superior. Eram advogados, médicos e uma diretora de escola. Entre os nove, quatro eram italianos e três, fazendeiros. Das ocupações apontadas, os fazendeiros representavam maioria com nove representantes. Os advogados e comerciantes vinham em segundo lugar. Mais uma vez, repete-se o fenômeno observado em Catanduva em todas as eleições desde 1918: os proprietários de terra continuavam dominando politicamente e nenhum elemento da classe trabalhadora se elegeu.

Quanto aos profissionais com nível superior de instrução, em Catanduva confirma-se a tese da ascensão desse tipo de profissional aos cargos políticos. Assim como, em praticamente todas as cidades, a formação universitária era fator de ascensão política, em Catanduva a maior parte deles era de advogados e médicos. Segundo Love, os membros da elite paulista tinham, em média, três ou quatro ocupações, além da política

> diploma de curso superior constituía uma condição *sine qua non* para o acesso à elite. [...] em conseqüência, o recrutamento político se dava dentro de um contexto extremante restrito: mesmo por volta de 1940, somente um em cada 250 paulistas era portador de diploma universitário (1992, p. 216-217).

Vale ressaltar que na eleição de 1952, a população reelegeu uma mulher para ocupar um cargo no Legislativo local. Era Graciema Ramos da Silva, um fato aparentemente raro. Nas pesquisas realizadas por Kerbauy (1979), Truzzi (1993), para São Carlos, e Bilac (1995), para Rio Claro, não aparecem mulheres exercendo cargos nas Câmaras desses municípios. Love (1982, p. 218) destacou a ausência de mulheres na política estadual e nacional. Segundo o autor, apenas uma, em 1933, foi membro da Assembléia Constituinte e do Congresso Federal: Carlota Pereira de Queiroz.

A hegemonia do PSP em Catanduva durou muito tempo, diferentemente de São Carlos, onde o PTN e a UDN eram os partidos mais votados. O PSP foi considerado por Kerbauy uma “legenda secundária” na disputa eleitoral local (1979, p.116). Nesse mesmo ano, o Dr. Antonio Mastrocolla foi eleito deputado estadual pela UDN. Reeleito em 1954, atuou no cargo até 1958 e se tornou líder de seu partido na Assembléia Estadual e do governo Carvalho Pinto.

Em 1955, houve novas eleições. A situação apostou em Antonio Stocco para prefeito e em Francisco Galli, para vice. Eles contavam com o apoio de Ítalo Záccaro, prefeito municipal em exercício, de Sidney Delcides de Ávilla e Carlos Machado, entre outros. A oposição, na intenção de reduzir as chances do PSP e evitar o continuísmo, uniu-se em coligação oposicionista e indicou José Antonio Borelli para prefeito e Orlando Gabriel Zancaner para vice. Representando a aliança, candidatos da coligação do PTN, UDN, PSD, PTB, PR e PSB. Receberam apoio também dos irmãos Antonio e Armindo Mastrocolla. A presença de Borelli entre os líderes mais antigos, pode ser explicada, de acordo com o jornal, por sua atividade sua ocupacional. Proprietário de uma garagem de automóveis era grande sua influência junto a alguns grupos de

trabalhadores, como os mecânicos, os proprietários de postos de gasolina e alguns sindicatos, como o de motoristas (*O Regional,* 3 abr. 1993, p. 4 e 17 abr. 1993, p. 4).

O resultado das eleições de 4 de outubro de 1955 foi favorável à coligação dos partidos apontados. A vitória coube a Orlando Gabriel Zancaner, com 5.064 votos, e do candidato Borelli, com 4.952. Stocco e Galli foram sufragados com 3.711 e 3.569 votos, respectivamente. Vale conhecer um pouco mais sobre alguns membros da elite política catanduvense atuante naquele período (*A Cidade*, 1 dez. 1955, p. 4).

José Antonio Borelli nasceu em 10 de maio de 1915. Natural de Jurupema, interior de São Paulo, era filho de Paschoal Borelli, um comerciante, e de Maria Melania Borelli, dona de casa, ambos naturais da Itália. Borelli era formado em contabilidade e atuava no comércio de automóveis, caminhões, imóveis e na empresa Hidropetro — cuja especialidade era a extração de água. Foi membro do Conselho de Diretores do Cruzeiro Cestobol Clube de Catanduva, presidente do Rotary Club de Catanduva, em 1956, e do Lions Clube, em 1962.[63]

Francisco Galli nasceu em Piracicaba. Era filho de Daniel Galli e Gracie Galli, ambos imigrantes italianos. O primeiro destino da família foi São Paulo, em seguida se mudaram para Piracicaba. Trabalhavam com artesanato e, por isso, eram chamados de "artistas". Conforme informações de Maria José Galli Mortati, filha de Francisco, seus avós eram artesãos e trabalhavam com torno mecânico. Francisco, já adulto, mudou-se para Bebedouro, onde era representante da empresa Singer. Ele se casou e mudou com a família para Catanduva, cidade na qual passou a trabalhar com compra e venda de café para exportação.

Como possuía máquina de benefício em Caputira, zona rural de Catanduva juntou pecúlio e se tornou um grande proprietário de terras cafeicultoras na região. Ele se casou duas vezes e teve nove filhos. Segundo a filha, Maria José, o pai, Francisco era muito eloqüente, extrovertido, gostava muito de festas e de política. Getulista apaixonado freqüentava todos os comícios. Em sua residência hospedavam-se, os políticos importantes da época, como o próprio Getúlio Vargas. Francisco Galli foi vice-presidente do Guarany Futebol Club de Catanduva, em 1939, e prefeito de 1956 a 1960.

---

[63] Procuramos pessoas da família de José Antonio Borelli, mas o único encontrado foi seu filho Flávio Borelli, que informou o pouco que sabia, pois não teve quase contato com o pai, uma vez que este falecera em 23/02/1978, quando Flávio era ainda muito criança.

Antonio Mastrocolla nasceu em 2 de julho de 1920, no distrito catanduvense de Catiguá. Era filho do italiano da Calábria, Nicola Mastrocolla, e da espanhola Ângela Eras Mastrocolla. De acordo com relatos de Célia Antonia Mastrocolla Figueiredo, filha de Orlando, que era o filho mais velho do casal, quando os avós chegaram ao Brasil vieram diretamente para um sítio entre a cidade de Catanduva e o distrito de Catiguá. Lá, Nicola trabalhara como carroceiro e fazia "qualquer serviço".

O casal trabalhou muito até conseguir fazer uma poupança. Comprou então uma fazenda (chegou a ter 400 alqueires), a Bela Vista, e se tornou cafeicultor. Sobre o Dr. Antonio, seu tio, Célia o descreveu como um político nato. Quando criança, ele juntava a criançada da fazenda e falava muito. E falava bem, pois tinha o dom da oratória. Cresceu apaixonado por política e era, dos três irmãos, o mais dinâmico. Advogado formado pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco (USP), Antonio Mastrocolla foi eleito vereador de 1948 a 1954 (duas legislaturas) e deputado estadual pela UDN, de 1950 a 1958. Líder de seu partido e do governo Carvalho Pinto, foi Diretor do Serviço de Rádio Difusão do Estado de São Paulo entre 1963-64, quando passou a integrar o Conselho Administrativo da Caixa Econômica Federal.

Armindo Mastrocolla nasceu em 2 de dezembro de 1913. Era filho de Nicola Mastrocolla, irmão de Antonio Mastrocolla. Armindo era médico clínico e radiologista, formado pela Faculdade de Medicina da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro. Foi vereador por três legislaturas consecutivas (1951 a 1962), numa delas foi presidente da Câmara. Em 1959 se elegeu pela UDN. Foi deputado federal por duas legislaturas, de 1961 a 1971, e suplente, de 1971 a 1975. Na segunda legislatura, como deputado, foi Relator da Comissão Mista Agropecuária da Câmara e do Senado, além de Membro da Comissão de Saúde, Agricultura e Legislação Social.

Ítalo Záccaro era brasileiro naturalizado. Nasceu em 11 de agosto de 1913 em Cocenza, na Itália. Filho do Dr. José (ou Giuseppe) Záccaro, natural de San Lourenço Bellize, na Itália, e de D. Rosa Pesce Záccaro, de Castrovillari, na Itália (estudante na Argentina). Quando chegou ao Brasil, José veio sem a esposa e sem os filhos. Seu primeiro destino foi São Paulo, onde trabalhou como médico cirurgião, formado pela Universidade de Roma. Em seguida, mudou-se para Jaboticabal, cidade na qual se tornou proprietário de terras e de uma indústria de filtros para água. Transferiu-se para Catanduva, época em que sua esposa também veio para o Brasil, após a venda de suas vinhas e tornou-se proprietário da primeira Casa de Saúde de Catanduva. Segundo Rosa Maria Záccaro Garcia, filha do Antonio Záccaro, irmão de Ítalo, seu pai era

engenheiro formado pela Universidade de Roma e trabalhava na prefeitura, sendo o responsável pelas grandes construções de toda a região, inclusive, inúmeras igrejas. Por conta disso, a família tinha lugar reservado na igreja e no cinema.

Todos os sete filhos e filhas de José Záccaro cursaram faculdades. Ítalo era advogado formado pela Faculdade de Direito do Largo do São Francisco (USP). Eleito prefeito em 1951, foi Chefe de Gabinete do governador Adhemar Pereira de Barros, em 1965 e Assistente da Secretaria da Justiça, de 1966 a 1967. Segundo pesquisas realizadas, Ítalo discursava oficialmente em todos os eventos realizados na cidade e região.

Orlando Gabriel Zancaner nasceu em 15 de agosto de 1923 no distrito de Catiguá. Filho de José Zancaner, de Treviso, na Itália, tornou-se proprietário de terras na região de Catanduva. Orlando se formou bacharel em Direito pela Faculdade do Largo de São Francisco, foi eleito vereador (1951 a 1954), vice-prefeito (1955 a 1958) e deputado estadual por três legislaturas (1959 a 1970). Líder da oposição e do governo foi Presidente da Assembléia Legislativa, Secretário da Cultura, Esportes e Turismo no governo Abreu Sodré, sendo eleito o melhor secretário do ano por três vezes consecutivas. Em 1970, foi eleito Senador da República, líder do governo (1976 a 1978) e se tornou Conselheiro. Em seguida, vice-presidente do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Recebeu várias honrarias e se tornou comendador em 1988. Prestou ainda inúmeros serviços à região. Disputou dezessete eleições e venceu todas.

Alguns dos italianos que integraram a elite política do município foram não apenas contribuíram significativamente para o desenvolvimento da cidade e como também do Estado e do País. Em Catanduva, em 1955, o executivo tinha Antonio Borelli como prefeito, e Orlando G. Zancaner, como vice. O Legislativo contava com os vereadores apresentados na Tabela 23:

Tabela 23 Vereadores em Catanduva 1956 a 1959

Nome	Partido	Profissão
Athos Procópio de Oliveira	PSP	Médico
Benedito Borges da Silveira	PSP	Fazendeiro
Carlos Machado	PSP	Jornalista
Dr. Gerson Sodré	PSP	Advogado
Geraldo Irineu Trazzi	PSP	Fazendeiro
Godofredo de Oliveira Rosa	PSP	Fazendeiro
Irani Mei *	PSP	Fazendeiro
Joaquim Alves	PSP	Func. Público
Líbano Pachá (libanês)	PSP	Comerciante
Virgilio de Arruda Mendes	PSP	Professor
Dr. Arlindo Busnardo	UDN	Advogado/fazendeiro
Dr. Armindo Mastrocolla (Presid. Câmara**)**	UDN	Médico/fazendeiro
Dr. Pedro de Senzi	UDN	Médico/fazendeiro
Eugênio Gandis	UDN	Farmacêutico
Venâncio Lima Ferreira	UDN	Dentista
Vicente Celso Quaglia	UDN	Advogado
Oswaldo Grecco	PTB/PSD	Comerciante
Argemiro Alves	PTB/PSD	Radialista/contador
Ângelo Mestriner	PRP	Comerciante/fazendeiro
Sebastião Pereira	PSB	Corretor/fazendeiro
Durvalino Venturim*	Desconhecido	Desconhecida
Fernando Patriani *	Desconhecido	Comerciante/fazendeiro

Fonte: *O Regional,* 15 maio 1993, p. 03 [64] **(italianos em negrito**) (* convocados após renúncias)

Observando a Tabela 23 percebemos que, pela primeira vez, os opositores do PSP conseguiram vencer e eleger o prefeito, o vice e a maioria dos vereadores, incluindo a Presidência da Câmara, em 1955. Nesse pleito, como no anterior, vários foram os eleitos que estrearam na arena política local**.** Em Catanduva, assim como em São Carlos, havia uma concentração do poder Executivo nas mãos de dois partidos, que buscavam alianças para se firmarem como hegemônicos. De acordo com Kerbauy (1979, p. 117-120), a formação de alianças tornou-se constante na vida política nacional, no período de 1945 a 1964. O significado, afirma a autora apoiando-se em Campello de Souza, acompanhava as afinidades ideológicas ou então eleitoreiras. Poderiam ser consideradas como desagregação partidária.

Kerbauy observou ainda que os partidos menores, ao aceitarem coligar-se, ganhavam a presidência da Câmara — o que, decididamente, não é o caso de Catanduva. De três eleições analisadas, o PSP teve um Presidente da Câmara, em 1947, e a UDN teve dois: Orlando Gabriel Zancaner e Armindo Mastrocolla.

A Tabela 23 permite também observar que os eleitos para o período atuavam em onze profissões. Entre os vereadores, havia nove com nível de educação superior e três cursaram, no mínimo, nível médio. Sem dúvida, essa foi a eleição em que o nível de

[64] Os vereadores Eugênio Gandis e Durvalino Venturim foram incluídos entre os **italianos** em função do sobrenome. Não foram encontrados familiares de ambos.

instrução dos candidatos eleitos esteve mais acima da média. Apesar de apresentar número de profissões elevado, os fazendeiros ainda eram maioria. Entre os 22 eleitos, havia dez fazendeiros (36,36% do total) e sete dos dez eram italianos. Nas eleições de 1955 em São Carlos, a maioria dos eleitos eram comerciantes, funcionários públicos e professores. Nenhum fazendeiro conseguiu eleger-se naquele ano (KERBAUY, 1979, p. 124).

Bilac (1995, p. 297-299) se referiu ao predomínio do PSP sobre o PSD em todo o estado de São Paulo, a partir da década de 1950. Uma das razões foi o declínio da força eleitoral do PSD e da UDN, a partir de 1955. O cerne dessa perda de poder poderia ser encontrado no contexto de desorganização político-partidária verificada a partir de 1947, que beneficiou as categorias sociais mais baixas e permitiu o surgimento de líderes nas cidades médias (entre 1950 e 1960, com mais de 50 mil habitantes) da região cafeicultora. Apesar da minimização do poder da elite proprietária tradicional, esse poder não se extinguiu e os seus líderes continuaram a dominar a política local, sobretudo em Catanduva.

Conforme exposto, para Bilac, após 1955, houve uma queda no desempenho da UDN — verificada em todo o Estado. Em Catanduva, o jornal *"A Cidade"*, edição de 07 de agosto de 1959, p. 1, publicou uma notícia inédita de uma possível aliança: "surgem os primeiros frutos da conciliação". Essa era uma reprodução de parte da fala do então deputado catanduvense, Orlando Gabriel Zancaner, sobre uma possível aliança entre UDN, PDC, PTN, PTB e PSP em torno do nome de Túlio Trica para prefeito. No dia seguinte, o diário estampava na primeira página um manifesto de apoio à candidatura indicada pelo deputado, com assinaturas dos líderes dos partidos locais — José Antonio Borelli, Antonio Mastrocolla, Lucio Cacciari, Manoel de Lima Machado, Antonio Alfredo Gonçalves, Floriano Lima e Antonio Záccaro. Seria um novo momento político em Catanduva? Após tantos anos haveria paz entre as facções?

3 O clima político e as eleições de 1959

A partir de agosto de 1959, a imprensa catanduvense divulgou o desenrolar da disputa entre todos os partidos locais, incluindo a possibilidade do lançamento de uma candidatura única. Essa candidatura se revelou infrutífera, apesar dos esforços de alguns políticos. A UDN e o PSP logo confirmaram o apoio à candidatura única e as páginas do jornal *A Cidade* começaram a estampar fotos de líderes políticos locais, como

Antonio Mastrocolla (cujo apelido era Bacurau), Orlando G. Zancaner, que nessa época era deputado estadual, e José Antonio Borelli, representando a UDN, o PSD, o PTN, o PSP e o PDC (*A Cidade*, 1959, p. 1).

Em 12 de agosto de 1959, a primeira página do jornal apresentava um convite extensivo a janistas, carvalhistas, ademaristas e simpatizantes para participar de um grande comício. O evento aconteceria no dia seguinte e a concentração seria na Praça da República — palco obrigatório dos grandes eventos ao ar livre. Na mesma edição, de 12 de agosto, sem destaque algum, o PTB comunicava não haver subscrito o documento de conciliação, conforme anunciado e se declarava "[...] contra a candidatura única por ser antidemocrática e ante-popular (sic)."

Alguns dias depois, o jornal divulgava duas notícias. A primeira destacada em manchete de primeira página informava que haveria distribuição de "[...] 5 milhões e seiscentos mil cruzeiros em medicamentos para a cidade e região, graças ao deputado Orlando Zancaner e à boa vontade de Adhemar de Barros e do ministério". A segunda, mais discreta, informava que o governador Carvalho Pinto estava enviando verbas para iluminação de algumas vilas. Parece evidente, pela postura do jornal, a ênfase dada às ações de Adhemar e Orlando Zancaner, em detrimento da intenção do governador do estado (*A Cidade,* 1959, p. 1 e 6).

Em setembro do mesmo ano foi possível constatar que a aliança não se concretizaria. Naquele mês, foram lançadas as candidaturas de Antonio Stocco e Iran Silva, respectivamente, pelo PSP e PTN, além da candidatura de Armindo Mastrocolla, pela UDN, que acabou por ser retirada antes da realização das eleições. E, ainda, a de Gabriel Hernandez e do Venâncio Ferreira Lima, pelo PDC. Eles eram apoiados pelo então prefeito José Antonio Borelli (*A Cidade,* 9 set. e 25 set. 1959, p. 1).

Em 04/10/1959, os eleitores escolheram Antonio Stocco (PSP) para prefeito. Ele obteve 5.064 votos, enquanto Iran Silva (PTN) teve 4.863 votos, sagrando-se vice. Seus oponentes obtiveram 4.284 e 4.164 votos, respectivamente. A diferença de votos permite inferir como foi acirrada a disputa entre os candidatos — sobretudo pelo fato de a população conhecer, de longo tempo o senhor Antonio Stocco, político de tradição e dos mais antigos da cidade. Ele disputou o cargo com o até então politicamente desconhecido Gabriel Hernandez.

Entre os vereadores, foram eleitos onze pela coligação PSP/PTN, e seis pelos demais partidos, conforme se poderá observar na Tabela 31 na seção seguinte. Novamente, o PSP impunha-se como partido vitorioso. Não se poderia negar o prestígio

de Antonio Stocco junto à população catanduvense. Era o fim dos anos de 1950. O cenário econômico e político no Brasil apresentava-se tumultuado. Em parte, agravado por fatos ocorridos no último governo, que era de Juscelino Kubitscheck, presidente da República naquele período. Havia problemas econômicos. Os maiores se concentravam nas áreas interligadas ao comércio exterior e nas contas do governo, cujo déficit, em 1956, atingiu 4% do PIB (aproximadamente 286 milhões de dólares).

Tais números levaram a um aumento da inflação, cujo índice atingiu 39,5%, em 1959. Também havia questionamentos sobre possíveis falhas nos planos de governo. O PTB suspeitava que os planos econômicos prejudicavam os trabalhadores. Somados a estes, havia outros problemas de ordem sociopolítica. A insatisfação tornou-se uma constante. A sociedade e os partidos políticos estavam descontentes e retiraram seu apoio ao governo. Entretanto, o PTB e os partidos de esquerda (apesar de o PCB continuar na ilegalidade) decidiram apoiar o governo após a decisão de J. Kubitscheck de rompimento com o FMI.

Foi nesse clima de incertezas que, próximo às eleições presidenciais, surgiram as candidaturas de Jânio Quadros, lançado pelo PTN e apoiado pela UDN, de Adhemar de Barros, pelo PSP, e do PSD e PTB, que apoiaram o General Lott. Em outubro de 1960, a população elegeu Jânio Quadros com 48% dos votos válidos (FAUSTO, 1998, p. 426-437).

4 O final da II República, as últimas eleições democráticas e o e o golpe de 1964

De acordo com Soares (1973, p. 232-234), no período denominado II República, no fim de 1964, predominou uma participação cada vez maior dos setores populares no processo eleitoral. Essa extensão da cidadania revelou-se como uma força, reduzindo-se ai(tórpúb no

surgiu após a renúncia de Jânio Quadros. O seu sucessor, o vice-presidente João Goulart, que era visto com reservas por parte da oligarquia política, tentou usar a máquina do Estado para enfraquecer o grupo que, durante décadas, utilizou o aparelho governamental para se fortalecer.

Para Skidmore (1996, p. 21-71), o golpe de 1964 resultou de longa crise que remonta à decada 1930. Foi quando Getúlio Vargas deu início ao seu governo, apoiado por parte da elite política atuante e das camadas médias urbanas — profissionais liberais, funcionários públicos e mesmo empregados do comércio e da indústria. Em 1935, foi abortado um movimento rebelde, a Intentona Comunista, resultando na prisão de milhares de ativistas**.** Dois anos depois, com base em falso projeto de tomada do poder no Brasil, pelos comunistas, o chamado Plano Cohen, Vargas e o comando do Exército justificaram o golpe do Estado Novo, desfraldado em 1937. Era notório o temor que o comunismo despertava, então, nos brasileiros. O Partido Comunista foi colocado na ilegalidade, condição que só seria alterada depois da ditadura varguista, sob a Constituição de 1946.

Getúlio Vargas era nacionalista, corporativista e controlava os sindicatos. Criou uma vasta legislação social e uma agremiação de caráter operário. Populista, ele controlava o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Sua base estava no pacto social, que buscava selar com setores dos trabalhadores urbanos. Dessa forma, o pacto social resultante da aliança entre esses setores, somada à política econômica nacionalista e industrialista, garantiu a forte base que sustentou seu retorno, em 1950. Foi o que influiu também nos rumos do governo Dutra (1946-1950) e no de Juscelino Kubitscheck (1956-1960).

O rompimento definitivo com o modo varguista de fazer política deu-se justamente na renúncia de Jânio Quadros, em 1961, e na recusa do nome de João Goulart para sucedê-lo, por parte dos amplos setores da elite dominante. A base política oscilava entre três grupos de influência, remanescentes da velha política de Vargas, então renovada. O primeiro grupo era constituído por políticos e burocratas. O segundo formado por proprietários de terra agradecidos pelo mais absoluto silêncio do presidente sobre a reforma agrária. Eram ainda os industriais que prosperaram, os banqueiros e os financistas que lucravam com as mudanças econômicas do período. O terceiro, finalmente, era o grupo dos trabalhadores urbanos seduzidos pela legislação trabalhista

e pelo paternalismo getulista. Havia ainda os homens de negócios, principalmente do Nordeste — a elite política mais antiga — e diversos homens de imprensa.[65]

Vários fatores poderiam explicar a atitude do Exército e o golpe de 1964. O medo do comunismo, mais uma vez, entrava em cena. Há mesmo quem considere que o golpe de 1964 foi provocado pela agitação da sociedade em virtude das tentativas de reforma socializante do presidente João Goulart. Novamente, suscitava-se o temor da comunização do país — temor que a máquina de propaganda dos militares soube tão bem manipular. Além da ocorrência paralela desses dois fatores houve a falta de apoio da base política ao presidente João Goulart. Assinale-se ainda a divisão verificada entre os grandes partidos políticos e a falta de coesão entre os que poderiam ter apoiado o presidente.

Na sua posse, em 7 de setembro de 1961, o novo presidente João Goulart, contava com o apoio da maioria dos deputados, mais precisamente, 262 parlamentares de um total de 326 — a maior parte deles era de integrantes do PTB e PSD. Este apoio seria fundamental, no momento em que o governo recebia o espólio administrativo herdado de JK. Faziam parte desse acervo: uma crise econômica, traduzida em déficits nas contas do governo e no desequilíbrio da balança comercial, no índice de desemprego — em parte devido ao intenso movimento migratório da época, das áreas rurais para as urbanas — e a insegurança provocada pela restrição à remessa de lucros em 1961. E, finalmente, havia a proposta de reforma agrária — a realização recente do Congresso de Camponeses preocupava os latifundiários e provocava disputas partidárias em vista dos interesses econômicos em jogo (SILVA, 1975, p. 17-18).

Tais fatores acabaram por provocar uma grande crise política, social e econômica. Havia descontentamento por parte dos empresários, dos proprietários de terra e dos trabalhadores — tanto rurais quanto urbanos — que, no início dos anos de 1960, estavam organizados e representados por grandes agremiações sindicais. A exemplo da Conferência Geral dos Trabalhadores (CGT), da Confederação Nacional dos Trabalhadores das Indústrias (CNTI) e da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Crédito (Contec).

E foi nesse contexto que se realizaram as eleições gerais de 1962. O governo e as oposições não mediram esforços para garantir o apoio necessário para eleger seus

---

[65] Partidários importantes ligados ao setor eram Assis Chateaubriand, proprietário da empresa Diários Associados, Herbert Moses, de *O Globo",* e Paulo Bittencourt, do *Correio da Manhã*. Todos mantinham ligação com o capital estrangeiro. SKDIMORE, 1996, p. 81-86.

candidatos. O resultado da disputa por cargos foi revelado nas urnas. Muitos eleitos se manifestaram pelo apoio ao governo e às reformas. Porém, em razão da pulverização dos votos entre os partidos, para concretizar as propostas de mudança, tornou-se necessária a formação de alianças. A composição do congresso não apresentava condições favoráveis a essa prática. Parecia difícil e seria preciso que as lideranças adversárias se unissem ao governo.[66] Os líderes oposicionistas que se firmaram nessa eleição foram Leonel Brizola e San Tiago Dantas, do PTB, Magalhães Pinto e Carlos Lacerda, da UDN. Os dois últimos eram an

deveria enfrentar as diferentes opiniões da população. Parte desejava mudanças, parte não (SKIDMORE, 1996, p. 277).[67] A imprensa, principalmente os jornais e as emissoras ligadas à direita conservadora, iniciaram uma verdadeira cruzada contra o governo de João Goulart e o seu modelo de Estado, acusado de ser "socializante". Na pauta principal da imprensa brasileira, destaque para a propaganda anticomunista.

Diante de tal cenário, o presidente Goulart solicitou permissão para decretar o estado de sítio. Sua permissão seria ideal para os militares restaurarem a ordem social e para o presidente reprimir a oposição política. O congresso classificou a solicitação do presidente como uma tentativa de golpe, lembrando Vargas em 1937. E negou a solicitação formalmente em 4/10/1963 (FIGUEIREDO, 1993, p. 114-115 e 129-134).

De acordo com Silva (1975, v. 18, p.36), toda a agitação manifestada pelos trabalhadores envolvidos com as greves, reivindicações de direitos e salários que tumultuaram o governo Goulart expressavam " [...] o conflito profundo entre as massas urbanas, sem estruturação definida e com lideranças populistas, além da estrutura de poder que ainda controlava o Estado". Na interpretação do autor, foi esse conflito de poder que impossibilitou a implementação de qualquer plano de governo, ameaçando a base na qual as instituições políticas apoiavam-se e possibilitando o golpe de 1964.

4.1 Catanduva 1963 – as eleições locais

Neste período de enormes problemas, como exposto na seção anterior, em São Paulo, uma demonstração da confusão reinante na arena política, foi a união dos partidos UDN, PTB e PSD para eleger Adhemar de Barros e derrotar Jânio Quadros. Evidenciava-se, assim, mais uma vez, o predomínio dos interesses locais sobre os nacionais. Em Catanduva, os ademaristas eram muitos e o PSP vencera várias eleições. Em julho de 1963, a população já conhecia os candidatos que disputavam os cargos de prefeito e vice nas eleições do final do ano. O PTN lançou José Antonio Borelli e Constante Frederico Ceneviva, o Ico, como era conhecido. Os seus oponentes eram Gerson Sodré e Theodoro Rosa Filho, candidatos pelo PSP e PSD, respectivamente. Estes dois últimos foram apoiados pelo prefeito em exercício, Antonio Stocco, e pelo governador Adhemar de Barros (*A Cidade*, 18 jul. 1963, p. 7).

---

[67] Nesse ano, as importações aumentaram 3,8% e as exportações caíram para apenas 1,6% no ano. Nessa época, a PEA constituía-se de 22 milhões de trabalhadores e até 1960 apenas quatro milhões estavam empregados. SILVA, 1975, v. 17, p. 165.

Em outubro de 1963, o diário *A Cidade* noticiava a visita do então governador paulista Ademar de Barros à cidade vizinha Borborema. Em seu discurso no comício, ele declarou que o dinheiro do Estado iria para aos prefeitos eleitos por sua legenda. Deixou claro o clientelismo ainda presente nas cidades interioranas. Em Catanduva, a imprensa estampava fotos do governador ao lado dos candidatos Gerson Sodré e Theorodo Rosa Filho. Em outubro, a convite do deputado estadual Orlando Zancaner, o governador participou de um comício na Praça da República e declarou apoio aos candidatos do PSP à prefeitura, conclamando a população a

> não permitir que esta cidade seja ocupada por gente que representa perigo em minha retaguarda. [...] temos atendido e dado de graça os pedidos feitos, mas, povo de Catanduva, agora chegou o momento que está escrito no Evangelho de Nosso Senhor: Quem não está comigo está contra mim [...]. São Paulo não compactua com inimigos da democracia. (*A Cidade*, 11 out. 1963, p. 1).

Dias depois, em 16 de outubro, os catanduvenses foram às urnas escolher os novos representantes do Executivo local. Foram eleitos: José Antonio Borelli, do PTN, e Dr. Theodoro Rosa Filho, do PSP. Eles foram empossados, junto com os vereadores, em primeiro de janeiro de 1964, como se observará na Tabela 24 em seção adiante.

4.2 As repercussões do golpe de 1964 na cidade

A situação social, política e econômica do país era caótica e preocupava a legislativo catanduvense. A primeira manifestação da nova Câmara Municipal ocorreu através das páginas do jornal local em 19/01/1964, por meio de um requerimento do vereador Edye José Frey em apoio ao presidente João Goulart pela campanha patriótica que vinha realizando em favor das reformas de base (*A Cidade,* 19 jan. 1964, p. 4).

Alguns dias depois, publicou-se nova Ata da sessão da Câmara Municipal, revelando que a maioria dos vereadores criticou o colega Edye José Frey por sua postura solidária a Goulart e se surpreenderam com o fato "[...] d'ele (sic) ser professor e aprovar as atitudes de um presidente que agitava, provocava greves e incitava o povo contra a Constituição e a ordem [...]". Diziam ainda que, de um homem como João Goulart, não se podia esperar nada de bom. (*A Cidade,* 28 fev. 1964, p. 4)

Em fevereiro, outro requerimento dos vereadores Edye José Frey, Lucio Cacciari, Antonio José Miranda e Gabriel Hernandez cumprimentavam o presidente pela Lei de Remessas. Em abril, a primeira edição de *A Cidade* publicada após o golpe

militar, estampava em letras maiores que as normais: “Goulart repudiado pelas forças vivas da nação”. Notícias nas páginas seguintes davam conta de que a população regozijava-se com o ato em defesa da democracia. Os comunistas estavam sendo presos em massa e cessavam as greves na Guanabara. Reinava então a mais absoluta calma em todo o país, diziam os textos do jornal. (*A Cidade,* 2 abr. 1964, p. 1)

No dia 3 de abril, o deputado Orlando Zancaner e o Dr. Ítalo Záccaro se manifestaram por meio do rádio, em defesa da ação das Forças Armadas e apoio ao governador Adhemar de Barros. O ex-deputado Antonio Mastrocolla visitou o governador, reafirmando seu apoio e o do povo de Catanduva (*A Cidade,* 03 abr. 1964, p. 2). No dia 06 de abril foi divulgado um requerimento da Câmara, assinado pelo vereador Constante Frederico Ceneviva congratulando o General Amauri Kruel — comandante do II Exército – declarando-se anticomunista e defensor das Forças Armadas (*A Cidade,* 6 abr. 1964, p. 2).

Em todo o país, os considerados inimigos do Estado passaram a ser presos. Muitos políticos, cassados. Em meio às prisões de “comunistas”, dez catanduvenses foram feitos prisioneiros. Segundo Vicente Celso Quaglia, foi graças ao juiz José Virgílio Vita e ao delegado Emílio Poloni que, ele próprio e mais os vereadores Guido Broglia, Cervantes Ângulo e Antonio Moreno Gonzalez (oficial da reserva e titular da Primeira Vara Civil) não permaneceram na prisão. Somente em junho foram divulgadas as prisões de Edye José Frey e Constante Frederico Ceneviva, ocorridas no mês anterior.

Documento recebido pela Câmara em 22/5 e oriundo do Ministério da Guerra, referia-se a Frey como “[...] criptocomunista desde 1955, quando era professor em Urupês e participava de reuniões na residência de outro comunista foragido, o senhor Basílio Toledo, juntamente com os outros comunistas, Júlio Verna, Osvaldo Ganerje e Acácio de Oliveira Santos Filho [...]”. Os três últimos também foram presos. (*A Cidade,* 6 jun. 1964, p. 6).

Ceneviva, por outro lado, foi preso em 14 de maio por atuar no processo contra Frey, como seu advogado. Nesse mesmo mês de maio, publicou-se uma Ata da Câmara cassando os mandatos de Edye José Frey, Carlos Machado e Paulo Cretella Sobrinho (*A Cidade,* 6 jun. 1964, p. 6).

5 Vereadores catanduvenses de 1959 a 1968

A composição da Câmara Municipal de Catanduva, no período de 1959 e 1963, pode ser observada na tabela abaixo:

Tabela 24 **Composição da Câmara Municipal de Catanduva 1960 a 1964**

1960-1963			**1964-1967**		
Nomes	**Partido**	**Profissão**	**Nomes**	**Partido**	**Profissão**
Ângelo Mestriner	PDC	Comer/faz.	Edie José Frey	PR	Diretor esc.
Manoel de L. Machado	PDC	Cartorário	Líbano Pachá (libanês)	PR	Comerciante
Oswaldo Grecco	PDC	comerciante	Amil Zackia (libanês)	PTN	Comerciante
Urbano Salles	PSD	Farmacêutico			

imigrante. Foram 26 (68,42%), sendo que a maioria, 19 ou 73,07% tinham origem italiana.

Quanto à composição ocupacional, pode-se observar que, entre os 38 eleitos, há 13 tipos diferentes de ocupações, exatamente as mesmas observadas para a Câmara anterior. Do total de eleitos (38) para as duas legislaturas (1960 a 1968), 21 (55,26%) possuíam educação superior. Dentre os demais, no mínimo, sete cursaram o ensino médio (bancário, contadores, jornalista, cartorário). Não há como afirmar qual o grau de instrução dos demais, contudo, não se descarta a possibilidade de terem cursado o ensino médio. Na eleição anterior, conforme se observa na Tabela 22, nove de 22 vereadores haviam cursado ensino superior e três, o médio.

Verificando-se o número de vereadores com nível de instrução superior entre 1918 a 1947 (vide Tabela 29 adiante), constatou-se que 24 deles se enquadravam neste caso. A metade, 12, era formada por médicos. Vale ressaltar que, nesse período, nenhum dos 24 vereadores era italiano. De 1948 a 1964, o número de profissionais com grau de instrução superior, praticamente, dobrou. Foram 44, sendo 21 advogados. A maioria dos quais (11) era italiana. Entre os 23 outros profissionais, dez eram italianos — o que, sem dúvida, comprova ascensão política e social dos imigrantes.[68]

[68] Estudos de Love (1982) para São Paulo, que abrangeram o período de 1889 a 1937, apontam participação de 69% de advogados entre os membros da elite política. De acordo com essa pesquisa, ao menos no município estudado e que abrange também período posterior ao apontado por esse autor, a advocacia continuou predominando. A comparação não se aplica quando confrontados os dados sobre todas as ocupações conforme veremos adiante.

CAPÍTULO VI IMIGRANTES NA VIDA POLÍTICA LOCAL

Neste capítulo final, o texto foi dividido em três seções: na primeira, observou-se a participação de imigrantes espanhóis e libaneses na arena política local; na segunda, e terceira seções, analisou-se a efetiva participação dos italianos como membros da elite política catanduvense durante todo o período estudado (1918–1964).

Os processos de exclusão social e de expulsão demográfica aos quais os imigrantes foram submetidos, especialmente italianos, a partir do segundo quartel do século XIX, foram discutidos nos capítulos I e II. A imigração européia esteve relacionada com processos de modernização econômica acompanhada de alterações demográficas que ocorreram durante a expansão da industrialização, com reflexos significativos no mundo agrário. Além dos italianos, os espanhóis também imigraram por razões semelhantes, quer sejam econômicas, como a miséria, a pobreza e o desemprego, quer sejam demográficas por excesso de população. Mas a semelhança entre os imigrantes não se resume apenas às razões apontadas; todos buscavam melhores condições de vida (SANCHEZ ALONSO, 1995, p. 229).

Segundo Hollanda existem dois tipos de imigrante: o trabalhador e o aventureiro. Para o aventureiro, "o ponto de chegada assume relevância capital", e ele desejará "colher o fruto sem plantar a árvore [...] ignora fronteiras, vive dos espaços ilimitados, dos projetos vastos, dos horizontes distantes". O trabalhador, ao contrário,

> enxerga primeiro a dificuldade a vencer, não o triunfo a alcançar. O esforço, lento, pouco compensador e persistente, que, no entanto, mede todas as possibilidades de desperdício e sabe tirar o máximo proveito do insignificante, tem sentido bem nítido para ele. Seu campo visual é naturalmente restrito. A parte maior do que o todo. [...] inversamente, terá por imorais e detestáveis as qualidades próprias do aventureiro – audácia, imprevidência, irresponsabilidade, vagabundagem [...] . (2002, p. 44)

A maioria dos imigrantes, aventureiros e trabalhadores encontraram, no Brasil, condições mais promissoras do que no seu próprio país, embora nem por isso menos difícil, pois a realidade de vida era excludente e seletiva, e poder integrar-se a essa instância cotidiana significava, para a grande maioria deles, uma trajetória de trabalho e sacrifício, de superação de obstáculos. Mas entre os seus desafios o maior deles, sem dúvida, era integrar a elite, principalmente a elite política.

Além dos italianos, muitos imigrantes vieram para Catanduva, a exemplo dos espanhóis e libaneses que, apesar de não se constituir objetos principais desta tese,

tiveram uma significativa participação na política local, ainda que mais modesta do que a dos italianos. Portanto, não se pôde desconsiderar, nesta pesquisa, esse aspecto participativo.

1 Espanhóis e libaneses, participação política de 1918 a 1968

É possível observar a participação dos **espanhóis** na história política de Catanduva ao verificar-se os cargos que estes ocuparam no poder executivo do município. No período de 1918 a 1968, foram disputadas 162 cadeiras na Câmara Municipal de Catanduva, das quais 13 por espanhóis e seus descendentes. Destas, a maioria, oito, foi ocupada por proprietários de terra. Até 1937 a Câmara teve três vereadores de origem espanhola: Benito Sanchez Salazano, Ramon Sanchez (três legislaturas) e Rufino Benito (duas legislaturas), todos proprietários de terra. Os demais, eleitos após 1937, foram: Eduardo Lopes Contreras e Gabriel Hernandez, também proprietários de terras; Galdós Ângulo (médico); Henrique Bayona Peres, Miguel Benites Peres, Francisco Castro Carbajo e Gregório Rodrigues Gil.

Vale destacar que a participação política dos espanhóis e seus descendentes foi muito modesta se comparada com a importância da colônia na cidade.[68] Alberto Lahóz de Carvalho, médico, membro da colônia e atual presidente do *Centro Espanhol*, destacou em entrevista que

> os espanhóis não gostavam muito de exposição [...], eram muito ligados à família, depois aos negócios e, por último, à política [...] estavam mais preocupados com a família [...] usavam o tempo para ganhar dinheiro [...] era uma característica da raça [...] deixavam a política para os outros, para os italianos [...].[69]

Na entrevista, Alberto Lahóz relatou que, no início do século XX, alguns espanhóis situavam-se entre o grupo de pessoas mais ricas da cidade. A maioria construíra suas casas no aristocrático bairro do Higienópolis.[70] Nesse bairro, viviam

---

[68] Como vimos no capítulo II, p. 68, o número de espanhóis e de italianos em Catanduva, entre 1920 e 1940, era praticamente o mesmo.

[69] Um autor que discutiu empreendedorismo espanhol foi KLEIN, H. *A imigração espanhola no Brasil.* São Paulo: Sumaré/Fapesp, 1994. A entrevista nos foi concedida em 24 de fevereiro de 2006, às 15 horas, nas dependências do consultório do médico, localizada na Praça da Independência, 122, Catanduva. Em 1960, Lahóz era diretor do SAMDU (Serviço de Assistência Médica de Urgência) e, em 1962, fundou o Hospital Policlínica e Casa de Saúde Nossa Senhora Aparecida. Um autor que discutiu empreendedorismo espanhol foi KLEIN, H. *A imigração espanhola no Brasil.* São Paulo: Sumaré/Fapesp, 1994.

[70] Fotos mostradas durante a entrevista, permitiram observar que algumas das residências eram magníficas e que a mais rica, um verdadeiro palacete, construída em 1929 e conhecida como o

várias famílias abastadas: os Barrionuevo, entre os quais Emílio, proprietário do "Castelinho" e conhecido como o "rei do café"; os Alonso, Rufino Benito, que também era proprietário de uma cooperativa de crédito e máquina de beneficiar café; os Sanchez, os Peres, os Gil, os Ortiz, os Muriano.

A respeito do *Centro Espanhol*, Alberto Lahóz relatou que, no início de seu funcionamento, a associação abrigava os imigrantes recém-chegados e se encarregava de encontrar trabalho para todos nas fazendas e em empresas dos compatriotas, sendo a assistência estendida enquanto fosse possível.

O *Centro Espanhol,* localizado na Praça da Independência, 139, no bairro de Higienópolis, foi fundado em 11 de abril de 1926 e funcionou ininterruptamente até 1942. Neste intervalo, a associação chegou ao auge de suas atividades realizando festas e bailes, inclusive carnavalescos, muito freqüentados. Além de recreação, a associação oferecia alguns outros benefícios que eram estendidos a toda população, entre os quais, em 1932, um curso noturno de alfabetização para adultos, mantido gratuitamente pela instituição. Após a II Guerra Mundial, cresceu a tendência de nacionalização de entidades, clubes e associações ligadas a estrangeiros. Mas somente em 06/10/1961, o *Centro* foi transformado em *Sociedade Hispano-Brasileira*. No ano seguinte, passou a se chamar de *Sociedade Hispano Brasileira de Assistência, Instrução e Recreio*. A primeira diretoria após a mudança do nome, presidida por Raymundo Rodrigues, iniciou uma obra de recuperação do prédio.

A partir de 1962, a *Sociedade* ficou totalmente abandonada pelos associados e o prédio (um sobrado de amplas dimensões) foi utilizado pela Prefeitura Municipal para funcionamento da Casa da Cultura (*A Feiticeira*, 1960). Devolvido recentemente aos legítimos proprietários e após parcial reconstrução, realizada com o esforço do presidente Alberto Lához, de antigos associados e seus descendentes, os espanhóis voltaram a reunir-se na associação. Atualmente, 2006, o prédio abriga uma luxuosa entidade, onde os associados passaram a exercer inúmeras atividades, festas e reuniões em ocasiões especiais (*A Feiticeira,* p. 68, mar. 1972).[71]

Os **libaneses**, por sua vez, participaram da história política da cidade de forma mais modesta, pelo menos em termos de números.[72] No período estudado, os

---

"Castelinho", por ser uma cópia de um castelo espanhol, foi tombada pelo Patrimônio Histórico da cidade.

[71] Em 1933, a colônia tinha o jornal *A Voz da Espanha.* Arquivos do Museu Padre Albino de Catanduva.

[72] As pesquisas sobre o número de estrangeiros em Catanduva não revelaram quanto eram *libaneses,* apontavam espanhóis, italianos, portugueses, japoneses, alemães e *outros.*

representantes da colônia, todos comerciantes, ocuparam cargos como o de vereador por quatro vezes. Entre estes, os mais conhecidos eram Líbano Pachá (duas legislaturas), que se tornou alguns anos mais tarde, em 1966, oficial de gabinete do governador Laudo Natel e oficial de gabinete da Secretaria do Interior, em 1968; Amil Záckia, morto durante seu mandato de vereador, vítima de acidente automobilístico e Pedro Nechar, que se tornou vice-prefeito em 1968 e foi eleito prefeito em 1973 (período posterior ao pesquisado).

As informações sobre a colônia libanesa em Catanduva foram obtidas em entrevista com o senhor Fuad Bauab, uma figura bastante conhecida na cidade. Fuad era filho de Elias Bauab, que, nascido em Hasbaia, no Líbano, imigrou para o Brasil em 1898, com o primo Assad José Bauab. Chegando ao Rio de Janeiro, foram encaminhados por conterrâneos, levando algumas mercadorias, para a cidade mineira de Formiga, lá permanecendo por dois anos, sempre trabalhando no ramo de lojas de tecidos e armarinhos. Após esse tempo, mudaram-se para a vila Cana Verde e permaneceram por lá mais dois anos. Elias, então, retornou a Hasbaia e casou-se com Alia Gattaz, em 1907. Na volta ao Brasil, os primos foram tentar sorte em Salvador, porém os negócios não caminharam muito bem e, em 1911, a sociedade entre ambos foi desfeita. Elias foi para a capital paulista e, junto com outro primo, José Bauab, montou uma loja de tecidos na Rua Santa Ephigênia.

Naquela época, Elias ficou sabendo que a estrada de ferro avançava em direção a São José do Rio Preto, passando por Vila Adolfo (atual Catanduva), onde se iniciavam as plantações de café. Ao conhecer a região, o imigrante ficou encantado com o ritmo do progresso e decidiu mudar-se para a Vila. A família chegou em 1914. Um ano mais tarde, Elias alugou um salão na Rua Brasil, o logradouro que concentrava o comércio local, onde instalou uma casa comercial de tecidos, secos e molhados que progrediu *pari passu* com a povoação. Em Vila Adolfo, a família Bauab cresceu. Aos dois filhos mais velhos, juntaram-se mais dois. Em 1944, após a morte do patriarca, os filhos Pedro, Fuad e Aniz assumiram a loja, conhecida como a "Loja dos Três Irmãos".[73]

Além de comerciante, Fuad Bauab tornou-se, mais tarde, proprietário de uma fazenda em Itajobi. Com o passar dos anos, integrou-se como membro de diretorias de praticamente todas as instituições beneficentes da cidade. Além dessas atividades,

[73] Estes dados foram fornecidos pelos familiares de Fuad Bauab e constam de um levantamento recém-realizado por outros membros, residentes no Líbano, sobre a história da família desde o surgimento do nome, desde a Idade Média.

também foi rotariano, presidente da Associação Comercial e da Associação Rural, na mesma época em que atuaram seus amigos Ângelo Zancaner, Serafim Sanchez, João Mei e Francisco Agudo Romão. Também foi vereador. Em 2000, por serviços prestados à comunidade, recebeu a medalha de honra Catorze de Abril. Na entrevista, Fuad declarou ter-se engajado na política por influência de amigos como Antonio Stocco e Ítalo Záccaro. Como eles, era filiado ao PSP, "[...] num tempo em que a política era limpa."[74]

A respeito da colônia libanesa, Fuad lembrou-se de alguns dos mais antigos moradores da cidade, todos comerciantes, a maioria estabelecidos na Rua Brasil: "[...] o Chab, o mais antigo, o Haez trabalhava com tecidos, o Nassif que era marceneiro e fazia caixões de defunto, os Soubhia e os Barakat que eram sócios em armazéns, os Pachá que trabalhavam com café [...] não eram muitos [...] ." Acerca dos libaneses declarou ainda que "[...] eram muito festeiros, quando se reuniam falavam em árabe e comiam os pratos árabes com arroz e feijão [...]."

Apesar da participação mais modesta como membros da elite política de Catanduva, também por menor contingente, os representantes da colônia libanesa, sem dúvida, tiveram uma significativa atuação para a história da cidade.[75]

2 Italianos como membros da elite política em Catanduva de 1918 a 1964

Nesta tese, pretendeu-se examinar a atuação de italianos enquanto atores políticos, membros do grupo da elite política em Catanduva, relacionando-a com a atividade ocupacional, no período que compreende 1918 a 1968. Na seção a seguir, o objetivo foi demonstrar a atuação dos italianos como vereadores e prefeitos, desde o início da vida política no município catanduvense, em 1918, até dois anos após o fim do Estado Novo, em 1947.

2.1 O papel dos italianos no tempo dos coronéis e da ditadura getulista

Para o cargo de prefeito, de 1918 a 1947, foram escolhidos os seguintes catanduvenses:

---

[74] Entrevista informal realizada na residência do senhor Fuad Bauab, na Praça Nove de Julho, 207, em 03/03/2006, às 16 horas. Estavam presentes sua esposa, filha e nora.
[75] Não foi possível

Tabela 25 **Prefeitos em Catanduva 1918 a 1947**

Nomes	Período	Profissão
Ernesto Ramalho	14/04/1918 a 13/06/1918	Coletor
Dr. Francisco de Araújo Pinto	14/06/1918 a 31/12/1918	Médico/fazendeiro
Adalberto Bueno Netto	01/01/1919 a 16/02/1920	Farmacêutico/fazendeiro
Dr. Francisco de Araújo Pinto	17/02/1920 a 16/01/1923	Médico/fazendeiro
Ernesto Ramalho	16/01/1923 a 15/01/1924	Coletor
Dr. Nestor de Sampaio Bittencourt	16/01/1924 a 15/01/1926	Médico/fazendeiro
Adalberto Bueno Netto	16/01/1926 a 28/10/1930	Farmacêutico/fazendeiro
Dr. Odilon César Nogueira	28/10/1930 a 05/11/1930	Advogado
Dr. Mayr Cerqueira	06/11/1930 a 27/12/1930	Advogado
Dr. Francisco de Araújo Pinto	27/12/1930 a 30/09/1932	Médico/fazendeiro
Antonio Záccaro	30/09/1932 a 07/10/1932	Engenheiro
Dr. Francisco de Araújo Pinto	07/10/1932 a 21/08/1933	Médico/fazendeiro
Quirino Gastaldi	28/08/1933 a 05/09/1933	Funcionário Público
Coriolano de Oliveira Mello	05/09/1933 a 20/05/1936	Cartorário
Adalberto Bueno Netto	23/05/1936 a 16/01/1937	Farmacêutico/fazendeiro
Alfredo Minervino	16/01/1937 a 30/05/1938	Banqueiro/Empres./Fazend.
Octaviano Gouveia	08/07/1938 a 24/05/1941	Jornalista
João Lunardelli	24/05/1941 a 05/09/1943	Fazendeiro
Sylvio Salles	13/09/1943 a 31/01/1947	Tabelião
Gumercindo Saraiva de Campo	05/04/1947 a 23/08/1947	Funcionário Público
Gaspar Berrance	06/12/1947 a 31/12/1947	Funcionário Público
Antonio Záccaro	05/02/1947 a 26/03/1947	Engenheiro
Quirino Gastaldi	26/03/1947 a 05/04/1947	Funcionário Público

Fonte: Revista *A Feiticeira,* ano 1, n. 1, jun. 1964 **(*italianos em negrito)**.

Pesquisas como a de Bilac (1995) revelaram que, em Rio Claro, Araraquara, São Carlos, Jaboticabal e Jaú, o número de imigrantes que participaram ativamente do processo eletivo revelou-se mais intenso para os cargos de vereador, em período anterior, e para os cargos de prefeito, somente após 1930.

Em Catanduva, como se pode observar na Tabela 25, em razão da metodologia adotada (seriam considerados aqueles que exercessem o cargo por, no mínimo, seis meses), no período posterior a 1930 foram eleitos e/ou nomeados 15 prefeitos; entre estes, houve apenas dois (13,33%) italianos. Observando-se a atividade ocupacional dos prefeitos, constata-se que a maioria, dez (66,66%), era constituída de fazendeiros, entre os quais estavam os italianos.

Para o cargo de vereador, a Tabela 26 permite observar a participação de italianos de 1918 a 1937:

Tabela 26	Vereadores de origem italiana 1918 a 1937		
1918 a 1924	**eleitos = 26**	**(italianos = 1**	**outras nacionalidades = 25)**
José Zancaner		Fazendeiro	Suplente
1925	**eleitos = 06**	**(italianos = 1**	**outras nacionalidades = 5)**
Luiz Basseto		Fazendeiro	Vereador
1926 a 1928	**eleitos = 08**	**(italianos = 2**	**outras nacionalidades = 6)**
Nomes		**Profissão**	**Partido**
Alfredo Minervino		Fazendeiro	PRP
Ricardo Lunardelli		Fazendeiro	PRP
1929 a 1931	**eleitos = 08**	**(italianos = 3**	**outras nacionalidades = 5)**
Nomes		**Profissão**	**Partido**
Alfredo Minervino		Fazendeiro	PRP
Antonio Stocco		Fazendeiro	PRP
Ricardo Lunardelli		Fazendeiro	PRP
1936 a 1937	**eleitos = 16**	**(italianos = 3**	**outras nacionalidades = 13)**
Nomes		**Profissão**	**Partido**
Alfredo Minervino		Fazendeiro	
Ângelo Zancaner		Fazendeiro	
Ricardo Lunardelli		Fazendeiro	
Total eleitos: 64	**italianos = 10 (14,92%)**	**outras nacionalidades = 54 (85,07%)**	

Fonte: *A Feiticeira*, ano 1, n. 1, jun. 1964.

Entre os 64 vereadores eleitos, verifica-se a participação de dez (15,62%) italianos. De acordo com esses dados somados a outros, anteriores, no período de 1918 a 1937, aos italianos somam-se seis espanhóis, perfazendo um total de 16 (25%) vereadores, número significativo, pois representa um quarto do total de eleitos. Ressalte-se que, todos os vereadores imigrantes eleitos, espanhóis e italianos, eram proprietários de terra.

Em 1945, findou-se o Estado Novo e o país retomou as práticas democráticas, como as eleições diretas para presidente e a organização de partidos políticos. Aliadas a um novo momento econômico e social, tais práticas promoveram mudanças estruturais.

3 Os italianos representantes políticos de 1948 a 1964

No período que compreende 1948 a 1964 o país viveu transformações intensas, entre as quais a urbanização, mais acentuada, principalmente, após os anos de 1950. De acordo com Kerbauy (1992, p. 2), essas transformações, ainda que somadas à predominância da sociedade em áreas urbanas, não foram suficientes para eliminar totalmente algumas tradições, entre elas o coronelismo. O desaparecimento das práticas políticas tradicionais tornou-se possível apenas após mudanças institucionais impostas

pelo regime militar de 1968 a 1974, período em que o autoritarismo e o bipartidarismo configuraram-se nos Atos Institucionais n°s 2, 4 (1965) e 5 (1968), na reforma tributária (1965), na Lei Orgânica dos Municípios (1968) e na perda relativa do poder Legislativo, devido à Constituição de 1968.

Para Kerbauy (1972, p. 7), o período de 1940 a 1964, de maneira geral, não foi suficiente para eliminar, de vez, o tradicionalismo, apesar da urbanização e das mudanças econômicas, do surgimento de um eleitorado menos influenciado pela tradição, do fortalecimento do poder político controlando fraudes e violência. Além do surgimento do clientelismo de massa e de novos mecanismos intermediando o poder local e federal. Localmente, alguns elementos, como o clientelismo, mesmo que "redefinidos", persistiram e, apesar das dificuldades impostas pelo novo regime — que tentou impedir as práticas populistas de utilização das políticas sociais, do clientelismo de massa, do burocratismo e do corporativismo — surgiram novos políticos e lideranças.

Na década de 1950, primordialmente em São Paulo, o processo de urbanização e industrialização ocorreu com maior intensidade graças ao desenvolvimento de uma prática agrícola mais moderna que promoveu novas relações de trabalho no campo, e em razão dos investimentos no setor industrial, com a ampliação do parque produtivo, principalmente no interior do Estado com as agroindústrias.

Em Catanduva, foi nesse período que surgiram as usinas de açúcar e álcool, trazendo mudanças econômicas e sociais, em função da especificidade da produção sazonal. Mas se parte do contexto econômico havia mudado, vale observar, entretanto, a ausência de mudanças na esfera política.

A Tabela 27 permite visualizar a composição da Prefeitura de Catanduva entre 1948 e 1964:

Tabela 27 **Prefeitos em Catanduva 1948 a 1964**

Nomes	Período	Ocupação
Antonio Stocco	01/01/1948 a 31/12/1951	Fazendeiro
Dr. Ítalo Záccaro	01/01/1952 a 31/12/1955	Advogado/fazendeiro
José Antonio Borelli	01/01/1956 a 31/12/1959	Comerciante
Orlando Gabriel Zancaner (vice)	01/01/1956 a 31/12/1959	Advogado/fazendeiro
Antonio Stocco	01/01/1960 a 31/12/1963	Fazendeiro
Iran Silva (vice)	01/01/1960 a 31/12/1963	Fazendeiro
José Antonio Borelli	01/01/1964 a 31/12/1967	Comerciante
Dr. Theodoro Rosa Filho (vice)	01/01/1964 a 31/12/1967	Advogado/fazendeiro

Fonte: *A Cidade*, 1 jan. 1948; 1 jan. 1952; 1 jan. 1956; 1 jan. 1960 e 1 jan. 1964, p. 1.

De acordo com os dados acima, entre 1947 e 1964 foram disputados oito cargos, sete (87,5%) deles ocupados por italianos, sendo cinco prefeitos e dois vice-prefeitos. Portanto, cabe ressaltar que houve uma mudança radical quanto à origem daqueles que governaram a cidade. Enquanto no período anterior, de 1918 a 1945, entre 15 prefeitos houve apenas dois prefeitos italianos (13,33% do total), no período seguinte, 1948 e 1964, a participação praticamente quadruplicou, uma vez que, dos oito prefeitos e vices eleitos, sete (87,5%) eram italianos. Observando-se a atividade ocupacional desses representantes, constata-se a hegemonia exercida pelos proprietários de terra, pois do total de oito, sete deles (87,5%) eram fazendeiros e, entre esses proprietários, seis eram italianos.

Considerando-se os dados referentes ao período de 1918 a 1964, observa-se que os catanduvenses tiveram 23 prefeitos e vice-prefeitos. Desse total, a maioria (17 ou 73,91%), eram proprietários de terra. Em Catanduva, nesse último período analisado (1948 a 1968), contrariamente às tentativas nacionais de redução do poder dos proprietários de terra, a predominância dos fazendeiros foi ainda maior que no período anterior. Portanto, por todo o período apontado, observou-se que os proprietários de terra dominaram a arena política na esfera do Executivo. A despeito de mudanças, algumas práticas tradicionais do período anterior persistiram (KERBAUY, 1972, p. 7)

Na esfera do Legislativo local, pode-se observar a participação dos italianos na Tabela 28:

Tabela 28 Vereadores de origem italiana 1948 a 1964

1948/51	**eleitos = 23**	**(italianos = 6 outras nacionalidades = 17)**
Nomes	**Profissão/Atividade**	
Antonio Girol	Fazendeiro	PSP
Lourenço Betti	Industrial	PTB
Ovídio Damiani	Comerciante	PTB
Antonio Mastrocolla	Advogado/fazendeiro	PTN
Elzo Calegari	Comerciante/fazendeiro	PTN
José Antonio Borelli	Comerciante	PTN
1952/55	**eleitos = 18**	**(italianos = 7 outras nacionalidades = 11)**
Orlando Gabriel Zancaner	Advogado/Fazendeiro	PSD
Geraldo Irineu Trazzi	Fazendeiro	PSP
Túlio Tornatore	Adv./Fiscal de renda	PSP
Luizino Tarsitano	Comerciante	PTB
Roque De Maio	Comerciante	PTB
Antonio Mastrocolla	Advogado/fazendeiro	UDN
Armindo Mastrocolla	Médico/fazendeiro	UDN
1956/59	**eleitos = 22**	**(italianos = 11 outras nacionalidades = 11)**
Ângelo Mestriner	Fazendeiro/comerciante	PRP
Geraldo Irineu Trazzi	Fazendeiro	PSP
Osvaldo Grecco	Contador	PTB/PSD
Arlindo Busnardo	Advogado/fazendeiro	UDN
Armindo Mastrocolla	Advogado/fazendeiro	UDN
Durvalino Venturim	Desconhecida	Desconhecido
Fernando Patriani	Fazendeiro	UDN
Eugênio Gandis	Farmacêutico	UDN
Irani Mei	Fazendeiro	UDN
Pedro de Senzi	Médico/Fazendeiro	UDN
Vicente Celso Quaglia	Advogado	UDN
1960/63	**eleitos = 19**	**(italianos = 10 outras nacionalidades = 9)**
Ângelo Mestriner	Fazendeiro	PDC
Osvaldo Grecco	Comerciante	PDC
Antonio Díspore	Dentista	UDN
Arlindo Busnardo	Advogado/fazendeiro	UDN
Armindo Mastrocolla	Médico/Fazendeiro	UDN
Armando Prandi	Contador	PTN
Lucio Cacciari	Farmacêutico	PTN
Paulo Cretella Sobrinho	Advogado	PTN
Theodoro Rosa Filho	Advogado/fazendeiro	PTN
Constante Frederico Ceneviva	Advogado	PSP
1964/67	**eleitos = 19**	**(italianos = 9 outras nacionalidades = 10)**
Pedro Cedin	Bancário	PSD
Valdo Chimello	Fazendeiro	PSD
Constante Frederico Ceneviva	Advogado	PSP
Eder Pedro Pellizzon	Dentista	PSP
Lucio Cacciari	Farmacêutico	PTN
Paulo Cretella Sobrinho	Advogado	PTN
Antonio Díspore	Dentista	UDN
Guido Broglia	Farmacêutico	UDN
Total de eleitos = 101	**italianos = 43 (42,57%)**	**outras nacionalidades = 58 (57,42%)**

Fonte: *O século*, nov. 1947 e *A Cidade*, 20 jan. 1952; 1 jan. 1955 e 1964, 19 ago. 1972, p. 4.

Entre 1948 e 1964, elegeram-se 101 vereadores no município de Catanduva e, das vagas, 43 (42,57%) foram ocupadas por italianos, o que torna a participação desses imigrantes bastante significativa, haja vista serem praticamente a metade dos vereadores nesse período. Somando-se os italianos aos 11 espanhóis e libaneses eleitos no período,

o total de imigrantes corresponde a 54 vereadores ou à maioria dos eleitos. Observando-se a atividade ocupacional dos italianos, verifica-se que 21 (38,88%) dos cargos foram ocupados por proprietários de terra, enquanto todos os demais (22), por profissionais liberais, exceto por um deles, Pedro Cedin, que era bancário.

Os dados das Tabelas 29 e 30 permitem observar as ocupações de vereadores italianos e de outras nacionalidades, durante todo o período de 1918 a 1964:

Tabela 29 Profissões exercidas por vereadores de origem não italiana 1918-1964

Profissão	1918/24	1925	1926	1929	1936	subtt	1948	1952	1956	1960	1964	subtt	TOTAL
Advogado	00	00	01	00	02	**03**	00	03	01	02	03	**09**	**12**
Cartorário	00	00	00	00	00	**00**	00	00	00	01	00	**01**	**01**
Coletor	02	01	00	00	00	**03**	00	00	00	00	00	**00**	**03**
Comerciante	00	00	00	00	00	**00**	03	01	01	01	03	**09**	**09**
Contador	00	00	00	00	00	**00**	02	00	01	01	00	**04**	**04**
Dentista	00	00	00	00	00	**00**	01	00	01	00	00	**02**	**02**
Desconhecida	00	00	01	02	03	**06**	01	00	00	00	00	**01**	**07**
Dir.de Escola	00	00	00	00	00	**00**	01	01	00	00	01	**03**	**03**
Farmacêutico	01	00	00	00	01	**02**	00	00	00	01	00	**01**	**03**
Fazendeiro	22	04	04	03	07	**40**	05	05	03	00	01	**14**	**54**
Func. Publ.	00	00	00	00	00	**00**	00	00	01	00	01	**02**	**02**
Jornalista	00	00	00	00	00	**00**	01	00	01	02	01	**05**	**05**
Médico	00	00	00	00	00	**00**	02	01	01	01	00	**05**	**05**
Professor	00	00	00	00	00	**00**	01	00	01	00	00	**02**	**02**
Total	**25**	**05**	**06**	**05**	**13**	**54**	**17**	**11**	**11**	**09**	**10**	**58**	**112**

Fontes: *O Século,* nov. 1947; *A Cidade,* 20 jan. 1952, p. 4; 1 jan. 1955, p. 4; 1 jan. 1964 e 19 ago. 1972, p. 1

Pela análise dos dados apresentados na Tabela 29 e na Tabela 30, a seguir, no período referente a 1918–1937 não há como negar a predominância dos fazendeiros, tanto entre italianos como não-italianos. Dos 64 cargos disputados, 50 foram ocupados por fazendeiros: 10 (15,62%) italianos e 40 (62,5%) não-italianos. Entre estes últimos, metade (20) exercia duas ocupações: doze eram médicos e fazendeiros; seis farmacêuticos e fazendeiros; e dois, advogados e fazendeiros. A predominância de elevado número de proprietários de terra permite constatar que em Catanduva, para integrar esse grupo de *status* político, a condição necessária era a propriedade da terra, principalmente nesse período, o dos coronéis.

No caso brasileiro, o critério utilizado para o recrutamento político era o econômico, pois essa atividade não era remunerada. Desse modo, pode-se concluir que seus participantes viviam para a política, e os fazendeiros reuniam as condições ideais porque integravam um grupo com estilo de vida apropriado (WEBER, 2002). Pressupõe-se, por conseguinte, que todos os políticos agregavam essas características, inclusive os italianos, eleitos em função da posse da terra.

Destaque-se, ainda, a participação de advogados, coletor e farmacêutico, atividades de prestígio para a sociedade local. Para Jannuzzi (2003, p. 1-12), a ocupação, vista de uma perspectiva tanto marxista quanto weberiana, é um critério de

inserção social, seja pela superioridade de escolaridade que exigem, seja pelo rendimento que proporciona ou pela qualidade e segurança que o trabalho exige do executor.[76]

De acordo com esse autor, as escalas sociocupacionais são resistentes às conjunturas e "tendem a refletir mudanças estruturais" (2003, p. 1-12) Portanto, em Catanduva, esse período caracteriza-se por acentuado tradicionalismo e elitismo, em razão das atividades desenvolvidas e pelo número de eleitos para os cargos de prefeitos e vereadores que as desenvolviam. A este se alia outro fator: até aquele momento, nenhum trabalhador fora eleito para o Legislativo ou Executivo local, reforçando a tese da homogeneidade da classe política, para a qual não se elegiam trabalhadores e os eleitos tinham duas ou mais ocupações (LOVE, 1982, p. 220-221).

A Tabela 30 permite observar a composição ocupacional dos vereadores de origem italiana no período de 1918 a 1964:

Tabela 30 Profissões exercidas por vereadores de origem italiana de 1918 a 1964

Profissão	**1918/24**	**1925**	**1926**	**1929**	**1936**	**Subtt**	**1948**	**1952**	**1956**	**1960**	**1964**	**Subtt**	**TT**
Advogado	00	00	00	00	00	00	00	01	01	02	02	06	**06**
Bancário	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	01	01	**01**
Comerciante	00	00	00	00	00	00	01	02	01	01	00	05	**05**
Contador	00	00	00	00	00	00	00	00	00	01	00	01	**01**
Dentista	00	00	00	00	00	00	00	00	00	01	02	03	**03**
Desconhecida	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	**00**
Farmacêutico	00	00	00	00	00	00	00	00	01	01	02	04	**04**
Fazendeiro	01	01	02	03	03	10	03	04	08	04	02	21	**31**
Func. Público	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	**00**
Industrial	00	00	00	00	00	00	01	00	00	00	00	01	**01**
Jornalista	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	**00**
Médico	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	**00**
Pres.Sind.Metal	00	00	00	00	00	00	01	00	00	00	00	01	**01**
Professor	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	**00**
Total	**01**	**01**	**02**	**03**	**03**	**10**	**06**	**07**	**11**	**10**	**09**	**43**	**53**

Fontes: *O Século*, nov. 1947 e *A Cidade*, 20 jan. 1952, p. 4; 1 jan. 1955, p. 4; 1 jan. 1964 e19 ago. 1972, p. 1.

Entre 1948 e 1968, Catanduva elegeu 101 vereadores. Destas vagas, 43 (42,57%) foram ocupadas por italianos, numa participação bastante significativa, quatro vezes maior do que no período anterior (1918–1947), quando os italianos assumiram dez cargos. Buscando apoio nas Tabelas 29 e 30, observa-se que entre 1948 e 1968, os não-italianos ocuparam 58 cargos, ou seja, praticamente repetiram o número do período anterior (1918–1947), quando ocuparam 54. Dessa forma, destaca-se significativo

[76] Ressalte-se que Marx e Weber não fizeram qualquer observação, como as apontadas no parágrafo, direcionando-as a grupos étnicos.

crescimento da participação italiana e certa estagnação de cadeiras na Câmara para os não-italianos.

Com base na observação da composição ocupacional dos eleitos no período de 1948 a 1964, percebe-se que entre os não-italianos, apesar de estes manterem praticamente o mesmo número de cargos, as ocupações dos vereadores diversificaram-se. Comparando-se aquelas identificadas no período anterior (1918–1947) com o segundo período (1948–1964), observa-se que o número de cargos ocupados por advogados triplicou, saltando de três para nove. Por sua vez, os farmacêuticos que assumiram duas cadeiras tiveram o número de representantes reduzido a apenas um, enquanto os postos ocupados por coletores desapareceram.

No entanto, várias outras novas ocupações, que não haviam sido relacionadas no período anterior (1918–1947), foram identificadas: médicos, dentistas, contadores, diretores de escola e professores, comerciantes e jornalistas. Todas estas profissões, de caráter liberal, podem ser classificadas como alto e médio-alto *status* socioeconômico, incluindo-se ainda, entre as atividades de médio *status*, dois funcionários públicos.[77]

Entre os proprietários de terra que ocuparam a maioria absoluta dos 54 cargos para vereadores no período anterior (1918–1947), o número de eleitos caiu de 40 para 14 no segundo período (1948–1968), representando uma redução de 65%, o que comprova a perda de hegemonia por parte dos fazendeiros nesse período e a oportunidade de ascensão política de outros grupos ocupacionais. Verificando-se a composição ocupacional da Câmara de Catanduva no período de 1948 a 1968, em relação aos italianos eleitos cabe reiterar que, ao contrário do ocorrido entre 1918 e 1947, quando apenas fazendeiros chegaram à Câmara, outras atividades ocupacionais diferentes surgiram. Essas outras ocupações, segundo observou-se, eram praticamente as mesmas exercidas pelos não-italianos, a diferença que se percebe entre um período (1918–1947) e outro (1948–1964) está na mobilidade social, que se concretiza pela inserção de alguns desses imigrantes em grupos ocupacionais que anteriormente não integravam.

Assim transcorreu com os cargos ocupados por advogados italianos, os quais, aos novos (6) que exerciam apenas esta atividade, somam-se outros sete, que acumulavam também a ocupação de fazendeiros; por médicos (5), que também eram fazendeiros; dentistas (3); farmacêuticos (4); comerciantes e industriais, todas essas

[77] Para mais informações, ver JANNUZZI (2003, p. 1-12).

ocupações de alto e médio-alto *status* socioeconômico. A esses vereadores somam-se um bancário (funcionário aposentado do Banco do Estado de São Paulo – Banespa) e um presidente de sindicato, também ocupações de médio-alto *status* socioeconômico. Ressalte-se que nenhum operário fora eleito até aquele momento, o que demonstra, sem dúvida, a manutenção do conservadorismo e elitismo político relacionados com as

Legislativo e o Executivo, considera-se que estes formavam, sem dúvida, uma parte significativa da elite política catanduvense.

No período de 1918 a 1968, reflete-se neste município certo continuísmo político, com vislumbres de variáveis de discurso tradicionalista. Houve grupos alternando-se no poder, no entanto, os interesses eram os mesmos, principalmente, entre os anos de 1947 e 1964, quando a arena política era liderada por Mastrocolla e Zancaner, representantes de um mesmo grupo de interesses, o dos proprietários de terra. Trata-se de um período marcado pela presença de prefeitos apoiados por estes fazendeiros, que na época atuavam na esfera do Legislativo estadual e federal, mantendo traços de conservadorismo político.

Em Catanduva, sempre houve dois grupos políticos rivais. No início da vida política da cidade, eram os “nettistas” e “tourinhistas”, que foram substituídos no decorrer dos anos pelos “ademaristas” e “carvalhistas”, ou “pessepistas” e “não-pessepistas”. Todavia, esses grupos sempre representaram os interesses de um grupo maior, o dos fazendeiros ou proprietários de terra, representantes da elite. A evidência mais contundente desse argumento está na ausência, quase total, de trabalhadores. Ou, tal como se verificou em outras localidades pesquisadas, na redução drástica do total de proprietários de terra. Porém, considera-se fundamental destacar que, apesar de manter certo conservadorismo, a cidade não se permaneceu atrasada ou fora dos trilhos do desenvolvimento, resultado de um processo cujo controle esteve nas mãos da elite política e de acordo com seus interesses.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas discussões iniciais desta tese, destacou-se o papel do imigrante italiano, as dificuldades encontradas no país receptor, a condição de trabalhador para a maioria, o desejo coletivo de se tornarem proprietários de terra, de serem aceitos. Para eles, ascender socialmente era atingir o objetivo da inserção, e o caminho mais provável e acessível seria a posse da terra, um bem que lhe abriria as portas da arena política, pois em seu entorno organizava-se o campo político. Pensar em termos de ascensão social pela via política era algo distante de seus planos, uma vez que, de acordo com Fausto (1995, p. 9), no primeiro momento, fosse pela barreira do idioma ou pela ausência de instrução e de direitos políticos, não lhes seria permitido integrar a elite política.

Com o passar do tempo, como demonstrado neste trabalho, muitos dos obstáculos foram sendo vencidos, porém não parecia muito compensador tentar se dedicar à política quando havia outras possibilidades de inserção, como a econômica. Segundo Fausto (1995, p. 9), os fatores econômico e político estão vinculados, e, ao se aproximarem do mundo da política, a inserção e a mobilidade social ascendente estariam associadas. Para Paretto (1966), Mosca (1966), Bottomore (1965), Mills (1975), entre outros, numa sociedade estratificada, a mobilidade social é possível.

Os italianos de Catanduva ocuparam, entre 1918 e 1964, cargos nas diversas esferas de poder político, como vereadores, prefeitos, deputados, chefes de gabinetes do governo do Estado. Exerceram atividades nas secretarias estaduais, trabalharam em cargos de confiança em órgãos públicos e, com o passar dos anos, chegaram a ocupar o posto de senador, em número significativo, o que os incluem entre os membros da elite. Eles venceram os obstáculos, ascenderam social e politicamente, destacarem-se como figuras importantes, autoridades catanduvenses. No entanto, como justificar essa ascensão? Afirma Leopoldi que

> o Legislativo, apesar de propiciar ascensão social, não constitui uma instituição aberta a qualquer classe social, que através dele busque elevar-se dos escalões sociais. Ele não promove a ascensão dos que pertencem a classes inferiores da sociedade (a não ser com pequenas exceções) porque os elementos dessas classes não chegam a ser recrutados pela instituição. [...] *quem se candidata* aos cargos legislativos já sofre uma seleção prévia (pela sociedade, pelo partido) [...]. Pode-se concluir daí que a instituição legislativa permite a ascensão de quem *já está ascendendo* na sociedade [...] sendo, portanto, a continuadora de um processo que já existe fora da área político-legislativa. Para os que já adquiriram prestígio, influência, riqueza, [...] um mandato no legislativo pode contribuir ainda mais para a estabilização da posição alcançada. (1973, p. 87)

Nesta perspectiva, os italianos catanduvenses já compunham as classes superiores, uma vez que eram recrutados para integrar o quadro do legislativo. E tal recrutamento ocorreu, conforme apontam os dados levantados nesta pesquisa, principalmente, em razão da ascensão via posse da terra. Apesar de haver outras possibilidades de ascensão tais como a educação, casamentos e até mesmo a participação nas atividades comerciais urbanas.[79]

A pesquisa revelou a participação maciça de italianos como membros desse grupo, dessa elite, devido à sua intensa inserção como atores na arena política local, e mais, que a maioria deles também era fazendeiro. Em razão dessa evidência, reafirma-se que **um** (não apenas o único), dos critérios utilizados para a inserção desses italianos na elite política era de fato a propriedade da terra. Segundo Leopoldi (1973, p. 93), para integrar a vida política, eram necessários "[...] recursos econômicos para financiar as campanhas eleitorais ou para a prestação de favores a pessoas que se constituem em potenciais eleitores [...]", e esses recursos os fazendeiros tinham — conforme exposto, alguns o tinham em grande quantidade, pois eram muito ricos. Soares (1973, p. 186) afirma que "[...] o poder político era conseqüência da posição social e da propriedade da terra".

Leopoldi (1973) assinala que, para integrar a vida política, os contatos e as amizades são relevantes. Nesse aspecto, os italianos apontados neste trabalho foram homens que, em maior parte, integraram diretorias de clubes, de associações recreativas e filantrópicas, de serviços. Essa participação em atividades de benemerência colocava-os em evidência, angariava amigos, tanto entre os que a praticavam, quanto entre os que eram beneficiados.

Os políticos, enquanto "grupo de status", participam dos destinos da sociedade como dirigentes e possibilitam adquirir a "honra" de status, a qual normalmente se expressa por um "estilo de vida". Os "grupos de status" são exclusivistas e, de maneira geral, entre os grupos privilegiados, como os dos políticos, não serão aceitos os que apenas possuem bens econômicos, proprietários *per se*, pois isso ameaçaria o propósito do grupo que seleciona os membros em virtude de um estilo de vida. Mas serão aceitos aqueles identificados com o grupo e seus descendentes que tenham sido educados dentro das convenções do mesmo (WEBER, 1971, p. 68-80). Para Bourdieu "[...] são

[79] Há outras possibilidades de ascensão social como a participação em atividade comercial urbana, educação e através de casamentos, conforme apontam alguns autores citados ao longo deste trabalho. Todavia, esta pesquisa não se concentrou no levantamento de relações familiares, o foco foi identificar aqueles italianos que, em Catanduva, eram políticos e proprietários de terra.

uma formação de agentes que ocupam posições semelhantes no espaço social, o que implica uma maior probabilidade de adotar atitudes e interesses semelhantes” (1989, p. 137).

De acordo com Scalon (1999, p. 165), a elite brasileira apresenta alto índice de fechamento em relação aos outros estratos e demonstra eficiência ao garantir a transmissão de sua posição privilegiada a seus descendentes. Conforme essa ótica de mobilidade social, os grupos de indivíduos que se integram nas mesmas posições de classe compartilham oportunidades de vida que são possíveis, em última instância, graças aos atributos obtidos na esfera econômica, sejam oportunidades ou qualificações.

Considerando os argumentos de Leopoldi (1973), os diferentes tipos de mobilidade apontados podem ser considerados para explicar a ascensão dos italianos em Catanduva. No período inicial, muitos passaram de trabalhadores para proprietários de terra, enquanto no período mais recente vários italianos eleitos para os cargos políticos possuíam grau de instrução superior, benefício que seus pais não tiveram, já que naquela época instrução era privilégio de poucos, e a maioria era formada por brasileiros. Essa condição dos italianos também comprova a teoria weberiana da seleção realizada pelos grupos de *status*, aceitando apenas aqueles que têm o estilo de vida e a formação educacional equiparados esses aspectos dos demais membros do grupo.

Para Stavenhagen (1971, p. 144-145), os sistemas de estratificação são flexíveis e permitem a inserção de novos indivíduos de um *status* para outro. Em razão dessa flexibilidade entre os grupos de *status*, existe mobilidade social, definida como "[...] um movimento *significativo* na posição econômica, social e política de um indivíduo". O autor aponta a existência de uma série de pesquisas sobre mobilidade social, sendo dois tipos assinalados: a mobilidade da oferta de *status* vazios, o vazio demográfico, e a mobilidade da troca de colocações, na qual indivíduos que ascendem ocupam o lugar dos que descendem.

Com base em estudos sobre mobilidade social, pressupõe-se que os italianos que integraram a elite política em Catanduva, no período inicial, ocuparam os *status* vazios, ou seja, a arena política estava se compondo e os grupos selecionavam aqueles com os quais se identificavam. Acredita-se, por conseguinte, haver grupos nacionais e indivíduos de outras nacionalidades (a exemplo dos espanhóis) que reuniam condições de participar do grupo; entretanto, provavelmente, o diferencial pode ter sido a disponilibilidade e/ou o desejo dos italianos de integrar a elite, de ser reconhecidos, distinguidos, graças à visibilidade e importância que os cargos lhes possibilitava, de ser aceitos, apesar das diferenças culturais da sua origem estrangeira e, principalmente, a vontade de ser homens capazes de mostrar uma história de vida que se calcava na luta e no trabalho, tanto da família como um todo quanto de cada um individualmente. Uma história de homens vencedores, trabalhadores que enriqueceram, mudaram seu *status*, portanto que mereciam integrar a elite política.

Dessa forma, o Legislativo seria um órgão continuador do processo de ascensão que se verifica na sociedade e, ao mesmo tempo, um instrumento para ascender ainda mais ou estabilizar-se na posição conquistada (LEOPOLDI, 1973, p. 87-89).

Como o poder político confere prestígio, esses estrangeiros e/ou seus descendentes, sem dúvida, buscavam o prestígio que o cargo político lhes conferia, e essa conquista, na maioria das vezes, conforme apontam os dados analisados, deveu-se ao fato de ser proprietários de terras, não apenas proprietários *per se,* mas reconhecidos por seus iguais, conhecidos de todos e pelos munícipes como beneméritos cidadãos, como "amigos", representantes, homens de confiança, destacados pela sua atuação em quase todos os setores importantes da comunidade. Para muitos italianos imigrantes, os sonhos não se realizaram. No entanto, para a maioria dos italianos pesquisados em Catanduva, o sonho de vencer, de ascender social e politicamente, apesar de haver outras vias de ascensão conforme citado, tornou-se possível, conforme apontam os dados analisados, quando esses estrangeiros se transformaram em proprietários de terra, confirmando a hipótese levantada no início desta pesquisa.

Em 1968, quando foram realizadas as primeiras eleições após o golpe militar, as relações políticas locais e o perfil dos eleitos mudaram, resultando na renovação das elites (Kerbauy, 1992). Vale, portanto, observar o resultado das eleições daquele ano em Catanduva. Para o Executivo, foram eleitos João Righini (engenheiro e o primeiro descendente de italianos nascido na cidade a tornar-se prefeito) e Pedro Nechar (comerciante). Ambos eram representantes da ARENA 1 e tiveram 6.341 votos.

Tabela 31 Composição da Câmara Municipal de Catanduva 1969 a 1972

Nome	Profissão	Partido
Dr. Gregório Rodrigues Gil	Advogado	ARENA
José Marcio Romero	Func Pub./faz	ARENA
Dr. Maurílio Francisco Vieira	Advogado	ARENA
Dr. Augusto Colettes Junior	Médico	ARENA
Carlos Machado	Jornalista	ARENA
Djalma Gomes dos Santos	Desconhecida	ARENA
Lucio Cacciari	Farmacêutico	ARENA
Eder Pedro Pellizzon	Dentista	ARENA
Cândido de Barros Bernardo	Comerciário	ARENA
Liz Carlos Rocha	Professor	MDB
Dr. Manoel dos Santos Quelhas	Advogado	MDB
Dr. José Ribamar de Souza	Advogado	MDB
Guido Broglia	Dentista	MDB

Fonte: *A Cidade,* 1 jan. 1969, p. 1

Observando-se a Tabela 31, percebe-se a presença de alguns ex-vereadores, como Gil, Machado, Cacciari, Pellizzon e Broglia. Entre os eleitos, a absoluta maioria deles era de profissionais liberais, com nível de instrução superior. Havia apenas um

fazendeiro e apenas um trabalhador. Mantinha-se, portanto, na Câmara catanduvense, certo elitismo como nos anos anteriores.

A arena política continuava reduto da elite, porém, com uma diferença: os fazendeiros não eram mais a maioria dos representantes. Estavam agora em minoria. Segundo KERBAUY (1992, p. 177-178), foi nessa época que “morreram os coronéis”, cedendo espaço ao clientelismo de massa, à burocracia e ao corporativismo.

Neste trabalho abordamos o tema da ascensão política de imigrantes italianos em Catanduva. Em sociedades estratificadas, a ascensão ou mobilidade social ascendente é um indicador das características das estruturas sociais, pois a forma como se dá o recrutamento de novos membros dos grupos privilegiados, as elites, somadas às divisões e obstáculos existentes entre as classes, revelam traços do sistema de estratificação. Assim sendo, identificar os fatores determinantes da mobilidade social também significa identificar os limites que determinam, igualam e diferenciam estratos e classes sociais.

Em todas as sociedades, antigas ou modernas, sempre houve um grupo de dirigentes, a elite política, e um de dirigidos. Para a maioria absoluta dos teóricos estudados, o poder político organiza-se em razão da prevalência do econômico sobre os demais critérios. Mudanças nessa estrutura provocam alterações nas posições ocupadas pelos membros da elite política, permitindo a alguns, privilegiados pelas mudanças e/ou seus agentes, ascender a posições mais elevadas.

A análise dos dados pesquisados permitiu identificar transformações econômicas e alterações envolvendo a elite política durante o período estudado, de 1918 a 1964. Catanduva destacou-se como município cafeicultor, permanecendo como tal até a década de 1950 — quando os cafezais cederam parte de seu espaço para a cultura canavieira e para a instalação de agroindústrias do setor sucro-alcooleiro. Em razão do predomínio da atividade agrícola, como fornecedora de matéria-prima para as usinas de açúcar e álcool, quando as empresas iniciavam a produção nesse município, o proprietário de terras continuou sendo figura importante e fundamental. Alguns forneciam café, outros, cana-de-açúcar.

Em Catanduva, a década de 1950 foi marcada por mudanças econômicas, acompanhadas da urbanização e da industrialização — que provocaram alterações na composição da elite política, com a emergência de profissionais liberais ligados a setores também emergentes. No entanto, nenhum operário foi eleito para cargo político durante todo o período pesquisado. Ressalte-se ainda que o grupo dos fazendeiros, proprietários de terra, não desapareceu como representantes políticos. Eles continuaram

sendo eleitos vereadores, prefeitos e até mesmo em outras esferas políticas mais altas, destacando-se no cenário político paulista e brasileiro.

Os italianos, membros da elite política catanduvense, venceram obstáculos que os separavam do grupo de elite local. A ascensão sociopolítica conquistada deveu-se, além da propriedade da terra, à educação recebida, conforme apontam os dados. Parcela significativa cursou o ensino superior — com alguns fazendeiros, inclusive, tornando-se profissionais liberais, como advogados, médicos e dentistas. A conquista desse espaço privilegiado custou a muitas famílias anos a fio de trabalho árduo. Algumas histórias de familiares de políticos italianos foram permeadas de luta e sacrifício, confirmando a denominação que receberam quando do início da imigração: a de "trabalhadores incansáveis e frugais". A resistência ao cansaço físico e a parcimônia no viver só podem ser atribuídas a uma vontade férrea de vencer, de conquistar espaço, ascender a um grupo melhor posicionado na sociedade brasileira. Uma das melhores e maiores conquistas, portanto, foi integrar a elite política.

Em Catanduva, os italianos se destacaram social e politicamente com mais intensidade do que os imigrantes de outras nacionalidades. Quando da apresentação deste trabalho, a cidade estava sendo governada pelo prefeito Afonso Machione Neto, engenheiro e empresário, italiano de segunda geração. A história de Catanduva, conforme se percebe, mistura-se à história dos italianos. O vínculo é de longa data e a eles deve-se muito do seu desenvolvimento e sucesso.

REFERÊNCIAS

A Cidade. Catanduva, 2 mar.1931, p. 4.

A Cidade. Catanduva, 2 mar.1931.

A Cidade. Catanduva*,* 18 dez. 1932.

A Cidade. Catanduva, 8 mar. 1936.

A Cidade. Catanduva, 13 ago. 1937, p.4

A Cidade. Catanduva, 19 jun. 1946, p.1.

A Cidade. Catanduva, 29 jun. 1947, p.1.

A Cidade. Catanduva, 16 jul. 1947, p.1.

A Cidade. Catanduva, 20 jul. 1947, p.1.

A Cidade. Catanduva, 24 ago. 1947, p. 1.

A Cidade. Catanduva, 9 set. 1947, p. 1.

A Cidade. Catanduva, 23 maio 1951, p. 1.

A Cidade. Catanduva, 30 maio 1951, p. 1.

A Cidade. Catanduva, 21 jul.1951, p. 1.

A Cidade. Catanduva, 1 set. 1951, p.1.

A Cidade. Catanduva, 10 jan. 1952, p.1.

A Cidade. Catanduva, 20 jan. 1952, p. 4.

A Cidade. Catanduva, 1 jan. 1955, p. 4.

A Cidade Catanduva, 1 jan. 1955, p. 4.

A Cidade. Catanduva, 6 set. 1955.

A Cidade. Catanduva, 1 dez. 1955, p. 4.

A Cidade. Catanduva, 4 jan. 1959, p. 1.

A Cidade. Catanduva, 9 set. 1959, p. 1.

A Cidade. Catanduva, 25 set. 1959, p. 1.

A Cidade. Catanduva, 18 jul. 1963, p. 7

A Cidade. Catanduva, 11 out. 1963, p. 1.

A Cidade Catanduva, 1 jan.1964, p. 4.

A Cidade. Catanduva, 1 jan. 1964, p. 1.

A Cidade. Catanduva, 19 jan. 1964, p. 4.

A Cidade. Catanduva, 28 fev. 1964, p. 4.

A Cidade. Catanduva, 2 abr. 1964, p. 1.

A Cidade. Catanduva, 3 abr. 1964, p. 2.

A Cidade. Catanduva, 6 abr. 1964, p. 2.

A Cidade. Catanduva, 6 jun. 1964, p. 6.

A Cidade. Catanduva, 1 jan. 1969, p. 1.

A Cidade. Catanduva, 19 ago.1972, p. 1.

A Cidade Catanduva, 19 ago.1972, p. 4.

A Cola. Órgão informativo do Ginásio Estadual Professor José de Oliveira Barreto. Catanduva. Ano 2, n.11, mar. 1972, p. 2.

A Comarca de Catanduva. Catanduva. 8 jul.1923.

A Comarca de Catanduva. Catanduva. 2 nov.1926.

A Comarca de Catanduva, 2 dez.1926.

A Comarca de Catanduva. Catanduva. 16 dez. 1926.

A Feiticeira. Catanduva. Ano 1, n. 1, jun. 1964.

A Feiticeira. Catanduva. Ano I, n. 5, abr./maio/1965.

A Feiticeira. Catanduva. Ano 2, n. 8, dez./jan./fev. 1966.

A Feiticeira. Catanduva. Ano VI, n. XXVI, set. 1970.

A Feiticeira. Catanduva. Ano VII, 2ª fase, mar. 1972.

A Feiticeira. Catanduva. Ano XI, n.XLVIII, mar. 1976.

A Feiticeira. Catanduva. Ano XII, n.XLIX, jun.1976.

A Feiticeira. Catanduva. Ano XIII, n.LIII, jun 1977.

A Feiticeira. Catanduva, jun. 1978.

A Feiticeira. Catanduva. Ano XXI, n. LXXXV, mar. 1985.

A Folha do Povo. Catanduva, 2 jan. 1947.

A Folha do Povo. Catanduva, 13 fev. 1947.

A Folha do Povo. Catanduva, 20 mar. 1947, p. 1.

A Folha do Povo. Catanduva, 21 mar. 1947, p 1.

A Folha do Povo. Catanduva, 22 mar. 1947, p. 1.

A Folha do Povo. Catanduva, 23 mar. 1947, p. 1.

ALMEIDA, A. Tavares de. *Oeste Paulista*. Rio de Janeiro: Alba, 1943.

ALVIM, Zuleika M. F. *Brava Gente! Os italianos em São Paulo.* São Paulo:Brasiliense, 1986.

ALVIM, Zuleika M. F. ; RAMOS, José Sachetta. Italianos en São Paulo, dimensiones de la italianidad en el estado de São Paulo. *Estudos Migratórios Latino Americanos,* Año 10, n.29, p. 113-127, 1995.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho. *Onda negra, medo branco. O negro no imaginário das elites no século XIX.* RJ: Paz e Terra, 1987.

BARNABÉ, Israel Roberto. *Elite política e poder local:* um estudo de caso em Araraquara (1990-1995). 1998, 106 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Filosofia Ciência e Letras de Araraquara. UNESP, Araraquara, 1998.

BEIGUELMAN, Paula. *A formação do povo no complexo cafeeiro, aspectos políticos.* São Paulo: Pioneira, 1968.

_____ . O processo político partidário brasileiro de 1945 ao plebiscito. In: MOTA, Carlos Guilherme. *Brasil em perspectiva.* 20. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 317-336.

BILAC, Maria Beatriz Bianchini. *As elites políticas de Rio Claro: um estudo sobre a formação dos setores dirigentes em um município paulista.* 1995. 344 f.; Tese (Ciências Sociais) Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1995.

BOLLINELLI, Sergio Luiz de Paiva. *Revista da Pontifícia Universidade Católica.* Ano XI, n.27/28, p.58, dez1965.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico.* Rio de Janeiro: Betrand Brasil, 1989.

BOTTOMORE, T.B. *As elites e a sociedade.* Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965.

_____ . *As classes na sociedade moderna.* Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

Brasil Açucareiro. Rio de Janeiro. IAA, out. 1960.

Brasil Açucareiro. Rio de Janeiro. IAA, out. 1972.

CAMARGO, Francisco F.de. *Crescimento da população no estado de São Paulo e seus aspectos econômicos.* v. I e II. São Paulo: IPE/USP, 1981

CÂNDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito.* Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. Coleção Documentos Brasileiros. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1964.

CANO, Wilson. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil. 1930-1970.* Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, 1985.

CARELLI, Mário. *Carcamanos & Comendadores.* Os italianos de São Paulo da realidade à ficção, 1919-1930. São Paulo: Ática, 1985.

CARNEIRO, J. Fernando. Imigração e colonização no Brasil. *Publicações Avulsas* n.02, Rio de Janeiro, Faculdade Nacional de Filosofia, Cadeira de Geografia do Brasil, 1950.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho.* 4.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CHASIN, J. *O Integralismo de Plínio Salgado. Forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio.* São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas Ltda, 1978

Catanduva Jornal. Catanduva, 11 mar. 1934, p. 3.

Catanduva Jornal. Catanduva, 8 jan.1944, p. 5.

Catanduva Jornal. Catanduva, 5 ago. 1944, p. 5.

Catanduva Jornal. Catanduva, 17 fev. 1945, p. 2.

Catanduva Jornal. Catanduva, 7 mar. 1945, p. 5.

Catanduva Jornal. Catanduva, 28 mar.1945, p. 5.

Catanduva Jornal. Catanduva, 28 mar.1945, p. 1.

Catanduva Jornal. Catanduva, 4 abr. 1945, p. 1.

Catanduva Jornal. Catanduva, 4 abr.1945, p. 1.

Catanduva Jornal. Catanduva, 14 jul.1945.

Catanduva Jornal. Catanduva, 1 ago. 1945.

Catanduva Jornal. Catanduva, 20 ago. 1945.

Catanduva Jornal. Catanduva,12 dez. 1945, p. 1.

Catanduva Jornal. Catanduva, 31 ago.1946.

Catanduva Jornal. Catanduva, 23 nov. 1946, p. 6.

Catanduva Jornal. Catanduva, 7 dez. 1946, p. 6.

C*atanduva Jornal.* Catanduva, 2 jan. 1947, p. 2.

Catanduva Jornal. Catanduva. 26 mar. 1947.

CENNI, Franco. *Italianos noBrasil.* São Paulo: Martins/USP, 1975.

COLEÇÃO ECONOMIA PAULISTA. A interiorização do desenvolvimento econômico no estado de São Paulo. v. 1, n. 1 e 2. São Paulo: Fundação SEADE, 1988.

COSTA, Cláudia Silvana da. Os imigrantes e seus descendentes no poder local – o caso de São Carlos. 2000. 124f. Texto apresentado para exame de Qualificação no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade de São Carlos. Universidade Federal de São Carlos. Centro de Educação e Ciências Humanas. São Carlos, 2000.

Diário da Manhã. São Paulo, 19 mar.1946.

DAVATZ, Thomas. *Memórias de um colono no Brasil.* Tradução, prefácio e notas de Sérgio Buarque de Hollanda. 2.ed.São Paulo: Martins, 1972.

DE CARLI, Gileno. *História contemporânea do açúcar no Brasil.* Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Álcool, 1940.

DEAN, Warren. A pequena propriedade dentro do complexo cafeeiro. *Revista de História.* Vol LIII, n.106, 1976.

_____ . *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura. (1820-1920)* Tradução de Walquíria M. Portinho. Rio de Janeiro:Paz e Terra, 1977.

_____ . *A industrialização de São Paulo.* São Paulo:Difel, 1971

DIÉGUES JR, Manoel. *Imigração, urbanização e industrialização em São Paulo.* Rio de Janeiro: MEC, 1964.

ELLIS JR, Alfredo. *Populações paulistas*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1934.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder. Formação do patronato político brasileiro.* 2 v. 12 ed. São Paulo: Globo, 1997.

FAUSTO, Boris. *Historiografia da Imigração para São Paulo.* Série Imigração. São Paulo/ Sumaré: FAPESP, 1991.

_____ et al. *Imigração e Política em São Paulo.* Série Imigração, v.06. São Paulo/Sumaré: FAPESP, 1995.

_____ . A Revolução de 1930. In: MOTTA, Carlos Guilherme (Org.). *Brasil em perspectiva.* 20 ed. Rio de Janeiro: Betrand Brasil, 1995, p.227-255.

_____ . *História do Brasil.* 6. ed. São Paulo: Edusp, 1998.

FONT, Maurício. Padrões de ações coletivas dos plantadores paulistas de café: 1932-1933. In: CARDOSO, F.H., SORJ, B.; FONT, M. (Orgs). *Economia e movimentos sociais na América Latina.* São Paulo:Brasiliense, 1982.

_____ . Perspectives on Social Change and Developement in São Paulo: A Replay. *Latin America Research Review*. v. 24, n. 3, 1989, p.143-157.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil.* 26.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1997.

GLI ITALIANI DELL'ARARAQUARENSE. São Paulo: Vida Paulista, 1925.

GNACCARINI, José C. A. *Latifúndio e proletariado.* São Paulo: Polis, 1980

_____ . *Estado, ideologia e ação empresarial na agroindústria do estado de São Paulo.* São Paulo, 1972. Tese Doutorado em Sociologia. Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, 1972.

HALL, Michel M. *"The origins of Mass Imimigration in Brazil. 1871-1914.* Tese. Doutorado. University of de Columbia. New York, 1969

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil.* 26.ed. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

HOLLOWAY, Thomas. *Imigrantes para o café.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

IANNI, Constantino. *Homens sem paz.* São Paulo: Difel, 1963.

_____ . *Teorias de estratificação social: leituras de sociologia*. São Paulo: Nacional, 1973.

IBGE. Anuário Estatístico do Estado de São Paulo, São Paulo: Casa Vanorden, 1930.

IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil.* Conselho Nacional de Estatística. 1947. Ano VIII. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1948IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Conselho Nacional de Estatística. Anuário Estatístico do Brasil. Ano IV, 1936.

IBGE. Censo Agrícola do Estado de São Paulo. Serie Regional, Parte XVII. São Paulo, tomo 24, 1946.

IBGE. Anuario Estatístico do Brasil. Ano VIII. 1947. IBGE. Conselho Nacional de Estatística. RJ. Serviço Gráfico do IBGE, 1948.

IBGE. Anuário Estatístico do Brasil. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Conselho Nacional do Estado. Ano IV, 1950.

IBGE. Anuário Estatístico do Brasil. Ano XXII. IBGE. Conselho Nacional de Estatística, 1961.

IBGE. Anuário Estatístico do Brasil. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Conselho Nacional do Estado. Ano V, 1970.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Estratificação socioocupacional para estudos de mercado e pesquisa social no Brasil. São Paulo em perspectiva. v. 17, n.3-4, p.01-12, São Paulo, jul./dez. 2003. Disponível em <http://www.scielo.br.> Aceso em: 02 ago.2006.

KERBAUY, Maria Teresa Miceli. O poder político local. Do coronelismo ao populismo (um estudo de caso: São Carlos). 1979. 189f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Bento, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1979.

_____ . A morte dos Coronéis: política interiorana e poder local. 1992. 191f. Tese. (Doutorado em Ciências Sociais). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Bento, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1992.

KLEIN, Herbert S. A integração dos imigrantes italianos no Brasil, na Argentina e nos Estados Unidos. Tradução de Holf Traeger. *Novos Estudos CEBRAP*. n. 25, p.95-117, out.1989.

_____ . *A imigração espanhola no Brasil.* São Paulo: Sumaré/Fapesp, 1994.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto.* São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

LEITE, Silvia I. de Souza. *A Usina São Domingos, os canaviais, a fábrica e os trabalhadores. 1952-1973.* São Paulo:Annablume, 2003.

LINHARES, Maria Yeda; SILVA, Francisco C. Teixeira. *História da Agricultura Brasileira.* São Paulo: Brasiliense, 1981.

LEOPOLDI, Maria Antonieta Parahyba. A carreira política e mobilidade social: o legislativo como meio de ascensão social. *Revista de Ciência Política.* Rio Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, v.07, n.02, p.83-95, abr./jun. 1973.

LOVE, Joseph. *A locomotiva. São Paulo na federação brasileira 1889-1937.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

MARTINS, Jose de Souza. *O cativeiro da terra.* 7.ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

MELO, Vilmo Guimarães de. *A imigração italiana e a transformação da estrutura econômico-social do município de São Carlos.* 1975. 202 f.; Tese (Doutoramento em Ciências Sociais) Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Unesp – Marília, 1975.

MILLIET, Sérgio. *Roteiro do Café. Análise histórico-demográfica da expansão cafeeira no estado de São Paulo.* São Paulo: [s.n], 1938.

MILLS, C. W. *A elite do poder.* 3 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo.* São Paulo: Hucitec, Polis, 1984.

MOSCA, Gaetano A. A teoria da classe dirigente. In: SOUZA, Amaury de. (Org.). *História das doutrinas políticas desde a Antiguidade.* Rio de Janeiro: Zahar, 1966.

_____ . A classe dirigente. In: SOUZA, Amaury de (Org.). *Sociologia Política.* Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

O Bandeirante. Catanduva, 13 jan., 1931, p. 1.

O Bandeirante. Catanduva, 3 jan. 1951, p. 1.

O Bandeirante. Catanduva, 13 jan. 1951, p. 1.

O Bandeirante. Catanduva, 17 jan. 1951, p. 1.

O Bandeirante. Catanduva, 24 jan. 1951, p. 1.

O Bandeirante. Catanduva, 17 fev. 1951, p. 1.

O Município. Catanduva, 28 jun. 1917.

O Regional. Catanduva, 10 jan.1993, p. 5.

O Regional. Catanduva, 10 jan.1993, p. 3.

O Regional. Catanduva, 3 abr. 1993, p. 4.

O Regional. Catanduva, 17 abr. 1993, p. 4.

O Regional. Catanduva,19 jun.1993, p. 3.

O Regional. Catanduva, 30 out. 1994, p. 3.

O Regional. Catanduva, 11 jun. 1995, p. 5.

O Regional. Catanduva, 11 jun. 1995, p. 5.

O Regional. Catanduva, 5 nov.1995, p. 5.

O Regional. Catanduva, 5 nov. 1995, p. 5.

O Regional. Catanduva, 28 maio1996, p. 3.

O Regional. Catanduva, 16 jun. 1996, p. 5.

O Regional. Catanduva, 14 set. 1996, p. 3

O Regional. Catanduva, 28 set.1996, p. 5.

O Regional. Catanduva, 5 abr. 1997, p. 5.

O Regional. Catanduva, 19 abr. 1997, p. 5.

O Regional. Catanduva, 4 maio 1997, p. 7.

O Regional. Catanduva, 10 maio 1997, p. 5.

O Regional. Catanduva, 30 maio1997, p. 5.

O Regional. Catanduva, 20 set. 1997, p. 9.

O Regional. Catanduva, 11 ago. 2001, p. 3.

OLIVEIRA, Brasil Procópio de. *O Regional.* Catanduva. 16 jun. 1993. Nossa terra, nossa gente, p. 5.

_____ . *O Regional*, Catanduva, 21 nov. 1992. Nossa terra, nossa gente, p. 3.

_____ . *O Regional.* Catanduva. 26 jun. 1993. Nossa terra, nossa gente, p. 5.

_____ . *O Regional.* Catanduva. 3 jul. 1993. Nossa terra, nossa gente, p. 5.

_____ . *O Regional.* Catanduva. 10 jul. 1993. Nossa terra, nossa gente, p. 5.

_____ . *O Regional.* Catanduva. 18 jul. 1993. Nossa terra, nossa gente, p. 5.

_____ . *O Regional.* Catanduva. 9 abr. 1994. Nossa terra, nossa gente, p. 5.

_____ . *O Regional.* Catanduva. 28 ago. 1994. Nossa terra, nossa gente, p. 3.

_____ . *O Regional.* Catanduva. 28 maio 1996. Nossa terra, nossa gente, p. 3.

_____ . *O Regional.* Catanduva. 16 ago. 1997. Nossa terra, nossa gente, p. 6.

_____ . *O Regional.* Catanduva. 10 maio 2003. Nossa terra, nossa gente, p. 2.

OLIVEIRA, Flávia A. M. Famílias proprietárias e estratégicas de poder local no século passado. Revista *Brasileira de História.* v. 09, n.17, p.65-85, set 88/fev 89.

O Século. Catanduva. Ano 15, n. 7, 3ª fase, dez. 1949.

O Século. Catanduva, 15 jun. 1935.

O Século. Catanduva, 15 jun.1935.

O Século. Catanduva. Ano 15, 3ª fase, 17 abr.1946.

O Século. Catanduva. Ano 3, n. 2, 01 nov. 1947.

O Século. Catanduva. Ano 14, n. 3, 3ª fase, 9 jul. 1948.

O Século. Catanduva. Ano 9, 3ª fase, 29 set. 1948.

O Século. Catanduva. Ano 15, n. 5, ago. 1949.

O Século. Catanduva. Ano 18, n. 10, 3ª fase, 16 abr. 1952.

O Século. Catanduva. Ano 19, 3ª fase, n.16, 30 mar.1953.

O Século. Catanduva. Ano XX, n. 21, 3ª fase, 14 abr.1954.

PARETO, Vilfredo. As elites e o uso da força na sociedade. In: SOUZA, Amaury de (Org.). S*ociologia política.* Rio de Janeiro: Zahar, 1966.

PASTORE, José. *Desigualdade e mobilidade social no Brasil.* São Paulo: T.A. Queiroz/EDUSP, 1979

PELAEZ, Carlos Manuel. *História da industrialização brasileira.* Rio de Janeiro: APEC, 1972.

PETRONE, Maria T. Schorer. *A lavoura canavieira em São Paulo.* Expansão e declínio. São Paulo: Difel, 1968.

_____ . Abolição e imigração italiana em São Paulo. In: DE BONNI, L.A. (Org.) *A presença italiana no Brasil.* Torino: Escola Superior de Teologia, Fondazione Giovanni Agnelli, 1990.

_____ . *O imigrante e a pequena propriedade.* São Paulo: Brasiliense, 1982.

PERISSINOTO, Renato Monseff. *Estado e Capital Cafeeiro em São Paulo (1889-1930).* 2 v. SãoPaulo: Annablume, 2000.

PINTO, Virgílio Noya. Balanço das transformações econômicas no século XIX. In MOTTA, Carlos Guilherme (Org.). *Brasil em perspectiva.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p.126-145.

PISANI, Salvatore. *Lo Stato di San Paolo nel Cinqüentenário dell'Imimmigrazione.* São Paulo:[s.l.], 1937.

QUAGLIA, Vicente Celso. *História de Catanduva de A a Z.* São Paulo: Rio-pretense, 2003.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios.* São Paulo: Alfa Omega, 1976.

Revista Comemorativa dos 75 anos da ACE. 1930-2005. Catanduva: Fotogravura Rio Preto, 2005.

Revista Multi. Catanduva*,* dez. 2001, p.60-61.

SCALON, Maria Celi. *Mobilidade social no Brasil: padrões e tendências.* Rio de Janeiro:IUPERJ-UCAM, 1999.

SALGADO, Plínio. *O Estrangeiro.* São Paulo: Livraria José Olympio, 1926.

SALLUM, Basílio. *Capitalismo e Cafeicultura. Oeste Paulista 1888-1930.* São Paulo: Duas Cidades, 1982.

SANCHEZ ALONSO, Blanca. *Las causas de la imigracion española, 1880-1930.* Madrid: Alianza, 1995.

SAYAD, A. O retorno, elemento constitutivo da condição do imigrante. *Travesssia Revista do Imigrante.* Numero Especial, ano XIII, jan. 2000.

SILVA, Hélio; CARNEIRO, Maria Cecília Ribas. *História da República Brasileira.* v.13. São Paulo: Três, 1975.

SILVA, Ligia Osório da. *Terras devolutas e latifúndio.* Efeitos da lei de 1850. Campinas/SP: Unicamp, 1996.

SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origem da indústria no Brasil.* São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

SOARES. Gláucio Ary Dillon. *Sociedade e política no Brasil.* São Paulo: Difel, 1973.

SOCIEDADE ITALIANA DE MUTUO SOCORSO GABRIELLE D'ANNUNZIO. Catanduva. Livro de Atas da Assembléia Geral, 1931-1942.

SOCIEDADE ITALIANA DE MUTUO SOCORSO GABRIELLE D'ANNUNZIO. Catanduva. Livro de Atas da Assembléia Geral. 1953-1966.

SOCIEDADE ITALIANA DE MUTUO SOCORSO GABRIELLE D'ANNUNZIO. Catanduva. Livros de Reuniões do Conselho Diretivo. 1926 – 1942.

SOCIEDADE ITALIANA DE MUTUO SOCORSO GABRIELLE D'ANNUNZIO. Catanduva. Livros de Reuniões do Conselho Diretivo. 1953 - 1966.

SOLA, Lourdes. O golpe de 1937 e o Estado Novo. In: MOTTA, Carlos Guilherme. (Org.) *Brasil em perspectiva.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SKIDMORE, Thomas. B*rasil: de Getúlio a Castelo.* 7 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

SOUZA, Maria do Carmo C. O processo político-partidário na primeira república. In: MOTTA, Carlos Guilherme. (Org.). *Brasil em perspectiva.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SOUZA, Maria do Carmo C. de; KERBAUY, Maria Teresa M.; TRUZZI, Oswaldo M.S. Do clientelismo coronelista ao clientelismo de Estado: a ascensão de imigrantes na política do interior paulista. Revista *Perspectivas*, São Paulo, v. 26, p.11-34, jan./jun. 2003.

STAVENHAGEN, Rodolfo. Estratificação social e estrutura de classes. In: VELHO, Otávio Guilherme; PALMEIRA, Moacir G. S.; BERTELLI, Antonio R. (Orgs.) *Estrutura de Classes e estratificação social.* Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1971, p.133-170).

STOLCKE, Verena. *Cafeicultura. Homens, mulheres e capital. 1850-1980.* São Paulo: Brasiliense, 1986.

SZMERCSÁNYI, Tamás. *Pequena história da agricultura no Brasil.* São Paulo: Contexto, 1990.

_____ . *O planejamento da agroindústria canavieira do Brasil (1930-1975).* São Paulo: Hucite/Unicamp, 1979.

TARTAGLIA, José Carlos. *Agricultura e urbanização em São Paulo.* 1993. 284 f.; Tese (Doutorado em Geografia Espacial). Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Unesp – Rio Claro, 1993.

TAVARES, Maria da Conceição. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro,* 11.ed., Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

TRENTO, Ângelo. *Do outro lado do Atlântico. Um século de imigração italiana no Brasil.* Instituto de Cultura Italiana di San Paolo, Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro. São Paulo: Nobel, [s.d].

TRINDADE, Hélgio. *O Integralismo (o fascismo brasileiro na década de 30).* São Paulo: Difel, 1974.

TRUZZI, Oswaldo. *Café e indústria no interior de São Paulo (o caso de São Carlos).* 1993. 272 f.; Dissertação (Engenharia de Produção) Universidade Federal de São Carlos – São Carlos, 1993.

VANGELISTA, Chiara. *Os braços da lavoura; Imigrantes e "caipiras" na formação do mercado de trabalho paulista. 1850-1930.* São Paulo: Hucitec/ Instituto Italiano de Cultura, Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro, 1991.

VIANNA, Oliveira. *Raça e Assimilação.* São Paulo: Cia Editora Nacional,1934.

VILLELA, A.; SUZIGAN, W. *Política de Governo e crescimento da economia brasileira, 19889-1945.* Rio de Janeiro:IPEA/INPES, 1973.

VIOTTI DA COSTA, Emília. *Da Monarquia à República: Momentos Decisivos.* São Paulo: Grijalto, 1977.

_____ . *Ciência e Política: duas vocações.* 17.ed. São Paulo: Cultrix, 2002.

_____ . Classe, "*status",* partido. In: VELHO, Otávio Guilherme; PALMEIRA, Moacir G. S.; BERTELLI, Antonio R. (Orgs.) *Estrutura de Classes e estratificação social.* Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1971, p.61-83.

ZANCANER, Walter Henrique. Álbum da Família Zancaner. Ed. Particular. Guararapes: Gráfica Coirmãos, 1995, 60p.

OBRAS CONSULTADAS

EISENBERG, Peter L. *Modernização sem mudança.* Rio de Janeiro: Hucitec; Campinas: Unicamp, 1977

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata.* 4 ed. São Paulo:Unesp1997.

MACHIAVELLI, Niccolò. *Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio*. Trad. Sérgio Bath. 4. ed. Brasília: UnB, 2000.

MACHIAVELLI, Niccolò di Bernardo dei. *O Príncipe.* Trad. Antonio Caruccio-Caporale. Porto Alegre: L&PM, 1998.

MELLO, João Manuel Cardoso de. *O capitalismo tardio.* São Paulo: Brasiliense, 1998.

PRADO JR, Caio. *Evolução Política do Brasil.* Colônia e Império. São Paulo: Brasiliense, [s.d.].

_____ . *História Econômica do Brasil.* 29. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983

SOUZA, M. C. C. de. *Estado e partidos políticos no Brasil*. 3. ed. São Paulo: AlfaOmega, 2000.

WEFFORT, Francisco C. (Org.). *Os clássicos da política.* v. 1 e 2. 13. ed. São Paulo: Ática, 2005.

APÊNDICES

APÊNDICE A - LISTA DE ELEITORES 1918 – CATANDUVA

A primeira eleição em Catanduva foi iniciada às 12 horas e finalizada às 15 horas em 02 de março de 1918 e contou com os seguintes eleitores: (italianos em negrito)

Adalberto Bueno Netto
Alfredo Theodoro de Souza
Ângelo Romanini
Antonio Amaral Gurgel
Antonio Augusto Ribeiro
Antonio Joaquim de Souza
Aristides Procópio de Oliveira
Augusto Galvão de França
Ayub Naum Abi Saber
Belmiro Martins de Andrade
Benedito Pantaleão
Benedito Pires do Prado
Bento Ramalho
Bertoldo Godoi
Cassiano da Silva Fiqueiredo
Ceciliano José Ennes
Cesare Barceline
Cesare Martins
Cornélio Ramalho
Dezanetti Antonio
Eduardo da Silva Figueiredo
Ernesto Ramalho
Faustino Cardoso de Sá
Fellipe Mouad
Fioravante Senise
Florentino Antunes da Silveira
Floriano Oliveira Pinto
Francisco de Araújo Pinto
Francisco Garcia Sanches

Higino Oliani

Ignoti Luigi

João Augusto Marrar

João Bianchini

João Elias de Souza

João Furquim de Souza Dias

Joaquim da Silva Ferraz

José Alves da Silva Figueiredo

José Benites

José Chab

José Francisco da Rocha

José Miguel Chaddad

José Pedro da Motta

José Zancaner

Luiz de Almeida Pinto

Luiz Vanalle

Manuel Fortunato de Lima

Manuel Vieira da Silva

Mariano Ninno

Miguel Valentin

Natal Biondo

Nestor Sampaio Bittencourt

Octávio Moreira da Costa

Pedro de Britto

Pietro Camparelli

Renato Bueno Netto

Ricardo Pereira Duarte

Rinaldo Frigério

Sebastião Pires do Prado

Syllas do Amaral e Silva

Teófilo F. Santana

Tertuliano Mendes da Silva

Virgílio Bonafé.

Adquirente	Transmitente	Livro	Nº Reg.	Data	Local (Freguesia)	Área	Valor
Adalberto Bueno Netto	Luiz Bugatti	3J	5172	20/1/1928	Catanduva/SP	16 Alqueires	20:000$000
Adalberto Bueno Netto	Atilio Montanita	2B	195	7/7/1919	Catanduva/SP	22 Alqueires	ñ Consta
Ademir Bernarde	Gaspar Trassi	3R	16891	22/4/1912	ñ Consta	14 Alqueires	1:400$000
Alfredo Minervino	Celso de Moraes Salles	9E	844	14/8/1924	Matão/Sp	917 Alqueires	ñ Consta
Angelo Mestriner e Outros	Ilegível	3	135	11/5/1976	ñ Consta	73 Hectares	ñ Consta
Angelo Zancaner	Manuel Fadigas de Souza	3	481	10/12/1920	Catanduva/SP	11 Alqueires	11:000$000
Antonio Angelo e David Paulatti	Nestor Sampaio Bittencourt	3Y	23006	10/10/1918	Monte Alto/SP	17 Alqueires	10:000$000
Antonio Augusto Ribeiro	Antonio Maximiano Rodrigues	3Q	16463	28/11/1911	Ariranha/SP	ñ Consta	1:000$000
Antonio Maximiano Rodrigues	Antonio Alves Moreira Barbosa e Anna Cândida Moreira	3	206	09/03/1891	Jaboticabal/SP	100 Alqueires	1:000$000
Antonio Maximiano Rodrigues	Joaquim Antonioo da Silva	3D	3959	16/04/1895	Jaboticabal/SP	ñ Consta	150$000
Antonio Maximiano Rodrigues	Saturnino Fernandes Palmeira e Maria Victoria de Carvalho	3D	3960	16/04/1895	Jaboticabal/SP	ñ Consta	200$000
Antonio Maximiano Rodrigues	Maria Jacintha do Espirito Santo	3E	3963	16/04/1895	Jaboticabal/SP	ñ Consta	200$000
Antonio Maximiano Rodrigues	Antonio Benedito Roque	3F	6257	03/04/1897	Jaboticabal/SP	150 Alqueires	3:150$000
Antonio Maximiano Rodrigues	Joaquim Alves de Figueiredo e Maria Rosa da Silva Figueiredo	3H	9855	3/12/1902	Monte Alto/SP	16 Alqueires	200$000
Antonio Maximiano Rodrigues	Antonio Gomide de Ponte	3J	11460	8/4/1905	Ribeirãozinho/SP	ñ Consta	3:000$000
Antonio Maximiano Rodrigues	Paschoal Bessa e esposa Dolores Ramos	3V	21013	20/9/1916	Ariranha/SP	ñ Consta	900$000
Antonio Maximiano Rodrigues	Francisco Machado de Campos Barros e esposa Fausta de Meira Barros	3L	13377	28/9/1907	Monte Alto/SP	20 Alqueires	500$000
Antonio Maximiano Rodrigues	Joaquim Alves de Figueiredo	3N	14245	21/1/1909	Monte Alto/SP	31 Alqueires	1:500$000
Antonio Maxiniamo Rodrigues e esposa	Francisco Ferreira de Carvalho	3S	17656	24/12/1912	Monte Alto/SP	15 Alqueires	1:000$000
Antonio Stocco	Braulio Escobar	3	547	31/12/1940	ñ Consta	60 Hetares	ñ Consta
Antonio Stocco	Rita Spínolla Dias	7	1241	7/5/1943	ñ Consta	1836 Hectares	CR$ 1.400.000,00
Antonio Stocco	José Francisco da Rocha	3J	5203	3/2/1928	Elisiário/SP	23 Alqueires	70:000$000
Antonio Zaccaro	Ilegível	3L	8350	23/4/1954	Catanduva/SP	30 Hectares	ñ Consta
Argemiro da Silveira	Gaspar Trassi e Concetta Malavazzi	3M	13974	17/8/1908	Monte Alto/SP	55 Alqueires	11:760$000
Argemiro da Silveira	Gaspar Trassi e Concetta Malavazzi	3M	14071	7/10/1908	Monte Alto/SP	20 Alqueires	5:000$000
Argemiro da Silveira	Anselmo Trassi	3M	14105	17/10/1908	Monte Alto/SP	15 Alqueires	7:500$000
Armindo Accorsi	Francisco E. Peres	3Y	26644	28/5/1918	Monte Alto/SP	8 Alqueires	9:650$000
Armindo Mastrocolla	Antonio Natal Franco	3AP	17859	17/8/1964	ñ Consta	3,025 Alqueires	CR$ 150.000,00
Armindo Mastrocolla	Cesar Marino	3AN	15812	24/10/1961	ñ Consta	12 Alqueires	CR$ 350.000,00
Armindo Mastrocolla e irmãos		3R	12874	21/5/1962	Catanduva/SP	328,5 Alqueires	CR$ 8.615.000,00

Armindo Mastrocolla e irmãos		3R	12876	22/5/1962	Catanduva/SP	36 Alqueires	CR$ 721.000,00
Benito Sanchez	José Antonio Coelho	3R	16871	11/4/1912	Monte Alto/SP	8 Alqueires	500$000
Benito Sanchez Salazano e Prudêncio	Ramon Sanchez Salazano	3T	18913	6/7/1914	Bebedouro/SP	30 Alqueires	3:000$000
Bento José da Costa Pereira	Cassiano Alves de Figueiredo e Francisca Elvira do Nascimento	3F	6678	09/02/1898	Jaboticabal/SP	4 Alqueires	200$000
C esario Delphine	Francisco de Araujo Pinto	3II	31339	29/5/1926	Pirangi/SP	17 Alqueires	27:000$000
Castilho & Cia (RJ)	Antonio Alves Moreira Barbosa e Anna						

Francisco Joaquim de Araujo	José Lourenço de Figueiredo	3F	6950	21/10/1898	Jaboticabal/SP	20 Alqueires	200$000
Francisco José Vaz	Antonio Maximiano Rodrigues	3G	7326	13/10/1889	Ribeirãozinho/SP	100 Alqueires	ñ Consta
Francisco Pedro Farquin	Maria Jacintha do Espirito Santo	3D	3961	16/04/1895	ñ Consta	ñ Consta	200$000
Gabriel de Avila Ribeiro e Joaquim L. de Paiva	Joaquim Delphino Ribeiro da Silva	3X	21333	16/12/1916	Monte Alto/SP	165 Alqueires	33:000$000
Gaspar Trassi	José André de Souza e Felicidade Maria de Souza	3M	13695	7/2/1908	Monte Alto/SP	ñ Consta	100$000
Gaspar Trassi	Vicente Pereira de Tangerina e Anna Francisca de Jesus	3H	8813	29/11/1901	Capela de Aparecida/SP	5 Alqueires	200$000
Gaspar Trassi	José Bernardino de Sant'anna e Sebastiana M. de Sant'anna	3H	8863	10/12/1901	Monte Alto/SP	ñ Consta	500$000
Gaspar Trassi	Atilio Benatti	3I	10336	9/10/1903	Monte Alto/SP	5 Alqueires	200$000
Gaspar Trassi	João Alves Ferreira	3I	10290	4/9/1903	Monte Alto/SP	9 Alqueires	100$000
Gaspar Trassi	José Manuel da Costa	3K	12119	3/3/1906	Ribeirãozinho/SP	21 Alqueires	1:000$000
Gaspar Trassi	Joaquim Ferreira Pinto	3L	12962	27/4/1907	Jaboticabal/SP	ñ Consta	300$000
Gaspar Trassi	José Ignácio de Siqueira	3L	12689	10/12/1906	Monte Alto/SP	ñ Consta	50$000
Gaspar Trassi	Urias Alves Ferreira e esposa	3M	13967	11/8/1908	Monte Alto/SP	20 Alqueires	1:500$000
Gaspar Trassi	Fidelis José da Motta	3N	14322	9/3/1909	Monte Alto/SP	10 Alqueires	500$000
Gaspar Trassi	Filhos de Vicente Carlos	3R	16926	6/5/1912	ñ Consta	12 Alqueires	563$000
Gaspar Trassi	Caetano Peres	3R	17530	8/11/1912	ñ Consta	10 Alqueires	1:000$000
Gaspar Trassi	Isach Aurio Gonzalez	3S	18123	26/6/1913	ñ Consta	10 Alqueires	ñ Consta
Gaspar Trassi	Cognini Giuseppe	3U	20216	9/10/1915	ñ Consta	7 Alqueires	1:000$000
Gaspar Trassi	Vitório Paganini	3X	21242	24/11/1916	ñ Consta	ñ Consta	5:000$000
Gaspar Trassi e Concetta Malavazzi	Argemiro da Silveira	3M	13981	18/8/1908	Monte Alto/SP	196 Alqueires	11:760$000
Gaspar Trassi e Concetta Malavazzi	Argemiro da Silveira	3O	15292	25/8/1910	Monte Alto/SP	90 Alqueires	4:500$000
Gaspar Trassi e Concetta Malavazzi	Primo Frigieri	3P	15903	29/6/1911	Monte Alto/SP	25 Alqueires	5:000$000
Gaspar Trassi, Bonfiglio Trassi, Mariano Trassi, Gaspar Longhini, Italo Longhini e João Longhini	Antonio Rodrigues Junior	3X	21128	16/10/1916	ñ Consta	ñ Consta	1:200$000
Gaspar Trassi, Bonfiglio Trassi, Mauro Trassi	Pedro Celli	3U	19727	14/1/1915	ñ Consta	ñ Consta	200$000
Gaspar Trassi, Mariano Trassi e Bonfiglio Trassi	Ilegível	3EE	27996	23/8/1923	Palmares/SP	260 Alqueires	ñ Consta
Gaspar Trazzi	José Pereira de Jesus	3EE	27189	9/11/1922	Palmares/SP	10 Alqueires	2:000$000
Gaspar Trazzi	Manoel Francisco Texeira	3FF	28997	25/3/1924	Palmares/SP	58 Alqueires	50:000$000
Gaspar Trazzi	Paschoal Agosteli	3GG	29465	20/8/1924	Palmares/SP	5,5 Alqueires	6:000$000
Gaspar Trazzi	José Lopes da Silva	3JJ	33171	26/7/1928	Monte Alto/SP	2 Alqueires	1:200$000
Gaspar Trazzi	Ambrosina do Carmo Lellis	3JJ	33734	16/1/1929	Jaboticabal/SP	7 Alqueires	1:500$000

Gaspar Trazzi e Gaspar Longhini	Major Joaquim Venâncio Cardoso	3HH	30718	11/8/1925	Jaboticabal/SP	ñ Consta	2:000$000
Gaspar Trazzi e outros	Herdeira de Antonio Sebastião dos Reis	3FF	28352	19/10/1923	Palmares/SP	283 Hectares	35:014$500
Geraldo Irineu Trazzi		3O	10189	20/5/1957	Catanduva/SP	58 Alqueires	CR$ 180.000,00
Geraldo Irineu Trazzi e irmãos	Espolio de Gaspar Trazzi	3P	10568	26/12/1957	Catanduva/SP	170 Alqueires	CR$ 1.378.000,00
Geraldo Irineu Trazzi e irmãos		3P	11036		Catanduva/SP	15 Alqueires	CR$ 121.000,00
Godofredo de Oliveira Rosa e Maria Oliveira Figeuiredo	Joaquim A. de Figueiredo	3B	1234	24/4/1922	Catanduva/SP	27,5 Alqueires	10:000$000
Gregorio Guzzo	José Pedro da Motta	3Y	22699	18/6/1918	Catanduva/SP	1,3 Alqueires	200$000
Gregorio Guzzo	José Francisco da Silva	3Y	22700	18/6/1918	Catanduva/SP	2 Alqueires	200$000
Henrique Goldoni	Gaspar Trazzi e Irmãos	3BB	25021	6/6/1920	Palmares/SP	19 Alqueires	ñ Consta
Henrique Longhini e Ítalo Longhini	Gaspar Trassi e Concetta Malavazzi	3N	14724	27/10/1909	Monte Alto/SP	234 Hectares	5:000$000
Ilegível	Gaspar Trassi	3U	19951	14/6/1915	ñ Consta	48 Hectares	4:000$000
Irani Mei	Osvaldo Rodrigues	3AB	9288	21/6/1949	Catanduva/SP	7 Alqueires	CR$ 35.000,00
Irani Mei		3AB	9289	21/6/1949	Catanduva/SP	47 Alqueires	CR$ 185.000,00
Irmãos Mastrocola		3R	12877	22/5/1962	Catanduva/SP	6 Alqueires	CR$ 228.000,00
Irmãos Mastrocola		3R	13835	18/12/1963	Catanduva/SP	35 Alqueires	CR$ 1.355.000,00
Irmãos Mastrocola		3R	13836	18/12/1963	Catanduva/SP	6 Alqueires	CR$ 1.355.000,00
Irmãos Mastrocola		3R	13837	18/12/1963	Catanduva/SP	16,4 Alqueires	CR$ 1.355.000,00
Irmãos Mastrocola		5S	13937	14/2/1964	Catanduva/SP	18 Alqueires	CR$ 914.000,00
João Alves de Lima	Caciano Alves de Figueiredo	3F	6944	20/10/1898	Jaboticabal/SP	10 Alqueires	200$000
João Custódio da Costa	José Lourenço de Figueiredo	3F	6951	27/10/1898	Monte Alto/SP	10 Alqueires	200$000
João Meron e João Archila Rodrigues	José Pedro da Motta	3R	17318	29/8/1912	Monte Alto/SP	23 Alqueires	1:600$000
João Zancaner	Ilegível	3F	4570	5/1/1914	ñ Consta	250 Alqueires	ñ Consta
João Zancaner	Ilegível	3G	5439	4/3/1915	ñ Consta	30 Alqueires	ñ Consta
João Zancaner	Ilegível	3I	6835	1/8/1916	ñ Consta	16 Alqueires	ñ Consta
João Zancaner	Ilegível	3O	13866	13/8/1919	ñ Consta	9,5 Alqueires	ñ Consta
João Zancaner	Davi Daren, José Gregorio Rodrigues e Romanini Angelo	3G	3610	19/6/1925	Catanduva/SP	108 Alqueires	1:000$000
João Zancaner	Cia. Agricola Irmãos Zancaner	3G	3561	16/5/1925	Catanduva/SP	600 Alqueires	550:000$000
Joaquim Crecêncio de Abreu	Antonio Maxiniamo Rodrigues e esposa	3L	13461	21/10/1907	Monte Alto/SP	20 Alqueires	1:000$000
Joaquim Crecêncio de Abreu	Antonio Maximiano Rodrigues	3N	14209	28/12/1908	Jaboticabal/SP	ñ Consta	3:750$000
Joaquim Delphino Ribeiro da Silva	José Alves Moreira Barbosa	3F	6847	17/08/1898	Monte Alto/SP	100 Alqueires	5:000$000
Joaquim Delphino Ribeiro da Silva	José Maria de Lacerda	3F	6848	17/08/1898	Monte Alto/SP	120 Alqueires	4:000$000
Joaquim Delphino Ribeiro da Silva	Francisco Candido da Fonseca	3G	7395	23/12/1899	Monte Alto/SP	Uma parte de terra	2:500$000
Joaquim Delphino Ribeiro da Silva	Domingos Vane	3G	7983	29/1/1901	Ribeirãozinho/SP	150 Alqueires	7:500$000
Joaquim Maximiano Rodrigues e Guilhermina Estevan Ribeiro	Antonio Maxiniamo Rodrigues e esposa e Francisco L. da Silva	3P	15894	26/6/1911	Monte Alto/SP	ñ Consta	2:500$000

Joaquim Maximiano Rodrigues e Guilhermina Estevan Ribeiro	Antonio Maximiano Rodrigues	3P	15895	26/6/1911	Ariranha/SP	ñ Consta	1:120$000
Joaquim Severino da Silva	Joaquim Alves de Figueiredo e Maria Rosa da Silva Figueiredo	3F	6976	07/11/1898	Jaboticabal/SP	ñ Consta	250$000
Jose Alves da Silva Figueiredo	Cassiano Alves de Figueiredo e Filomena do Nascimento	3F	6973	07/11/1898	Monte Alto/SP	6 Alqueires	ñ Consta
José Alves de Figueiredo	Joaquim Alves de Figueiredo	3F	6975	07/11/1898	Monte Alto/SP	12 Alqueires	200$000
José alves Ferreira Filho	Francisco de Araujo Pinto	3HH	30930	21/10/1925	Pirangi/SP	75 Alqueires	40:000$000
José Antonio Borelli	Missima Hicohite	3AD	10299	22/11/1951	ñ Consta	0,25 Alqueire	CR$ 10.000,00
José Antonio Borelli	Missima Hicohite	3AF	11238	11/8/1953	ñ Consta	1 Alqueire	CR$ 20.000,00
José Custódio de Oliveira	Antonio Alves Moreira Barboza	3F	7131	28/03/1899	Jaboticabal/SP	300 Alqueires	4:000$000
José da Costa	Lindolfo Carlos de Moraes	3F	3047	1/10/1924	ñ Consta	15 Alqueires	4:000$000
José Lopes de Souza	Cassiano Alves de Figueiredo	3F	6910	21/09/1898	Jaboticabal/SP	10 Alqueires	200$000
José M. Ferreira Pinto	Ilegível	3L	12990	9/5/1906	ñ Consta	ñ Consta	700$000
José Marilhano	Nestor Sampaio Bittencourt	3DD	26282	20/12/1921	Monte Alto/SP	50 Alqueires	53:000$000
José Octaviano Oliveira Sobrinho	Pio Albino Margutti	3C	1654	7/12/1922	ñ Consta	7 Alqueires	1:200$000
José Octaviano Ribeiro Sobrinho	Eduardo da Silva Figueiredo	3B	1257	6/5/1922	Catanduva/SP	15 Alqueires	15:000$000
José Octaviano Ribeiro Sobrinho	Cel. Joaquim Delphino R. da Silva	3E	2747	16/6/1924	Catanduva/SP	150 Alqueires	150:000$000
José Pedro da Motta	Magohico Nakamura e Taju Nakamura	3B	1382	17/7/1922	São Domingos/SP	8 Alqueires	1:600$000
José Pedro da Motta	Caetano Fava	3B	1447	14/8/1922	São Domingos/SP	14 Alqueires	4:500$000
José Pedro da Motta	José Antonio dos santos	3	168	19/6/1920	Catanduva/SP	ñ Consta	400$000
José Pedro da Motta	Matsumura Taukiti	3C	1752	20/3/1923	Catanduva/SP	18 Alqueires	4:000$000
José Pedro da Motta	Uemura Manzo	3C	1753	20/3/1923	Catanduva/SP	14 Alqueires	4:000$000
José Pedro da Motta	Rita Maria de Jesus	3F	3139	23/10/1924	Catanduva/SP	62 Hectares	800$000
José Pedro da Motta	Adolpho Vaz de Sampaio	3L	12762	16/1/1907	Monte Alto/SP	15 Alqueires	200$000
José Pedro da Motta	José Rodrigues de Andrade	3R	19317	29/8/1912	Monte Alto/SP	18 Alqueires	1:500$000
José Pedro da Motta	Francisco Ferreira de Carvalho	3S	17929	9/4/1913	Ariranha/SP	55,5 Alqueires	1:500$000
José Pedro da Motta	Maria Joana de Oliveira	3T	18476	28/11/1913	Monte Alto/SP	9 Alqueires	930$000
José Pedro da Motta	Benedito Custódio Carneiro	3T	18803	7/5/1914	Ariranha/SP	10 Alqueires	7:000$000
José Pedro da Motta	Maria das Dores de Jesus, Francisco Custódio Carneiro	3T	18804	7/5/1914	Ariranha/SP	65 Alqueires	7:000$000
José Pedro da Motta	José Camilo Lelis	3T	18805	9/5/1914	Ariranha/SP	9 Alqueires	250$000
José Pedro da Motta	Antonio José Mathias	3U	19932	4/6/1915	Ariranha/SP	10 Alqueires	2:000$000
José Pedro da Motta	José Custódio Carneiro	3U	19934	4/6/1915	Ariranha/SP	ñ Consta	2:000$000
José Pedro da Motta	Sebastião Alves de Oliveira	3V	20845	9/8/1916	Monte Alto/SP	1 Alqueire	200$000
José Pedro da Motta	Sebastião Alves de Oliveira	3V	20846	9/8/1916	Monte Alto/SP	10 Alqueires	2:600$000
José Pedro da Motta	Capitão João Batista Vieira	3Z	21973	18/8/1917	Jaboticabal/SP	188 Alqueires	4:000$000

José Ricardo Soares	Antonio Maximiano Rodrigues	3O	15027	19/4/1910	Monte Alto/SP	55 Alqueires	3:700$000
Jose Sartoris	Antonio e Teresina Baroni	3P	16007	12/8/1911	Monte Alto/SP	673 Hectares	13:000$000
José Sartoro	Albertina Prado	3P	15944	19/7/1911	Monte Alto/SP	1.315 Hectares	16:000$000
José Serafim e João Silva	Emilia de Jesus Moraes	3K	5703	28/9/1928	ñ Consta	107 Alqueires	410:000$000
José Zaccaro	Ilegível	3R	16464	12/8/1920	ñ Consta	21,5 Alqueires	ñ Consta
José Zaccaro	Ilegível	3AA	26464	25/9/1924	ñ Consta	15 Alqueires	ñ Consta
José Zaccaro	Vicente de Genaro	3V	20708	12/6/1914	Jaboticabal/SP	73 Alqueires	ñ Consta
José Zaccaro	Vicente de Genaro	3X	21658	20/4/1917	Jaboticabal/SP	75 Alqueires	200:000$000
José Zaccaro	Ilegível	3L	13022	24/5/1907	Jaboticabal/SP	5 Alqueires	ñ Consta
José, Antonio, Giacondo, Benedito, João Filho, Angelo e Maria Zancaner	João Zancaner e esposa	3D	2174	10/10/1923	Catanduva/SP	115 Alqueires	100:000$000
Julho Soares	Ernesto Ramalho	3O	14989	30/3/1910	Tabapuã/SP	98 Alqueires	5:000$000
Lindolpho Carlos de Moraes	Gaspar Trassi	3U	20034	27/6/1915	ñ Consta	15 Alqueires	3:000$000
Lindolpo Carlos de Moraes	João Motta	3F	3200	24/11/1924	ñ Consta	15 Alqueires	4:000$000
Luiz Basseti e Rufino Benito	Adelino Casagrande	3B	1361	3/7/1920	Catanduva/SP	6 Alqueires	3:000$000
Luiz Basseti e Rufino Benito	Adelino e Albino Casagrande	3AA	809	19/8/1921	Catanduva/SP	66 Alqueires	50:000$000
Luiz dos Santos Dumont	Joaquim Delphino Ribeiro da Silva	3H	8824	2/12/1901	Monte Alto/SP	2160 Hectares	100:000$000
Luiz Rossini	José Pedro da Motta	3P	15687	20/2/1911	Monte Alto/SP	40 Hectares	500$000
Malachia Felippo	Gaspar Trassi e Concetta Malavazzi	3P	15904	29/6/1911	Monte Alto/SP	25 Alqueires	5:000$000
Manoel Cândido Gonçalves	José Pedro da Motta	3N	14736	30/10/1909	Monte Alto/SP	188 Alqueires	4:500$000
Manoel Lemos de Lima	Antonio Maxiniamo Rodrigues e esposa	3J	11089	1/10/1904	SJ do Rio Preto/SP	ñ Consta	2:000$000
Marcilio Patriani	Angelo Cadale	3J	4989	24/10/1927	Catanduva/SP	40 Alqueires	360:000$000
Márcio de Souza Pinto	José Sanchez Simon	3E	2844	18/8/1924	Catanduva/SP	5,5 Alqueires	12:000^$000
Márcio de Souza Pinto E Cia.	José Gomieri	3E	2706	27/5/1924	Catanduva/SP	6,7 Alqueires	18:000$000
Maria Helena de Jesus e José Lourenço de Figueiredo	Ilegível	3F	6954	27/10/1898	Monte Alto/SP	10 Alqueires	200$000
Maria Rita da Silva Figueiredo	Cassiano Alves de Figueiredo e Filomena do Nascimento	3F	6974	07/11/1898	Monte Alto/SP	14 Alqueires	195$000
Matheus Pardalini	Gaspar Trassi	3M	13743	28/2/1908	Monte Alto/SP	ñ Consta	200$000
Matiniaga Zenkiti e Fani Guti	José Pedro da Motta	3Z	21860	6/7/1917	Monte Alto/SP	16 Alqueires	2:000$000
Nestor e Nicanor de Sampaio Bittencourt	Maria Martins Gonçalves	3E	2836	12/8/1924	ñ Consta	56 Alqueires	140:000$000
Nestor Sampaio Bittencourt	Abel Ferreira de Souza	3DD	26283	20/12/1921	Ariranha/SP	35 Alqueires	90:000$000
Nicola Mastrocolla	Pedro Mastrocolla	3A	916	1/10/1921	ñ Consta	34,4 alqueires	ñ Consta
Nicola Mastrocolla	Espólio e Pedro Mastrocolla	3A	930	10/10/1921	ñ Consta	34,4 alqueires	ñ Consta
Nicola Mastrocolla	Francisco Augusto Marrar e João Augusto Marrar	3I	4403	25/11/1926	ñ Consta	70 Alqueires	160:000$000

Nicola Mastrocolla	Galenil Clemente	3U	6302	1/10/1938	ñ Consta	34,25 Alqueires	65:425$000

Livros Grátis

(http://www.livrosgratis.com.br)

Milhares de Livros para Download:

Baixar livros de Administração
Baixar livros de Agronomia
Baixar livros de Arquitetura
Baixar livros de Artes
Baixar livros de Astronomia
Baixar livros de Biologia Geral
Baixar livros de Ciência da Computação
Baixar livros de Ciência da Informação
Baixar livros de Ciência Política
Baixar livros de Ciências da Saúde
Baixar livros de Comunicação
Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE
Baixar livros de Defesa civil
Baixar livros de Direito
Baixar livros de Direitos humanos
Baixar livros de Economia
Baixar livros de Economia Doméstica
Baixar livros de Educação
Baixar livros de Educação - Trânsito
Baixar livros de Educação Física
Baixar livros de Engenharia Aeroespacial
Baixar livros de Farmácia
Baixar livros de Filosofia
Baixar livros de Física
Baixar livros de Geociências
Baixar livros de Geografia
Baixar livros de História
Baixar livros de Línguas

Baixar livros de Literatura
Baixar livros de Literatura de Cordel
Baixar livros de Literatura Infantil
Baixar livros de Matemática
Baixar livros de Medicina
Baixar livros de Medicina Veterinária
Baixar livros de Meio Ambiente
Baixar livros de Meteorologia
Baixar Monografias e TCC
Baixar livros Multidisciplinar
Baixar livros de Música
Baixar livros de Psicologia
Baixar livros de Química
Baixar livros de Saúde Coletiva
Baixar livros de Serviço Social
Baixar livros de Sociologia
Baixar livros de Teologia
Baixar livros de Trabalho
Baixar livros de Turismo